

BANIF

INVESTMENT
BANK



RELATÓRIO
E CONTAS **2010**

ÍNDICE

4	Órgãos Sociais
7	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva
10	Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras
11	1. Enquadramento Macroeconómico
12	1.1 Conjuntura Internacional
13	1.2 Desenvolvimento nas Principais Economias
18	1.3 Actividade em Portugal
25	1.4 Sistema Financeiro
31	2. A Actividade Desenvolvida pelo Banif - Banco de Investimento e Empresas Subsidiárias em 2010
32	2.1 Apreciação Global
33	2.2 Advisory Services & Banking
36	2.3 Treasury & Markets
38	2.4. Trading & Sales
39	2.5. Gestão de Clientes
41	2.6. Gestão de Activos
47	2.7 Private Equity
48	2.8 Sustentabilidade, Prémios e Reconhecimentos Obtidos
51	3. Actividade Desenvolvida por Sociedades da Fileira da Banca de Investimento Fora de Portugal
54	4. Proposta de Aplicação de Resultados
56	5. Notas Finais
60	6. Demonstrações Financeiras
61	6.1 Demonstrações Financeiras Individuais e anexos
136	6.2 Demonstrações Financeiras Consolidadas e anexos
223	7. Anexos ao Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras
224	7.1 Informação nos termos do Art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais
228	7.2 Informação sobre as acções e obrigações de sociedades do Banif - Grupo Financeiro transaccionadas e/ou detidas durante o exercício, por sociedades do mesmo Grupo
248	7.3 Cargos Sociais desempenhados em 31/12/10 pelos Membros do Conselho de Administração noutras sociedades.
252	7.4 Informação nos termos do Artigo 3º da Lei nº 28/2009 de 19 de Junho
256	7.5 Informação nos termos do Artº 448º do Código das Sociedades Comerciais
257	7.6 Informação nos termos do Artº 324º do Código das Sociedades Comerciais
257	7.7 Informação nos termos do Artº 486º do Código das Sociedades Comerciais
258	7.8 Recomendações do FSF e do CEBS relativas à transparência da informação e à valorização de activos
272	7.9 Organograma
273	7.10 Direcção

- 275 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
- 276 Certificação Legal das Contas Individuais
- 278 Certificação Legal das Contas Consolidadas
- 280 Nota Ambiental Relativa à Produção deste Relatório



ÓRGÃOS SOCIAIS

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Prof. Dr. Luís Manuel Campos e Cunha
Secretário: Dr. Pedro Schiappa Pietra Ferreira Cabral

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos
Vice-Presidentes: Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes
Vogais: Dr. Nuno José Roquette Teixeira
Dr. José Paulo Baptista Fontes
Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques
Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal
Dr. Carlos Eduardo Pais Jorge
Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira
Dr. Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos
Dr. João Manuel Mora de Ibérico Nogueira
Dr. Carlos Alberto Ballesteros Amaral Firme

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes
Vice-Presidente: Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques
Vogais: Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal
Dr. Carlos Eduardo Pais Jorge
Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira
Dr. Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos
Dr. Carlos Alberto Ballesteros Amaral Firme

CONSELHO FISCAL

Presidente: Dr. Fernando Mário Teixeira de Almeida
Vogais: Dr. José Luís Pereira de Macedo
Sr. Rui Manuel Braga de Almeida
Suplentes: Dr. Sérgio António de Rosário de Vaz Monteiro

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Sociedade Ernst & Young Audit & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada pelo Senhor Dr. João Carlos Miguel Alves (ROC n.º 896).



CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. António do Pranto Nogueira Leite
Dr. Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa
Dr. João Vieira de Almeida
Dr. Fernando José Inverno da Piedade
Dr. Jorge Armindo de Carvalho Teixeira
Dr. José Almeida Guerra
Dr. António Luís de Andrade Magalhães
Dr. António Fernando Caldeira de Paula Santos
Dr. Jorge Manuel de Oliveira Codinho
Dr. Nuno Manuel Branco Ribeiro da Silva
Eng.º José Romão Leite Braz
Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro
Dr. Paulo Cezar Rodrigues Pinho da Silva
Eng.º António Manuel Pereira Bernardo

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Dr. José Marques de Almeida (em representação da Rentipar – S.C.P.S., S.A.)
Dr. Fernando José Inverno da Piedade (em representação da Fundação Horácio Roque)
Dr. Vítor Hugo Simmons (em representação da Renticapital – S.C.P.S., S.A.)

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Dra. Ângela Maria Simões Cardoso Seabra Lourenço
Suplente: Dr. Tiago dos Santos Matias



MENSAGEM
DO PRESIDENTE
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO
E DO PRESIDENTE
DA COMISSÃO
EXECUTIVA



Em 2010 vimos partir, com enorme mágoa, o fundador do Grupo Banif, Senhor Comendador Horácio Roque. E, tendo realizado em 2010 o nosso melhor ano de sempre, queremos dedicar este sucesso à sua memória, que preservamos com amizade e profundo respeito.

O ambiente de negócios em Portugal não foi dos mais fáceis, em particular para a banca de investimento, uma vez que os efeitos positivos de uma tímida recuperação económica foram reduzidos ao ínfimo pela devastadora crise de confiança que abalou as economias da periferia europeia e, no que mais nos diz respeito, se materializou numa subida abrupta dos spreads de crédito impostos à dívida portuguesa e numa iliquidez sem precedentes no sistema bancário.

Ainda assim, foi possível aumentar o produto bancário da fileira de negócios da banca de investimento e, simultaneamente, reduzir os custos de funcionamento de forma expressiva, permitindo elevar o resultado líquido do Consolidado Portugal a 8,2 milhões de Euros, 4,5 milhões de Euros acima do lucro realizado no ano passado, e o retorno sobre capitais próprios a 12,2%.

Estes resultados foram alicerçados na força intrínseca de um modelo de negócio em que a especialização se conjuga com a diversificação e na excelente prestação de uma equipa de colaboradores centrados na melhoria contínua do individual e do colectivo e determinados em vencer.

De facto, estando as fileiras – Gestão de Activos, Tesouraria & Mercados, Trading & Sales e Advisory Services & Banking - positivamente correlacionadas entre si, a verdade é que essa correlação tem sido suficientemente imperfeita para que um decréscimo relativo de actividade numa frente de negócio se compense por uma série positiva noutra.

Igualmente no plano geográfico, é de esperar que o desempenho do renovado Banif Banco de Investimento (Brasil) permita compensar eventuais efeitos de uma nova recessão em Portugal ou da prevalência de um sistema financeiro fundamentalmente ilíquido, desde logo em 2011, através da materialização da venda de 70% da Banif Corretora de Valores e Câmbio ao Grupo Caixa Geral de Depósitos.

Olhamos 2011 com prudência. Os sinais – o custo da dívida portuguesa, os indicadores de desemprego e de investimento, o barómetro de confiança dos agentes económicos, o clima social e político - não são tranquilizadores. Mas mantemos uma forte confiança na força da nossa marca, na robustez do nosso grupo financeiro, na qualidade dos nossos profissionais, na nossa capacidade de superar as expectativas.

Assinam:

Presidente do Conselho de Administração

Joaquim Marques dos Santos

Presidente da Comissão Executiva

Artur Silva Fernandes

RELATÓRIO
DE GESTÃO E
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1.1 – CONJUNTURA INTERNACIONAL

A economia mundial continuou, em 2010, a recuperação que se iniciou no segundo semestre de 2009, após a forte recessão global de 2008/2009. De acordo com o FMI¹, a economia mundial registou um crescimento de aproximadamente 5% em 2010, recuperando de uma recessão global caracterizada pela retracção do crescimento do produto em termos reais da economia mundial em 2009 (-0,6%). A actual fase de recuperação tem-se caracterizado por se processar a duas velocidades, com um crescimento mais moderado nas economias avançadas, apesar de melhor do que inicialmente esperado, apresentando níveis de desemprego ainda elevados, enquanto nos mercados emergentes a actividade permanece robusta e alguns sinais inflacionistas começam a manifestar-se, aparentando sintomas de sobreaquecimento.

O desempenho global foi liderado pelas economias emergentes e em desenvolvimento, que no seu conjunto terão registado um crescimento de 7,1%. Merecem particular destaque os desempenhos da economia chinesa, indiana e brasileira, que terão crescido 10,3%, 9,7% e 7,5%, respectivamente. A recuperação foi igualmente extensível às economias desenvolvidas, não obstante terem registado um menor ritmo de crescimento, que se cifrou em 3%. A economia norte-americana cresceu 2,8% e o Japão 4,3%, a taxa mais elevada desde 1990, tendo os países da Área do Euro (AE) registado um crescimento de 1,8%. Dentro destes, merece particular destaque o desempenho da economia alemã, com um crescimento de 3,6%, exercendo o papel de motor da AE.

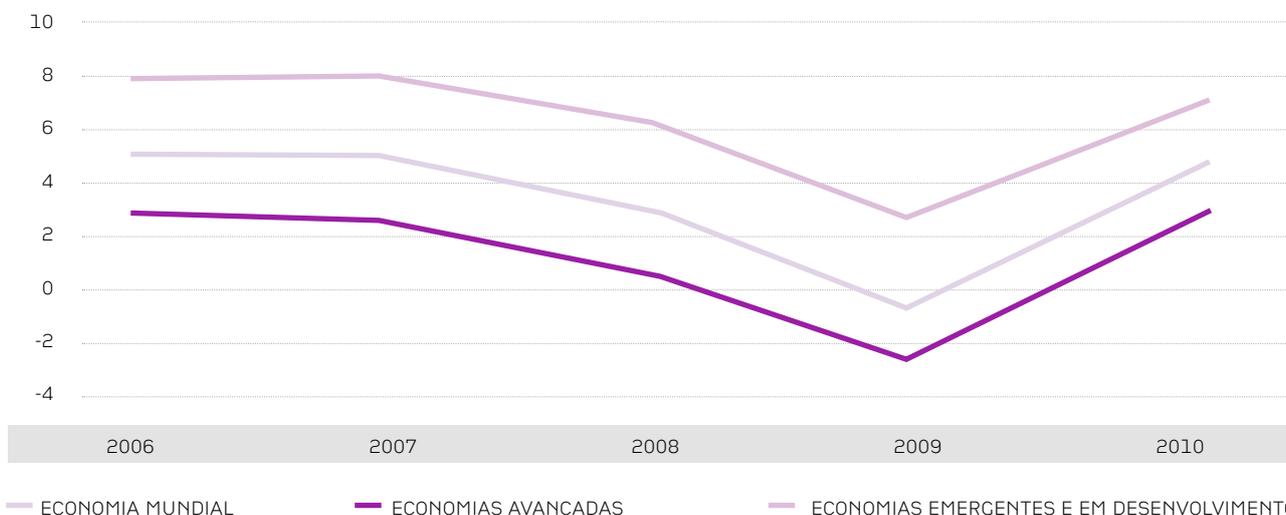
No que respeita à evolução dos preços, verifica-se também uma evolução distinta, tendo a ampla capacidade económica ainda ociosa e as expectativas de inflação bem ancoradas contribuído para uma evolução moderada dos preços no consumidor nas economias desenvolvidas, de cerca de 1,5%. Nas economias emergentes e em desenvolvimento, o forte crescimento económico e a subida dos preços dos bens alimentares, que se manteve persistente ao longo do ano, começou a impactar os preços no consumidor, cujo crescimento se cifrou em 6,3%.

O ano de 2010 ficou também caracterizado pela recuperação do comércio mundial, tendo os volumes de bens e serviços transaccionados crescido cerca de 12% em 2010, face a uma forte contracção de 10,7% registada em 2009. Os preços das “commodities” registaram igualmente uma forte recuperação, tendo o petróleo crescido em termos médios 27,8% em 2010 e as “commodities” ex-petróleo crescido em média 23%, face a quedas de 36,3% e 18,7%, respectivamente, em 2009.

¹ FMI, World Economic Outlook Update, Janeiro de 2011



EVOLUÇÃO DO PIB MUNDIAL



FONTE: WORLD ECONOMIC OUTLOOK, FMI

1.2 – DESENVOLVIMENTOS NAS PRINCIPAIS ECONOMIAS

Na economia norte-americana, a recuperação económica que se iniciou em meados de 2009 fortaleceu-se ao longo de 2010, apesar de a taxa de desemprego se encontrar ainda elevada. Os dados mais recentes apontam para um crescimento real de 2,8% em 2010, após uma queda de 2,6% em 2009.

A fase inicial da recuperação, entre a segunda metade de 2009 e a primeira metade de 2010, deveu-se em grande medida à estabilização do sistema financeiro, aos efeitos expansionistas das políticas monetária e fiscal e ao forte incremento na produção, motivado pela recomposição de inventários por parte das empresas.

A sustentabilidade da recuperação começou a ser posta em causa em meados de 2010, à medida que muitos daqueles efeitos se foram desvanecendo e os problemas orçamentais e bancários na Europa afectaram os mercados financeiros. No entanto, a recuperação da actividade económica estabilizou no 3º trimestre de 2010, suportada por um lado pelo aumento das despesas de consumo privado, investimento empresarial, despesas públicas e ainda um forte contributo da acumulação de inventários, que terá contribuído com mais de metade do crescimento do PIB naquele trimestre. O crescimento foi negativamente impactado pela procura externa líquida a fraqueza do investimento residencial, após a expiração de programas públicos de apoio ao sector. Em consequência, o sector da construção permanece fraco, reflectindo um excesso de casas devolutas e fundamentais negativos para o imobiliário comercial.

O mercado de trabalho recuperou de forma muito moderada. Dos quase 9 milhões de empregos no sector privado destruídos durante a recessão, entre 2008 e 2009, apenas pouco mais de 1 milhão foi criado em 2010, um ganho quase insuficiente para acomodar os novos participantes no mercado de trabalho e, portanto, incapaz de retirar a folga existente na economia. A existência de folga permitiu uma contenção das pressões sobre os preços, com a inflação a situar-se entre 1,1% e 1,2% desde Junho de 2010. Excluindo as voláteis componentes de alimentação e energia, a inflação situou-se nos 0,7%, recuperando no nível mais baixo de sempre, registado em Outubro.

Neste contexto, a Reserva Federal, com as taxas de juro num intervalo entre 0 e 0,25% desde Dezembro de 2008, teve de recorrer a medidas alternativas de política monetária, com recurso a programas de compra de títulos de dívida de longo prazo em mercado (política vulgarmente designada de “quantitative easing”), nos últimos 2 anos. Em Novembro, a FED anunciou o 2º programa, que consiste na compra de até 600 mil milhões de dólares em dívida pública por um período de 8 meses.

O continente asiático entrou na crise global em boa forma e continuou a liderar o crescimento na fase de recuperação, devido em grande parte a uma procura doméstica resiliente que compensou o impacto negativo da crise na procura externa. A produção industrial e as vendas no retalho foram fortes na China e na Índia e a actividade robusta nestes países impactou favoravelmente no resto da Ásia. De facto, o crescimento forte e sustentado da China nos últimos anos funcionou como suporte do comércio global, beneficiando os exportadores de “commodities” (por exemplo, Austrália, Nova Zelândia, Indonésia) e de bens de capital (tais como a Alemanha, Japão, Coreia do Sul, Singapura, entre outros). Contrariamente a recuperações anteriores, a procura doméstica foi impulsionada pelo regresso dos fluxos de capitais privados que assim permitiram o acesso destas economias ao financiamento externo. No curto prazo, subsistem diferenças significativas no desempenho económico destes países, relacionadas com a dimensão dos estímulos e da procura interna, assim como das condições económicas e financeiras e dos riscos subjacentes.

Na China, o PIB real terá crescido 10,3% em 2010, com as vendas a retalho e a produção industrial a confirmar que a procura doméstica conseguiu expandir-se para lá dos estímulos governamentais. No entanto, a segunda metade do ano marcou uma desaceleração significativa face ao crescimento registado nos primeiros meses, desaceleração essa que deverá manter-se ao longo de 2011, em virtude da imposição de limites mais estritos ao crescimento do crédito, de medidas de arrefecimento do mercado imobiliário e da prevista remoção dos estímulos fiscais ao longo do ano.

Na Índia, o desempenho macroeconómico tem sido vigoroso, com a produção industrial a situar-se em níveis máximos de dois anos. A economia terá registado um crescimento de 9,7% em 2010, conduzido principalmente pela procura interna, com os fortes lucros empresariais e condições favoráveis de financiamento externo a impulsionarem o investimento, enquanto a contribuição das exportações líquidas deverá tornar-se negativa já em 2011, na medida em que o forte crescimento do investimento deverá impulsionar as importações. No entanto, o elevado ritmo de crescimento da actividade doméstica, com reflexos no crescimento rápido da inflação (13,2% em 2010), conduziram o Banco Central a elevar a taxa de referência em 125 pontos de base.

No Japão, a recuperação conduzida pelas exportações iniciada no segundo trimestre de 2009 fortaleceu-se ao longo de 2010, devido à recuperação acima das expectativas das economias avançadas e ao aumento da procura de bens de capital por parte da China. Assim, a economia registou a maior taxa de crescimento anual desde o início da década de 90, tendo o PIB real crescido 4,3% em 2010. No entanto, a apreciação do iene (sobretudo em momentos de elevada volatilidade e de aumento da aversão ao risco, nos quais o iene funciona para os investidores como activo de refúgio) poderá impactar a actividade exportadora o que, associado à remoção dos estímulos fiscais e à fraqueza do mercado de trabalho, deverão condicionar o crescimento económico no curto prazo.

Os principais desafios para a Ásia prendem-se com o rebalanceamento dos motores de crescimento, com maior incentivo à dependência de fontes domésticas por oposição à procura externa. Este rebalanceamento é crítico na China através do incremento do papel do consumo das famílias no crescimento doméstico, para o qual deverá contribuir a progressiva apreciação do renmimbi, fruto da forte acumulação de reservas externas de divisas nos últimos anos.

A América Latina está a sair da crise financeira a um ritmo superior ao antecipado, reflectindo sólidos fundamentos macroeconómicos, adequado suporte das políticas monetárias e orçamentais, condições de financiamento externo favoráveis e fortes receitas provenientes de “commodities”. Os excedentes resultantes das exportações de “commodities” potenciaram o crescimento do rendimento interno o que, em conjunto com condições de financiamento favoráveis, suportou a procura interna. Para muitos destes países, o efeito potencialmente negativo de menor procura de importações por parte das economias desenvolvidas poderá não ser muito penalizador, dada a menor dependência do comércio externo e maior dependência da exportação de “commodities”, para as quais a procura externa deverá manter-se robusta. O crescimento da região deverá ter-se situado em 5,9% em 2010.

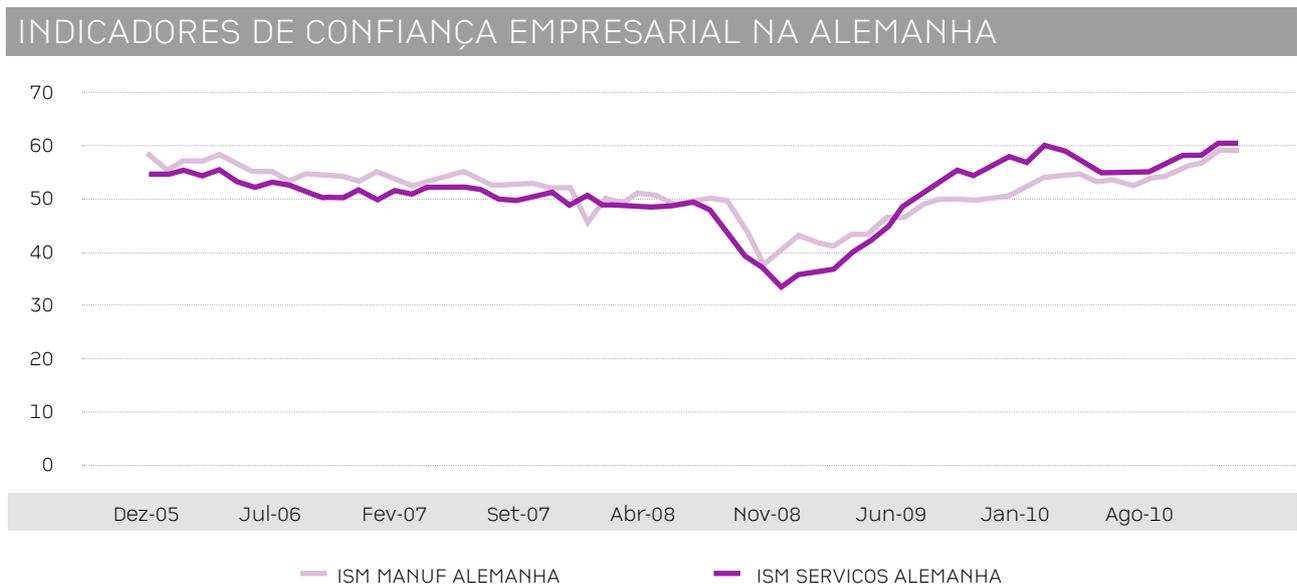
Após um breve interregno nos momentos mais agudos da crise global em 2008, as 5 principais economias da América Latina estão a experimentar um ressurgimento nos influxos de capitais. Os fortes influxos de capitais têm efeitos mistos já que, por um lado, têm sido fonte de financiamento barato e amplamente disponível para expandir a procura interna mas, por outro lado, estes fluxos têm aumentado as preocupações acerca do sobreaquecimento, competitividade externa (dada a significativa apreciação das respectivas divisas), custos de esterilização crescentes (dados os significativos diferenciais de taxa de juro face às taxas externas) e criação de bolhas especulativas nos mercados financeiros.

A economia brasileira deverá ter registado um crescimento de 7,5% em 2010, o maior crescimento das últimas décadas. O crescimento foi muito suportado na procura interna, em particular o consumo privado e o investimento. No entanto, esta dinâmica interna motivou um forte crescimento das importações, que mais do que compensou o crescimento das exportações, a beneficiarem do contexto favorável de procura pelas “commodities”, mas prejudicadas pelo aumento do valor externo do real. De facto, a apreciação do real, impulsionada pelo forte influxo de capitais (as reservas ascenderam a 294 mil milhões de dólares em Dezembro – equivalente a mais do que um ano de importações) favoreceu as importações e prejudicou as exportações, situando o défice da balança corrente em 48 mil milhões de dólares no final de 2010 (3,8% do PIB). Para impedir este efeito, o Governo decidiu aumentar o imposto sobre operações financeiras (IOF), destinado a taxar os capitais de curto prazo que entram na economia brasileira, de 2% para 6%, durante a segunda metade do ano. A inflação, por seu turno, atingiu um máximo de 5 anos para 5,91% em Dezembro, muito impulsionada pelo aumento dos custos de alimentação e do preço das “commodities”, num contexto de aumento das pressões da procura interna, alimentada pelo crescimento do crédito.

Na Europa, a recuperação económica tem sido atribulada, sobretudo pela eclosão da crise da dívida soberana. A actividade económica tem vindo a expandir-se a um ritmo moderado desde meados de 2009, após cerca de cinco trimestres consecutivos de queda e tem-se manifestado de forma desigual. A Área do Euro deverá ter crescido 1,8% em 2010, enquanto as economias em desenvolvimento da Europa Central e do Leste cerca de 4,2%. Mesmo dentro dos países da AE existem diferenças pronunciadas no

desempenho económico, muito motivadas pelas condições dos balanços dos sectores público e privado e pela possibilidade de utilizar a política fiscal para o suporte da recuperação.

Na Alemanha, a actividade revelou-se em 2010 mais dinâmica do que antecipado, após o período de ajustamento e crescimento moderado registado no período anterior à crise e a forte queda de 2009. O crescimento real cifrou-se em 3,6% e deveu-se em grande medida à procura interna, com um crescimento forte do investimento. Paralelamente, a procura externa também contribuiu positivamente para o crescimento, com as exportações e importações a crescerem 8,2% e 7,0% em cadeia, respectivamente, no 2º trimestre. Os principais indicadores quantitativos referentes à produção industrial e encomendas revelaram sinais de forte dinâmica, principalmente em relação a bens intermédios, de investimento e de consumo duradouro. No que respeita aos indicadores qualitativos, nomeadamente a confiança dos empresários e dos consumidores, verifica-se que atingiram valores máximos de duas décadas, quer nas componentes que avaliam a situação presente como nas componentes de expectativas futuras. No entanto, o consumo privado permanece débil, com as vendas a retalho a crescerem 0,6% até Outubro, ainda assim ajudado pelo comportamento favorável do emprego, num quadro de medidas de apoio à criação de emprego implementadas pelo Governo alemão. A taxa de desemprego passou do máximo de 7,7% em Junho de 2009 para cerca de 7,5% no final de 2010.



FORNE: BLOOMBERG

Em França, a actividade económica recuperou em 2010 da forte recessão registada em 2009, tendo passado de uma quebra do produto de 2,5% para um crescimento de 1,6%. Para esta recuperação contribuiu a dinâmica da procura interna, principalmente pelo contributo da variação de existências mas também do consumo privado e da FBCF. Em contraste, o contributo das exportações líquidas foi negativo, mas os efeitos desfasados da depreciação do euro poderão contribuir para estimular em parte as exportações.

No Reino Unido, a recuperação económica apenas se iniciou no último trimestre de 2009, mas de forma relativamente moderada. A dinâmica da procura interna, incluindo a variação de existências foi responsável pela recuperação, já que as exportações líquidas contribuíram negativamente para o crescimento económico. O consumo privado terá registado um contributo superior no último trimestre do ano pelo efeito de antecipação de consumo decorrente do anunciado aumento do IVA em Janeiro de 2011.

No entanto, a recuperação económica em curso tem sido ameaçada pela “crise da dívida soberana”, que afectou os países que se situam na periferia da União Europeia, em particular, Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha. Esta crise impactou directamente estes países através de duas vias: (i) através da remoção antecipada e inversão das medidas de estímulo orçamental e fiscal que haviam sido implementadas com o objectivo de incentivar a procura interna das várias economias, na sequência da resposta à crise financeira internacional; (ii) através das dificuldades de financiamento dos Estados e do sector bancário, o que afecta a confiança e a estabilidade do sistema financeiro e impõe um custo financeiro significativo sobre os agentes económicos domésticos.

A crise iniciou-se ainda em finais de 2009, quando o recém-empossado Governo da Grécia republicou os dados sobre a situação orçamental, apresentando um défice muito acima do esperado, que depois foi sendo sucessivamente revisto em alta, gerando uma desconfiança generalizada por parte dos mercados financeiros sobre a verdadeira situação das contas públicas daquele país. Concomitantemente, as agências de notação financeira realizaram sucessivas revisões em baixa da notação de crédito, colocando-a no grau especulativo, o que deteriorou ainda mais a confiança dos investidores, alargando os diferenciais das taxas de juro da dívida pública dos países da AE face à Alemanha para níveis máximos desde o início da União Económica e Monetária (UEM). No início de Maio, estes diferenciais atingiram 962 pontos base (pb) para a Grécia e acima de 300 pb para Portugal e Irlanda.

Neste contexto, as autoridades anunciaram várias medidas, entre as quais planos de consolidação orçamental por parte dos governos dos países mais afectados e, a 2 de Maio, um plano conjunto da União Europeia (UE) e do FMI de apoio à Grécia no valor de 110 mil milhões de euros. No entanto, a situação continuou a agravar-se para os países mais vulneráveis, com os mercados a considerar que o conjunto de medidas anunciadas eram insuficientes, o que conduziu a uma resposta sem precedentes das autoridades europeias, a 9 e 10 de Maio, com a criação de um fundo de estabilização europeu, destinado por um lado a resolver os problemas de “funding” dos países com dificuldade de financiamento e, por outro, a quebrar o “feedback loop” negativo que se desenvolveu na AE entre o financiamento dos países soberanos e o dos respectivos sistemas bancários. O fundo ascende a 750 mil milhões de euros e inclui a participação do FMI (até 250 mil milhões de euros). A UE criou a Facilidade Europeia de Estabilização Financeira (FEEF), que contribui para o fundo com 440 mil milhões de euros, financiados através da emissão de obrigações. Para o fundo contribui igualmente o Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF), um mecanismo já existente, com 60 mil milhões de euros. Em Setembro, as três principais agências de rating atribuíram a mais alta notação possível ao FEEF.

No entanto, a turbulência continuou, tendo os “spreads” da dívida irlandesa face à Alemanha atingido níveis superiores a 600 pontos em Novembro. Em resposta à pressão dos mercados financeiros sobre a estabilidade financeira da AE, o Eurogrupo e o Ecofin decidiram por unanimidade conceder assistência financeira à Irlanda, a 28 de Novembro, na sequência de um pedido de ajuda por parte das autoridades

irlandesas realizado a 21 de Novembro. O pacote de assistência irá cobrir necessidades de financiamento orçamental de até 50 mil milhões de euros e do sistema bancário de 35 mil milhões de euros, dos quais 22,5 mil milhões são originários tanto do FMI como do MEEF e 17,7 mil milhões do FEEF. A contribuição da EU também inclui empréstimos bilaterais da Dinamarca, Suécia e Reino Unido, no montante de 4,8 mil milhões. O rácio de financiamento entre a UE e o FMI ascende a 2:1. Também a 28 de Novembro os países da AE decidiram implementar um mecanismo permanente de estabilização financeira, para garantir substituir o FEEF quando este expirar em Junho de 2013.

Paralelamente, o BCE anunciou um conjunto de medidas destinadas a restaurar a liquidez nos vários segmentos de mercado e a mitigar os potenciais riscos sistémicos, de entre as quais o Securities Market Program (SMP), que consistiu num programa de compra esterilizada de títulos de dívida pública e privada da área do euro. Outras medidas consistiram na recuperação de medidas anteriormente tomadas e que já haviam sido suspensas, de entre as quais a expansão das operações de refinanciamento de prazo alargado, a reintrodução do leilão a taxa fixa com satisfação total da procura, e ainda o restabelecimento da linha de swaps cambiais com a FED para providenciar fundos em dólares às contrapartes da AE.

Adicionalmente, o Comité Europeu de Supervisores Bancários procedeu à realização de testes de esforço sobre 92 instituições bancárias no espaço da AE, em Setembro e, com o objectivo de reforçar a resistência do sistema financeiro a choques e restaurar os balanços das instituições financeiras e a confiança dos investidores, o Comité de Basileia anunciou a reforma de Basileia III, que exige maiores requisitos de capital às instituições financeiras. A reforma inclui a implementação de duas almofadas de capital, uma de conservação de modo a absorver em primeiro lugar as perdas decorrentes de choques adversos, e uma cíclica, definida em cada país, com o objectivo de proteger o sistema bancário de períodos de crescimento excessivo do crédito. É também estabelecido um rácio de alavancagem não ajustado pelo risco e as instituições com relevância sistémica serão ainda alvo de regras adicionais. O Comité de Basileia definiu um período de transição gradual para as novas regras até 31 de Dezembro de 2018.

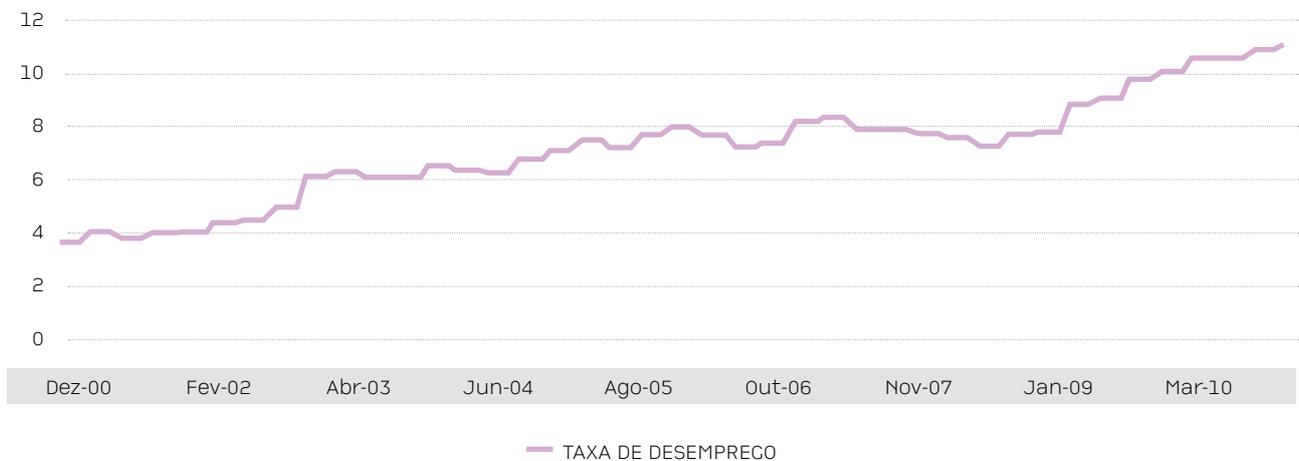
1.3 – A ACTIVIDADE EM PORTUGAL

1.3.1. – PROCURA E OFERTA

De acordo com o INE, Portugal terá registado um crescimento de 1,4% em 2010, após uma quebra de 2,5% em 2009. Continuou a observar-se um diferencial negativo entre as taxas de crescimento do PIB de Portugal e da área do euro, tal como verificado ao longo da última década e apenas interrompido em 2009.

O crescimento registado não foi, no entanto, suficiente para inverter a situação do mercado de trabalho, tendo a taxa de desemprego aumentado 1 ponto percentual (p.p.) no 4º trimestre de 2010 face ao período homólogo, atingindo 11,1%. A população desempregada aumentou para 619 mil indivíduos (um crescimento de 9,9% face ao período homólogo).

EVOLUÇÃO TAXA DE DESEMPREGO



FONTE: BLOOMBERG

O fortalecimento da actividade económica em Portugal em 2010 reflecte dinâmicas distintas entre a procura externa e interna. Por um lado, assenta num forte dinamismo das exportações, num contexto de aumento dos fluxos de comércio à escala global. Por outro lado, não obstante a recuperação do consumo privado, que deverá voltar a apresentar um crescimento acima do PIB e da média da área do euro, a procura interna deverá registar um crescimento modesto. Destaca-se o fraco desempenho do investimento, que terá registado uma queda de cerca de 5% em 2010, embora mais moderada do que a observada no ano anterior.

Após uma década caracterizada por um crescimento muito modesto da actividade económica, que se traduziu na manutenção de um baixo crescimento do produto potencial, a queda do PIB em 2009 foi menos acentuada do que a registada na generalidade das economias avançadas. Entre os factores que terão contribuído para o maior alisamento do PIB neste período, é de destacar a resistência do sistema financeiro português às perturbações decorrentes da crise global e o facto da economia portuguesa não ter evidenciado uma sobrevalorização dos preços no mercado imobiliário.

Adicionalmente, o consumo privado em Portugal apresentou um perfil mais estável do que o registado na generalidade das economias avançadas, situando-se no início de 2010 em níveis superiores aos observados antes da eclosão da crise económica. Em relação às restantes componentes da despesa, a evolução em Portugal foi globalmente idêntica à observada nas principais economias. No entanto, e ao contrário do sucedido em outras economias avançadas, não se observou neste período um ajustamento significativo do défice da balança corrente.

Neste contexto, a evolução da economia portuguesa nos próximos anos será fortemente condicionada pelos processos de consolidação orçamental e de redução do endividamento do sector privado, com destaque para as empresas. Em particular, deverá acentuar-se a diferença entre as dinâmicas da procura interna e da procura externa, com as exportações a manter-se como a componente mais dinâmica da procura global. Os principais indicadores económicos suportam esta aceção, com o Índice do Volume de Negócios na Indústria a revelar um contraste entre um crescimento

robusto da componente de volume de negócios no mercado externo e um crescimento consideravelmente mais reduzido no volume de negócios no mercado nacional. Por seu turno, a informação desagregada do Índice do Volume de Negócios nos Serviços mostra um forte dinamismo dos serviços mais vocacionados para a exportação, em contraste com os serviços mais condicionados pela evolução da procura interna.

O maior dinamismo do consumo privado no conjunto de 2010 deverá ser suportado pelo crescimento de algumas componentes do rendimento disponível com elevada propensão marginal ao consumo, designadamente as remunerações do trabalho e as transferências do sector público, bem como pela manutenção das taxas de juro em níveis reduzidos. A deterioração marcada das condições de acesso ao financiamento nos mercados financeiros internacionais por parte das instituições bancárias não se tem transmitido de forma significativa às condições de financiamento dos particulares, o que favoreceu o consumo privado em 2010.

CONFIANÇA DOS CONSUMIDORES EM PORTUGAL E NA EU



FONTE: BLOOMBERG

Tal como em 2009, ainda que em menor dimensão, os salários reais voltaram a aumentar em 2010 - a remuneração média por trabalhador para o sector privado registou um aumento de 3.1 por cento nos primeiros sete meses relativamente ao mesmo período de 2009 e a taxa de inflação cifrou-se em 1,3% em 2010. Tal crescimento deverá ser, contudo, inferior o crescimento estimado para a produtividade média do trabalho (aumento de 2.5%).

O maior dinamismo do consumo privado em 2010 está expresso tanto no aumento do consumo em bens correntes como em bens duradouros. No que respeita ao consumo de bens de consumo corrente e serviços, tipicamente caracterizado por um perfil intertemporal mais alisado, o Banco de Portugal estima um crescimento de 1,1% em 2010, após um aumento de 0,5% em 2009. Por seu turno, as despesas em bens duradouros deverão registar, de acordo com a mesma fonte, um aumento de 8,7%, depois de uma queda de 14,1% em 2009, em linha com a forte sensibilidade ao ciclo económico desta componente do consumo privado.

O crescimento significativo das despesas em bens duradouros decorre do forte dinamismo das vendas de automóveis, depois das quedas significativas observadas no ano anterior, associadas à recessão económica. Este comportamento está fortemente associado às alterações fiscais ocorridas a meio do ano (o aumento das taxas do IVA a 1 de Julho) e as previstas para o Orçamento de Estado para 2011 (novo aumento do IVA e do ISP e o fim dos programas de incentivo ao abate de veículos em fim de vida), que conduziu a um forte efeito de antecipação de compras naqueles dois momentos. Nos últimos dez anos tem-se assistido a uma tendência descendente das vendas de automóveis, o que se traduziu num aumento progressivo da idade média do parque automóvel em Portugal, de 7,2 anos em 2000, para 10 anos em 2009.

O Consumo Público deverá registar um crescimento em termos reais de 3,2% (2,9% em 2009), incluindo o impacto significativo da aquisição dos submarinos no segundo trimestre do ano.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), deverá ter registado uma contracção de 5,0%, embora mais moderada do que a observada em 2009 (11,9%). Esta contracção é partilhada pelas componentes pública e privada. Na componente privada, ela reflecte, entre outros factores, a deterioração das expectativas quanto à evolução da procura interna, a elevada incerteza e risco associados às decisões de investimento e as condições mais restritivas de acesso ao crédito.

Para além das especificidades que estarão a condicionar o investimento público e o investimento em habitação, também o investimento empresarial voltou a apresentar uma variação negativa em 2010. No conjunto do ano, o investimento empresarial deverá registar uma diminuição de 3,0%, após uma queda de cerca de 17% em 2009. Note-se que, apesar de permanecer em níveis inferiores aos registados no período anterior à eclosão da crise financeira, tem-se observado uma melhoria significativa da confiança na indústria transformadora desde o início do ano, em particular na componente referente à apreciação da carteira de encomendas, assim como um aumento do indicador do volume de negócios na indústria transformadora, nomeadamente no mercado externo. Estas indicações, em conjunto com o aumento do nível de utilização da capacidade produtiva, podem configurar um cenário de recuperação do investimento em Portugal nos sectores orientados para os mercados externos.

No entanto, a deterioração das expectativas de crescimento da procura em relação à situação prevalecente antes da crise financeira, conjugado com os elevados níveis de endividamento, poderá originar a necessidade de ajustamentos de balanço nas empresas. Estes ajustamentos poderão não permitir uma recuperação tão dinâmica do investimento como a que é tipicamente observada nos períodos pós recessivos.

A queda da FBCF em 2010 foi generalizada às suas componentes, com excepção da FBCF em “Material de transporte”, que deverá registar um aumento significativo (7,5%). A evolução desta componente reflecte o crescimento bastante expressivo das compras de automóveis pelas empresas de rent-a-car no primeiro semestre do ano, assim como o aumento significativo das vendas de veículos comerciais ligeiros (pelas razões já anteriormente referidas).

Por seu turno, a FBCF em “Máquinas e equipamento” deverá apresentar uma contracção de 6,2%, depois de uma queda de 11,3% em 2009. Finalmente, a FBCF em “Construção” deverá registar uma nova queda em 2010 (5,1%), um comportamento consistente com a evolução dos indicadores de confiança do sector e das vendas de cimento das empresas

nacionais para o mercado interno. O comportamento da FBCF em “Construção” em 2010 continuou a ser influenciado pela evolução da componente relativa à aquisição de habitação pelas famílias, que apresentou uma queda pelo 10º ano consecutivo.

Num contexto de recuperação dos fluxos de comércio internacionais e aumento das perspectivas de crescimento nos principais parceiros comerciais de Portugal, as exportações de bens e serviços registaram uma aceleração pronunciada em 2010. Os dados mais recentes apontam para um crescimento do volume de exportações de bens e serviços em 2010 de 9,0%, após uma queda de 11,8% no ano anterior.

O aumento das exportações em 2010 foi particularmente expressivo no caso das exportações de mercadorias, enquanto o crescimento das exportações de serviços foi mais moderado. A evolução mais favorável das exportações foi um fenómeno comum à generalidade das economias mundiais, com as diferenças em termos de desempenho a estarem relacionadas em parte com o facto de os países estarem especializados em mercados geográficos e sectoriais com crescimentos distintos.

As exportações nominais de mercadorias registaram um crescimento em termos homólogos de 14,7% nos primeiros sete meses de 2010. O aumento das exportações nominais verificou-se na generalidade dos sectores, sendo em geral mais expressiva nos sectores que apresentaram maiores quedas em 2009. As exportações de combustíveis, nomeadamente para os Estados Unidos, apresentaram um aumento muito acentuado desde o início do ano, depois da forte queda registada em 2009. Refira-se que as exportações de combustíveis em termos nominais têm vindo a ganhar uma importância crescente na estrutura das exportações nacionais, correspondendo a 6,6% do total nos primeiros sete meses de 2010, um valor que compara com um valor médio de 3,0% no período 2000-2007. Excluindo os combustíveis, o crescimento nominal das exportações de mercadorias nos primeiros sete meses do ano situou-se em 11,6%.

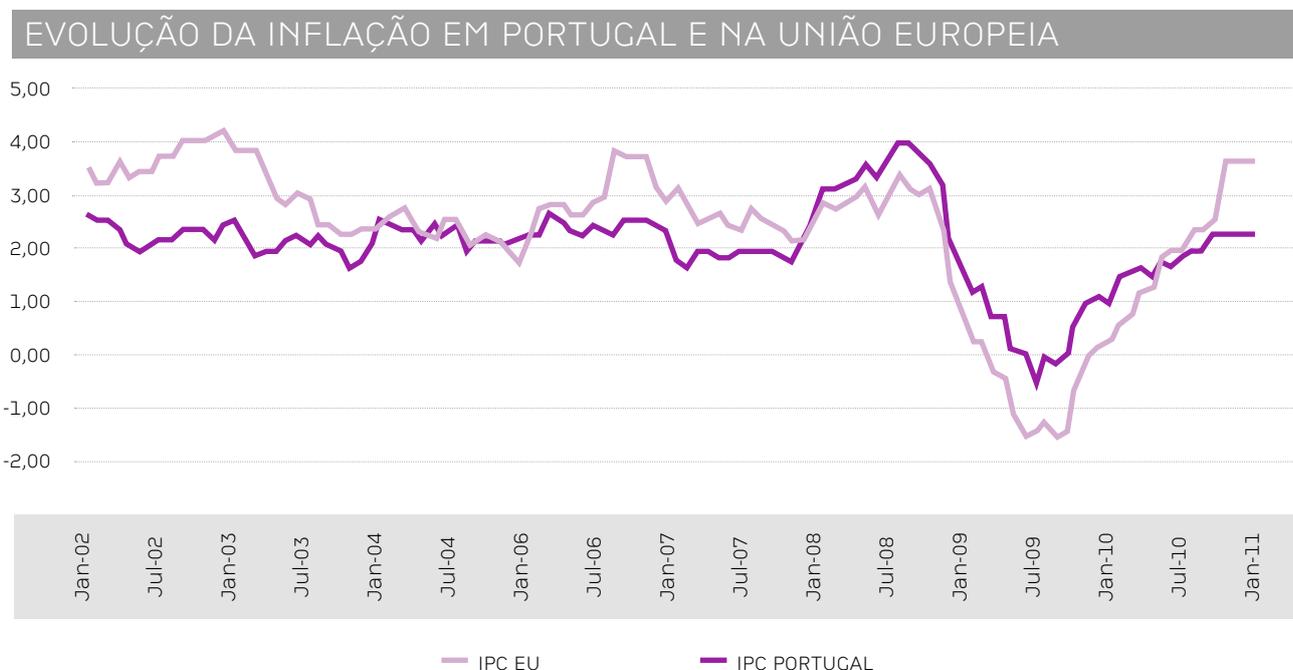
Atendendo ao grau de intensidade tecnológica, o aumento das exportações foi expressivo no caso dos produtos de média-alta e média-baixa tecnologia. Em relação aos primeiros, há a destacar as exportações de veículos automóveis e outro material de transporte, com realce para as destinadas ao mercado alemão, que registaram uma aceleração significativa nos primeiros sete meses de 2010. Em relação aos produtos de média-baixa tecnologia, para além do elevado dinamismo das exportações de combustíveis, há a destacar o crescimento das vendas ao exterior de plásticos e borracha (33,5%), papel e pastas celulósicas (32,4%) e metais comuns (17,8%), cujo desempenho foi particularmente importante para o aumento do contributo para as exportações totais das exportações destinadas ao mercado espanhol.

A recuperação diferenciada da economia portuguesa em termos sectoriais foi patente em indicadores qualitativos, como sejam os indicadores de confiança na indústria transformadora, serviços, comércio a retalho, e ainda os indicadores de expectativas de produção e de carteira de encomendas. O indicador de confiança no sector dos serviços, apesar de apresentar uma evolução positiva, ficou bastante aquém do nível observado antes da crise (primeiro semestre de 2008), enquanto o indicador da indústria transformadora se aproximou desse nível, e o do comércio a retalho o ultrapassou. Em contraste, o indicador de confiança do sector da construção continuou a deteriorar-se, mantendo-se próximo do mínimo histórico atingido em 2002.

A evolução da produtividade do trabalho resulta da evolução (tipicamente pro-cíclica) da taxa de utilização da capacidade produtiva, que no primeiro trimestre de 2010 inverteu a tendência de declínio acentuado iniciada no primeiro semestre de 2008. A evolução da produtividade encontra-se significativamente condicionada pela queda do emprego do sector privado registada em 2009 e no primeiro semestre de 2010. Em termos sectoriais, destaca-se o aumento de produtividade registado no sector da Indústria Transformadora.

1.3.2 - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS

Em 2010, a taxa de inflação em Portugal, medida pela variação média do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), situou-se em 1.3%, após ter registado uma queda de 0.9% em 2009. O diferencial de inflação em relação à área do euro foi ligeiramente negativo (-0.3 p.p.), após o mínimo histórico de -1.3 p.p. registado em 2009.



FORNE: INE E EUROSTAT

O crescimento dos preços em 2010, após um período de forte desaceleração dos preços em Portugal, iniciado no final de 2008 e prolongado ao longo do ano seguinte, que se traduziu numa taxa de inflação média anual negativa em 2009 – pela primeira vez nas últimas três décadas – reflecte, por um lado, a melhoria do enquadramento externo da economia portuguesa, com um aumento das perspectivas de crescimento nas principais economias mundiais e uma recuperação gradual dos fluxos de comércio internacionais, após a forte contracção observada em 2009. Este facto traduziu-se num aumento dos preços internacionais das matérias-primas, tanto energéticas, como não energéticas. Em sentido contrário, os preços da generalidade dos serviços apresentam taxas de crescimento relativamente baixas, num quadro de uma ligeira queda dos custos unitários do trabalho. Finalmente, o impacto do aumento de um ponto percentual de todas as taxas do IVA a partir de 1 de Julho de 2010 foi também relevante.

De acordo o Banco de Portugal, os custos unitários do trabalho em Portugal deverão apresentar uma queda ligeira em 2010, o que reflecte um crescimento das remunerações por trabalhador inferior à registada em 2009, assim como um crescimento significativo da produtividade do trabalho, num contexto de recuperação da actividade económica e de uma nova queda no emprego total. Ao contrário do verificado nos últimos dois anos, deverá registar-se um diferencial positivo entre o crescimento dos custos unitários do trabalho em Portugal e na área do euro.

1.3.3 - NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DA ECONOMIA

Em 2010, as necessidades líquidas de financiamento externo da economia portuguesa em percentagem do PIB continuaram a ser elevadas, registando apenas uma ligeira redução face ao observado no ano anterior. Para esta ligeira melhoria do défice externo contribuirá uma nova redução do investimento, já que a taxa de poupança interna também terá diminuído ligeiramente. Tanto a taxa de poupança como a taxa de investimento encontram-se em valores mínimos históricos.

Por sua vez, as transferências líquidas de capital (maioritariamente transferências da União Europeia) voltaram a diminuir, continuando a trajectória descendente observada desde 1995. A ligeira redução das necessidades líquidas de financiamento externo da economia (em percentagem do PIB) resulta de um menor défice das administrações públicas, registando-se em contrapartida um aumento das necessidades de financiamento do sector privado.

As necessidades de financiamento externo da economia terão uma ligeira redução em 2010, decorrente do expressivo abrandamento da procura interna. Assim, as necessidades líquidas de financiamento externo da economia portuguesa em 2010, que correspondem grosso modo ao défice conjunto da balança corrente e de capital, deverão continuar a ser elevadas, registando apenas uma ligeira redução, em percentagem do PIB, face ao observado no ano anterior (8,8% do PIB face a 9,5% em 2009).

1.3.4 - POLÍTICA ORÇAMENTAL

Portugal terá atingido em 2010 um défice global das administrações públicas de 7,3% do PIB (9,3%, em 2009). No entanto, a concretização deste resultado exigiu medidas adicionais significativas tendo sido anunciada, a 29 de Setembro, a transferência do fundo de pensões da PT para a Segurança Social, de forma a garantir a redução programada do défice. Esta medida, de natureza temporária, afecta apenas as receitas do ano em curso, não alterando o saldo estrutural, nem a avaliação da sustentabilidade das finanças públicas. A projecção para o rácio da dívida no final de 2010, incluída na notificação de Setembro, cifra-se em 83.3% do PIB.

O ano de 2010 tem sido marcado por uma acentuada instabilidade e diferenciação nos mercados de dívida pública na área do euro. Em Portugal, como em alguns outros países, observou-se um aumento do risco soberano em resultado da deterioração significativa e não completamente antecipada do défice e da dívida das administrações públicas, conjugada com a manutenção de problemas estruturais. O exacerbar desta situação a partir de finais de Abril, que afectou significativamente o financiamento dos bancos portugueses nos mercados internacionais de dívida por grosso, conduziu à adopção, em meados de Maio, de medidas de consolidação orçamental adicionais, para além

das anunciadas em Janeiro no Orçamento do Estado para 2010 (OE2010) e em Março na actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC). Na sequência da divulgação destas medidas, foram revistos em baixa os objectivos oficiais para o défice em 2010 e 2011, que foram fixados em 7.3 e 4.6 por cento do PIB, respectivamente. As novas metas para o défice em 2012 e 2013, bem como uma trajectória revista para o rácio da dívida pública em todo o período de 2010 a 2013, foram apresentados no início de Julho no Relatório de Orientação da Política Orçamental (ROPO). Este documento não explicitou medidas adicionais mas incluiu projecções da conta das administrações públicas em relação ao PIB para 2010-2013. De acordo com a estimativa para 2010, a diminuição do défice deverá resultar predominantemente do aumento do rácio da receita total no PIB (em 1,8 p.p. do PIB), uma vez que a despesa primária em percentagem do PIB deverá registar uma redução menos significativa (0,5 p.p. do PIB) e se estima que a despesa em juros tenha um acréscimo de 0,4 p.p. do PIB.

1.4 SISTEMA FINANCEIRO

1.4.1. SITUAÇÃO GLOBAL

O ano de 2010 foi um ano marcado por grandes níveis de incerteza e volatilidade nos mercados financeiros. Os sinais de algum abrandamento da recuperação durante a primeira metade do ano, tanto nos EUA como na Europa, assim como as medidas de austeridade impostas na Europa e incertezas relativas às capacidades de financiamento de países periféricos da UE, tais como Portugal, Espanha, Grécia, Irlanda e Bélgica, introduziram maior dificuldade. Durante 2010 também se assistiu a uma subida acentuada dos preços das matérias-primas com diversos sectores a atingirem máximos de 10 anos.

O ano de 2010, à semelhança do ano de 2009, foi também marcado pelos esforços dos Governos e Bancos Centrais de tomar medidas adicionais para estimular as economias e suportar os mercados financeiros. Sendo que, nomeadamente no final do ano, o apoio mais directo foi a implementação de medidas de política monetária não convencionais, introduzindo suporte aos mercados de títulos da dívida pública nos EUA e na Europa.

Nos EUA, anúncio da Reserva Federal em Novembro de uma segunda ronda de “Quantitative Easing” (QE2) gerou algumas incertezas quanto às expectativas de inflação e valorização do dólar. As taxas de juro de referência permaneceram em mínimos históricos de entre zero e 0,25%. A taxa de desemprego começou o ano em 9,7%, caiu para 9,5% em Julho, mas subiu para 9,8% em Novembro.

Na Europa, o enfraquecimento da situação orçamental de alguns Estados europeus levantou preocupações sobre uma possível transferência da crise financeira para os balanços do sector público. Assistiu-se ao longo do ano a diversas reduções das notações de risco na Irlanda, Portugal, Espanha e Grécia, que vieram pressionar Estados e empresas, assim afectando (por vezes de forma inoportuna) a sua capacidade de refinanciamento. Os países da UE e o Fundo Monetário Internacional responderam com empréstimos e resgates condicionais, tendo paralelamente os vários Estados implementado medidas de austeridade significativas, como forma de tentar reduzir os seus défices e mitigar a percepção do seu risco soberano. Em auxílio dos países da zona euro em dificuldades financeiras a União Europeia acordou a constituição de um fundo de emergência no valor de 750 mil milhões de euros.

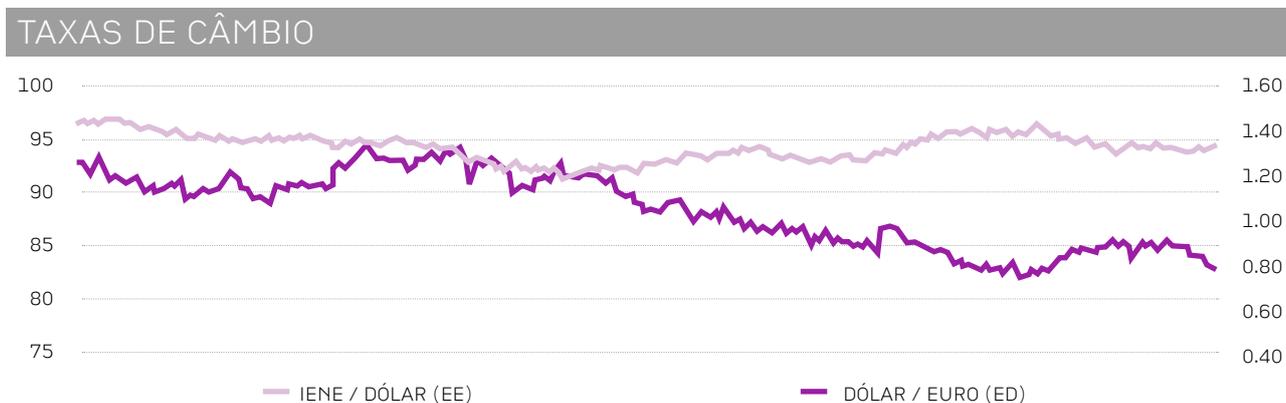
Os programas de austeridade apresentados pelos Governos para assegurar cumprimento do Pacto de Estabilidade e respectivos Programas de Crescimento geraram um maior nível de pessimismo sobre o crescimento da economia Europeia (e por sua influência a economia mundial) a curto e médio prazo. De destacar também o papel do BCE ao procurar ainda abrandar a subida das taxas sobre os títulos da dívida de alguns países europeus através da compra de títulos no mercado secundário, através do programa SMP.

1.4.2. MERCADO DE RETALHO E DE EMPRESAS

Com a extensão dos efeitos da crise, a menor capacidade das políticas públicas em apoiarem a actividade económica e o crescimento dos custos associados ao financiamento conduziram a um reforço das políticas de captação de depósitos, venda de activos não estratégicos e aumento dos activos com elevada liquidez. O aumento disperso dos prémios de risco e a carência de financiamento nos mercados interbancários condicionaram as taxas de juro praticadas nos mercados de retalho domésticos, afectando a robustez do balanço dos bancos. Este enquadramento tem concorrido para um maior ponderação quanto à forma e ao momento ideais para a adopção do novo quadro regulamentar proposto para a actividade bancária. A actividade bancária continuará a desenvolver-se a um grau de imprevisibilidade superior ao normal, num contexto marcado pela redução progressiva da liquidez nos mercados monetário e de crédito

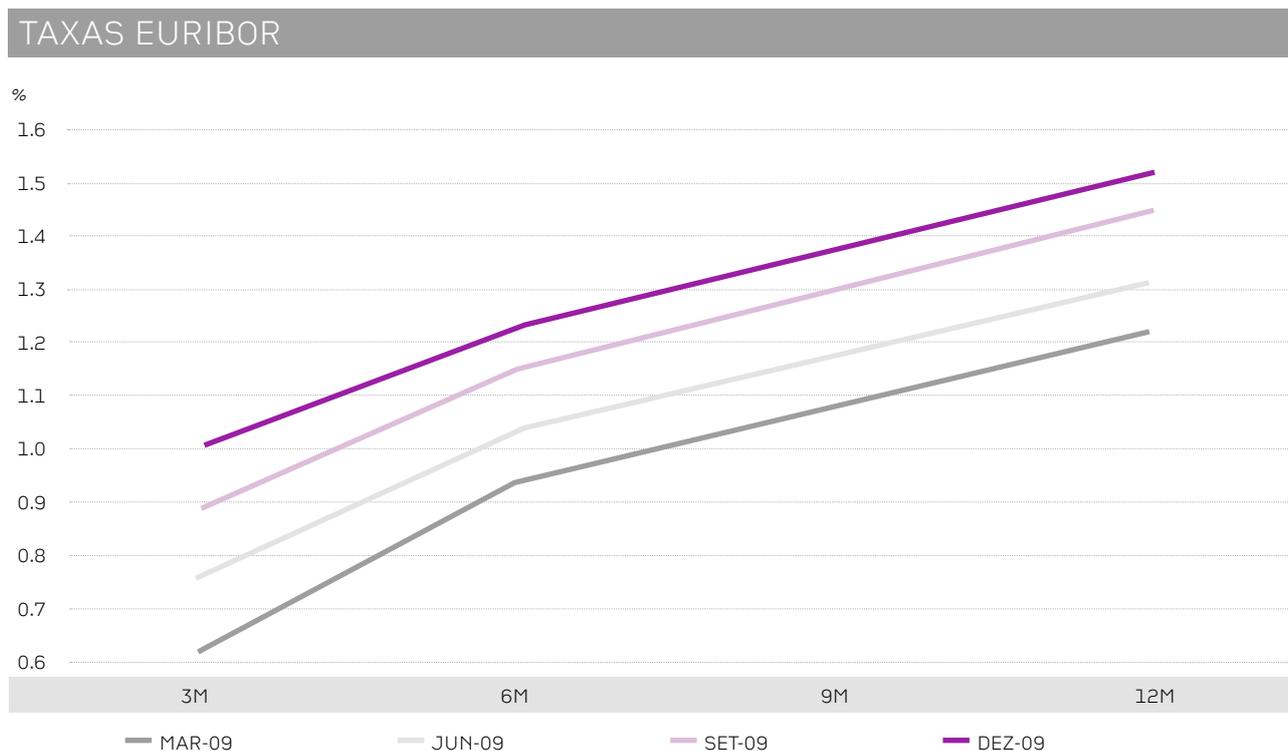
1.4.3. MERCADOS MONETÁRIO E CAMBIAL

Em 2010, os mercados cambiais voltaram a mostrar uma elevada volatilidade do dólar, registando um máximo face ao euro de 1,1923, um mínimo de 1,4513, terminado o ano em 1,3384, com uma queda de 8,3%. A FED manteve o nível historicamente baixo da sua refi-rate (0-0,25%), o BCE continuou a descida, iniciada no ano anterior, da mesma taxa também para um mínimo histórico (1%). O Euro foi particularmente afectado pela crise instalada na Europa associada aos mercados de dívida soberana e também às menores perspectivas de crescimento económico a médio prazo, decorrentes das políticas de austeridade que entretanto foram sendo adoptadas. No que respeita ao Iene japonês, este sofreu uma significativa valorização em relação ao dólar (12,2%), tendo atingido o patamar de 81,12 USD/JPY voltando a ser uma moeda de uma moeda refúgio em momentos de instabilidade financeira.



FORNTE: BLOOMBERG

Durante 2010, o clima de aversão ao risco travou o funcionamento habitual dos mercados interbancários, com consequências negativas nos fluxos de financiamento intra-comunitários. As taxas euribor subiram durante ao ano, tendo a taxa a 3 meses subido 31 pb, para 1,01%; a taxa a 6 meses 23 pb para 1,227% e a taxa a 12 meses 26 pontos base para 1,507%. Os Bancos Centrais nos EUA e na AE mantiveram as suas medidas extraordinárias de cedência de liquidez.



FORNTE: BLOOMBERG

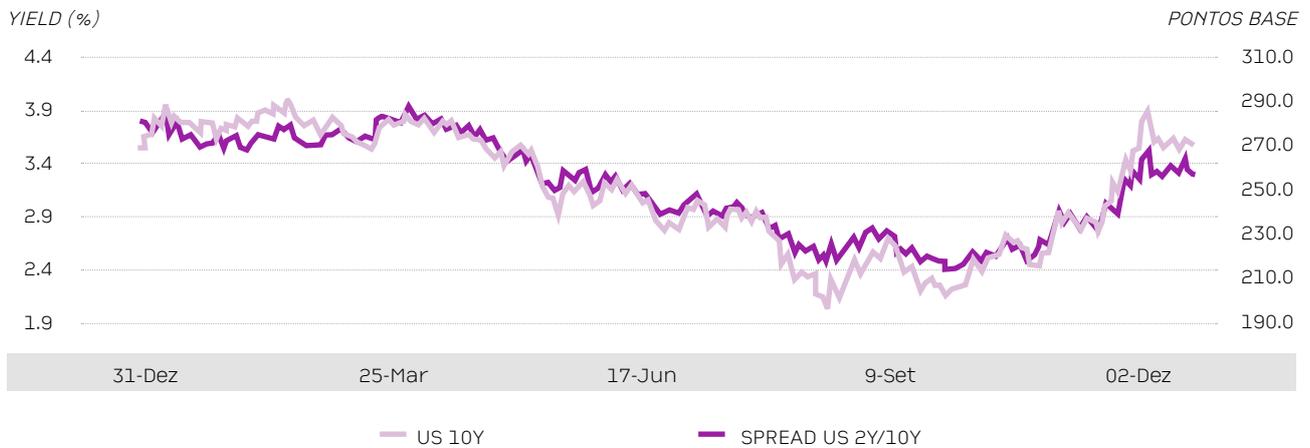
1.4.4. MERCADO DE OBRIGAÇÕES

O mercado de obrigações soberanas esteve no centro das atenções, principalmente no segundo semestre de 2010. Depois do resgate à Grécia ocorrido em Maio, rapidamente propagou o contágio a outros países periféricos da AE como a Espanha, Portugal e Irlanda, acabando esta última por necessitar também de uma intervenção de auxílio, a 28 de Novembro. As taxas de rendibilidade das obrigações dos estados atingiram máximos históricos e os bancos centrais viram-se obrigados a intervir para acalmar os mercados secundários.

A Reserva Federal dos Estados Unidos (FED) manteve a sua taxa de referência no intervalo de 0,00 – 0,25% ao longo de todo o ano e anunciou a segunda ronda de “quantitative easing” (compra de até 600 mil milhões de dólares em títulos do Tesouro de longo prazo até o final do 2T11), a um ritmo de cerca de 75 mil milhões de dólares por mês. A taxa de rentabilidade das obrigações do Tesouro norte-americano para o prazo de dez anos caiu 54 pontos base, fixando-se em 3,29% no final do ano. O diferencial entre as taxas de rendimento a dois e dez anos diminuiu 91 pontos base.



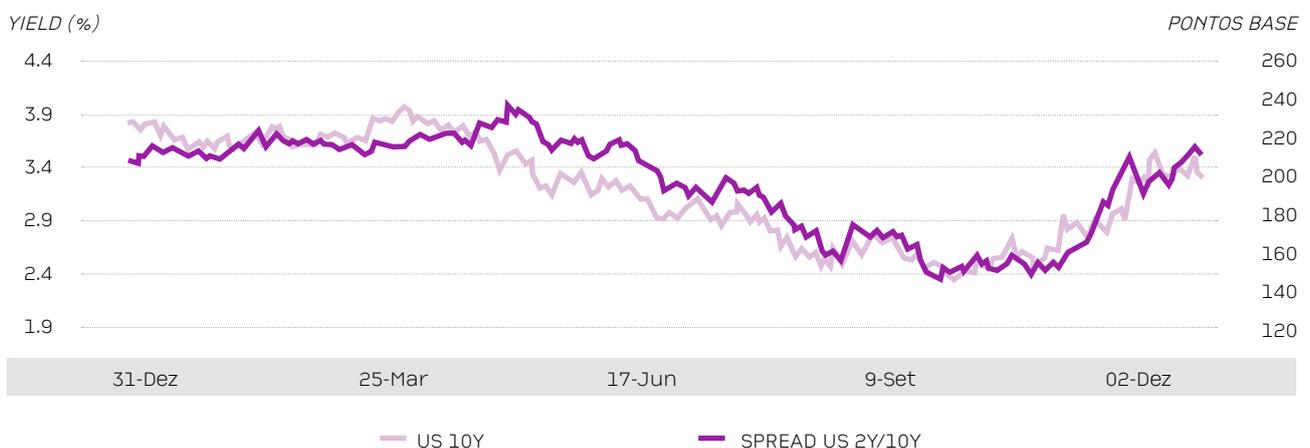
OBRIGAÇÕES DO TESOURO DOS ESTADOS UNIDOS



FONTE: BLOOMBERG

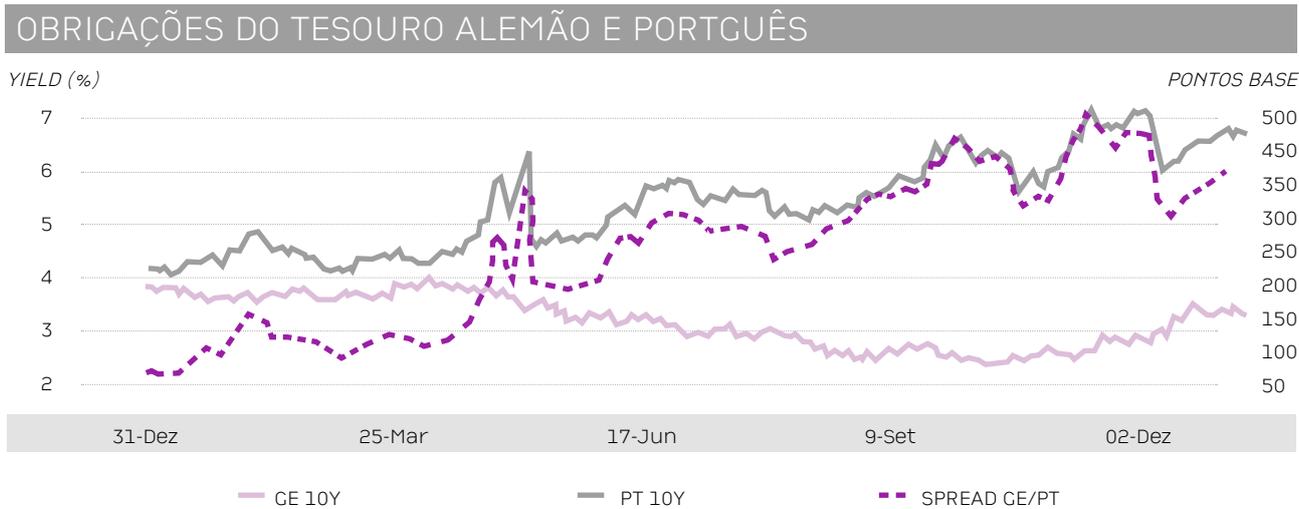
O Banco Central Europeu manteve a taxa de referência em mínimos históricos de 1%. A taxa de rentabilidade a dez anos da dívida alemã terminou o ano a 2,96%, o que correspondeu a uma queda de 42 pontos base face a 2009. Ao contrário dos Estados Unidos, o diferencial entre as taxas de rendimento a dois e dez anos da dívida germânica diminuiu em 5 pontos base.

OBRIGAÇÕES DO TESOURO ALEMÃO



FONTE: BLOOMBERG

A dívida pública portuguesa sofreu com o contágio da crise vivida pela Grécia e Irlanda, e com o fraco desempenho orçamental, que obrigou o Governo à adopção de medidas adicionais para o cumprimento das metas oficiais. O diferencial entre a taxa de rendimento a dez anos de uma obrigação portuguesa e uma alemã aumentou 296 pontos base. A rentabilidade de uma Obrigação do Tesouro a 10 anos encerrou 2010 com uma taxa de rentabilidade de 6.6%, chegando a atingir máximos de 7% em Novembro.



FONTES: BLOOMBERG

1.4.5. MERCADO DE ACÇÕES

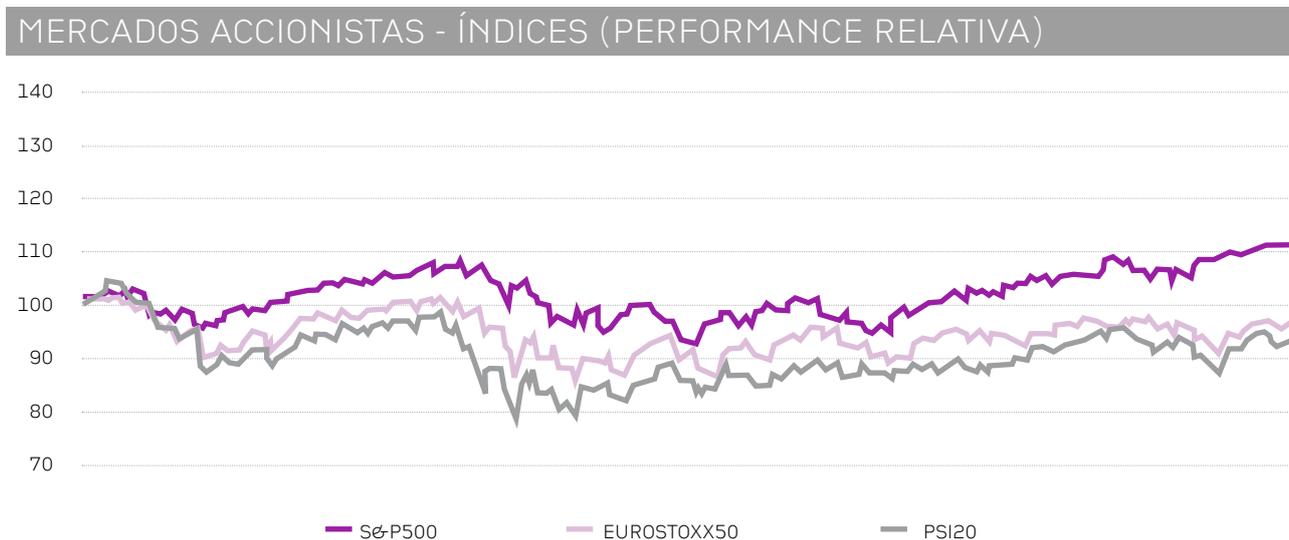
Os principais índices accionistas dos Estados Unidos registaram valorizações significativas em 2010. O Dow Jones, Nasdaq, e S&P registaram subidas anuais de 11%, 17% e 13%, respectivamente. O ano foi caracterizado por uma forte volatilidade e incerteza em relação à sustentabilidade de uma potencial recuperação económica. Contudo, os mercados financeiros beneficiaram da divulgação de resultados positivos da generalidade das empresas e da manutenção das medidas de estímulo orçamentais e monetárias. Neste contexto, é importante destacar o anúncio, no mês de Dezembro, de que o Presidente Norte-Americano, Barack Obama, e os líderes republicanos no Congresso concordaram em prolongar, por mais dois anos, os cortes de impostos iniciados na era do ex-Presidente George W. Bush. Nesse mês, o Dow Jones, Nasdaq, e S&P subiram 5,2%, 6,2% e 6,5%, respectivamente.

Na Zona Euro, a generalidade dos índices europeus, com excepção da Alemanha, sofreu fortes desvalorizações. Os índices CAC40, IBEX e Euro Stoxx 50 registaram correcções de 3%, 17% e 6%, respectivamente. Os mercados accionistas foram penalizados pelos receios em relação às consequências da grave crise financeira e de dívida soberana que afectou vários países da Europa, entre os quais Portugal, e pela possibilidade de efeito de contágio a outros países europeus. Por sua vez, o DAX registou uma subida anual de 16%. De destacar que, este país registou uma forte expansão do PIB (de 3,6%) em 2010, sobretudo impulsionado pelas exportações.

A nível nacional, o índice de referência do mercado nacional, o PSI 20, registou uma desvalorização de 10%. A performance do PSI20 foi caracterizada por um nível de volatilidade elevada, tendo estado a cair 17% no final do 1º Semestre. As cotações das empresas do sector da construção foram as que sofreram maiores correcções, penalizadas pelas condições económicas e necessidade de o Governo de reduzir significativamente os investimentos em obras públicas. A Martifer, a Mota-Engil e a Soares da Costa desvalorizaram todas mais de 55%. Por sua vez, o sector financeiro foi também bastante penalizado devido às fortes restrições ao nível de acesso de financiamento nos mercados financeiros e provável necessidade de reforço dos rácios de capital. O BCP, BES e BPI sofreram correcções de 31%, 37% e 35%, respectivamente.



A Jerónimo Martins foi a empresa com o desempenho mais favorável em 2010 com uma valorização de 65,5%, beneficiando principalmente do bom desempenho da sua unidade Polaca, que de forma regular superou as estimativas dos analistas, e de uma valorização do Zloty face ao euro.



FONTE: BLOOMBERG

2. A ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELO BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO E EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS EM 2010

2.1 APRECIACÃO GLOBAL

Os resultados do Banif - Banco de Investimento (BBI) evoluíram de forma vincadamente positiva em 2010 e de tal forma que:

- No plano individual, o resultado líquido passou de 1,7 milhões de Euros para 5,8 milhões de Euros, graças a um aumento do produto bancário de quase 5 milhões de Euros que, contrastando com uma redução dos custos operacionais de quase 5%, permitiu baixar o *cost-to-income* ratio para 53%.
- No plano consolidado, o resultado líquido atingiu 8,2 milhões de Euros, avançando cerca de 4,5 milhões de Euros ou 120% sobre o resultado de 2009 e elevando o retorno sobre capitais próprios para 12,2%. O *cost-to-income ratio* caiu de 72% para 61% graças à conjugação de maiores proveitos (+8%) e menores custos operacionais (-9%).

O crescimento do Produto Bancário consolidado foi impulsionado pelo acréscimo de 3 milhões de Euros (+26%) registado no agregado “Margem Financeira e Resultados de Operações Financeiras”, enquanto as Comissões Líquidas decresciam de 21,8 milhões de Euros para 21,4 milhões de Euros. Nos custos operacionais destaca-se uma forte correcção nos serviços e fornecimentos de terceiros (- 3 milhões de Euros) que compensou largamente acréscimos muito menos significativos nos custos com o pessoal e nas amortizações.

CONTAS INDIVIDUAIS	31-12-2010	31-12-2009	VARIAÇÃO %
Activo Líquido	1.322.666	989.007	34%
Capitais Próprios	60.968	62.030	-2%
Produto da Actividade	28.512	23.621	21%
Cash-Flow	14.493	8.666	67%
Resultado do Exercício	5.836	1.742	235%
ROA	0,5%	0,2%	—
ROE	10,6%	3,6%	—
<i>Cost-to-Income</i>	53,1%	67,2%	—
Rácio de Solvabilidade		11,0%	—

(Expresso em milhares de Euros)

CONTAS CONSOLIDADAS	31/12/2010	31/12/2009	VARIAÇÃO %
Activo Líquido	1.339.229	986.850	36%
Capitais Próprios	94.185	74.373	27%
Produto Bancário	35.916	33.312	8%
Cash-Flow	15.102	10.219	48%
Resultado do Exercício	8.182	3.714	120%
ROA	0,7%	0,4%	—
ROE	12,2%	6,6%	—
<i>Cost-to-Income</i>	61,4%	72,4%	—

(Expresso em milhares de Euros)

2.2 ADVISORY SERVICES & BANKING

2.2.1 CORPORATE FINANCE

Em 2010, assistiu-se ao prolongamento dos efeitos da crise económico-financeira internacional, a qual foi ainda agravada em Portugal e Espanha pelos efeitos da crise da dívida soberana dos mercados periféricos da Zona Euro. Em particular, as condicionantes enfrentadas pelas empresas e particulares no acesso a crédito bancário afectaram de forma determinante a actividade de Fusões & Aquisições em Portugal e Espanha.

Em resultado desta evolvente adversa, a actividade de Fusões & Aquisições em Portugal registou - de acordo com a informação constante da Bloomberg - 73 transacções em 2010, representando uma redução de 10% em volume e de 14% em valor face ao ano de 2009, o qual já tinha apresentado uma contracção notória da actividade de Fusões & Aquisições.

Ainda assim, a Direcção de *Corporate Finance* angariou e esteve envolvida em vários mandatos de assessoria financeira, incluindo relevantes operações *cross border*, das quais merecem destaque:

- Assessoria financeira ao Grupo Altrad na aquisição de Irbal;
- Assessoria financeira à Companhia de Seguros Açoreana na aquisição da Global Seguros e da Global Vida;
- Assessoria financeira à Fomentinvest na aquisição de 30% da Enersistemas, Energias, S.A. (Central Solar Fotovoltaica de 6MW);
- Assessoria financeira ao Grupo BANIF na alienação de 70% do capital da BANIFInvest no Brasil;
- Assessoria financeira ao TIIC – Transport Infrastructure Investment Company na análise, avaliação e negociação de oportunidades de investimento;
- Assessoria financeira à Palamon Capital Partners na análise e estudo de várias oportunidades de investimento;
- Assessoria financeira à Dalkia na prospecção, análise e avaliação de oportunidades de investimentos no sector da energia em Portugal;
- Assessoria financeira à Sapec e à Fomentinvest na análise, avaliação, estruturação e negociação de oportunidades de investimento no sector do ambiente;
- Assessoria financeira à ProA Capital na análise e estudo de oportunidades de investimento no sector da saúde;
- Assessoria na avaliação financeira da STDA – Sociedade Turística do Alentejo, S.C.P.S., S.A.





2.2.2 STRUCTURED FINANCE

O ano de 2010 manteve a tendência já verificada em 2009 de muito maior selectividade e restrição na concessão de crédito às empresas e projectos de investimento, acompanhada por um ajustamento em alta das condições de *pricing* das operações e agravada pelas dificuldades de liquidez dos bancos portugueses. Neste contexto, a maior parte das operações de financiamento em regime de *Project Finance* e *Acquisition Finance* continuaram a ser estruturadas em *club deal* incluindo vários bancos, notando-se contudo crescentes limitações na disponibilidade de concessão de crédito estruturado em virtude das fortes restrições de liquidez enfrentadas pelos bancos portugueses.

Não obstante, a Direcção de *Structured Finance* continuou a aproveitar esta janela de oportunidade para conquistar importantes clientes por via da estruturação e montagem de relevantes operações de *Project Finance* e *Acquisition Finance* em Portugal e Espanha, sendo pertinente destacar as seguintes intervenções:

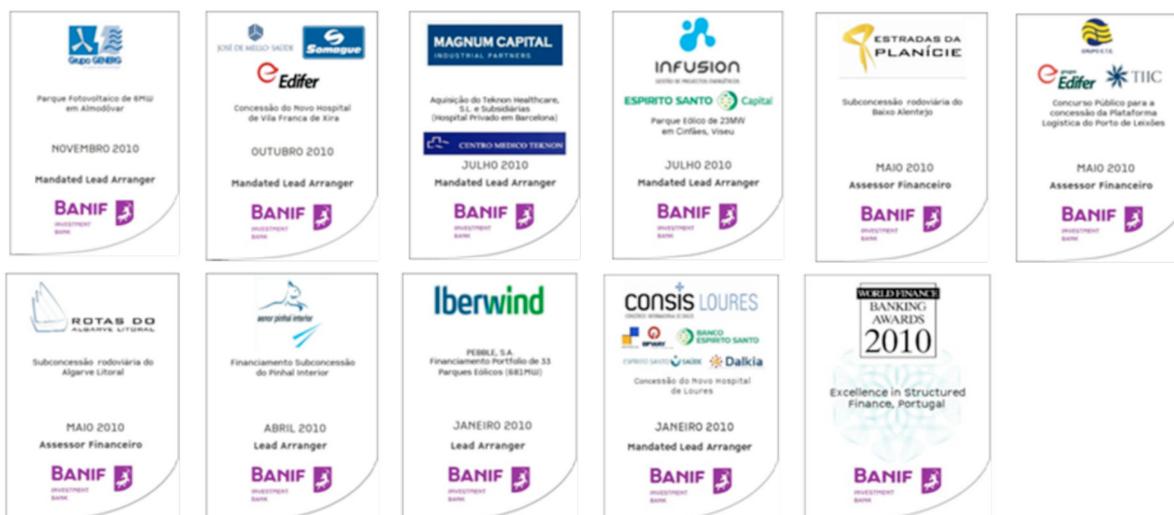
- *Mandated Lead Arranger* no financiamento à Consis Loures (Consórcio liderado pelos Grupos Mota-Engil e Banco Espírito Santo) da Concessão do Novo Hospital de Loures;
- *Lead Arranger* no financiamento à Iberwind II (Magnum Capital Partners) para a aquisição do maior portfolio eólico em Portugal, de 681MW, constituído por 33 parques eólicos;
- *Mandated Lead Arranger* no financiamento Aenor Pinhal Interior (Consórcio liderado pelos Grupos Mota-Engil e Banco Espírito Santo) da Subconcessão do Pinhal Interior;
- *Mandated Lead Arranger* no financiamento à Infusion e à ES Capital para a construção e exploração do Parque Eólico de 23MW localizado em Cinfães (Concelho de Viseu);
- *Mandated Lead Arranger* no financiamento à Magnum Capital Partners para a aquisição do Centro Médico Teknon, maior e mais prestigiado hospital privado de Barcelona;
- *Mandated Lead Arranger* no financiamento à Escala Vila Franca de Xira (Consórcio liderado pelos Grupos José de Mello, Somague e Edifer) da Concessão do Novo Hospital de Vila Franca de Xira;
- *Mandated Lead Arranger* no financiamento ao Grupo Generg para a construção e exploração do Parque Fotovoltaico de 6MW localizado em Porteirinhos (Concelho de Almodôvar).



Na vertente de assessoria financeira, nomeadamente em *Project Finance*, destacam-se as seguintes operações:

- Assessor financeiro exclusivo à Rotas do Algarve Litoral (Concessionária liderada pela ACS/Dragados e Edifer) no âmbito do acompanhamento da Subconcessão Rodoviária do Algarve Litoral;
- Assessor financeiro exclusivo à SPER (Concessionária liderada pela ACS/Dragados e Edifer) no âmbito do acompanhamento da Subconcessão Rodoviária do Baixo Alentejo;
- Assessor financeiro do Grupo ETE, Edifer e TIIC no Concurso Público para a Concessão da Plataforma Logística do Porto de Leixões.

Por fim, realça-se que no âmbito dos *World Finance Banking Awards*, o Banif - Banco de Investimento foi galardoado com o prestigiado prémio de Excellence em *Structured Finance* 2010.



2.2.3. CRÉDITO

A actividade da Direcção de Crédito, que possui uma significativa exposição a crédito imobiliário, viu a sua *performance* influenciada pela escassez de liquidez nos mercados financeiros e pelo importante incremento do custo de *funding* verificado durante o ano de 2010.

Neste contexto, a actividade da Direcção de Crédito em 2010 caracterizou-se por:

- Uma forte redução na contratação de novas operações de crédito, situação que em conjunto com os reembolsos programados de financiamentos já contratados se traduziu numa redução do volume da carteira sob gestão de 19,5%, passando de €301 milhões para €242 milhões;
- Reestruturação de várias operações em carteira, com reforço de garantias e/ou redução de exposição de crédito e definição de novos prazos de reembolso;
- Revisão e ajustamento da margem financeira e demais condições de todas as operações sob gestão da Direcção de Crédito, tendo como reflexo directo o incremento do *spread* médio da carteira para 3,38%.

Realça-se ainda a redenominação no final do ano 2010 da Direcção de Crédito em Direcção de *Real Estate Finance*, traduzindo o seu maior enfoque e especialização na fileira do negócio financeiro dirigido ao sector imobiliário, nomeadamente na vertente de consultoria financeira a clientes e investidores na estruturação e captação de capital e dívida para empreendimentos imobiliários, bem como apoio na gestão, reestruturação e/ou desinvestimento destes projectos.

2.3 TREASURY & MARKETS

2.3.1 MERCADO DE CAPITALIS

• Mercado Primário de Dívida

Em 2010, a área de Mercado de Capitais - Dívida esteve envolvida na estruturação e colocação de 10 transacções em mercado primário, num montante total de cerca de 345 milhões de Euros.

Salientam-se, enquadradas na política de captação de recursos para o Banif – Grupo Financeiro, as seguintes transacções: duas emissões de *Fixed Rate Notes* para o Banif Banco de Investimento (Brasil), no montante de cerca de 20,6 milhões de Euros; duas emissões de *Fixed Rate Notes* para o Banif Finance Ltd., no valor global de 77,5 milhões; uma emissão de *Senior Notes* para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. ao abrigo do seu *Euro Medium Term Note Programme*, no valor de 150 milhões de Euros; uma emissão de obrigações para a Rentipar Seguros, SGPS, S.A., no montante de 40 milhões de euros; e uma emissão de obrigações para a Banif SGPS, S.A., no montante de 50 milhões de Euros.

Importa referir ainda que no âmbito da estruturação de financiamentos garantidos para clientes externos, o Banco liderou uma emissão de *Secured Notes*, no formato de *private placement*, para a Kamai International, no montante global de 2,5 milhões de Dólares Americanos e prazo de 4 anos, garantida por penhor de acções de uma empresa Brasileira do sector agro-pecuário. A referida emissão foi colocada junto de um único investidor institucional.

Por último, o Banco liderou conjuntamente com o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. dois programas de emissões de papel comercial para a Empresa Madeirense de Tabacos, S.A., no montante de 2,5 milhões de Euros cada.

• Mercado Primário de Acções

No Mercado de Capitais - Acções, o Banif - Banco de Investimento assumiu o estatuto de Intermediário Financeiro na operação de colocação de 80 milhões de acções da Banif SGPS, S.A. integrada na operação de aumento de capital social desta última de 490 milhões de Euros para 570 milhões de Euros.

2.3.2. FINANCEIRA

O ano de 2010 foi caracterizado pelo contínuo agravamento das condições de acesso a fontes de liquidez externa, acentuando-se a dependência dos bancos portugueses do

Banco Central Europeu. O BBI não foi excepção, e desta forma a actividade da Direcção Financeira concentrou-se em três grandes áreas de actuação:

- Garantir fontes alternativas de liquidez e em paralelo uma diminuição da dependência do BCE, monitorizando o custo de *funding*;
- Ajudar a alargar a captação de recursos junto de Clientes Institucionais e Particulares;
- Servir os seus clientes na gestão e cobertura de Riscos Financeiros (Cambiais, Taxa de Juro, *Commodities*)

Presente a necessidade de diversificar fontes de financiamento, o BBI aumentou em quatro o número de contrapartes de reportes, o que permitiu multiplicar as fontes de financiamento para além do BCE e auto-financiar posições em USD, tanto *Corporate* como de Mercados Emergentes.

A colaboração do BBI com empresas do Grupo, nomeadamente da área Seguradora, através das companhias de seguros Açoreana e Global, foi fortemente incrementada durante 2010, permitindo gerar e distribuir sinergias nas áreas de mercado monetário e cambial.

O BBI captou, durante 2010, um montante adicional de 100 milhões de Euros de recursos de clientes Institucionais e *Corporate*, o que possibilitou financiar parcialmente o crescimento de 30% no Activo durante esse ano.

Foram lançados, para a área de Institucionais e *Private* novos produtos de captação de recursos, entre os quais se destaca o Depósito Evergreen para Institucionais e o Depósito indexado a um *basket* de moedas (AUD, BRL e NOK).

Também durante 2010 o BBI aumentou o número de contrapartes de FX e de Derivados passando de 3 para 10 contrapartes com ISDA e CSA assinados, o que possibilitou o fecho de operações de cobertura com clientes no montante nominal de 1,7 mil milhões de Euros, incluindo neste montante a totalidade das operações de FX e Derivados concretizadas. Alargou-se ainda a capacidade do BBI de cotar e valorizar Derivados, sempre numa perspectiva de cobertura de risco para clientes, nomeadamente derivados de taxa de juro, de crédito e *commodities*.

2.3.3. SECURITIZAÇÃO

Durante o ano de 2010 foram estruturadas 3 operações de Titularização pelo Banif - Banco de Investimento ("Banif Investimento"), num montante global de aproximadamente €1.000 milhões.

No final de 2010 a Direcção de Securitização era responsável pela gestão de aproximadamente € 3.450 milhões, correspondentes a 11 operações, das quais cerca de € 3.250 milhões foram emitidos através da Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. ("Gamma").

Refira-se que a estratégia do Banif Investimento nesta área de actividade tem vindo a assentar nos seguintes vectores:

- Estruturação de novas operações;
- Concretização de emissões através da Gamma;
- Gestão de operações em que o Grupo Banif intervém;

Operações concretizadas em 2010

- Junho/10: o Banif Investimento organizou e liderou a estruturação de uma operação de Titularização de *Non Performing Loans* originados pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) A emissão das obrigações resultante, no montante total de €113 milhões, foi concretizada pela Gamma, registada e liquidada através da Interbolsa.
- Julho/10: foi concretizada a Atlantes Finance No. 3, uma operação de Titularização envolvendo uma carteira de crédito ao consumo, automóvel e leasing originada pelo Banif, Banif Mais, S.A e Banif Co – Instituição Financeira de Crédito, S.A.. O Banif Investimento actuou como *Joint Arranger* nesta operação que envolveu a emissão pela Gamma de obrigações no montante global de aproximadamente €411 milhões de euros. Esta emissão obteve um rating de AAA pela agências Standard & Poor’s e Moody’s.
- Novembro/10: foi concretizada uma operação de Titularização denominada Atlantes Mortgage No. 7, a qual envolveu a Titularização de uma carteira de créditos imobiliários originados pelo Banif. A Gamma actuou como emitente das obrigações num montante agregado de aproximadamente €460 milhões, e cuja tranche mais sénior obteve um rating de AAA pela Standard & Poor’s e Fitch. O Banif Investimento actuou como *Sole Arranger* desta operação.

Refira-se que, a 31 de Dezembro de 2010 a Gamma registou um activo liquido total de € 3.252 milhões e capitais próprios de aproximadamente € 3.8 milhões, tendo obtido um resultado líquido de € 328,39 milhares.

CONTAS INDIVIDUAIS	31/12/2010	31/12/2009	VARIAÇÃO %
Activo Líquido	3.251.874	2.458.447	32%
Capitais Próprios	3.796	2.848	33%
Resultado do Exercício	328	186	77%

(valores em milhares de euros)

2.4. TRADING & SALES

2.4.1 CARTEIRA PRÓPRIA

O ano de 2010 ficou marcado pela contínua deterioração do *outlook* das economias periféricas da Zona Euro, com um alargamento dos diferenciais da dívida soberana para os países core, e com a intervenção por parte do Fundo Europeu e do FMI nas economias grega e irlandesa. Ao longo deste período assistiu-se a uma forte aversão ao risco por parte dos investidores em dívida soberana e à necessidade de os países afectados encetarem políticas orçamentais contraccionistas, que colocam em questão o desempenho económico a curto e médio prazo. Neste contexto, o BBI optou pela manutenção da carteira de taxa fixa, atendendo ao enquadramento de falta de liquidez generalizada.

2.4.2 MERCADO SECUNDÁRIO DE OBRIGAÇÕES

O Banco expandiu a sua actividade de vendas de *fixed income*, com um *turnover* global de EUR1.050bn, assumindo um perfil de provedor de liquidez e “*market maker*” em Eurobonds brasileiros, cotando já cerca de 275 companhias diferentes numa base diária, para mais de 250 clientes institucionais activos oriundos de 35 países. De salientar o incremento na Ásia, com clientes em Singapura e Hong Kong, e o crescente interesse em clientes do Médio Oriente por títulos de emitentes brasileiros. Os segmentos onde o Banif Investimento se posiciona mais fortemente como importante participante do mercado secundário incluem obrigações de “*corporates*” e Governo brasileiro, a curva de Pemex (Petróleos Mexicanos), e os títulos denominados em reais (BRL) mas com liquidação financeira em EUR e USD, para investidores externos que queiram estar expostos à moeda brasileira sem necessidade abrir conta local.

2.4.3. MERCADO SECUNDÁRIO DE ACÇÕES

O ano de 2010 decorreu sob condições adversas para os mercados accionistas na generalidade e, em particular para os mercados “periféricos” da Zona Euro. A crise da dívida soberana na Zona Euro, que implicou, entre outros aspectos, a redução das notações de risco de alguns países, intervenções por parte do Fundo Europeu e do FMI na Grécia e na Irlanda, e a antecipação da remoção das medidas de estímulo orçamental tomadas na sequência da crise financeira de 2008/9, penalizou a confiança dos investidores e favoreceu um clima de aversão ao risco. Os mercados de acções mais penalizados foram justamente Portugal, Espanha e Grécia, três dos países no cerne da crise orçamental. O PSI20 encerrou o ano a cair 10.34%, o IBEX35 recuou 17.43% e o principal índice Grego caiu 35%. O Eurostoxx, por seu turno, desvalorizou 5.8%. Este ambiente adverso condicionou o desempenho da área de *Equities*, impactando de forma decisiva no sentimento dos investidores, tanto particulares como institucionais. Não obstante, de referir que apesar deste contexto, diversas iniciativas foram implementadas no sentido da consolidação da actual base de clientes bem como visando a angariação de novos clientes. Assim, para além de *roadshows* com empresas e analistas junto dos investidores, o Banco foi patrocinador exclusivo do Midcap Paris e Londres – evento que reúne investidores institucionais e empresas cotadas de média dimensão.

Adicionalmente, é de salientar o reconhecimento pelo mercado da nossa equipa de *Research*, que conquistou o prémio na categoria de Melhor Gestor de Fundo/Analista, no âmbito do Investor Relations & Governance Awards 2010.

Paralelamente, o Banco continuou a assegurar, no âmbito do contrato de liquidez da Banif SGPS, a intermediação nas respectivas acções.

2.5. GESTÃO DE CLIENTES

2.5.1. PRIVATE CLIENTS

Ao longo do ano 2011, a Direcção de *Private Clients* consolidou as suas linhas de actuação assentes numa estratégia de crescimento da base clientes, quer via novos clientes particulares quer através da implementação de um Plano de Dinamização de

relacionamento com a base de clientes ex-BPP, na sequência do mandato atribuído ao Grupo Banif para a Gestão do Fundo FEI Gestão Passiva. Para melhor servir este segmento, foram contratados dois novos *Private Bankers* (um no Porto e outro em Lisboa), com *know-how* e *expertise* específicos no relacionamento com estes clientes. Adicionalmente, foi criada a função de *investment advisory* para potenciar negócio de valor acrescentado.

Em relação à base de clientes actual, foi implementada uma estratégia de criação de maior valor acrescentado, quer via produto quer via serviço, com enfoque no segmento de clientes mono-produto e com menor rotação de carteira. Este posicionamento permitiu concentrar os recursos desta Direcção no acompanhamento de clientes particulares de alto rendimento, activos em investimento e intermediação financeira.

Durante o 1º semestre a estratégia comercial foi direccionada para a consolidação do processo de diversificação da fonte de proveitos da DPC, em particular com o reforço da componente de dívida (Primários e Secundários) nas carteiras de clientes e de Fundos Terceiros. Durante todo o ano, mas especialmente no 2º semestre, foi dada prioridade à captação de recursos indo de encontro ao perfil mais conservador de parte dos nossos clientes com a oferta competitiva de depósitos tradicionais e de depósitos indexados com capital garantido.

Em resultado destas iniciativas, os activos sob gestão aumentaram cerca de 13% para 233 milhões de Euros; o número de clientes cresceu 60% para cerca de 500 clientes; o volume de Depósitos a Prazo cifrou-se em cerca de 23 milhões de Euros, o que corresponde a um crescimento de 120%. Fruto da menor *performance* no segmento accionista e o acentuar da aversão ao risco por parte dos clientes, registou-se uma diminuição em cerca de 20% do volume da componente de acções para cerca de 124 milhões de Euros. De salientar ainda o decréscimo na área do Crédito a clientes por força do novo enquadramento mais negativo na componente de custo de *funding* (com agravamento dos *spreads*) e a uma gestão mais eficiente dos montantes disponíveis para financiamentos (redução de linhas aprovadas).

2.5.2. CORPORATE CLIENTS

A Direcção de *Corporate Clients* tem como missão a originação proactiva de negócios junto de empresas e entidades e organismos públicos, promovendo as soluções financeiras de todas as áreas de produto do Banif - Banco de Investimento e estabelecendo relações de confiança e de médio prazo com os clientes.

Os resultados atingidos na actual conjuntura reflectem, por um lado, a aposta sectorial efectuada e a forte integração com as diversas áreas de produto no Banif - Banco de Investimento, e por outro lado, o esforço integrado de abordagem comercial para o segmento empresarial entre os bancos de investimento e comercial e a Companhia de Seguros Açoreana.

Destaca-se ainda o esforço de *cross selling* desenvolvido com as unidades de negócio no estrangeiro, com especial destaque para o negócio originado por esta equipa para o Banif - Banco de Investimento (Brasil) em várias operações *cross border* com empresas portuguesas e brasileiras. É de notar igualmente o início de um esforço coordenado com o Bankpime para o desenvolvimento de operações *cross border*.

Em resultado foi possível durante o ano de 2010 apresentar cerca de 67 propostas junto de clientes e angariar 5 importantes operações em *Advisory Services*, 2 de Mercado de Capitais e 3 de *Cross Border* com o Brasil. É de destacar o estabelecimento de importantes contactos pelos *Corporate Bankers* junto de empresas e grupos financeiros nacionais de referência, que deverão permitir a criação de relacionamentos de longo prazo, a consolidar nos próximos anos.

2.5.3 PMEs

A Direcção de PMEs tem como missão a execução de mandatos de assessoria financeira e a estruturação de financiamentos na área das pequenas e médias empresas, tendo como principal objectivo a oferta de serviços de banca de investimento que se coadunem com as necessidades do tipo de empresas e das operações dominantes originadas junto do Banif Grupo Financeiro, actuando em parceria com os Centros de Empresas do Banif – Banco Internacional do Funchal.

O ano de 2010 foi marcado pela continuidade do abrandamento da actividade, dado as PMEs terem sido o segmento de empresas que mais sofreram com a conjuntura macroeconómica em termos de serviços de assessoria financeira.

No contexto descrito, a Direcção de PMEs em conjunto com a *Direcção de Corporate Clients* intensificou neste período os contactos comerciais de forma a alargar a base de clientes e o potencial de angariação de mandatos de assessoria financeira. Em resultado foram apresentadas 16 propostas mandato, tendo sido adjudicados dois novos mandatos de assessoria financeira, no sector do Ambiente e de Serviços de Engenharia/ Instalações. Adicionalmente, espera-se que as diversas propostas em análise junto de potenciais clientes contribuam para a consolidação da carteira de operações.

2.6 GESTÃO DE ACTIVOS

A actividade de gestão de activos é desenvolvida pelo Banif - Banco de Investimento na gestão de patrimónios de Clientes Particulares e Institucionais, pela Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. nos fundos de investimento mobiliário e imobiliário e nos fundos especiais de investimento e pela Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. nos fundos de pensões. A actividade de capital de risco e private equity é desenvolvida na BCA e, principalmente, na Banif Capital, Sociedade de Capital de Risco, S.A.

O sector foi condicionado em 2010 pelo aumento do prémio de risco da República Portuguesa, na sequência do agudizar da crise soberana que assolou os países periféricos da Zona Euro, a qual despoletou um aumento da aversão ao risco dos aforradores. Esta tendência condicionou em particular a actividade de gestão de fundos mobiliários (tendencialmente mais volátil que a de gestão de patrimónios) que registou uma queda dos activos sob gestão de 17,231 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009 para 14,219 milhões de euros no final de 2010 (Fonte APFIPP). Os segmentos mais afectados foram os fundos de obrigações, os fundos de tesouraria e os fundos do mercado monetário.

Neste contexto, a estratégia prosseguida na Área de Gestão de Activos para o ano de 2010 assentou nos seguintes vectores:

- Fortalecer o relacionamento estratégico com o Banif – Grupo Financeiro, aumentando, com carácter recorrente, a sua base de investidores em fundos de investimento e respectiva taxa de penetração;
- Alicerçar o relacionamento com investidores institucionais exteriores ao Banif – Grupo Financeiro, de modo a potenciar as eventuais aplicações desses investidores em fundos de investimento e em serviços integrados de gestão de patrimónios;
- Manter a ênfase na procura de factores de diferenciação e de valor acrescentado para a actividade de gestão de activos, expressa, nomeadamente, no reenquadramento de políticas de investimento de fundos de investimento sob gestão, com realce para os fundos especiais de investimento, quer os multi-classe de activos, quer os especializados em activos alternativos.

Em 31 de Dezembro de 2010 a área de gestão de activos do Banif - Banco de Investimento e sociedades participadas tinham sob gestão e consultoria para investimento o montante de 3 126 milhões de euros. Em Dezembro de 2009, o universo Banif - Banco de Investimento geria 2 388 milhões de euros de activos.

2.6.1 BANIF GESTÃO DE ACTIVOS (FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, IMOBILIÁRIO E FUNDOS ESPECIAIS DE INVESTIMENTO)

No âmbito da estratégia delineada, a sociedade colocou especial ênfase na adequação do seu portfolio de fundos, destacando-se a constituição de fundos imobiliários de arrendamento habitacional, e no alargamento das respectivas redes e canais de colocação, nomeadamente introduzindo a funcionalidade internet na comercialização de fundos de investimento, através do serviço de banca electrónica Banif@st.

Em Março realizaram-se dois aumentos de capital em fundos de investimento imobiliário, o Pabyfundo e o Imóveis Brisa, ascendendo os montantes desses aumentos a 2,2 milhões de euros e 1 milhão de euros, respectivamente.



Nesse mês formalizou-se ainda o processo de substituição de entidade gestora dos fundos Luso Carbon Fund e New Energy Fund, da Banif Gestão de Activos para a MC02, concretizando a necessidade identificada pela Banif Gestão de Activos de autonomizar

uma área de gestão altamente especializada e focada na gestão financeira deste tipo de fundos, cuja política de investimento se dirige, maioritariamente, para a selecção de activos e projectos na área das energias renováveis e ambiente. A Banif Gestão de Activos, por subcontratação, manteve os serviços de apoio à gestão administrativa dos Fundos e o Banif - Banco de Investimento permaneceu como entidade depositária.

Em Maio de 2010 a Sociedade optou pelo reposicionamento estratégico dos seus fundos de obrigações passando assim o Banif Euro Obrigações Taxa Fixa e o Banif Euro Obrigações Taxa Variável a denominarem-se Banif Euro Governos e Banif Euro Corporates, respectivamente.

No final do 1º Semestre, a Banif Gestão de Activos foi designada entidade gestora de dois importantes fundos de investimento do mercado, o FICA – Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual, cuja transferência de gestão se efectivou a 1 de Junho, e o Fundo de Gestão Passiva – FEI, cujo processo de substituição de entidade gestora para a Banif Gestão de Activos teve início em Assembleia de Participantes do Fundo, realizada em 14 de Junho, tendo a Banif Gestão de Activos, SCFIM, SA assumido a sua gestão no dia 23 de Julho de 2010. Este último era o segundo maior fundo mobiliário domiciliado em Portugal no final do ano, com activos que perfaziam os 560,229 milhões de euros.

<p>FICA - FUNDO DE INVESTIMENTO PARA O CINEMA E AUDIOVISUAL SUBSTITUIÇÃO DE ENTIDADE GESTORA</p> <p>EUR 83 000 000</p> <p>JUNHO 2010</p> <p>BANIF INVESTMENT MANAGERS</p>	<p>FUNDO DE GESTÃO PASSIVA - FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO FECHADO SUBSTITUIÇÃO DE ENTIDADE GESTORA</p> <p>EUR 545 549 775,64</p> <p>JULHO 2010</p> <p>BANIF INVESTMENT MANAGERS</p>
--	--

Visando a atempada resposta da gestão de fundos de investimento aos desafios da conjuntura, verificada sobretudo no decorrer da segunda metade do ano, a Sociedade procedeu à alteração da política de investimento dos fundos de investimento Banif Euro Financeiras, Banif Europa de Leste, Banif Gestão Activa, Banif Gestão Patrimonial e Banif América Latina, tendo neste último caso acompanhado a alteração do foco de investimento (em mais de 50% geografia Brasil) pela alteração da denominação do próprio fundo, passando este a denominar-se Banif Brasil.

No âmbito da gestão de fundos de investimento imobiliário, a Sociedade promoveu em Setembro de 2010 o aumento de capital do fundo de investimento imobiliário fechado de subscrição particular, Imóveis Brisa, tendo este correspondido a 1 milhão de Euros. A Sociedade tem ainda em curso os processos de constituição de um fundo de investimento imobiliário para arrendamento habitacional e de um fundo de investimento imobiliário fechado de oferta pública de distribuição.



Em Dezembro decidiu a Sociedade Gestora pela liquidação do fundo Banif Euro Governos - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Fixa.

No que diz respeito aos fundos mobiliários os activos geridos passaram de 102,8 milhões de euros no final de 2009 para 78,8 milhões de euros no final de 2010 (23,4% de decréscimo), enquanto que os fundos imobiliários evoluíram de 794 para 709 milhões de euros, no mesmo período, o que representou um decréscimo de 10,6%. Os activos geridos em fundos especiais de investimento passaram de 182 para 610 milhões de euros, ou seja, um acréscimo de 235,4 % no período.

A Sociedade conseguiu manter níveis elevados de quota de mercado nos Fundos Especiais de Investimento e nos Fundos Imobiliários, com respectivamente, 17,7 % e 6,1 % no final do exercício.

Apesar do enquadramento desfavorável, os proveitos subiram 39,3% relativamente ao exercício anterior, o que, conduziu a um aumento dos resultados líquidos da Sociedade, que passaram de 1 546 milhões de euros em 2009 para 2 888 milhões de euros em 2010. O ROE cifrou-se em cerca de 39,25% no período.

	31/12/2010	31/12/2009	VARIAÇÃO %
Activo Líquido	13.242	13.993	-5%
Capitais Próprios	10.247	8.739	17%
Resultado do Exercício	2.888	1.546	87%

(Expresso em milhares de Euros)

2.6.2. INVESTIMENTOS ALTERNATIVOS E *PRIVATE EQUITY*-BCA

O ano de 2010 ficou marcado pela transferência da gestão do New Energy Fund e Luso Carbon Fund para uma nova sociedade gestora, MC02, participada em 25% pelo Banif - Banco de Investimento, que ocorreu em Março de 2010 de acordo com o que estava anteriormente estabelecido.

Havendo uma transferência de competências para a nova gestora, a actividade da Direcção de Investimentos Alternativos e Private Equity da Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (“Banif Gestão de Activos”) centrou-se essencialmente na gestão de três fundos, o Infra Invest– Fundo Especial

de Investimento Aberto (“Infra Invest”), o Art Invest – Fundo Especial de Investimento Fechado (“Art Invest”) e o Fundo de Investimento para o Cinema e o Audiovisual (“FICA”).

Dadas as características únicas de cada fundo, não é possível falar de uma gestão de investimentos transversal à actividade, pois cada fundo exige uma abordagem ao investimento diferenciada. Assim, e para cada fundo, o ano de 2010 ficou marcado pelos seguintes eventos:

Infra Invest

O Infra Invest é um fundo que investe directa ou indirectamente em activos cotados ou não cotados, projectos ou empresas relacionadas com infra-estruturas.

O Infra Invest iniciou a sua actividade no final do primeiro semestre de 2009, tendo comprometido um investimento inicial de 12 milhões de Euros no fundo de capital de risco Banif Infrastructure Fund. O Banif Infrastructure Fund detém participações na Zon Madeira, Zon Açores, Via Litoral e na Finpro, o principal activo do fundo.

Para o ano de 2011 perspectiva-se que seja possível realizar novos investimentos, continuando o fundo a prosseguir uma estratégia de investimento em fundos de infra-estruturas.

Art Invest

O Art Invest é um fundo que investe em obras de arte, tanto de forma directa como indirecta. O Fundo iniciou a sua actividade a 30 de Janeiro de 2004.

Em 31 de Dezembro de 2010, o principal activo do fundo o The Fine Art Fund representava cerca de 49% da carteira estando o restante capital do fundo investido directamente em diversas obras de arte, cerca de 20 obras, de artistas nacionais e brasileiros. O Fine Art Fund iniciou a sua actividade de investimento em Julho de 2004 e começou a realizar distribuições em Novembro de 2009.

Durante o ano de 2010 a actuação do Fundo ficou marcada por um refrear das transacções na expectativa de uma consolidação da retoma da economia mundial. Não obstante o fundo já estar numa fase de desinvestimento, prevê-se que durante o ano de 2011 possa haver possibilidades de serem realizados novos investimentos, pelo que têm sido analisadas várias oportunidades. É expectável que, mantendo-se o nível de liquidez existente e caso sejam realizadas algumas alienações que se encontram em fase de negociação, o fundo venha a distribuir parte da liquidez em carteira durante 2011.

FICA

Na sequência da consulta pública realizada pelo Instituto do Cinema e do Audio Visual para a transferência da gestão do Fundo de Investimento para o Cinema e o Audiovisual (“FICA”) que investe directamente e indirectamente em obras cinematográficas, áudio-visuais e multiplataforma, a Banif Gestão de Activos assumiu a gestão do fundo no final do primeiro semestre de 2010.

A actuação da sociedade gestora em 2010 incidiu essencialmente numa reestruturação do fundo a nível estrutural e organizativo. Esta reorganização teve como objectivo

ultrapassar o impasse em que o Fundo se encontrava, em termos de financiamento, e otimizar os processos de decisão operacionais. A actividade do fundo também ficou marcada pelo forte enfoque na recuperação do atraso do FICA ao nível dos compromissos e dos investimentos em curso.

No plano estrutural, a Banif Gestão de Activos, em representação do FICA, assinou o contrato Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação (“FINOVA”) através do qual o FINOVA adquiriu a totalidade das unidades de participação do FICA, cerca de 39,76% do equity do fundo, detidas pelo IAPMEI. Adicionalmente, promoveu a alteração do modelo de *governance* do Fundo, transferindo a decisão da Assembleia de Participantes para um Comité de Investimentos, na esfera da Banif Gestão de Activos, apoiada por um Conselho Consultivo independente.

Num plano operacional, o FICA fechou contratos, na ordem dos 16,3 milhões de euros, o que corresponde a uma recuperação de 80% dos investimentos em atraso e libertou, cerca 4 milhões de euros, de fundos.

2.6.3 BANIF AÇOR PENSÕES (FUNDOS DE PENSÕES)

A Sociedade tem prosseguido uma actividade comercial importante que se traduziu no contacto com mais de duas centenas de empresas e associações sócio-profissionais. A Sociedade ampliou o seu leque de produtos/soluções de reforma, ao lançar no exercício 4 novos Fundos de Pensões Abertos, de comercialização conjunta, para empresas e particulares, em parceria com a Optimize Investment Partners – SGFIM, S.A., com a Optimize – Mediação de Seguros Unipessoal, Lda. e com a MDS – Corretores de Seguros, S.A.

Concretizaram-se 3 novas adesões colectivas, com o Banif Mais, S.A., o Banco L.J. Carregosa, S.A. e a Ribeiro Moreira – Gestão e Serviços, Lda., e a transferência do Fundo de Pensões do Pessoal da Global.

O volume de activos sob gestão passou de 269 milhões de Euros no final de 2009 para 289 milhões no final de 2010, o que representou um acréscimo de 7,37%.

O Resultado Líquido obtido pela Sociedade cifrou-se em 160 milhares de Euros, contra 132 milhares no ano anterior, o que representou um acréscimo de 21,8%.

	31/12/2010	31/12/2009	VARIAÇÃO %
Activo Líquido	4.336	4.201	3%
Capitais Próprios	3.953	3.793	4%
Resultado do Exercício	161	132	22%

(Expresso em milhares de Euros)

2.6.4 BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO (GESTÃO DE PATRIMÓNIOS)

Na actividade de Gestão de Patrimónios foi implementada uma estratégia comercial ainda mais proactiva, em estreita coordenação entre o Banif - Banco de Investimento e

a Banif Gestão de Activos. Por outro lado, foi também reforçada a equipa de gestão, de forma a cimentar a qualidade da gestão das carteiras e o nível de serviço prestado aos clientes. Destaque-se a passagem do mandato de gestão de patrimónios da carteira da Companhia de Seguros Açoreana para consultoria para o investimento com efeitos a partir do início de Setembro, e o início da prestação desse serviço no âmbito das carteiras das companhias de seguros Global Vida e Global Seguros.

O Banif - Banco de Investimento e sociedades participadas tinham sob gestão e encontravam-se mandatados para prestar serviços de consultoria para o investimento em carteiras, em 31 de Dezembro de 2010, no montante total de 1 205 milhões de Euros. Em 2009, os activos geridos por conta de outrem cifravam-se em 943 milhões de Euros.

2.7 PRIVATE EQUITY

A Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. é actualmente a principal sociedade de capital de risco do Banif - Banco de Investimento e o veículo fundamental para concretizar a sua actividade de *Private Equity*. Durante o ano de 2010 o Banif - Banco de Investimento consolidou a sua participação na Banif Capital, passando a deter 100% da Sociedade, na sequência da aquisição da participação de 20% anteriormente detida pela Associação Empresarial Portuguesa (AEP).

No final de 2010 a Sociedade contava com três Fundos sob gestão: o Fundo Capven, constituído em Julho de 2003 e orientado para o segmento de PME's; o Infrastructure Fund FCR, um Fundo direccionado para o sector das infra-estruturas, constituído em Junho de 2009, e o Global Private Equity Fund - FCR, um Fundo de Fundos de Private Equity lançado em Julho de 2010.

A actividade da Banif Capital em 2010 ficou marcada pelo lançamento do Global Private Equity Fund - FCR, um novo Fundo de Fundos composto por 3 activos internacionais de Private Equity que investem essencialmente nos mercados Europeu e Norte Americano. Este fundo, destinado a investidores não qualificados, tem a duração de 10 anos e um capital subscrito de 25 milhões de euros.

Ainda durante o ano de 2010, a Banif Capital prosseguiu o acompanhamento activo dos Fundos (Capven e Infrastructure FCR) e das respectivas participadas, merecendo destaque os seguintes eventos:

- Fecho do processo de financiamento do Infrastructure Fund FCR que engloba a realização do capital remanescente da 2ª fase de subscrição ocorrida em Dezembro de 2009 e a obtenção de uma linha de crédito de médio prazo junto de uma instituição de crédito portuguesa.
- Redução de capital de aproximadamente € 45.000 do Fundo Capven, decidida em sede da Assembleia de Participantes, com o objectivo de devolver ao participante IAPMEI fundos utilizados no âmbito do Programa PRIME;
- Recompra pelo Fundo Capven de 233.333 acções da participada Hozar SGPS à AICEP, restabelecendo assim a sua posição inicial de 23,32% no capital desta participada.

Enquadrado no esforço de internacionalização do Banif Investment Bank, a Banif Capital consolidou durante o ano de 2010 a sua estratégia de alargamento da actividade em mercados internacionais.

Neste sentido foi assinando um memorando de entendimento com a área de capital de risco do Barclays, especificamente com o Barclays Infrastructure Funds (“BIF”). Este acordo resultou do interesse de ambas as partes em aumentar o seu grau de relacionamento e de explorar oportunidades de cooperação e co-investimento através dos fundos de infraestruturas que têm sob gestão.

A implementação deste memorando de entendimento permitirá explorar as sinergias entre o BIF e a Banif Capital e desenvolver conjuntamente oportunidades de negócio, criando valor e beneficiando, em última análise, os investidores dos fundos geridos por ambas as entidades.

Estão igualmente em fase avançada de negociação acordos com duas instituições, da área de ambiente e de energias renováveis, com o objectivo de aliar às competências de gestão de fundos de investimento da Banif Capital as competências técnicas destas empresas, que são reconhecidas pelo mercado como players internacionais de referência no seu sector e que se espera venham a ser concretizados durante o ano de 2011.

	31/12/2010	31/12/2009	VARIAÇÃO %
Activo Líquido	1.987	1.921	3%
Capitais Próprios	359	275	30%
Resultado do Exercício	84	-276	n/a

(Expresso em milhares de Euros)

2.8 SUSTENTABILIDADE, PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS OBTIDOS

Em linha com a Estratégia de Sustentabilidade do Banif - Grupo Financeiro, o Banif - Banco de Investimento está consciente da sua responsabilidade enquanto agente activo na construção de uma sociedade mais sustentável nos domínios económico, social e ambiental.

O ano de 2010, ano em que o Banif - Banco de Investimento completou uma década de existência, ficou marcado por várias iniciativas que procuraram concretizar este compromisso.

O Banif - Banco de Investimento continuou, em 2010, a contribuir significativamente para o desenvolvimento de projectos de energias renováveis em Portugal.

Neste âmbito, destacam-se a estruturação e montagem de dois financiamentos em regime de Project Finance, num montante global de 42,5 milhões de Euros, para a construção e instalação de um parque fotovoltaico de 6 MW localizado em Almodôvar (Alentejo) e de um parque eólico de 23 MW localizado em Cinfães (Viseu), bem como a participação no financiamento à Iberwind II (Magnum Capital Partners) para a aquisição do maior portfolio eólico em Portugal, de 681MW, constituído por 33 parques eólicos.

Os projectos no sector das energias renováveis têm um impacto social relevante, nomeadamente, através da criação de novos postos de trabalho e da contribuição anual para as receitas municipais. Além disso, são também conhecidas as vantagens ambientais deste tipo de sistemas, que não emitem gases de efeito de estufa, bem como a contribuição que têm para a redução da dependência energética do país.

Em termos de responsabilidade climática, destaca-se a actividade dos fundos New Energy Fund - Fundo Especial de Investimento Fechado e Luso Carbon Fund - Fundo Especial de Investimento Fechado. O Banif - Banco de Investimento detém uma participação de 25% na MC02 - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA, actual entidade gestora destes fundos, sendo este Banco a entidade depositária do New Energy Fund e do Luso Carbon Fund.

O New Energy Fund, lançado no final de 2007 pela Banif - Gestão de Activos e dirigido especificamente a investidores institucionais, tem como objectivo investir no mercado das energias renováveis, abrangendo toda a cadeia de valor, incluindo tanto a exploração de matérias-primas como o desenvolvimento de tecnologias ou a sua aplicação e exploração.

Em 2010, destaca-se igualmente a actividade do Luso Carbon Fund, que tem como objectivo o investimento no mercado de carbono através da aquisição de créditos de redução de emissão de Gases de Efeito de Estufa gerados ao abrigo do Protocolo de Quioto.

O Luso Carbon Fund tem actualmente um compromisso para mais de 10 Milhões de Toneladas de Créditos de Carbono, originadas por cerca de 31 Projectos, 12 ERPAS, distribuídos por 5 países (China, Brasil, Índia, Tailândia e Rússia) e correspondentes a 9 tipologias diferentes.

Ainda no domínio das questões ambientais o Banif - Banco de Investimento patrocinou as Conferências promovidas pelo Diário Económico “V Conferência de Energias Renováveis” e a Conferência “Biomassa: Financiar uma Fonte Limpa de Produção Energética”.

A nível interno deu-se continuidade às acções de sensibilização de boas práticas ambientais, através da promoção da reutilização e da reciclagem, bem como a disponibilização de uma área no Portal Interno intitulada “Artigos para um Mundo mais Sustentável” e a divulgação de várias comunicações internas, como por exemplo, a divulgação da iniciativa da WWF-World Wildlife Fund “Hora do Planeta”.

Destaca-se ainda a participação do Banif - Banco de Investimento no Projecto de Recolha de Telemóveis desenvolvido pelo Banif Grupo Financeiro em Parceria com a AMI, que pretendeu atingir objectivos de combate à exclusão social e protecção ambiental. Em termos de Responsabilidade Social Empresarial, o Banif - Banco de Investimento ofereceu a totalidade das suas receitas de corretagem de acções, do dia 26 de Fevereiro, às vítimas do temporal da Madeira e colaborou com o Banif na divulgação da “Conta Banif Solidariedade com as vítimas da Madeira”, disponibilizada especificamente para apoiar esta causa.

Indo ao encontro da sua política de Responsabilidade Social, o Banif - Banco de Investimento elegeu a Associação SOL para apoiar de forma continuada e, ano após ano, os laços com esta Associação têm vindo a ser fortalecidos.

Em 2010 o Banif - Banco de Investimento decidiu atender a uma das principais necessidades da Associação SOL e ofereceu uma carrinha de transporte de 9 Lugares. Juntamente com a carrinha foram também entregues diversos bens de primeira necessidade oferecidos pelos próprios colaboradores, que se uniram e envolveram nesta causa comum.

A chave da nova viatura foi entregue pelo Presidente da Comissão Executiva do Banif - Banco de Investimento, Artur Silva Fernandes, à Presidente da Associação Sol, Teresa d'Almeida, numa cerimónia que decorreu nas instalações do Banco.

A cerimónia, que incluiu um lanche para as crianças e colaboradores do Banco, decorreu no dia em que a Associação SOL celebrou o seu décimo oitavo aniversário.

3. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA POR SOCIEDADES DA FILEIRA DA BANCA DE INVESTIMENTO FORA DE PORTUGAL_

3.1 BRASIL

Mercê do seu posicionamento no mercado e reputação adquirida, o Banif - Banco de Investimento (Brasil) consolidou a sua participação no mercado de operações estruturadas oferecendo, para além de debentures e notas promissórias, soluções como a estruturação de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e a emissão e distribuição de certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Merece destaque a participação do banco como coordenador da distribuição pública da 5ª emissão de debentures do BNDES Participações SA, com o valor de 2 bilhões de Reais.

As áreas de M&A e *Structured Finance* têm trabalhado na exploração de uma base alargada de clientes e targets, incidindo particularmente nos que sustentam interesses no eixo Portugal – Brasil e se situam nos segmentos de *Mid* e *Upper Mid Caps*. Entre as realizações mais importantes de 2010 contam-se a assessoria numa operação de aquisição no segmento de *business process outsourcing*, diversos trabalhos executados em processos de licitação relacionados com a Copa 2014 e os mandatos obtidos junto da Contour Global do Brasil, da PREVI e do Consórcio HFCC.

Enquanto a área de Gestão de Activos levava a cabo um processo de reestruturação interna e redução de custos, na Corretagem foram acordados, com o Grupo Caixa Geral de Depósitos, os termos e condições da venda àquele grupo financeiro de 70% da Banif Corretora de Valores e Câmbio SA (Banif CVC), venda essa que não chegou a materializar-se, por razões meramente processuais, no ano de 2010.

Em relação ao negócio de corretagem de retalho, o mais significativo da Banif CVC, é de registar uma quebra ao longo do exercício nos volumes negociados e ordens executadas, fruto da diminuição do peso da pessoa física na BM&F / Bovespa. Apesar disso, a operação fechou o ano ostentando um crescimento de receitas.

3.2 ESPANHA

Bankpime

Num ano particularmente difícil para o sector financeiro em Espanha, o Bankpime não foi excepção.

Assim, o negócio corrente foi afectado pela intensa competitividade nos depósitos, conduzindo a uma queda de quase 3 milhões de Euros na margem financeira. O aumento de 12% verificado nas comissões – resultante do bom desempenho dos fundos, aliás com a Bankpyme SGIIC a ser considerada uma das gestoras mais rentáveis nos últimos 15 anos – foi insuficiente para contrabalançar a referida quebra no diferencial de juros tal como insuficiente foi o esforço realizado na vertente dos custos, em particular a mudança da sede do banco para a Calle Pedro i Pons, para evitar um novo decréscimo no resultado operacional e no *cash flow* de exploração.

A situação económica e financeira vivida em Espanha reflectiu-se no aumento das provisões de crédito do Bankpime, como no resto do sector financeiro, condicionando os resultados da conta de exploração. Assim, durante o exercício de 2010 o resultado do Grupo Bankpime foi de -29.473 milhares de Euros (27,5% atribuído ao Grupo Banif)

devido basicamente às provisões extraordinárias realizadas na carteira de crédito de acordo com as novas exigências normativas do Banco de Espanha.

3.3 ESTADOS UNIDOS

Banif Securities Inc.

O ano de 2010 trouxe uma evolução importante e muito positiva para a Banif Securities.

A decisão estratégica de transferir a infra-estrutura de *trading* e vendas para o escritório de Miami foi essencial para o sucesso em 2010, assim como o “investimento” em novos colaboradores, profissionais experientes e talentosos que mostraram resultados importantes, principalmente em Renda Fixa. A *joint venture* com a IXE foi encerrada.

As medidas de racionalização operacional que, justapostas à formação dos colaboradores, otimizando a sua eficiência e eficácia e potencializando o *cross selling* dentro do grupo, muito contribuíram para que a Banif Securities obtivesse o melhor resultado dos últimos cinco anos.

Importante notar também que em 2010 a Banif Securities foi auditada pela FINRA, principal reguladora de *broker-dealers* nos Estados Unidos, tendo recebido um relatório limpo.

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral de Accionistas que o Resultado Líquido do Exercício de 2010 que ascende a Eur 5.835.849,89 (cinco milhões oitocentos e trinta e cinco mil oitocentos e quarenta e nove euros e oitenta e nove cêntimos) tenha, nos termos do Artigo 31º número 1 dos Estatutos da Sociedade, da alínea b) do número 1 do Artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e o do Artigo 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (Decreto-Lei 298/92, de 31 de Dezembro), a seguinte aplicação:

Para Reservas Legal: Eur 583.584,99 (quinhentos e oitenta e três mil quinhentos e oitenta e quatro euros e noventa e nove cêntimos);

Para Reservas Livres: Eur 5.252.264,90 (cinco milhões duzentos e cinquenta e dois mil duzentos e sessenta e quatro euros e noventa cêntimos);



5. NOTAS FINAIS

O ano de 2010 foi marcado pelo óbito do Presidente do Conselho de Administração do Banif - Banco de Investimento SA, Senhor Comendador Horácio da Silva Roque, ocorrido a 19 de Maio, após prolongado internamento hospitalar.

Tendo sido um momento particularmente difícil para esta instituição e para o Grupo onde a mesma se insere (Banif - Grupo Financeiro), não quis este Conselho de Administração deixar de materializar neste Relatório a consternação que o óbito do Senhor Comendador Horácio da Silva Roque representou para todos os Colaboradores desta Sociedade e para todos aqueles que, de uma forma ou de outra, depositam no Banif – Grupo Financeiro o seu apreço, os seus interesses e as suas expectativas.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 31 de Maio de 2010, foi por este órgão deliberado manifestar a sua solidariedade para com a respectiva família e reafirmar a sua determinação na condução da actividade da sociedade, no âmbito do Banif - Grupo Financeiro, com total respeito pelos valores e princípios que o Senhor Comendador Horácio da Silva Roque sempre personificou, de modo a perpetuar, através deste Projecto de criação de valor, a sua “força de acreditar”.

Atento o facto do estado de saúde do Presidente do Conselho de Administração, Senhor Comendador Horácio da Silva Roque, em situação de internamento hospitalar, ser impeditivo do exercício das respectivas funções, por período de tempo indeterminado, o Conselho de Administração, em reunião de 11 de Março de 2010, reconheceu verificado o pressuposto para atribuição ao seu então Vice-Presidente, Senhor Dr. Carlos David Duarte de Almeida, das competências legais, estatutárias e regulamentares atribuídas ao Presidente do Conselho de Administração, enquanto se mantivesse a respectiva situação de impedimento.

Em Assembleia Geral anual de Accionistas do Banco, realizada em 30 de Março de 2010, foram eleitos o Revisor Oficial de Contas e os membros do Conselho Consultivo da sociedade para o ano 2010.

Assim, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 446.º do Código das Sociedades Comerciais, foi eleito para a função de Revisor Oficial de Contas prevista na referida norma, pelo período de um ano, com referência ao exercício de 2010, a sociedade Ernst & Young Audit e Associados, - SROC S.A., representada pelo Senhor Dr. João Carlos Miguel Alves, Revisor Oficial de Contas.

No que respeita ao Conselho Consultivo a sua composição actual é a seguinte:

Conselho Consultivo

Prof. Dr. António do Pranto Nogueira Leite
Dr. Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa
Dr. João Vieira de Almeida
Dr. Fernando José Inverno da Piedade
Dr. Jorge Armindo de Carvalho Teixeira
Dr. José Almeida Guerra
Dr. António Luís de Andrade Magalhães
Dr. António Fernando Caldeira de Paula Santos
Dr. Jorge Manuel de Oliveira Godinho
Dr. Nuno Manuel Branco Ribeiro da Silva
Eng.º José Romão Leite Braz
Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro

Dr. Paulo Cezar Rodrigues Pinho da Silva
Eng.º António Manuel Pereira Bernardo

Na mencionada Assembleia Geral anual de Accionistas do Banco, realizada em 30 de Março de 2010, foi deliberado aprovar uma declaração sobre a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da sociedade, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei nº 28/2009 de 19 de Junho.

Em reunião de 02 de Julho de 2010, atento o lugar vago deixado no Conselho de Administração do Banco, na sequência do óbito do Senhor Comendador Horácio da Silva Roque, foi deliberado por este órgão aprovar a nomeação, por cooptação, do Senhor Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos, para membro deste Conselho, até ao termo do actual mandato, correspondente ao triénio de 2009/2011.

Foi, ainda, deliberado aprovar a designação do Senhor Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Sociedade, até ao termo do actual mandato correspondente ao triénio de 2009/2011.

Em reunião de 30 de Julho de 2010, o Conselho de Administração tomou conhecimento da renúncia apresentada pelo Senhor Dr. Carlos David Duarte de Almeida ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco, por carta datada de 29 de Julho de 2010, tendo sido deliberado, na sequência da mencionada renúncia, nomear, por cooptação, o Senhor Dr. Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme, para membro daquele Conselho, para exercer o cargo de Vogal do Conselho de Administração, até ao termo do actual mandato correspondente ao triénio de 2009/2011.

Nessa mesma reunião o Conselho tomou também conhecimento da Renúncia apresentada pelo Senhor Dr. Nuno José Roquette Teixeira, por carta datada de 29 de Julho de 2010, como membro e Vice-Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração do Banco.

Neste contexto, foi ainda deliberado aprovar a designação do Senhor Dr. Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme para integrar a Comissão Executiva do Conselho de Administração do Banco como membro da mesma e, bem assim, a designação do Senhor Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques, como Vice-Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração do Banco.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de Dezembro de 2010, este órgão tomou conhecimento da renúncia do Senhor Dr. Mauro Pereira Bueno Meinberg ao cargo de Vogal do Conselho de Administração do Banco, apresentada por carta datada de 30 de Novembro de 2010.

Ao concluir o seu relatório sobre a actividade desenvolvida durante o exercício de 2010, o Conselho de Administração exprime aos membros do Conselho Fiscal, ao Revisor Oficial de Contas e às autoridades de supervisão, o seu agradecimento pelo apoio e colaboração que sempre demonstraram.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2011

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos - Presidente

Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes – Vice - Presidente

Dr. Nuno José Roquette Teixeira

Dr. José Paulo Baptista Fontes

Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques

Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal

Dr. Carlos Eduardo Pais Jorge

Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira

Dr. Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos

Dr. João Manuel Mora de Ibérico Nogueira

Dr. Carlos Alberto Ballesteros Amaral Firme

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E ANEXOS

BALANÇO	NOTAS	2010/12/31			2009/12/31
		VALOR ANTES DE IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	2 218	-	2 218	6 346
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	86 271	-	86 271	41 126
Activos financeiros detidos para negociação	7	150 699	104	150 595	105 156
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8 e 24	192 344	79	192 265	219 316
Activos financeiros disponíveis para venda	9	278 210	107	278 103	73 388
Aplicações em instituições de crédito	10	12 789	-	12 789	225
Crédito a clientes	11 e 24	478 493	11 741	466 752	425 473
Investimentos detidos até à maturidade	12	60 391	-	60 391	80 399
Activos com acordo de recompra	13	28 387	-	28 387	-
Activos não correntes detidos para venda	14	2 657	-	2 657	-
Outros activos tangíveis	15	16 286	3 050	13 236	13 613
Activos intangíveis	16	7 409	3 556	3 853	3 600
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	17	9 611	-	9 611	7 523
Activos por impostos correntes	18	308	-	308	73
Activos por impostos diferidos	18	5 866	-	5 866	2 354
Outros activos	19 e 24	9 441	77	9 364	10 415
TOTAL DE ACTIVO		1 341 380	18 714	1 322 666	989 007
Recursos de bancos centrais	20			287 178	93 136
Passivos financeiros detidos para negociação	21			118 027	61 627
Recursos de outras instituições de crédito	22			499 295	423 280
Recursos de clientes e outros empréstimos	23			311 887	295 456
Provisões	24			4 220	5 196
Passivos por impostos correntes	18			2 646	153
Passivos por impostos diferidos	18			3	6
Outros passivos subordinados	25			30 033	30 029
Outros passivos	26			8 408	18 094
TOTAL DE PASSIVO				1 261 697	926 977
Capital	27			55 000	55 000
Reservas de reavaliação	27			(9 113)	(2 216)
Outras reservas e resultados transitados	27			9 246	7 504
Resultado do exercício	27			5 836	1 742
TOTAL DE CAPITAL				60 969	62 030
TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL				1 322 666	989 007

(MILHARES DE EUROS)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	NOTAS	10/12/31	09/12/31
Juros e rendimentos similares	28	41 252	45 592
Juros e encargos similares	28	27 342	34 933
MARGEM FINANCEIRA		13 910	10 658
Rendimentos de instrumentos de capital	29	2 726	1 658
Rendimentos de serviços e comissões	30	11 552	11 701
Encargos com serviços e comissões	30	(1 464)	(1 247)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	31	(2 792)	(10 771)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	31	1 149	1 150
Resultados de reavaliação cambial	31	3 460	10 441
Resultados de alienação de outros activos		(5)	(30)
Outros resultados de exploração		(24)	61
PRODUTO BANCÁRIO		28 512	23 621
Custos com pessoal	32	(6 722)	(6 932)
Castos gerais administrativos	33	(7 298)	(8 023)
Depreciações e amortizações	15 e 16	(1 117)	(926)
Provisões líquidas de reposições e anulações	24	1 007	(1 839)
Correcções de valor associadas ao crédito a Clientes e valores a receber de outros devedores	24	(6 635)	(3 334)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	24	(45)	39
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	24	98	(198)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		7 800	2 408
Impostos			
Correntes	18	(2 992)	(184)
Diferidos	18	1 028	(482)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		5 836	1 742
Do qual: Resultado após impostos e operações descontinuadas			
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5 836	1 742
Número de acções em circulação		11 000 000	11 000 000
RESULTADO POR ACÇÃO (€/ACÇÃO)	34	0,53	0,16

(MILHARES DE EUROS)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL	NOTAS	10/12/31	09/12/31
Resultado Líquido	27	5 836	1 742
Canhos / (perdas) de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda líquido impostos	27	(6 897)	(148)
Total do Rendimento integral, líquido de impostos		<u>(1 061)</u>	<u>1 594</u>

DEMONSTRAÇÃO DE VARIÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO	NOTAS	CAPITAL	RESERVAS REAVALIAÇÃO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL DE CAPITAL
Saldos em 31.12.2008	27	40 000	(2 068)	6 227	1 277	45 436
Aumento de capital		15 000				15 000
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior						
Transferencia para reservas				1 277	(1 277)	
Rendimento integral			(148)		1 742	1 594
Saldos em 31.12.2009	27	55 000	(2 216)	7 504	1 742	62 030
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior						
Transferencia para reservas				1 742	(1 742)	
Rendimento integral			(6 897)		5 836	(1 061)
Saldos em 31.12.2010	27	55 000	(9 113)	9 246	5 836	60 969

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

NOTAS

10/12/31

09/12/31

ACTIVIDADE OPERACIONAL

Resultados de Exploração:

Resultado Líquido do Exercício	5 836	1 742
Provisões do Exercício	5 218	5 118
Amortizações do Exercício	1 117	926
Dividendos Recebidos	(2 726)	(1 658)
Juros Pagos de Passivos Subordinados	579	904
Outros	12 159	1 732
	22 182	8 764

Varição dos Activos e Passivos Operacionais:

Variação dos Activos e Passivos Operacionais:		
(Aumento)/Diminuição de Activos financeiros detidos para negociação	4 551	(19 979)
(Aumento)/Diminuição de Activos financeiros ao justo valor através de resultados	18 281	(76 975)
(Aumento)/Diminuição de Activos financeiros disponíveis para venda	(207 110)	5 695
(Aumento)/Diminuição de Aplicações em Outras Instituições de Crédito	(12 558)	4 278
(Aumento)/Diminuição de Crédito a Clientes	(47 891)	(82 283)
(Aumento)/Diminuição de Investimentos detidos até à maturidade	20 302	3 714
(Aumento)/Diminuição de Activos com acordo de recompra	(28 389)	56 528
(Aumento)/Diminuição de Activos não correntes detidos para venda	(2 657)	
(Aumento)/Diminuição de Outros activos	(8 170)	16 152
(Aumento)/Diminuição de Passivos financeiros detidos para negociação	(4 079)	27 057
(Aumento)/Diminuição de Recursos de Outras Instituições de Crédito	75 962	(16 592)
(Aumento)/Diminuição de Recursos de Clientes e outros empréstimos	16 013	21 112
(Aumento)/Diminuição de Outros passivos subordinados		(3)
(Aumento)/Diminuição de Outros Passivos	194 285	1 328
Impostos sobre o rendimento	1 229	498
	19 769	(59 470)
Fluxos de Caixa de Actividade de Operacional	41 952	(50 706)

ACTIVIDADE DE INVESTIMENTOS

Aquisição de subsidiárias/associadas	(2 088)	(1 263)
Aquisição de Activos Tangíveis	(414)	(1 651)
Alienação de Activos Tangíveis		951
Aquisição de Activos Intangíveis	(580)	(1 770)
Dividendos recebidos	2 726	1 658
Fluxos de Caixa de Actividade de Investimento	(357)	(2 076)

ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO

Recebimento Respeitantes a:

Emissão de acções		15 000
Juros pagos de passivos subordinados	(579)	(904)
Fluxos de Caixa de Actividade de Financiamento	(579)	14 096

TOTAL

41 017 (38 686)

VARIAÇÕES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Caixa e seus equivalentes no início do período	47 472	86 157
Caixa e seus equivalentes no fim do período	88 489	47 471
	41 017	(38 686)

Valor de Balanço das Rubricas de Caixa e Seus Equivalentes, em 31 de Dezembro

Caixa	5	2	2
Depósitos à Ordem em Bancos Centrais	5	2 216	6 344
Depósitos à Ordem em Outras Instituições de Crédito	6	86 271	41 126
Cheques a Cobrar			
	88 489	47 471	

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banif – Banco de Investimento, S.A. (Sociedade) resultou da cisão, efectuada em 15 de Dezembro de 2000, da Ascor Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem, SA e da qual resultou, igualmente, a constituição de uma nova sociedade corretora denominada Banif Ascor – Sociedade Corretora, SA. A maioria das participações detidas pelo Grupo Banif em sociedades cujo objecto social principal fosse constituído por actividades ligadas à banca de investimento, foram, nessa data, transferidas para este novo Banco.

As acções da Sociedade são 100% detidas pela Banif Investimentos-SGPS, S.A., subholding do Banif Grupo Financeiro (Grupo), cuja empresa-mãe é a Banif, SGPS, S.A., entidade que apresenta contas consolidadas para uso público e que cumprem com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS). Nestes termos, a Sociedade está dispensada de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

Em 28 de Fevereiro de 2011, o Conselho de Administração da Sociedade reviu e aprovou o Balanço e a Demonstração de Resultados de 31 de Dezembro de 2010 e aprovou globalmente o Relatório de Gestão o qual, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, será submetido à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 29 de Março de 2011.

2. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

IFRS 5 (Melhoria) - Activos Não Correntes Detidos para Venda e Operações em Descontinuação

A melhoria clarifica que:

- quando uma subsidiária é detida para venda, todos os seus activos e passivos devem ser classificados como detidos para venda no âmbito da IFRS 5, mesmo quando a entidade irá reter um interesse que não controla na subsidiária após a venda;
- as divulgações requeridas relativamente a activos não correntes, grupos disponíveis para venda ou operações descontinuadas são apenas as constantes da IFRS 5.

IFRS 2 (Emenda e Melhoria) – Pagamentos com base em Acções

A emenda efectuada na IFRS 2 vem clarificar a contabilização de situações nas quais uma entidade recebe a prestação de serviços ou produtos dos seus empregados ou fornecedores, mas cuja contrapartida financeira é paga pela sua empresa-mãe ou outra empresa do Grupo. A melhoria clarifica que a contribuição de um negócio para a formação de uma Joint Venture e combinações sob controlo comum não fazem parte do âmbito da IFRS 2.

IAS 1 (Melhoria) – Apresentação das Demonstrações Financeiras

A melhoria clarifica que os termos de liquidação de uma responsabilidade dos quais possa resultar, em qualquer momento, a liquidação através da emissão de instrumentos de capital por opção da contraparte não afecta a classificação dos instrumentos convertíveis em corrente e não corrente na Demonstração da Posição Financeira. Em resultado da emenda à IAS 27, torna-se necessário incluir duas linhas adicionais na

Demonstração das alterações nos capitais próprios: (i) aquisição de subsidiárias e (ii) aquisição de interesses que não controlam, para reflectir transacções com proprietários resultantes de alterações na detenção de subsidiárias que não resultem em perda de controlo.

IAS 38 (Melhoria) – Activos Intangíveis

A melhoria:

- estabelece que se um intangível adquirido numa combinação de negócios for identificável apenas com outro activo intangível, os dois podem ser reconhecidos como um único intangível desde que tenham vidas úteis similares;
- clarifica que as técnicas de valorização para mensurar o justo valor de activos intangíveis adquiridos numa combinação de negócios são meros exemplos e não restringem os métodos que podem ser usados.

IAS 39 (Emenda e Melhoria) – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – itens cobertos elegíveis.

Esta emenda:

- clarifica que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto;
- refere que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

A melhoria introduz as seguintes alterações:

- A isenção de aplicação da norma em contratos que envolvam combinações de negócios só se aplica a contratos forward entre uma adquirente e um accionista vendedor com vista a comprar ou vender uma adquirida numa data futura e não a contratos derivados em que é necessário que acções futuras venham ainda a ocorrer.
- Se numa cobertura de fluxos de caixa, a cobertura de uma transacção prevista resultar no reconhecimento subsequente de um activo ou passivo financeiro, os ganhos ou perdas que estejam reconhecidos no rendimento integral devem ser reclassificados para ganhos e perdas no mesmo período ou períodos em que os fluxos de caixa cobertos previstos afectem os lucros ou prejuízos.
- Considera-se que uma opção de pré-pagamento está intimamente relacionada com o contrato de acolhimento quando o preço de exercício reembolsa o mutuante numa quantia até ao valor presente aproximado dos juros perdidos durante o prazo remanescente do contrato de acolhimento.

IFRIC 18 - Transferências de activos provenientes de clientes

Esta interpretação tem por objectivo clarificar a forma de reconhecer imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objectivo de serem usados para adquirir ou construir activos específicos, não sendo, por isso aplicável.

IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa

Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens

em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos.

IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços

Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e clarifica como reconhecer as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

Outras melhorias às IFRS

O processo anual de melhoria das IFRS procura lidar com a resolução de situações que necessitam de ser melhoradas de forma a aumentar o seu entendimento geral, mas que não são classificadas como de resolução prioritária. Algumas melhorias são relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial para haver consistência entre normas sendo o seu impacto mínimo.

Outras melhorias são susceptíveis de produzir alterações no reconhecimento e mensuração. As principais melhorias que entraram em vigor em 2010, para além nas já resumidas atrás, resumem-se da seguinte forma:

Melhorias do Ano 2009 aplicáveis em 2010

- IFRS 8 – Segmentos Operacionais: As melhorias clarificam que os activos e passivos por segmentos só precisam de ser relatados quando são incluídos nas medidas usada pelo responsável das decisões operacionais.
- IAS 17 – Locações: São removidas as disposições específicas relativas a terrenos e edifícios mantendo-se apenas as disposições gerais.
- IAS 18 – Rédito: São adicionadas orientações para determinar se uma entidade está a actuar como vendedor ou como agente.
- IAS 36 – Imparidade de Activos: As melhorias clarificam que ao testar a imparidade do Goodwill adquirido numa combinação de negócios a maior unidade permitida para alocação do Goodwill é o segmento operacional definido na IFRS 8 o qual, dependendo das circunstâncias, pode ser de um nível mais baixo do que o segmento reportável.
- IFRIC 9 – Reavaliação de derivados embutidos: As melhorias clarificam que a IFRIC 9 não se aplica a possíveis reavaliações, à data de aquisição, de derivados embutidos em contratos adquiridos em combinações entre entidades ou negócios sob controlo comum ou na formação de *Joint Ventures*.
- IFRIC 16 – Coberturas de um Investimento Líquido numa Operação Estrangeira: As melhorias clarificam que Instrumentos de cobertura que se qualifiquem podem ser detidos por uma entidade do grupo desde que os requisitos de designação, documentação e efectividade da IAS 39 sejam satisfeitos.

NORMAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2010 e que não foram adoptadas antecipadamente são as seguidamente apresentadas. Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras do Grupo.

a) Já endossadas pela UE

IFRS 1 (Emenda) - Isenções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS.

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Estabelece que um adoptante pela primeira vez não necessita de apresentar comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações.

IFRS 7 (Emenda) - Instrumentos Financeiros: Divulgações

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Estabelece que as melhorias a esta norma não necessitam de afectar demonstrações financeiras nem comparativos de demonstrações financeiras anteriores a 31 de Dezembro de 2009.

IAS 24 (Revista) – Transacções com partes relacionadas

Esta norma revista entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Dezembro de 2010. As principais alterações são as seguintes:

- Alteração da definição de partes relacionadas levando a que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;
- Isenção parcial de divulgações relativas a transacções com entidades governamentais bem como com o próprio Governo;
- Obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

IAS 32 (Emenda) - Clarificação de direitos de emissão

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Janeiro de 2010. A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e *warrants*) como instrumentos de capital próprio se:

- Os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;
- Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda.

IFRIC 14 (Emenda) - Adiantamentos relativos a requisitos de financiamento mínimo

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Dezembro de 2010. Com a emenda, uma entidade deve reconhecer como activo os pagamentos feitos antecipadamente e em cada ano a análise do *surplus* do plano deve ser feita como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio

Esta IFRIC entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafos 41 da IAS 39.

b) Ainda não endossadas pela EU

IFRS 9 – Instrumentos financeiros - introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.

Outras emendas às IFRS – melhoramentos do Ano 2010. O IASB aprovou 11 emendas a seis normas.”

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal através do disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, nºs 2º e 3º, designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS;
- eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As Normas Internacionais de Relato Financeiro conforme aprovadas pela União Europeia diferem da versão integral das IAS/IFRS, conforme publicadas pelo IASB (International Accounting Standards Board), no que respeita à eliminação de certas restrições à aplicação de contabilidade de cobertura do IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Valorização”.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros. As principais políticas contabilísticas utilizadas são apresentadas abaixo.

3.2 INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A Sociedade não procedeu a alterações de práticas e políticas contabilísticas, pelo que todos os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

3.3 USO DE ESTIMATIVAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão da Sociedade, os quais afectam o valor dos activos e passivos, créditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

As situações onde o uso de estimativas é mais significativo são as seguintes:

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (*marked to market*) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (*marked to model*). O dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

Imparidade em instrumentos de capital

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo e prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo e prolongado” requer julgamentos. Neste contexto a Sociedade determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% por mais de 1 ano é considerado significativo e prolongado. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

3.4 TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio contratadas na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os itens não monetários, que sejam valorizados ao justo valor, são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários, que sejam mantidos ao custo histórico, são mantidos ao câmbio original. As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

3.5 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes incluem moeda nacional e estrangeira, em caixa, depósitos à ordem junto de bancos centrais, depósitos à ordem junto de outros bancos no país e estrangeiro, cheques a cobrar sobre outros bancos.

3.6 INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

A rubrica “Investimentos em filiais e associadas” corresponde às participações no capital social de empresas detidas pela Sociedade, com carácter duradouro, relativamente às quais detenha ou controle a maioria dos direitos de voto (filiais) ou exerça influência significativa (empresas associadas). Considera-se que existe influência significativa sempre que a Sociedade detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto. Os investimentos em filiais e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.7.1 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO INICIAL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

3.7.2 MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os

juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Os passivos financeiros de negociação incluem também vendas de títulos a descoberto. Estas operações são relevadas em balanço ao justo valor, com variações subsequentes de justo valor relevadas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pela Sociedade de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);
- ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
- iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

A Sociedade classifica em activos financeiros ao justo valor através de resultados a quase totalidade da carteira de títulos constituída no âmbito da actividade bancária, cuja gestão e avaliação da performance tem por base o justo valor, com excepção das participações estratégicas e de títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que a Sociedade não classificou em qualquer uma das outras categorias. Deste modo, em 31 de Dezembro de 2007 esta rubrica inclui essencialmente participações consideradas estratégicas e títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou mantendo o custo de aquisição caso não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido, na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.

Os activos financeiros disponíveis para venda são analisados quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo ou prolongado” requer julgamentos. Neste contexto a Sociedade considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% ou um declínio por mais de 1 ano pode ser considerado significativo ou prolongado.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado que inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, subsequentemente estes activos são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, e sujeitos a testes de imparidade.

O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização destes rendimentos ou encargos é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” ou “Juros e encargos similares”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subseqüentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica “Juros e encargos similares”.

Repo’s e Reverse repo’s

Os *repo’s* são vendas de activos financeiros, que tem associado um acordo de compra numa data futura. O montante recebido da venda (financiamento) tem subjacente uma taxa juro (“*Repo rate*”). O valor do financiamento é registado na rubrica de recursos de outras instituições de crédito pelo valor contrato que corresponde à contraprestação recebida líquida, os juros a pagar são reconhecidos de acordo com o principio da especialização sendo registados em juros e encargos similares. Os títulos ficam custodiados na contraparte como garantia do financiamento.

Os *reverse repo’s* são compras de activos financeiros, que tem associado um acordo de revenda numa data futura por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço. O valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado, os juros a receber são reconhecidos de acordo com o principio da especialização sendo registados em juros e encargos similares.

Justo valor

O justo valor utilizado na valorização de activos e passivos financeiros de negociação, classificados como ao justo valor por contrapartida de resultados e activos financeiros disponíveis para venda é determinado de acordo com os seguintes critérios:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta (“*bid*”) conhecida;
- No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado (“*discounted cash flow*”, modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e instrumentos derivados que os tenham como subjacente, para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Derivados

Na sua actividade corrente, a Sociedade utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado.

Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nocionais das operações de derivados são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, e embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (*fair value option*).

Os resultados da mensuração subsequente do justo valor são reconhecidos nos resultados do exercício em simultâneo com os resultados de mensuração ao justo valor do instrumento coberto na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

3.7.3 DESRECONHECIMENTO DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Activos financeiros

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

1. os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
2. os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo “*pass-through*”; e
3. Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

3.7.4 IMPARIDADE E CORRECÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES

A Sociedade avalia se existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, conforme disposto na Instrução nº 7/2005 do Banco de Portugal. Um activo financeiro encontra-se em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tiver um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos. Perdas esperadas em resultado de eventos futuros, independentemente da sua probabilidade de ocorrência, não são reconhecidas. As correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores são determinadas de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95, com a redacção do Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005.

Sempre que num período subsequente, se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuída a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

3.8 ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica. Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da Sociedade e se mantiver o compromisso de venda do activo.

A Sociedade regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos reembolso de crédito próprio.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor do custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de custos a incorrer na venda. Estes activos não são amortizados.

Nos casos em que os activos classificados nesta categoria deixem de reunir as condições de venda imediata, estes activos são reclassificados para a rubrica “Propriedades de Investimento”.

3.9 OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui os imóveis de serviço próprio, veículos e outros equipamentos.

São classificados como imóveis de serviço próprio, os imóveis utilizados pela Sociedade no desenvolvimento das suas actividades no estrangeiro. Os imóveis de serviço próprio

são valorizados ao custo histórico, reavaliados de acordo com as disposições legais aplicáveis, deduzidas de subseqüentes amortizações.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subseqüentes amortizações e perdas por imparidade. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada, que é:

Imóveis	[[10 – 50]] anos
Veículos	4 anos
Outro equipamento	[[2 – 15]] anos

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros Resultados de exploração”.

3.10 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “*software*”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra entre 3 e 4 anos.

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de software. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas na norma IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

3.11 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base na taxa de imposto em vigor.

A Sociedade regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, reavaliações de títulos e derivados apenas tributáveis no momento da sua realização, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base

anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício.

3.12 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Sociedade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.13 RECONHECIMENTO DE PROVEITOS E CUSTOS

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a Sociedade e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como “Activos Financeiros disponíveis para venda” os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing*, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

3.14 RECONHECIMENTO DE DIVIDENDOS

Os dividendos são reconhecidos quando o seu recebimento pela Sociedade é virtualmente certo, na medida em que já se encontram devida e formalmente reconhecidos pelos órgãos competentes das subsidiárias, conforme parágrafo 30 da IAS 18, corroborado pelo disposto no parágrafo 33 da IAS 37, sobre activos virtualmente certos, e pelo facto de não existirem disposições que contrariem este enquadramento na IAS 10 sobre eventos subsequentes. Adicionalmente, este tratamento não tem a oposição do Banco de Portugal nos termos das disposições da Circular n.º 18/2004/DSB.



3.15 RENDIMENTOS E ENCARGOS POR SERVIÇOS E COMISSÕES

A Sociedade cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

4. RELATO POR SEGMENTOS

No relato por segmentos da Sociedade, com referência a 31 de Dezembro de 2010, o reporting primário é feito por áreas de negócio, as quais incluem Negociação e Vendas, Corretagem, Banca de Retalho, Banca Comercial, Pagamentos e Liquidações, Custódia, Gestão de Activos e outras actividades (rubrica residual).

A divisão efectuada pelos diversos processos de negócio foi efectuada tendo em conta a natureza dos processos, similaridade dos mesmos, a organização e processos de gestão em vigor na Sociedade.

Os reportes utilizados pela gestão têm essencialmente como base informação contabilística, não existindo diferenças entre as mensurações dos proveitos, das perdas, do activo e do passivo dos segmentos rentáveis.

Segmentos de negócios em 31 de Dezembro de 2010:

CATEGORIA	BANCA COMERCIAL	BANCA RETALHO	CORPORATE FINANCE	CORRETAGEM	CUSTÓDIA	CESTÃO DE ACTIVOS	OUTROS	TRADING SALES	TOTAL
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	4 531	372	2 420	0	0	5	15	33 909	41 252
JUROS E ENCARGOS SIMILARES	2 132	(227)	(250)	(1)	0	(2 270)	(2 046)	(24 680)	(27 342)
MARGEM FINANCEIRA	6 663	145	2 170	(1)	0	(2 265)	(2 031)	9 229	13 910
RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	(95)	0	0	0	0	2 647	91	83	2 726
RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	1 240	93	4 080	1 317	118	1 861	1 409	1 434	11 552
ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	18	0	(129)	(441)	0	(3)	(329)	(580)	(1 464)
RESULT. DE ACTIVOS E PASSIVOS AVAL. AO JUSTO	(854)	418	554	(14)	0	886	863	(4 645)	(2 792)
VALOR ATRAVÉS DE RESULT.									
RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	(160)	0	0	0	0	164	154	991	1 149
RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL	7	0	0	0	0	94	0	3 359	3 460
RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS	00	0	0	(5)	0	0	0	0	(5)
OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	42	0	(79)	1	34	0	(22)	0	(24)
PRODUTO BANCÁRIO	6 861	656	6 596	857	152	3 384	135	9 871	28 512
CUSTOS COM PESSOAL	(637)	(684)	(982)	(745)	(40)	(1 283)	(1 153)	(1 198)	(6 722)
GASTOS CERAIS ADMINISTRATIVOS	(607)	(549)	(696)	(1 184)	(84)	(1 366)	(788)	(2 024)	(7 298)
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	(82)	(85)	(107)	(120)	(14)	(158)	(367)	(184)	(1 117)
PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	85	(91)	(407)	0	0	1	0	1 419	1 007
IMPARIDADE DO CRÉDITO LÍQUIDA DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES	(6 557)	(40)	(40)	0	0	0	2	0	(6 635)
IMPARIDADE DE OUTROS ACTIVOS FINANC. LÍQUIDA DE REVERSÕES E RECUP.	7	0	40	0	0	2	5	(99)	(45)
IMPARIDADE DE OUTROS ACTIVOS LÍQUIDA DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	98	98
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(930)	(793)	4 404	(1 192)	14	580	(2 166)	7 883	7 800
CORRENTES	(155)	(132)	(734)	(198)	(2)	(97)	(361)	(1 313)	(2 992)
DIFERIDOS	53	45	252	68	1	33	124	452	1 028
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	(1 032)	(880)	3 922	(1 322)	13	516	(2 403)	7 022	5 836

Segmentos de negócios em 31 de Dezembro de 2009:

CATEGORIA	BANCA COMERCIAL	BANCA RETALHO	CORPORATE FINANCE	CORRETAGEM	CUSTÓDIA	GESTÃO ACTIVOS	OUTROS	TRADING SALES	TOTAL
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	2.910	260	1.174	-3	0	66	81	41.104	45.592
JUROS E ENCARGOS SIMILARES	-29	-5	23	0	0	-90	-259	-34.572	-34.933
MARGEM FINANCEIRA	2.881	254	1.197	-3	0	-24	-178	6.532	10.658
RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	0	0	0	1	0	1.380	0	277	1.658
RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	2.333	162	4.419	1.492	91	1.439	1.009	756	11.701
ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	-71	0	-225	-418	0	-15	-47	-471	-1.247
RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	1	765	667	-16	0	0	7	-12.194	-10.771
RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	0	0	0	0	0	0	0	1.150	1.150
RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL	0	0	0	0	0	0	0	10.441	10.441
RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS	0	0	0	0	0	0	-30	0	-30
OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	-26	-23	-40	-17	13	-65	-35	255	61
PRODUTO BANCÁRIO	5.117	1.158	6.018	1.037	105	2.715	725	6.746	23.621
CUSTOS COM PESSOAL	-800	-618	-1.144	-952	-74	-684	-1.169	-1.491	-6.932
CASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	-658	-543	-792	-1.154	-93	-1.294	-876	-2.614	-8.023
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	-58	-63	-78	-81	-11	-122	-369	-145	-926
PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	-300	29	-365	0	0	-61	556	-1.697	-1.839
IMPARIDADE DO CRÉDITO LÍQUIDA DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES	-3.192	-84	-53	0	0	-4	-2	0	-3.334
IMPARIDADE DE OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES	-8	-8	5	0	0	0	0	51	39
IMPARIDADE DE OUTROS ACTIVOS LÍQUIDA DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	-198	-198
RESULTADOS DE ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	101	-129	3.590	-1.149	-73	550	-1.134	652	2.408
CORRENTES	-6	8	-228	73	5	-35	72	-41	-153
CORRECÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-1	2	-47	15	1	-7	15	-8	-31
DIFERIDOS	-20	26	-719	230	15	-110	227	-131	-482
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	73	-94	2.596	-831	-52	398	-820	472	1.742

Segmentos geográficos

A Sociedade desenvolve toda a sua actividade em Portugal.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Caixa	2	2
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	2.216	6.344
	-----	-----
	2.218	6.346
	=====	=====

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos à ordem		
No País	8.947	3.053
No Estrangeiro	77.324	38.073
	-----	-----
	86.271	41.126
	=====	=====

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Carteira de títulos	35.865	40.630
Instrumentos derivados com justo valor positivo	114.834	64.527
	-----	-----
Provisões (nota 24)	150.699 (104)	105.157 (1)
	150.595	105.156
	=====	=====

Esta rubrica é composta de títulos e instrumentos financeiros derivados, que se encontram na sua totalidade classificados como detidos para negociação. O justo valor negativo corresponde aos derivados que se encontram registados na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação (nota 21).

DESCRIÇÃO	MOEDA	NOTIONAL	2010 JUSTO VALOR		2009 JUSTO VALOR	
			POSITIVO	NEGATIVO	POSITIVO	NEGATIVO
<i>Currency Forwards</i>	EUR	329 723	9 595	9 046	5 389	5 431
<i>Cross Currency Interest Rate Swaps</i>	EUR	9 690	697	695	1 184	1 184
<i>Credit Default Swap</i>	EUR	289 542	71 162	68 407	48 317	42 707
<i>Equity Swaps</i>	EUR				209	210
<i>Interest Rate Swaps</i>	EUR	387 581	33 380	30 793	8 202	7 354
<i>Total Return Swaps</i>	EUR	42 107		730	1 226	662
TOTAL			114 834	109 671	64 527	57 548

Detalhe da carteira de títulos em 31 de Dezembro de 2010:

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
1 - Instrumentos de dívida				33 007
Emitidos por não residentes				
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
BANIF SA	EUR	10 000	1,00	10
BANCO COMERCIAL ACORES 03/31/2011	EUR	210 000	0,99	208
BANCO COMERCIAL ACORES 10/23/2016	EUR	185 750	0,83	155
BANCO COMERCIAL ACORES 09/25/2017	EUR	164 000	0,80	132
BANIF SCPS SA	EUR	628 000	0,96	608
BANIF SCPS SA	EUR	16 000	0,96	15
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
FED REPUBLIC OF BRAZIL 11/01	EUR	250 000	1,01	274
FED REPUBLIC OF BRASIL 03/30	USD	333 000	1,81	461
FED REPUBLIC OF BRASIL 27	USD	30 000	1,53	35
FED REPUBLIC OF BRAZIL 01/20	USD	16 000	1,62	20
BANCO NAC DESENV BNDES 0 06/16/08	USD	210 000	1,09	171
FED REPUBLIC OF BRAZIL 09/12	EUR	995 000	1,10	1 119
FED REPUBLIC OF BRASIL 02/25	USD	30 000	1,38	32
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	407 000	1,20	372
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	105 000	1,12	90
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	USD	98 000	1,10	81
INTL FINANCE CORPORATION 9 1/4	BRL	265 000	1,03	126
BANCO NAC DESENV ECON 07/20	USD	200 000	1,02	157
BANCO NAC DESENV ECON 09/17	EUR	423 000	0,99	425

(CONTINUA)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS – ME, EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO)

(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
BRAZIL DEV FUND BNDES 9 5/8 12/11	USD	21 000	1,07	17
TRADE INVEST LIMITED 4.7 06/18/11	EUR	742 000	0,98	727
TRADE INVEST LIMITED 0 06/18/11	EUR	5 750 000	0,99	230
CIA BRAS BEBIDAS 12/11	USD	398 000	1,08	322
PETROBRAS INT FINANCE 07/02/13	USD	1 231 000	1,16	1 110
BANCO ITAU CAYMAN, SA 08/11	USD	85 000	1,05	69
PETROBRAS INTL FINANCE 12/18	USD	273 000	1,22	249
EURO INVEST LIMITED 5 12/29/49	USD	296 000	0,95	211
VALE OVERSEAS LIMITED 01/34	USD	1 000	1,24	1
VOTORANTIM OVERSEAS 01/14	USD	189 000	1,10	161
BANCO BRADESCO SA 04/15/14	EUR	1 730 000	1,10	1 923
PETROBRAS INTL FINANCE	USD	71 000	1,17	63
BANCO DO BRASIL (CI) 09/14	USD	33 000	1,18	30
BANCO BRADESCO 8 3/4 10/13	USD	200 000	1,14	173
PEMEX PROJ FDC MASTER TR	EUR	175 000	0,97	178
TELE N L PARTICIPACOES	USD	540 000	1,02	412
CIA BRAS BEBIDAS 09/13	USD	10 000	1,15	9
VOTORANTIM OVERSEAS 06/20	USD	920 000	1,10	758
PEMEX PROJ FDC MASTER TR	EUR	60 000	1,07	66
UNIBANCO 8.7 07/29/49	USD	118 000	1,00	90
BRASKEM INTL LTD	USD	97 000	1,18	86
FED REPUBLIC OF BRAZIL	BRL	422 000	1,16	231
CENTRAL ELET BRASILEIRAS SA	USD	225 000	1,17	198
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	USD	370 000	1,01	282
NATIONAL STEEL SA	USD	390 000	1,00	303
CESP-COMP ENER SAO PAULO 03/11 RECS	USD	790 000	1,01	615
BANCO INDUSTR E COMRCL	USD	153 000	1,01	119
LPG INTERNATIONAL INC 12/20/2015	USD	281 000	1,11	233
ENERCIPE Y SAELPA 07/19/13	USD	5 000	1,14	4
CESP-COMP ENER SAO PAULO 08/11/13	USD	295 000	1,13	257
FED REPUBLIC OF BRAZIL 01/22	BRL	740 000	1,18	414
BANCO MERCANT DO BRASIL	USD	20 000	1,03	16
BANCO VOTORANTIM SA	USD	100 000	1,02	78
BERTIN LTDA 10/05/16	USD	150 000	1,08	124
CIA SANEAMENTO BÁSICO 11/16	USD	950 000	1,10	792
MARFRIG OVERSEAS LTD 11/16/2016	USD	198 000	1,05	157
VALE OVERSEAS LIMITED 01/23/2017	USD	135 000	1,11	115
VALE OVERSEAS LIMITED 11/21/36	USD	254 000	1,09	208
GP INVESTMENTS LTD 12/23/2049	USD	251 000	1,00	191
COSAN FINANCE LTD 02/01/2017	USD	45 000	1,07	37

(CONTINUA)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS – ME, EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO)

(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
SUL AMERICA PARTICIPAÇÕES 02/15/12	USD	132 000	1,04	69
EURO INVEST LIMITED 04/13/2012	EUR	477 000	0,97	466
BANCO MERCANT DO BRASIL 05/08/2012	USD	35 000	1,01	18
EMBRAER OVERSEAS LTD 01/17	USD	790 000	1,04	630
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	BRL	136 000	1,00	64
EURO INVEST LIMITED 0 10/22/2012	EUR	1 457 000	0,92	1 348
GOL FINANCE 04/03/2017	USD	8 000	1,01	6
BANCO BMC SA	USD	25 000	1,01	19
BANCO DAYCOVAL SA	USD	560 000	1,00	434
EURO INVEST LIMITED 6 29/12/2011	EUR	289 000	1,00	289
EURO INVEST LIMITED 5 29/12/2011	USD	157 000	0,99	117
PEMEX PROJ FDG MASTER TR 03/01/2018	USD	202 000	1,07	164
PETROBRAS INTL FINANCE	USD	1 076 000	1,18	971
CENTRAL ELET BRASILEIRAS SA 07/19	USD	608 000	1,13	525
CCL FINANCE LTD 9 1/2 08/14	USD	56 000	1,15	50
VALE OVERSEAS LIMITED 5 5/8 09/19	USD	48 000	1,07	39
CSN ISLANDS XI CORP 6 7/8 09/19	USD	103 000	1,08	85
BANCO DO BRASIL (CAYMAN) 10/49	USD	835 000	1,15	731
ODEBRECHT FINANCE LTD 7 04/21/20	USD	78 000	1,08	64
CERDAU HOLDINGS INC	USD	180 000	1,09	151
BANCO BRADESCO (CAYMAN) 03/15	USD	100 000	1,02	77
VALE SA	EUR	50 000	1,01	52
PETROBRAS INTL FINANCE CO	USD	1 010 000	1,04	802
BANCO DO BRASIL (CAYMAN) 01/15	USD	800 000	1,04	634
BANCO BRADESCO (CAYMAN) 3 1/8 04/13	USD	142 000	1,02	108
BANCO FIBRA SA	USD	140 000	1,00	105
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO BRASIL	USD	903 000	0,99	680
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO BRASIL	EUR	4 977 000	0,99	5 004
ODEBRECHT FINANCE LTD	USD	50 000	1,17	44
TELEMAR N LESTE SA	USD	1 390 000	1,16	1 225
FIBRIA OVERSEAS FINANCE	USD	60 000	1,05	48
BANCO MERCANT DO BRASIL 9 5/8 07/20	USD	39 000	1,05	32
CSN RESOURCES SA 6 1/2 07/20	USD	170 000	1,05	137
JBS FINANCE II LIMITED	USD	10 000	1,01	8
PETROLEOS MEXICANOS	EUR	325 000	1,04	356
BFF INTERNATIONAL LTD 7 1/4 01/20	USD	85 000	1,04	68
TELEMAR N LESTE SA 5 1/2 10/20	USD	35 000	0,97	26
BANCO CRUZEIRO DO SUL SA 02/15	USD	150 000	1,00	114
BR PROPERTIES SA BRPRSA9 12/49-15	USD	500 000	1,00	382
PETROLEOS MEXICA PEMEX 6 5/8 49-15	USD	83 000	1,00	62
PETROLEOS MEXICA PEMEX 4 7/8 03/15	USD	405 000	1,06	325
PETROLEOS MEXICA PEMEX 8 05/03/19	USD	329 000	1,21	300
BANCO SANTANDER SANBBZ4 1/2 04/15	USD	50 000	1,02	39
TELEMAR N L TLMP 5 1/8 12/17	EUR	400 000	0,97	388

(CONTINUA)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS – ME, EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO)

(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
2 - Instrumentos de capital				35
Emitidos por residentes				
IMPRESA SCPS	EUR	100	1,40	0
BPI SCPS	EUR	18 629	1,38	26
BANIF SCPS SA	EUR	10 000	0,87	9
Emitidos por não residentes				
PARMALAT FINANZIARIA SPA	EUR	30 000	0,00	0
3 - Outros				2 823
Emitidos por residentes				
CIA SEC ACORES SA 17/12/2017	EUR	685 000	0,80	549
RENTIPAR FINANCEIRA SCPS SA	EUR	2 408 000	0,94	2 264
RENTIPAR FINANCEIRA SCPS SA	EUR	11 000	0,94	10
TOTAL				35 865

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

NATUREZA E ESPÉCIE	MATURIDADE	VALOR DE BALANÇO
BANCO COMERCIAL ACORES 03/31/2011	11/03/31	208
BANIF SCPS SA	11/07/15	608
BANIF SCPS SA	11/07/15	15
FED REPUBLIC OF BRAZIL 11/01	11/01/24	274
BRAZIL DEV FUND BNDES 9 5/8 12/11	11/12/12	17
TRADE INVEST LIMITED 4.7 06/18/11	11/06/18	727
TRADE INVEST LIMITED 0 06/18/11	11/06/18	230
CIA BRAS BEBIDAS 12/11	11/12/15	322
BANCO ITAU CAYMAN, SA 08/11	11/08/15	69
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	11/01/23	282
CESP-COMP ENER SAO PAULO 03/11 RECS	11/03/02	615
BANCO BMG SA	11/05/23	19
BANCO DAYCOVAL SA	11/07/21	434
EURO INVEST LIMITED 6 29/12/2011	11/12/29	289
EURO INVEST LIMITED 5 29/12/2011	11/12/29	117
TOTAL		4 226

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
1 - Instrumentos de dívida				54 051
Emitidos por residentes				
De dívida pública portuguesa				
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5%	EUR	38 000 000	1,01	39 320
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5,45	EUR	0	0,65	0
O.T. PCB 3,2% 04/15/11	EUR	3 000 000	1,00	3 059
PCB 4 3/8 06/16/14 JUN	EUR	80 000	0,97	80
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
OT ANGOLA 15 NOV 2012	USD	1 050 000	1,00	789
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
CLARIS LTD/MILLESIME CDO	EUR	2 000 000	0,69	1 375
DEUTSCHE BANK AG LONDON	USD	2 000 000	0,84	1 264
EURO INVEST LIMITED 04/13/2012	EUR	8 356 000	0,97	8 163
2 - Instrumentos de capital				138 293
Emitidos por residentes				
GALERIAS NAZONI	EUR	750	0,00	0
BANIF IMOPREDIAL	EUR	1 544 344	7,51	11 597
FUNDO CAPITAL RISCO CAPVEN	EUR	431	2 677,11	1 154
BANIF IMOGEST	EUR	551 319	37,99	20 944
LUSO CARBON FUND-FUNDO ESP FECHADO	EUR	82 56 498,88		4 633
NEW ENERGY FUND	EUR	164 48 848,56		8 011
PORTO NOVO F.I.I.F.	EUR	20 788	103,98	2 161
FLORESTA ATLÂNTICA - SGFII (CL B)	EUR	40 000	51,23	2 049
BANIF FORTUNY - FII FECHADO	EUR	500	9 335,02	4 668
BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND	EUR	1 035	9 377,36	9 706
BANIF GLOBAL PRIVATE EQUITY F - FCR	EUR	1 000 000	1,04	1 044

(CONTINUA)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS – ME, EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
Emitidos por não residentes				
SHOTGUN PICTURES	EUR	10 000	0,00	0
BANIF MULTI-FUND GLOBAL REAL ESTATE	EUR	31 690	113,56	3 599
BANIF US REAL ESTATE FUND CLASS	USD	157 650	119,53	14 103
CED SUR FCR-CL A	EUR	100	44,55	4
CED SUR FCR-CL B	EUR	49 900	44,55	2 223
FUNDO INV PART AMAZONIA ENERGIA	BRL	95 000 000	1,00	42 837
BANIF INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	BRL	4 541 859	1,45	2 971
BANIF MAESTRO FIM	BRL	5 452 220	1,33	3 258
BANIF EQUITY HEDGE FIM	BRL	2 921 161	2,53	3 332
TOTAL				192 344

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

NATUREZA E ESPÉCIE	MATURIDADE	VALOR DE BALANÇO
O.T. PCB 3.2% 04/15/11	11/04/15	3 059
TOTAL		3 059

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

9. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
1 - Instrumentos de dívida				171 174
Emitidos por residentes				
De dívida pública portuguesa				
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5%	EUR	20 500 000	1,01	21 212
PCB 3,35 10/15/15	EUR	20 000 000	0,89	18 023
PORTUGUESE OT'S 4.35 10/16/17	EUR	5 000 000	0,89	4 496
PARPUBLICA 3 1/2 07/13	EUR	10 000 000	0,90	9 191
OBRIGACOES DO TESOURO 4.8 06/15/20	EUR	17 155 000	0,87	15 433
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	USD	1 000 000	1,10	826
VOTO VOTORANTIM LDA 04/17	EUR	1 200 000	1,00	1 240
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
CIMPOR FINANCIAL OPERTNS	EUR	2 000 000	1,00	2 054
CIMPOR FINANCIAL OPERTNS	EUR	55 000	1,00	56
TELE N L PARTICIPACOES	USD	1 774 000	1,02	1 354
CAIXA GERAL DEPÓSITOS FINANCE	EUR	1 150 000	0,50	574
CESP-COMP ENER SAO PAULO 01/15/2015	USD	1 654 000	0,81	1 004
ETAB ECON CASINO GUICH-P 04/04/2013	EUR	250 000	1,08	283
CAIXA GERAL FIN	EUR	209 000	0,50	105
AQUEDUCT TRADING SERVICES CO	USD	28 131 478	1,00	23 371
GE CAP EUR FUND 5 1/4 01/31/13	EUR	3 250 000	1,05	3 583
BANK OF AMERICA CORP 7 06/15/16	EUR	1 000 000	1,08	1 114
CITIGROUP INC 7 3/8 06/16/14	EUR	2 500 000	1,11	2 863
LLOYDS BANK TSB BANK PLC 5 3/8	EUR	2 500 000	0,98	2 493
RCI BANQUE SA 4 10/21/11	EUR	500 000	1,02	512
BANK OF IRELAND 4 5/8 09/14	EUR	1 000 000	0,83	842
ENEL FINANCE INTL SA 4 09/14/16	EUR	500 000	1,00	507
ALLIED IRISH BKS PLC 4 1/2 10/01/12	EUR	500 000	0,80	406
ABERTIS INFRAESTRUTURAS 10/16	EUR	500 000	0,95	478
GAS NATURAL CAPITAL 4 3/8 11/16	EUR	500 000	0,94	475
GOLDMAN SACHS GROUP INC FLOAT 10/19	EUR	1 000 000	0,97	982
TELEFONICA EMISIONES SAU	EUR	2 000 000	0,98	1 966
MORGAN STANLEY 4 1/2 10/29/14	EUR	1 000 000	1,01	1 017

(CONTINUA)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS – ME, EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO)

(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
ANGLO AMERICAN CAPITAL 12/16	EUR	500 000	1,04	522
NOMURA EUROPE FINANCE NV 12/14	EUR	500 000	1,04	523
VIVENDI 4 7/8 12/19	EUR	500 000	1,01	507
DONG ENERGY A/S	EUR	250 000	1,02	256
EDP FINANCE BV 3 1/4 03/15	EUR	3 000 000	0,92	2 834
GOLDMAN SACHS GROUP INC 03/17	EUR	2 000 000	0,96	1 996
GLENCORE FINANCE EUROPE	EUR	750 000	1,00	782
RABOBANK NEDERLAND 03/20	EUR	500 000	0,95	500
ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC 03/20	EUR	1 500 000	0,95	1 486
VALE SA	EUR	1 500 000	1,01	1 571
BES INVESTIMENTO BRASIL 5 5/8 03/15	USD	800 000	0,98	594
MERCK FIN SERVICES CMBH	EUR	1 000 000	1,01	1 037
INTESA SANPAOLO SPA	EUR	2 000 000	0,97	1 938
LAFARGE SA 5 1/2 12/19	EUR	250 000	0,97	244
NATIONWIDE BLDG SOCIETY 01/15	EUR	1 000 000	0,98	1 011
CAS NATURAL CAPITAL 4 1/8 01/18	EUR	1 000 000	0,90	908
DAIMLER AG 4 1/8 01/17	EUR	1 500 000	1,03	1 605
VODAFONE GROUP PLC 01/22	EUR	3 000 000	1,01	3 159
BARCLAYS BANK PLC 01/17	EUR	4 500 000	0,99	4 616
ALSTOM 4 1/8 02/17	EUR	500 000	0,99	516
CASINO GUICHARD 4,379 02/17	EUR	250 000	1,01	263
TELECOM ITALIA SPA 5 1/4 02/22	EUR	1 000 000	0,96	1 003
INDEPENDENCIA INTERNATIO 12/30/16	USD	287 100	0,02	18
CAIXA ECO MONTEPIO CERAL 0 12	EUR	3 000 000	0,87	2 624
VEOLIA ENVIRONNEMENT	EUR	500 000	1,08	558
CITIGROUP INC 7 3/8 09/04/19	EUR	500 000	1,11	567
CAIXA CERAL DEPOSITOS 12/12/2011	EUR	300 000	0,98	306
CAIXA CERAL DEPOSITOS 12/12/2011	EUR	5 000 000	0,98	5 101
ATLANTES MORTGAGE PLC	EUR	8 000 000	0,90	2 369
ATLANTES MORTGAGE PLC	EUR	20 000 000	0,90	5 922
AZOR MORTGAGES PLC	EUR	8 100 000	0,93	1 562
ENI SPA 4 06/29/20	EUR	1 000 000	0,98	997
DEUTSCHE TELEKOM INT FIN 07/13/22	EUR	2 000 000	0,97	1 973
SCHNEIDER ELECTRIC SA 3 5/8 07/20	EUR	500 000	0,97	491
MORGAN STANLEY 5 3/8 08/10/20	EUR	500 000	0,96	489
AREVA SA 3 1/2 03/21	EUR	1 000 000	0,92	932
TELEFONICA EMISIONES SAU 3.661 17	EUR	500 000	0,95	482
KONINKLIJKE KPN NV 3 3/4 09/21/20	EUR	500 000	0,94	477
BBVA SENIOR FINANCE SA 2 3/4 09/12	EUR	2 000 000	0,98	1 977

(CONTINUA)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS – ME, EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO)

(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
2 - Instrumentos de capital				41 800
Emitidos por residentes				
FOMENTINVEST SGPS	EUR	3 076 924	1,80	5 530
FLORESTA ATLÂNTICA - SCFII, SA	EUR	10 125	11,88	120
FOMENTINVEST SGPS	EUR	385 000	1,00	385
BANIF GESTÃO PATRIMONIAL	EUR	2 715 310	3,55	9 631
BANIF GESTÃO ACTIVA	EUR	651 090	3,34	2 176
BANIF EUROPA DE LESTE	EUR	264 914	4,08	1 082
ART INVEST (CP)	EUR	312 900	5,54	1 733
NEW ENERGY FUND	EUR	19	48 848,56	928
BANIF FORTUNY - FII FECHADO	EUR	500	9 335,02	4 668
INFRA INVEST - FEI ABERTO	EUR	60 980	92,92	5 666
BANIF INVESTIMENTO CONSERVADOR	EUR	100 000	5,10	510
BANIF INVESTIMENTO MODERADO	EUR	100 000	5,17	517
BANIF IBERIA	EUR	595 486	5,06	3 012
CED SUR CAPITAL S.A., SCECR	EUR	30 000	0,91	27
PREFF-PAN EUROPEAN REAL STATE FUND	EUR	12 750	79,66	1 016
AVIVA CENTR EUROPEAN PROPERTY FUND	EUR	1 543 012	0,78	1 204
JP MORGAN EUROPEAN PROPERTY FUND	EUR	15	5 390,83	81
PRADERA EUROPEAN RETAIL FUND 2	EUR	300 000	5,42	1 626
FINE ART FUND (CP)	USD	12 645	125,49	1 188
PRAX CAPITAL III, SCA, SICAR	EUR	3 000	233,50	701
3 - Outros				65 129
Emitidos por residentes				
CP COMBOIOS DE PORTUGAL 4.17 10/19	EUR	5 000 000	0,77	3 890
PARPUBLICA PARPUB5 1/4 09/17	EUR	2 000 000	1,03	2 077
PORTUCEL - EMP CELUL PAPEL 03/10	EUR	2 000 000	1,00	2 006
CAIXA GERAL DEPO 5 1/8 02/14	EUR	3 250 000	0,92	3 134
BANCO BPI SA 3 07/17/12	EUR	1 000 000	0,96	970
BANCO BPI SA 01/12	EUR	5 000 000	0,94	4 721
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	EUR	950 000	0,97	956
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	EUR	100 000	0,97	101
BANIF BANCO INTERNACIONAL FUNCHAL	EUR	48 186 000	0,96	47 275
TOTAL				278 103

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

NATUREZA E ESPÉCIE	MATURIDADE	VALOR DE BALANÇO
CIMPOR FINANCIAL OPERTNS	11/05/27	2 054
CIMPOR FINANCIAL OPERTNS	11/05/27	56
RCI BANQUE SA 4 10/21/11	11/10/21	512
CAIXA GERAL DEPOSITOS 12/12/2011	11/12/12	306
CAIXA GERAL DEPOSITOS 12/12/2011	11/12/12	5 101
TOTAL		8 030

10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos a prazo		
No País	11.417	-
No Estrangeiro	1.372	225
	-----	-----
	12.789	225
	=====	=====

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição, de acordo com o desenvolvimento da Situação Analítica em NCA:

	2010	2009
crédito interno		
Empresas		
Crédito sindicato	459	942
Outros empréstimos	87.050	88.725
Créditos em Conta Corrente	201.465	154.536
Descobertos em depósitos à ordem	1.830	4.216
Outros créditos	276	141
Particulares		
Outros empréstimos	1.151	-
Créditos em Conta Corrente	37.051	34.908
Descobertos em depósitos à ordem	14	56
Outros créditos	1.196	957

Crédito ao exterior		
Empresas		
Outros empréstimos	24.689	28.451
Créditos em Conta Corrente	32.186	27.022
	-----	-----
	387.367	339.954
	-----	-----
Crédito e juros vencidos	21.175	22.852
	-----	-----
	408.542	362.806
	-----	-----
Carteira de títulos	69.951	67.786
	-----	-----
	478.493	430.592
	-----	-----
Provisões (nota 24)	(11.741)	(5.118)
	-----	-----
	466.752	425.473
	=====	=====

O prazo residual para o vencimento do crédito de clientes está apresentado na nota 35.4.



Em 31 de Dezembro de 2010, a carteira de títulos apresenta o seguinte detalhe:

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
1 - Instrumentos de dívida				35 559
Emitidos por não residentes				
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
GRANITE MORTGAGES PLC	EUR	1 000 000	1,03	984
MARBLE ARCH RESIDENTIAL SECURISATIO	EUR	3 000 000	1,04	1 022
HARVEST CLO SA	EUR	1 500 000	1,03	1 499
PARAGON MORTGAGES PLC	EUR	1 500 000	1,01	1 161
MARLIN (EMC-II) BV	EUR	7 000 000	1,01	520
GRANITE MORTGAGES PLC	EUR	2 000 000	1,02	744
LOCAT SECURITISATION VEHICLE SRL	EUR	3 000 000	1,00	2 823
AVOCA CLO BV	EUR	1 000 000	0,96	908
HEWETT,S ISLAND CDO, LTD	USD	2 000 000	0,88	1 378
HEWETT,S ISLAND CDO, LTD	USD	2 000 000	0,74	1 214
OPERA FINANCE UNI INVEST BV	EUR	2 500 000	1,01	1 774
HARBOURMASTER CLO	EUR	5 000 000	0,55	4 497
AVOCA CLO BV	EUR	2 500 000	0,97	2 056
LAMBDA FINANCE BV	EUR	2 000 000	1,02	1 906
PROVIDE PLC	EUR	2 500 000	1,04	2 487
MAGI FUNDING PLC	EUR	2 500 000	0,93	2 043
ALFA BANK	USD	2 000 000	1,00	72
CHEYNE CREDIT OPPORTUNITY CDO	EUR	2 500 000	0,94	1 658
GERMAN RESIDENTIAL ASSET	EUR	2 000 000	1,04	1 543
ALFA DIV PYMT RT 12/15/2011	EUR	2 500 000	1,01	481
GRESHAM CAPITAL CLO BV 2006-3X C	EUR	2 000 000	0,95	1 501
BLUEBONNET FINANCE PLC 12/20/2016	EUR	2 000 000	0,87	1 806
RESOURCE EUROPE CLO B.V. 05/22/2023	EUR	2 000 000	0,93	1 481

(CONTINUA)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS – ME, EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO)

(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
3 - Outros				34 392
Emitidos por residentes				
PEBBLE-CONSULTORIA	EUR	15 250 000	1,00	14 203
BANCO COMERCIAL PORTUGUES 0 11	EUR	20 000 000	1,00	20 189
TOTAL				69 951

NATUREZA E ESPÉCIE	MATURIDADE	VALOR DE BALANÇO
ALFA BANK	11/03/15	72
ALFA DIV PYMT RT 12/15/2011	11/12/15	481
BANCO COMERCIAL PORTUGUES 0 11	11/06/27	20 189
TOTAL		20 743

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

Devido às circunstâncias excepcionais da conjuntura macroeconómica com reflexos na liquidez e disponibilidade de preços correntes no mercado, o Grupo reclassificou com data de 30 de Setembro de 2008, tendo em conta as alterações da IAS 39 descritas na nota 2, na rubrica “Outros Créditos e Valores a receber” instrumentos financeiros retirando-os da categoria de “Activos Financeiros Disponíveis para Venda”. Os títulos reclassificados nesta rubrica são os seguintes:

NOME	QUANTIDADE	VALOR BALANÇO	VALOR DE MERCADO
GRANITE MORTGAGES PLC	1 000 000	984	1 034
MARBLE ARCH RESIDENTIAL SECURISATIO	3 000 000	1 022	1 076
HARVEST CLO SA	1 500 000	1 499	1 554
MARLIN (EMC-II) BV	7 000 000	520	533
GRANITE MORTGAGES PLC	2 000 000	744	781
HARBOURMASTER CLO	5 000 000	4 497	2 764
ALFA BANK	2 000 000	72	75
ALFA DIV PYMT RT 12/15/2011	2 500 000	481	503
TOTAL		9 819	8 320

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto negativo de 7 milhares de euros no resultado do exercício de 2010.

12. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
1 - Instrumentos de dívida				44 360
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
NATIONAL BANK OF GREECE SA	EUR	1 000 000	0,75	935
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
BRISA FINANCE BV 09/13	EUR	2 500 000	1,00	2 435
GE CAPITAL EURO FUNDING	EUR	4 200 000	1,00	4 204
CITIGROUP INC 06/14/12	EUR	2 537 000	0,98	2 490
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	EUR	2 500 000	1,01	2 492
MORGAN STANLEY & CO INTL	EUR	3 000 000	0,97	2 904
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	USD	7 500 000	0,99	5 524
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	EUR	2 500 000	0,96	2 439
COLDMAN SACHS GROUP INC	EUR	1 500 000	0,91	1 436
BCP FINANCE BANK LTD 02/03/2011	EUR	5 000 000	0,99	5 004
BES FINANCE LTD	EUR	5 000 000	0,96	4 989
BANCO BMC SA	USD	1 000 000	1,01	742
BANCO FIBRA SA 06/06/2011	USD	800 000	1,00	594
EDP FINANCE BV 5 1/2 02/14	EUR	1 500 000	1,01	1 681
PORTUGAL TEL INT FIN	EUR	3 900 000	0,90	3 921
CRITERIA CAIXACORP SA	EUR	2 500 000	0,97	2 571
3 - Outros				16 031
Emitidos por residentes				
BANCO TOTTA SA 3 3/4 06/12	EUR	8 000 000	0,97	8 308
BANCO ESPIRITO SANTO 5 5/8 06/14	EUR	2 400 000	0,88	2 594
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	EUR	5 000 000	0,97	5 128
TOTAL				60 391

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

NATUREZA E ESPÉCIE	MATURIDADE	VALOR DE BALANÇO
CE CAPITAL EURO FUNDING	11/05/04	4 204
BCP FINANCE BANK LTD 02/03/2011	11/02/03	5 004
BES FINANCE LTD	11/07/18	4 989
BANCO BMC SA	11/05/23	742
BANCO FIBRA SA 06/06/2011	11/06/06	594
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	11/06/17	5 128
TOTAL		20 659

Devido às circunstâncias excepcionais da conjuntura macroeconómica durante o exercício de 2008, o Grupo mudou a intenção sobre a detenção de alguns títulos detidos na categoria de disponíveis para venda, tendo agora a intenção e capacidade de os deter até ao seu vencimento. Nesse sentido, os títulos na tabela anexa foram reclassificados para a categoria de detidos até à maturidade:

NOME	QUANTIDADE	VALOR DE BALANÇO	VALOR DE MERCADO
BRISA FINANCE BV 09/13	2 500 000	2 435	2 532
CITIGROUP INC 06/14/12	2 537 000	2 490	2 494
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	2 500 000	2 492	2 589
MORGAN STANLEY & CO INTL	3 000 000	2 903	2 913
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	7 500 000	5 524	5 548
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2 500 000	2 439	2 399
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1 500 000	1 436	1 370
BCP FINANCE BANK LTD 02/03/2011	5 000 000	5 004	4 956
BES FINANCE LTD	5 000 000	4 989	4 812
TOTAL		29 712	29 613

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto positivo de 438 milhares de euros no resultado do exercício de 2010.

13. ACTIVOS COM ACORDO DE RECOMPRA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Reverse repos	28.387	-
	-----	-----
	28.387	-
	=====	=====

Os activos com acordo de recompra, correspondem a títulos adquiridos, sobre os quais existe um acordo de os revender por um preço pré-estabelecido.

14. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Imóveis em dação	2.657	-
	-----	-----
	2.657	-
	=====	=====

No período em referência, as aquisições correspondem ao montante recuperado por meio de execução ou arrematação de garantias colaterais associadas a crédito concedido, correspondendo a imóveis, os quais estão disponíveis para uma transacção de venda.



15. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

CATEGORIA	SALDO INÍCIO DO ANO		MOVIMENTO NO EXERCÍCIO			SALDO FINAL DO ANO		
	SALDO BRUTO	AMORTIZ. + IMPARIDADE	AQUISIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	AMORTIZAÇÕES	SALDO BRUTO	AMORTIZ. + IMPARIDADE	SALDO LÍQUIDO
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS								
IMÓVEIS	12 881	681	144		285	13 025	966	12 059
Terrenos				2 355		2 355		2 355
Edifícios	10 295	174	144	(2 355)	161	8 084	335	7 749
Obras em imóveis arrendados	2 586	507			124	2 586	631	1 955
EQUIPAMENTO	2 992	1 579	269		505	3 261	2 084	1 177
Mobiliário e material de escritório	492	51	38		65	530	116	414
Máquinas e ferramentas	53	36	12	6	15	71	51	20
Equipamento informático	1 338	972	105		221	1 443	1 193	250
Instalações interiores	545	342	6	(6)	54	545	396	149
Material de transporte	523	166	103		144	626	310	316
Equipamento de segurança	18	9	2		2	20	11	9
Outro equipamento	23	3	3		4	26	7	19
TOTAL	15 873	2 260	413		790	16 286	3 050	13 236

Não ocorreram reavaliações em exercícios anteriores, no exercício e não existem amortizações excepcionais resultantes de medidas de carácter fiscal.

Não existem Activos fixos tangíveis em regime de locação financeira ou em regime de locação operacional.

16. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

CATEGORIA	SALDO NO INÍCIO DO ANO		MOVIMENTO NO EXERCÍCIO			SALDO NO FINAL DO ANO		
	SALDO BRUTO	AMORTIZ. + IMPARIDADE	AQUISIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	AMORTIZAÇÕES	SALDO BRUTO	AMORTIZ. + IMPARIDADE	SALDO LÍQUIDO
ACTIVOS INTANGÍVEIS								
Software	3 632	3 229	150	318	327	4 101	3 556	545
Em curso	3 196		430	(318)		3 308		3 308
TOTAL	6 828	3 229	581		327	7 409	3 556	3 853

17. INVESTIMENTOS EM FILIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

NOME	% PARTICIPAÇÃO	VALOR DE BALANÇO	VALOR DO CAPITAL PRÓPRIO	% PARTICIPAÇÃO	VALOR DE BALANÇO	VALOR DO CAPITAL PRÓPRIO
		10.12.31			09.12.31	
Banif Açor Pensões	51%	1 310	3 953	51%	1 310	3 793
Banif Gestão de Activos	100%	2 137	10 247	100%	2 137	8 739
Banif Capital	100%	784	359	80%	634	275
Centro Venture	51%	383	533	51%	383	531
Gamma	100%	250	861	100%	250	533
MCO2	25%	113	124	25%	113	405
Ecoprogresso Trading	50%	150	184	50%	150	155
BIAM	100%	249	230	100%	231	195
Prestações Acessórias						
Gamma, SA		2 935			2 315	
MCO2, SA		1 300				
TOTAL		9 611			7 523	

No decorrer do período findo em 31 de Dezembro de 2010, as alterações verificadas em associadas foram as seguintes:

- Aquisição de uma participação de 20% na Banif Capital, ficando o Banco a deter a totalidade do capital;
- Foram efectuadas prestações acessórias à Gamma no montante 620 milhares de euros;
- Foram efectuadas prestações acessórias à MCO2 no montante 1.300 milhares de euros.



18. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

18.1 IMPOSTOS DIFERIDOS

DESCRIÇÃO	2009/12/31	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				2010/12/31
	IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)	REFORÇOS		REALIZAÇÕES / ANULAÇÕES		IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)
		CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS	
1. Provisões/Imparidade não aceites fiscalmente	1 540		1 897		864	2 573
Riscos gerais de crédito	969		223		134	1 058
Riscos específico de crédito	408		210		557	61
Provisões sobre devedores	163		30		173	20
Provisões sobre crédito com garantia real			1 434			1 434
2. Valorizações não aceites para efeitos fiscais	798	4 442	3	1 955	2	3 285
Derivados	5				2	2
Carteira Disponíveis para Venda	799	4 442		1 955		3 286
Outros (descrever): Títulos de investimento (antigo classe 25)	(6)		3			(3)
3. Prejuízos fiscais reportáveis						
Ano N-1						
4. Outros	10				5	5
Regularização Comissões com Clientes	10				5	5
TOTAL	2 348	4 442	1 900	1 955	872	5 863



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS – ME, EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO)

DESCRIÇÃO	IMPOSTOS CORRENTES		IMPOSTOS DIFERIDOS	
	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA
GASTOS COM IMPOSTO À TAXA LEGAL				
Resultado antes de Impostos	7 800	2 067		
Taxa legal de imposto sobre rendimento	25,00%			
Adicionais sobre taxa legal	1,50%			
Carga fiscal normal	26,50%			
Variações Patrimoniais				
A acrescentar	11	3		
A retirar	28	7		
Subtotal Variações Patrimoniais	(17)	(4)		
DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS				
Provisões não Dedutíveis	12 124	3 213	3 264	865
Outros	313	83	28	7
Subtotal Despesas não Dedutíveis	12 437	3 296	3 292	872
RECEITAS NÃO TRIBUTÁVEIS				
Imposto sobre o Rendimento				
Provisões não Dedutíveis	(8 649)	(2 292)	(7 159)	(1 897)
Dividendos não tributáveis de participadas	(2 581)	(684)		
Outros	(106)	(28)	(11)	(3)
Subtotal Receitas não Tributáveis	(11 336)	(3 004)	(7 170)	(1 900)
LUCRO TRIBUTÁVEL (PREJUÍZO FISCAL)				
IMP - Ded prejuízos fiscais/ benefícios				
Matéria Colectável	8 885			
IMP - Colecta Total		2 354		
Subtotal Lucro Tributável (Prejuízo fiscal)	8 885	2 354		
IMPOSTO SOBRE PESSOAS COLECTIVAS LIQUIDADO				
Retenções na fonte e pagamentos por conta		(308)		
Outros impostos directos e indirectos incidentes sobre o imposto sobre o rendimento		119		
Outras correcções a acrescentar ao imposto		519		
Total a pagar (receber)		2 684		
GASTOS COM IMPOSTO - TAXA EFECTIVA				
Carga Fiscal Total		2 992		
Impostos diferidos reconhecidos no exercício			(3 878)	(1 028)
IMP - Taxa Efectiva de Tributação				25,19%

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

19. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Devedores diversos	924	4.080
Rendimentos a receber	1.226	1.250
Despesas com encargos diferidos	569	450
Operações cambiais	-	223
Operações de bolsa a regularizar	821	181
Outras operações activas por regularizar	5.901	4.847
	-----	-----
	9.441	11.031
	-----	-----
Perdas de imparidade de outros activos (nota 24)	(77)	(616)
	-----	-----
	9.364	10.415
	=====	=====

20. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Recursos de Bancos Centrais	287.178	93.136
	-----	-----
	287.178	93.136
	=====	=====

Os “ Recursos de Bancos Centrais” correspondem a operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu (BCE), no âmbito das operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis.

21. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Vendas a descoberto	8.356	4.079
Instrumentos derivados com justo valor negativo (nota 7)	109.671	57.548
	-----	-----
	118.027	61.627
	=====	=====

As vendas a descoberto em 31 de Dezembro de 2010 tem o seguinte detalhe:

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
1 - Instrumentos de dívida				8 356
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
FED REPUBLIC OF BRAZIL 01/41	USD	-138 000	1,00	107
INTER-AMERICAN DEVEL BK 9 1/2 01/14	BRL	-180 000	1,04	92
ITAU UNIBANCO HOLDING SA 04/15/20	USD	-750 000	1,03	587
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
MORGAN STANLEY 05/03/2017	BRL	-380 000	0,99	172
ANHEUSER-BUSCH ABIBB 9 3/4 11/15	BRL	-270 000	1,02	126
ITAU UNIBANCO/KY ITAU 10 1/2 11/15	BRL	-253 000	1,03	118
MORGAN ST & CO MS11 1/2 10/22/20	BRL	-50 000	1,02	23
CSN ISLANDS VIII CORP	USD	-18 000	1,16	16
PEMEX PROJ FDG MASTER TR	USD	-20 000	1,02	16
BRASKEM SA	USD	-51 000	1,02	39
COSIPA COMMERCIAL LTD	USD	-575 000	1,16	500
PETROLEO INTL FIN CO 10/06/16	USD	-1 398 000	1,10	1 166
CESP-COMP ENER SAO PAULO 01/15/2015	USD	-250 000	0,81	152
MINERVA OVERSEAS LTD 02/01/2017	USD	-94 000	1,04	76
REDE EMPRESAS DE ENERCI A 04/02/2049	USD	-69 000	0,99	52
BRASKEM FINANCE SA	USD	-57 000	1,05	45
LUPATECH FINANCE 9 7/8 07/10/49	USD	-190 000	0,93	142
VOTORANTIM OVERSEAS 6 5/8 09/19	USD	-251 000	1,04	199
EMBRAER OVERSEAS LTD 6 3/8 01/20	USD	-6 000	1,06	5
PETROBRAS INTL FINANCE CO 01/40	USD	-387 000	1,05	312
BES INVESTIMENTO BRASIL 5 5/8 03/15	USD	-255 000	0,98	189
BANCO VOTORANTIM 7 3/8 01/20	USD	-565 000	1,06	462
BANCO INDUSTR E COMRCL 01/13	USD	-900 000	1,04	721
SANTANDER BRASIL 4 1/2 04/15	USD	-606 000	1,03	470
BANCO ABC-BRASIL SA 7 7/8 04/20	USD	-110 000	1,05	88
BRASKEM SA	USD	-40 000	1,03	31
BANCO BRADESCO (CAYMAN) 5.9 01/21	USD	-310 000	1,00	238
ODEBRECHT FINANCE LTD 7 1/2 49-15	USD	-400 000	1,01	304
ITAU UNIBANCO HLDC SA/KY 01/21	USD	-545 000	1,00	414
SUZANO TRADING BAHIA 5 7/8 01/21	USD	-460 000	0,99	345
BRASKEM FIN LTD BRASKM7 3/8 12/49	USD	-460 000	1,01	353
BANCO DO BRASIL 5 3/8 01/21	USD	-250 000	0,98	186
PETROLEOS MEXICA PEMEX 6 03/05/20	USD	-105 000	1,07	85
PETROLEOS MEXICA PEMEX 5 1/2 01/21	USD	-48 000	1,02	38
ODEBRECHT VIII/I ODEBRE6.35 21-20	USD	-400 000	1,05	315
PEMEX PROJ FDG MASTER TR 08/16	EUR	-155 000	1,10	174
TOTAL				8 356

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

22. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	2010	2009
De instituições de crédito no país		
Depósitos	81.325	148.249
Empréstimos	264.723	93.801
	-----	-----
	346.048	242.050
	-----	-----
De instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	115.389	116.431
Empréstimos	5.051	-
Repo's	32.807	64.799
	-----	-----
	153.247	181.230
	-----	-----
	499.295	423.280
	=====	=====

23. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos		
À vista	69.440	74.383
A prazo	242.447	221.072
	-----	-----
	311.887	295.456
	=====	=====



24. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O movimento ocorrido no exercício de 2010 e 2009 foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	SALDO EM 08/12/31	REFORÇOS	UTILI- ZAÇÕES	REPOSI- ÇÕES	DIFEREN- ÇAS DE CÂMBIO	SALDO EM 09/12/31
Crédito concedido	1 785	4 281		(947)	(1)	5 118
Risco País títulos	109	202		(237)		74
Outros Activos	2 779	357	(2 158)	(361)	(1)	616
Riscos gerais de crédito	2 679	2 969		(2 004)	(15)	3 629
Activos financeiros disponíveis para venda		198			(21)	177
Outros provisões	694	3 290		(2 417)		1 567
TOTAL	8 046	11 297	(2 158)	(5 966)	(38)	11 181

DESCRIÇÃO	SALDO EM 09/12/31	REFORÇOS	UTILI- ZAÇÕES	REPOSI- ÇÕES	DIFEREN- ÇAS DE CÂMBIO	SALDO EM 10/12/31
Crédito concedido	5 118	19 417	(12)	(12 782)		11 741
Risco País títulos	74	209		(100)		183
Outros Activos	616	173	(475)	(237)	30	77
Riscos gerais de crédito	3 629	2 621		(2 286)		3 994
Activos financeiros disponíveis para venda	177	103		(201)	28	107
Outros provisões	1 567	1 318		(2 660)	1	226
TOTAL	11 181	23 841	(487)	(18 266)	59	16 328

25. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de outros passivos subordinados, dizem respeito a duas emissões, cuja descrição das operações estão descritas abaixo.

Em 2006 emitiu-se 15.000 Obrigações de Caixa Subordinadas do Banif – Banco de Investimento, S.A., a taxa variável 2006/2016 representadas por 15.000 títulos de 1.000 euro cada. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 29 de Junho e 29 de Dezembro de cada ano. Durante os cinco primeiros anos de vida, a taxa será a equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,875%. Caso não ocorra o reembolso antecipado, a partir do 11º cupão (inclusive) e até à data de maturidade, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 6 meses acrescida de 1,15%. O empréstimo será amortizado, ao par, de uma só vez, em 29 de Junho de 2016 podendo, contudo ser reembolsado antecipadamente na totalidade ou parcialmente por opção do Banco (“*call option*”), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento do 10º, 12º, 14º 16º ou 18º cupões, não crescendo nenhum prémio sobre o valor reembolsado. O reembolso parcial antecipado, só poderá ser efectuado por 25% ou 50% do montante inicial de emissão, correspondendo a uma redução ao valor nominal das Obrigações.

Em 2007 foram emitidas 15.000 Obrigações Perpétuas Subordinadas ao valor de 1.000 Euros cada. Os juros destas obrigações escriturais e ao portador serão pagos

trimestralmente a partir da Data de emissão, em 28 de Fevereiro, 28 de Maio, 28 de Agosto e 28 de Novembro de cada ano (“Datas de Pagamento de Juros”), sujeitando-se à ocorrência do Reembolso Opcional, sendo que o primeiro pagamento irá ser efectuado em 28 de Agosto de 2007 e o último na Data de Maturidade ou na(s) data(s) de reembolso antecipado, caso estas se verifiquem. O juro até 28 de Maio de 2017 *exclusive* (Primeira Data de Reembolso por Opção do Emitente), será calculado tendo por base a Euribor a 3 meses, cotada no segundo “Dia Útil *Target*” imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 1,35% por ano e, a partir dessa data com base na Euribor a 3 meses acrescida de 2,35% por ano (*Step-Up* de 1,00%). O Banif - Banco de Investimento tem a opção de reembolsar as Obrigações, total ou parcialmente, em qualquer Data de Pagamento de Juros, a partir de 28 de Maio de 2017, inclusive (Primeira Data de Reembolso por Opção do Emitente), mediante pré-aviso de no mínimo de 30 dias e no máximo de 60 dias, aos titulares das Obrigações (sendo tal aviso irrevogável), ao par, juntamente com juro acumulado (se existente) até à data fixada para reembolso. O exercício deste reembolso opcional está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal.

26. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Operações bolsa a regularizar	3.037	170
Credores e outros recursos	2.165	13.264
Encargos a pagar	1.368	1.406
Receitas com rendimento diferido	63	12
Outras contas de regularização	1.775	3.242
	-----	-----
	8.408	18.094
	=====	=====

O decréscimo verificado na rubrica de credores e outros recursos está essencialmente relacionado com a realização de capital efectuada pela Sociedade no fundo Banif Capital Infrastructure Fund no valor de Eur 11.875 milhares de euros.

27. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte decomposição:

	2010	2009
Capital	55.000	55.000
Reservas e Resultados Transitados	9.246	7.504
Reservas de reavaliação de títulos	(9.113)	(2.216)
Resultado do Exercício	5.836	1.742
	-----	-----
	60.969	62.030
	=====	=====

A rubrica reservas de reavaliação de títulos apresenta o seguinte detalhe:

	2010	2009
Empréstimos concedidos e contas a receber	204	552
Activos financeiros disponíveis para venda	12.026	2.198
Investimentos detidos até à maturidade	168	264
Impostos diferidos	(3.285)	(798)
	-----	-----
	9.113	2.216
	=====	=====

O valor registado no capital próprio relativo a empréstimos concedidos e investimentos detidos até à maturidade, dizem respeito a perdas potenciais relativas a activos financeiros, que anteriormente se encontravam registados como activos financeiros disponíveis para venda e cujo valor irá ser amortizado durante a vida remanescente do activo utilizando o método do juro efectivo.

28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades em IC	588	336
Juros de aplicações em IC	200	1.016
Juros de crédito a clientes	14.902	13.462
Juros de outros créditos (títulos)	3.014	3.579
Juros de activos financeiros detidos para negociação	11.014	18.808
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.423	2.095
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	7.227	3.552
Juros de investimentos detidos até à maturidade	1.884	2.744
	-----	-----
	41.252	45.592
	=====	=====
Juros e encargos similares		
Juros de recursos de IC	6.771	5.563
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	10.390	10.680
Juros de passivos detidos para negociação	9.569	17.758
Juros de outros passivos subordinados	612	932
	-----	-----
	27.342	34.933
	=====	=====

29. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Dividendos antecipados da Banif Gestão de Activos, S.A.	2.550	1.380
Outros dividendos recebidos	176	278
	-----	-----
	2.726	1.658
	=====	=====

30. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Rendimentos com comissões		
Serviços prestados de administração, guarda e depósito de valores	3.446	2.687
Outros serviços prestados	6.460	7.194
Operações realizadas sobre títulos	1.623	1.553
Outras comissões recebidas	23	267
	-----	-----
	11.552	11.071
	=====	=====
Encargos com comissões		
Serviços bancários prestados por terceiros	256	363
Operações realizadas sobre títulos	1.159	806
Outras comissões pagas	49	78
	-----	-----
	1.464	1.247
	=====	=====

31. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
Canhos em activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos	11.943	10.292
Instrumentos derivados	53.080	37.988
Perdas em activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos	(7.340)	(5.626)
Instrumentos derivados	(60.475)	(53.425)
	-----	-----
	(2.792)	(10.771)
	=====	=====
Resultados de activos disponíveis para venda		
Canhos em títulos	2.023	2.412
Perdas em títulos	(874)	(1.262)
	-----	-----
	1.149	1.150
	=====	=====
Resultados de reavaliação cambial		
Canhos em diferenças cambiais	11.676	17.210
Perdas em diferenças cambiais	(8.216)	(6.769)
	-----	-----
	3.460	10.441
	=====	=====

32. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	1.728	1.729
Remuneração de empregados:		
Remuneração mensal	1.912	2.201
Subsídio de férias e de Natal	888	773
Subsídio de almoço	220	203
Outras remunerações adicionais	196	113
	-----	-----
	4.944	5.019
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios:		
Encargos relativos a remunerações	1.413	1.312
Encargos com pensões	143	137
Outros encargos sociais	35	47
	-----	-----
	1.591	1.496
	-----	-----
Outros custos com pessoal	187	417
	-----	-----
	6.722	6.932
	=====	=====

A Sociedade e os seus funcionários contribuem para um fundo de contribuição definida de natureza contributiva gerido pela Banif Açor Pensões, conferindo as contribuições dos associados, direitos adquiridos individualizados.

33. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Serviços especializados	3.118	3.655
Rendas e alugueres	951	949
Comunicações	399	572
Conservação e reparação	41	50
Publicidade e edição de publicações	1.050	682
Água, energia e combustíveis	177	210
Deslocações, estadas e representação	592	917
Outros fornecimentos de terceiros	968	988
	-----	-----
	7.298	8.023
	=====	=====

34. RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

	10/12/31	09/12/31
Resultado do exercício (em euros)	5 835 850	1 741 562
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	11 000 000	11 000 000
Ganhos por acção básico (expresso em Eur por acção)	0,53	0,16

35. RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

35.1. POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

Fazendo parte do Banif Grupo Financeiro, as políticas de risco seguidas pelo Banif - Banco de Investimento, S.A. (BBI) seguem as directrizes estabelecidas para o Grupo em geral, com as especificidades inerentes ao exercício das suas actividades, posicionando-se como a unidade de banca de investimento, em Portugal, e tendo em consideração o controlo e a diversificação dos riscos não só a nível individual da instituição, como ao nível consolidado.

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela definição da estratégia e políticas de risco da Sociedade, delegando na Comissão Executiva e no Administrador do Pelouro a gestão diária dos riscos assumidos. Em termos funcionais, a gestão e monitorização do risco do BBI é centralizada na Direcção de Risco Reporting (DRR), uma unidade independente dos departamentos de origem, usufruindo da necessária autonomia orgânica e funcional, e que analisa os vários tipos de risco: crédito, mercado, liquidez, operacional, de uma forma transversal e integrada. Esta Direcção reporta directamente ao membro da Comissão Executiva nomeado como *Global Head of Risk Management*.

Suportando as decisões da Comissão Executiva, existe ainda um conjunto de Comités especializados, que assumem um papel determinante na área de gestão e controlo de risco, quer financeiros como não financeiros, dos quais se destacam:

- Comité de Crédito e Risco: tem como objectivo analisar e deliberar sobre as operações que envolvam a tomada de risco de crédito para o banco, ou definição de limites de crédito, incluindo risco de crédito de contraparte. É presidido pelo Vice-Presidente da Comissão Executiva, com presença obrigatória do Administrador com o pelouro da gestão de risco, Administrador da direcção proponente, dos responsáveis (ou seus representantes) pelas direcções de Risco & Reporting e Legal & Tax.
- Comité de Activos e Passivos (ALCO): tem como objectivo gerir o risco de estrutural de balanço, incluindo taxa de juro, liquidez, cambial e de mercado. É presidido pelo Administrador executivo com o pelouro financeiro. Integram este comité todos os Administradores executivos do Banco e os responsáveis (ou seus representantes) das direcções Financeira, Risco & Reporting, Contabilidade e Controlo Financeiro.

- Comité de Mercados: com função consultiva, tem como missão propor à Comissão Executiva a estratégia de investimento da carteira própria do banco e a monitorização da respectiva implementação, assim como analisar factores críticos de risco para a evolução do valor da mesma. É presidido pelo Administrador com os pelouros de *Equity* e *Fixed Income* e tem como membros os responsáveis (ou seus representantes) das direcções de *Equity*, *Fixed Income*, Financeira, Risco & Reporting e *Private Clients*.
- Comité de Recuperação de Créditos: tem como objectivo o acompanhamento do crédito em incumprimento (incluindo outros valores a receber), e a definição de medidas e estratégias de actuação. É presidido pelo Administrador executivo com o pelouro da gestão de risco, com presença obrigatória do Administrador da BGA com o pelouro do Investimento Imobiliário e dos responsáveis (ou seus representantes) pelas direcções de Risco & Reporting, Crédito, Legal & Tax, de Investimentos Imobiliários, de Operações, de Contabilidade e Controlo Financeiro e pela direcção gestora do cliente.
- Comité de Risk Management: tem como objectivo assegurar que o perfil de risco observado está alinhado com o nível definido, reportando eventuais desvios; revê em detalhe o compliance monitoring programme e o perfil de risco por categoria. É presidido pelo Administrador executivo com o pelouro da Direcção de Risco & Reporting. Integram este comité todos os Administradores executivos do Banco e os responsáveis (ou seus representantes) das direcções de Risco & Reporting, Legal & Tax, Compliance, Auditoria, de Operações, Sistemas de Informação, Contabilidade e Controle Financeiro, e Organização & Qualidade e Recursos e Serviços.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito define-se como a probabilidade de impactos negativos nos resultados ou capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior. No caso de crédito titulado, traduz-se ainda na variação do valor económico de um determinado instrumento devido à degradação da qualidade creditícia do emitente.

No BBI, o risco de crédito subjacente à sua actividade resulta essencialmente da sua carteira de obrigações e do crédito concedido e garantias prestadas a clientes, como área complementar às outras actividades de banca de investimento desenvolvidas, nomeadamente, Project Finance, Private Banking, Corporate Finance, entre outras.

A política do banco passa pela concessão de crédito colateralizado, sendo que mais de 85% do crédito encontra-se coberto por garantias reais, em particular, hipotecas sobre imóveis e penhor sobre valores mobiliários. Todos os colaterais recebidos são avaliados ao justo valor com base no valor de mercado e tendo em conta as especificidades de cada tipo de colateral. No caso do crédito com hipoteca, o Banco recorre à assessoria das mais conceituadas empresas de avaliação imobiliária. No crédito com penhor de títulos, é realizado um controle diário ao valor de mercado das posições caucionadas através de uma aplicação informática desenvolvida internamente, a qual produz os alertas necessários à solicitação de margens adicionais ou à execução das garantias.

Todas as operações são analisadas e discutidas pelo Comité de Crédito e Risco, órgão que reúne regularmente, com poderes de decisão para determinadas alçadas de risco, sendo sujeitas posteriormente a aprovação superior em Comissão Executiva.

Operações de alçada superior terão de ser ratificadas pelo Conselho de Administração do banco. De forma análoga, o risco de crédito de contraparte inerente a operações de derivados é analisado pela DRR e discutido/aprovado em sede de Comité de Crédito e Risco, conforme a respectiva delegação de poderes.

Periodicamente é feita uma análise global da evolução do crédito concedido a clientes, visando o acompanhamento do risco de concentração, nomeadamente em termos de sectores e de grandes riscos e, ainda, da qualidade da carteira e respectivo nível de colateralização. Entre outros pontos, é realizada uma análise da composição da carteira por tipo de colaterais associados, com o objectivo de monitorização da exposição ao risco líquido, bem como da evolução do spread médio, numa lógica de controlo do binómio risco–rendibilidade.

No que diz respeito ao controle do risco de crédito inerente às exposições de títulos da carteira bancária, são elaborados mapas específicos que contêm uma análise da carteira por qualidade de crédito, baseada nos ratings externos das principais agências internacionais, assim como modelos de acompanhamento desenvolvidos internamente. O Banco, em termos individuais, não dispõe de informação histórica nem uma carteira de crédito suficientemente alargada que lhe permita efectuar um estudo exaustivo de frequências de incumprimento e perdas efectivamente incorridas (PD e LGD), sendo aplicadas a PD e LGD do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. a apenas a alguns segmentos de crédito globalmente pouco significativos. Desta forma, o apuramento das perdas por imparidade é realizado fundamentalmente a nível individual ou casuístico, levando em consideração as especificidades da operação e a melhor estimativa do valor recuperável (crédito e garantias) à data da avaliação.

No caso do crédito titulado, incluindo titularizações (ABS, CDO e CLOs) são realizadas igualmente análises casuísticas, no sentido de aferir quanto à existência de imparidade, tendo por base a informação de mercado, entre os quais, os *investor reports*, assim como os modelos desenvolvidos internamente para seguimento do risco de crédito dos títulos.

b) Riscos de Mercado

O Risco de Mercado define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, incluindo flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções e preços de mercadorias. O risco de mercado advém sobretudo da tomada de posições a curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados.

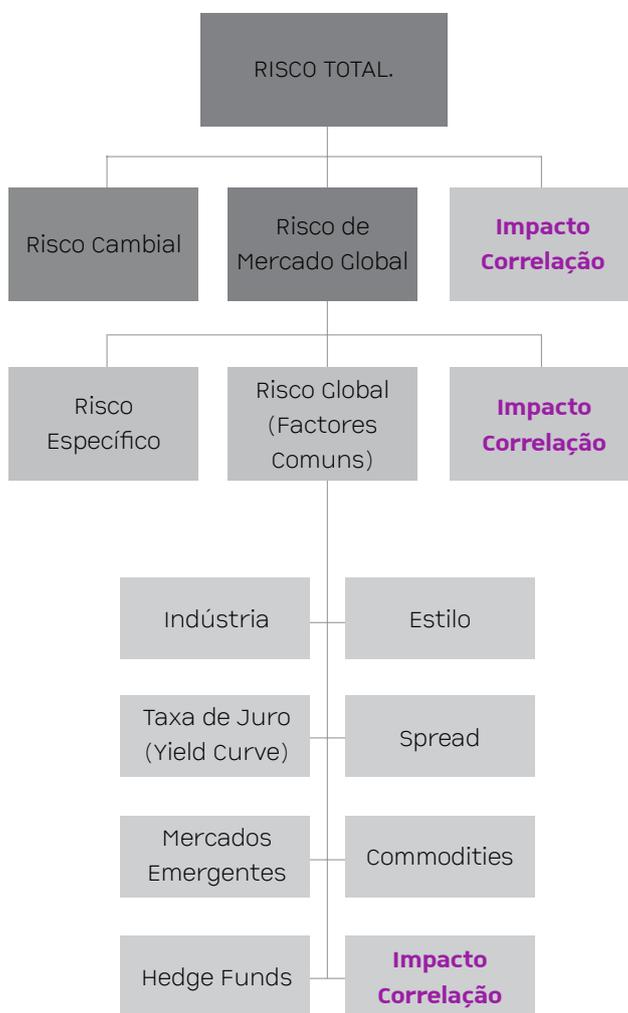
No BBI, o risco de mercado decorre essencialmente das exposições em títulos detidos na carteira de negociação, não sendo política do banco a realização de *trading* de derivados. Em regra, os derivados contratados têm como objectivo a cobertura económica de posições, principalmente de operações originadas para clientes, através da realização de operações simétricas com outros contrapartes que anulam o risco de mercado entre si e, ainda, de cobertura de riscos da carteira própria.

O banco desenvolveu grandes esforços no sentido de revisão e aperfeiçoamento das métricas de medição e controlo do risco de mercado, tendo efectuado com sucesso a migração das carteiras de negociação das entidades do Grupo, para uma ferramenta

de análise do risco de mercado - o BarraOne, propriedade do MSCI Barra, que utiliza desde há alguns anos.

Este sistema permite analisar o risco das carteiras desagregado pelos vários factores explicativos, nomeadamente entre as componentes de risco específico e global (ou de mercado), o qual por sua vez é desagregado em diversos constituintes. O risco total leva em consideração a correlação entre os activos, quer ao nível de topo, quer nos diversos níveis de desagregação do risco. O BarraOne tem como metodologia um sistema Multi-Factor baseado em fundamentais que incluem características económicas intuitivas na escolha de temas/factores baseados em dados do mercado, de estimação do risco com o objectivo de gestão de risco numa perspectiva “forward-looking”.

O diagrama abaixo sintetiza a forma como o risco é decomposto, realizando uma análise de sensibilidade para cada um dos itens aplicáveis à carteira.



O cálculo do VaR é assim decomposto pelos seguintes factores:

- Risco Cambial - componente de VaR atribuível ao de risco moeda, explícito e implícito, nomeadamente através de investimento indirecto. Devido à extrema sensibilidade deste factor o modelo utiliza como histórico apenas as últimas 17 semanas de dados.
- Risco de Mercado Local – componente de VaR atribuível ao risco de mercado per si,

excluindo o risco cambial. O risco para cada mercado é decomposto em 3 componentes: risco global, risco específico, e correlação.

- Risco Global - consiste no risco explicado por factores comuns de mercado, que inclui risco de indústria, estilo, taxa de juro, spread, mercados emergentes e hedge funds, commodities. Analisa o risco da carteira que advém da sua exposição aos factores específicos de cada mercado/modelo.

i) Indústria – cada activo é classificado no sector que melhor se adequa (de acordo com a metodologia do Barra), sendo assim calculado a componente do VaR que é explicada pelo sector.

ii) Estilo – neste item, o modelo captura o risco que deriva do facto do activo: i) deter uma grande capitalização ou uma pequena capitalização; expectativa de crescimento elevado versus avaliações mais baixas; padrão de volatilidade de longo e de curto prazo; iii) Taxa de Juro (Yield Curve) – inclui o risco que decorre em alterações da inclinação da curva de rendimentos e a curvatura (*twist ou butterfly*) o que corresponde a três factores de risco para cada mercado. O modelo da Zona Euro é constituído pelos modelos dos países que a compõem.

iv) Spread – analisa a diferença entre a curva swap e a curva de dívida pública, e eventos de crédito, calculando a respectiva alocação em termos de risco.

v) Mercados Emergentes – advém do risco adicional pelo facto do emitente ser de um país emergente ou, pelo facto, do activo ter sido emitido num país emergente.

vi) Commodities – permite obter estimativas de risco para futuros e sopt de commodities. O modelo utiliza os retornos de 26 sub-índices de forma a detalhar o risco de diferentes tipos de commodities que, posteriormente são agregados em 5 grandes grupos e integrados no modelo multi-classe através de uma matriz de covariâncias. Não é aplicável ao BBI.

vii) Hedge Funds – permite obter estimativas de risco para exposição a este tipo de activos. Não é aplicável ao BBI.

- Risco Específico – o risco que não é explicado pelos factores comuns, isto é, risco único exclusivo a cada activo e, por isso, diversificável. Este modelo conjuga a estimativa do nível médio de risco específico com valor de risco específico face às características fundamentais do activo.

O VaR é calculado utilizando o modelo paramétrico, aplicado para um horizonte de 10 dias e com intervalo de confiança de 99%, em linha com as recomendações do Novo Acordo de Basileia e do BdP (aviso 8/2007).

c) Risco Cambial

O Risco Cambial representa o risco de que o valor dos activos financeiros expressos em moeda estrangeira apresente flutuações devido a alterações nas taxas de câmbio.

O Banco procede a uma monitorização sistemática da sua exposição global ao risco de taxa de câmbio. Para o efeito, existe uma rotina diária de cálculo da posição cambial pelas principais moedas, o qual abrange as posições à vista decorrentes, sobretudo, da actividade de negociação da carteira de títulos, bem como as variações nos resultados líquidos da Sociedade (potenciais ou realizados) resultantes das conversões dos saldos de cada conta ao fixing do BCE.

d) Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos

nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos das taxas de juro, tendo em conta a estrutura de balanço de uma instituição. A avaliação deste tipo de risco é realizada em base sistemática, numa óptica de médio-longo prazo, incidindo sobre as exposições da carteira bancária em função dos períodos de repricing, em linha com as recomendações do Novo Acordo de Basileia e do BdP (aviso 19/2005).

De referir que a avaliação do risco de taxa de juro da carteira de negociação deverá ser realizada no âmbito do risco de mercado, focando-se num horizonte de curto prazo, tendo em consideração que esta carteira é gerida numa base diária. O modelo de análise utilizado pelo BBI, assente na ferramenta BarraOne, procede à decomposição do risco de mercado nas várias componentes, entre os quais, a componente de risco de taxa de juro embutida na variação de preço (decomposição do VaR nas várias componentes, incluindo risco de taxa de juro).

São produzidos regularmente mapas de controlo de exposições, onde são apuradas os activos e passivos por prazos de maturidade em termos globais, fazendo-se igualmente uma análise em separado para a carteira bancária e a de negociação, evidenciando os mismatches do prazos de refixação de taxa dos activos e passivos e por principais moedas.

e) Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez define-se como a probabilidade de ocorrência de perdas devido à incapacidade de uma instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações, e se tal é efectuado em condições razoáveis. No BBI, os níveis de liquidez são adaptados em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos obtidos, em função da identificação de gaps. As políticas de obtenção de funding, quer junto dos clientes, quer no mercado, têm garantido a estabilidade dos recursos, assentando numa lógica integrada de Grupo.

Com o objectivo de maximizar a componente de gestão dos riscos estruturais de balanço existe uma unidade operativa dentro do BBI, cujo principal objectivo passa pela definição e execução das políticas financeiras, em particular, em termos de gestão de liquidez e de tesouraria, numa base individual do banco, e em complemento da gestão consolidada neste âmbito pelo Grupo Banif.

f) Risco Operacional

O Risco Operacional define-se como o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Esta probabilidade de perda pode decorrer de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de outsourcing, da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

Consciente da importância de uma monitorização e controlo eficaz do risco operacional, o Banif Grupo Financeiro iniciou há cerca de quatro anos um projecto específico nesta área, que, numa primeira fase, passou pelo levantamento e registo de ocorrências potenciadoras de risco operacional, com vista ao controlo e mitigação do mesmo. No

Banco e sociedades participadas, este projecto teve início no primeiro trimestre de 2008, sendo da responsabilidade da DRR a gestão de risco operacional, que compreende a avaliação, monitorização e controlo dos riscos desta natureza, visando a mitigação dos mesmos e procedendo à elaboração de informação de apoio à decisão.

Foram nomeados Gestores de Risco Operacional (Gestores RO) nas áreas críticas, que têm como função supletiva o registo de eventos de risco operacional ou falhas detectadas na gestão do dia-a-dia num software próprio: o SAS OpRisk Monitor. Actualmente existe um conjunto de Gestores RO nomeados cujo objectivo é a recolha e registo de eventos de risco operacional, para que o Banco possua informação necessária para avaliar o risco, para posterior mitigação, respondendo ainda às necessidades de reforço do controlo interno. Os gestores de risco operacional reportam os eventos detectados nesta aplicação na sua área de influência ou noutra, através de uma ferramenta externa específica, e que faz o interface entre o gestor operacional, a DRR e o Risco Corporativo do Grupo Banif, sendo possível a obtenção de estatísticas, por área de reporte, frequência, origem, processo, fonte de risco, etc.

Pretende-se, desta forma, atingir o objectivo de monitorização e medição do risco operacional inerente à actividade, detalhando as ocorrências pelos vários processos e áreas intervenientes, o que se irá traduzir numa avaliação efectiva e dinâmica dos actuais sistemas de controlo interno.

Para além das disposições legais, estatutárias e deontológicas aplicáveis ao exercício das actividades de intermediação financeira, tem sido uma preocupação da Administração da Sociedade a elaboração e difusão de Manuais, Regulamentos, Circulares e outros normativos internos adequados a assegurar o cumprimento das normas aplicáveis ao exercício da actividade desenvolvida. Toda a informação é devidamente divulgada, sendo do conhecimento de todos os colaboradores da Sociedade, encontrando-se disponível para consulta na respectiva Intranet. Em paralelo, a actuação das Direcções de Compliance e de Auditoria Interna visam complementar e reforçar as medidas adoptadas.

Existe uma rotina de monitorização e revisão do sistema de controlo interno implementada, que segue as directrizes regulamentares e da própria cultura organizacional. No âmbito dos requisitos de controlo interno do Banco de Portugal e CMVM, é desenvolvido regularmente um *self assessment* para cada um dos tipos de risco, de acordo com a matriz apresentada pelo Banco de Portugal no seu relatório MAR (Modelo de Avaliação de Riscos). Especificamente, no âmbito do reforço do sistema de controlo interno, foi desenvolvido um projecto interno denominado de Certificação de Riscos & Controlos, um exercício em que os responsáveis de cada unidade orgânica são convidados a realizar exercícios de self assessment.

A auditoria interna é responsável pelo desenvolvimento de mecanismos de avaliação da adequação do controlo interno, e respectiva monitorização, procedendo à identificação das falhas ou fragilidades do sistema de controlo interno, na sua concepção, implementação ou utilização, as quais são devidamente registadas, documentadas e reportadas aos níveis de gestão apropriados, de forma a serem prontamente ultrapassadas, tendo sido desenvolvida para o efeito uma ferramenta interna – o *Audit Follow Up*.



O órgão de administração e os directores de topo recebem reportes regulares relativos à monitorização do sistema de controlo interno, incluindo a identificação das falhas ou fragilidades detectadas, quer avaliadas isoladamente, quer de forma agregada.

35.2. RISCO DE CRÉDITO

Para efeitos de análise de risco de crédito da presente nota considerou-se a carteira de títulos detida pelo BBI e o crédito concedido a clientes. Desta forma, o valor da rubrica Activos financeiros detidos para negociação exclui o valor de mercado dos derivados.

A referir que a rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito diz respeito essencialmente às margin calls por parte dos contrapartes nas operações de derivados e repos e, ainda, a operações de compensação. A rubrica Aplicações em instituições de crédito é composta integralmente por depósitos junto de outras instituições bancárias do Banif Grupo Financeiro.

Os activos financeiros, por rubrica de balanço, apresentam a seguinte exposição ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2010:

	EXPOSIÇÃO MÁXIMA	COLATERAIS	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	35 760		35 760
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	192 265	42 107	150 158
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	278 103	4 865	273 239
CRÉDITO A CLIENTES	466 751	355 254	111 498
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	60 391	0	60 391
TOTAL DE EXPOSIÇÃO A RISCO DE CRÉDITO	1 033 271	402 225	631 047

Valores líquidos de provisões. Montante dos colaterais considerado até ao montante da exposição.

A 31 de Dezembro de 2009 era seguinte:

	EXPOSIÇÃO MÁXIMA	COLATERAIS	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	40 629	0	40 629
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	219 315	44 613	174 702
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	73 388	4 512	68 876
CRÉDITO A CLIENTES	425 473	304 029	121 444
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	80 399	0	80 399
TOTAL DE EXPOSIÇÃO A RISCO DE CRÉDITO	839 204	353 154	486 050

Valores líquidos de provisões. Montante dos colaterais considerado até ao montante da exposição.

De referir que a rubrica Crédito a Clientes inclui uma carteira de títulos no valor de quase €70 milhões contabilizada ao custo amortizado, constituída essencialmente por produtos estruturados (ABS, CDO, CLO), classificada em termos de IAS como Loans & Receivables (LaR). Excluindo estes instrumentos, o valor do crédito concedido, líquido de provisões, ascendia a cerca de €396 milhões a 31 de Dezembro de 2010, dos quais €355 milhões encontravam-se colateralizados por garantias reais, entre as quais, hipotecas sobre imóveis e penhor sobre valores mobiliários, representando um rácio superior a 85%. A assinalar que mais de €100 milhões da carteira no final do ano são respeitantes a operações de Project e Acquisition Finance.

Em termos de repartição por sector, note-se que a componente do sector público, no montante de €174 milhões a 31 de Dezembro de 2010, corresponde na totalidade a dívida pública ou dívida garantida por uma administração central, dos quais €170 milhões (ou 98%) dizem respeito a risco soberano português (dívida pública ou garantida pelo Estado português).

Concentração de risco de crédito por sector de actividade em 31 de Dezembro de 2010:

	EXPOSIÇÃO MÁXIMA	COLATERAIS	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
INDÚSTRIA	6 614	0	6 614
CONSTRUÇÃO	41 647	39 868	1 779
VENDAS A RETALHO	754	0	754
SERVIÇOS	25 772	0	25 772
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E SEGURADORAS	133 743	0	133 743
SECTOR PÚBLICO	174 403	0	174 403
OUTROS	620 055	332 099	287 957
PARTICULARES	30 283	30 258	25
TOTAL DE EXPOSIÇÃO A RISCO DE CRÉDITO	1 033 271	402 225	631 046

A 31 de Dezembro de 2009 era seguinte:

	EXPOSIÇÃO MÁXIMA	COLATERAIS	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
INDÚSTRIA	593	0	593
CONSTRUÇÃO	37 363	37 363	0
VENDAS A RETALHO	621	0	621
SERVIÇOS	16 828	0	16 828
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E SEGURADORAS	149 957	0	149 957
SECTOR PÚBLICO	46 253	0	46 253
OUTROS	558 989	287 504	271 486
PARTICULARES	28 600	28 288	312
TOTAL DE EXPOSIÇÃO A RISCO DE CRÉDITO	839 204	353 154	486 050

Valores líquidos de provisões.

Concentração de risco de crédito por região geográfica em 31 de Dezembro de 2010:

	EXPOSIÇÃO MÁXIMA	COLATERAIS	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
PORTUGAL	747 798	304 524	443 274
UNIÃO EUROPEIA	107 339	28 946	78 393
RESTO DA EUROPA	0	0	0
AMÉRICA DO NORTE	43 346	12 608	30 738
AMÉRICA LATINA	116 422	47 603	68 819
RESTO DO MUNDO	18 366	8 544	9 822
TOTAL DE EXPOSIÇÃO A RISCO DE CRÉDITO	1 033 271	402 225	631 046

Valores líquidos de provisões.

A 31 de Dezembro de 2009 era seguinte:

	EXPOSIÇÃO MÁXIMA	COLATERAIS	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
PORTUGAL	556 436	265 336	291 100
UNIÃO EUROPEIA	121 221	23 432	97 789
RESTO DA EUROPA	2 441	0	2 441
AMÉRICA DO NORTE	47 509	14 770	32 739
AMÉRICA LATINA	89 475	49 617	39 858
RESTO DO MUNDO	22 122	0	22 122
TOTAL DE EXPOSIÇÃO A RISCO DE CRÉDITO	839 204	353 154	486 050

Valores líquidos de provisões.

Os quadros seguintes apresentam a repartição de todos os activos financeiros por qualidade de crédito, cujas notações têm por base o mapeamento dos ratings externos atribuídos pelas principais agências internacionais *Moodys*, *Fitch* e *S&P*. A métrica de atribuição do *rating* seguiu a metodologia standard do novo acordo de Basileia (Basel II), escolhendo-se o pior dos dois melhores ratings no caso de haver notações diferenciados para o mesmo activo. A classificação *High Grade* corresponde a ratings entre [AAA e A-], Standard Grade a [BBB+ a BBB-] e *Sub-Standard Grade* a ratings iguais ou inferiores a BB+. As posições em crédito ou títulos que não possuam *rating* externo atribuído por nenhuma das três principais agências internacionais são classificadas como *Not Rated*. Entre as exposições sem rating externo, no montante total de €658 milhões a 31 de Dezembro de 2010, a principal fatia, correspondente a 66%, diz respeito à concessão de crédito a empresas e particulares, nomeadamente crédito com hipoteca de imóveis ou com penhor de valor mobiliários e operações de *Project Finance* e *Acquisition Finance*. O peso dos activos sem rating na carteira `Outros Activos financeiros ao justo valor através de resultados é também significativo, ascendendo a cerca de €146 milhões, para o qual contribui largamente o investimento em unidades de participação de fundos (€138 milhões), os quais não possuem rating externo atribuído. Da exposição a fundos de investimento, cerca de €42 milhões encontram-se colateralizados por depósitos-caução junto do BBI, pelo que a respectiva exposição ao risco é nula; o remanescente diz respeito quase na totalidade a fundos geridos por entidades do Grupo Banif ou participadas.

Decomposição dos activos financeiros por qualidade do crédito, por rubrica de balanço, a 31 de Dezembro de 2010:

	HIGH GRADE	STANDARD GRADE	SUB-STANDARD GRADE	NOT RATED	TOTAL
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	2 364	16 196	4 178	13 023	35 760
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	43 723	0	2 164	146 377	192 265
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	173 455	36 450	1 021	67 177	278 103
CRÉDITO A CLIENTES	10 654	7 649	17 256	431 192	466 751
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	36 701	22 355	1 335	0	60 391
TOTAL DE EXPOSIÇÃO A RISCO DE CRÉDITO	266 897	82 650	25 955	657 769	1 033 271

Valores líquidos de provisões.

A 31 de Dezembro de 2009 era seguinte:

	HIGH GRADE	STANDARD GRADE	SUB-STANDARD GRADE	NOT RATED	TOTAL
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	8 239	8 528	7 016	16 846	40 629
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	89 993	9 151	0	120 171	219 315
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	6 218	2 016	834	64 320	73 388
CRÉDITO A CLIENTES	29 182	7 043	14 719	374 530	425 473
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	62 992	10 782	6 625	0	80 399
TOTAL DE EXPOSIÇÃO A RISCO DE CRÉDITO	196 623	37 520	29 193	575 868	839 204

Valores líquidos de provisões.

35.3. RISCO DE MERCADO

Nos quadros seguintes, apresenta-se o cálculo do *Value-at-Risk* (VaR) para carteira de títulos de negociação detidos pelo BBI, que a 31 de Dezembro de 2010 ascendia a cerca de €43 milhões em valores absolutos (€35 milhões de posições longas e €8 milhões de posições curtas) composta essencialmente por títulos de renda fixa, em que a componente de acções apresenta um valor imaterial.

Para o cálculo desta métrica de risco foi utilizado o software especializado BarraOne, propriedade da “MSCI Barra”, tendo sido calculado o VaR com um horizonte de 10 dias e uma probabilidade de 99%, em linha com as boas práticas internacionais, em particular, seguindo as recomendações constantes do acordo de capital de Basileia.

A 31 de Dezembro 2010, o VaR da carteira de negociação ascendia a cerca de €586 mil (€743 mil em 2009), representando 2% do valor de mercado líquido da carteira. O risco decorrente da exposição a acções é completamente imaterial, traduzindo-se num VaR de €5 mil.

O VaR global da carteira de negociação do BBI correspondia a menos de 1% dos fundos próprios de base (Tier 1) da instituição.

A decomposição do VaR por tipo de títulos a 31 de Dezembro de 2010 é a seguinte:

	VAR DA CARTEIRA EMIL	VAR % CARTEIRA
ACÇÕES	5	15,9
OBRIGAÇÕES	587	2,0
EFEITO DIVERSIFICAÇÃO	-6	N.A.
TOTAL	586	2,0

A 31 de Dezembro de 2009 era seguinte:

	VAR DA CARTEIRA EMIL	VAR % CARTEIRA
ACÇÕES	9	17,1
OBRIGAÇÕES	742	2,0
EFEITO DIVERSIFICAÇÃO	-8	N.A.
TOTAL	743	2,0

Fonte: Barra One

A decomposição do VaR por tipo de risco, a 31 de Dezembro de 2010 é a seguinte:

	DESVIO PADRÃO	% RISCO DA CARTEIRA	VARIÂNCIA DA CARTEIRA	VAR DA CARTEIRA €MIL
RISCO DE MERCADO LOCAL	2,48	32,2%	6,16	333
RISCO GLOBAL (FACTORES COMUNS)	2,24	26,2%	5,01	300
INDÚSTRIA	0,03	0,0%	0,00	4
ESTILO	0,01	0,0%	0,00	2
TAXA DE JURO (YIELD CURVE)	1,82	17,3%	3,30	244
SPREAD	0,91	4,3%	0,83	122
MERCADOS EMERGENTES	1,33	9,2%	1,77	178
CORRELAÇÃO - FACTORES COMUNS	N.A.	-4,7%	-0,89	N.A.
RISCO ESPECÍFICO (SELECÇÃO)	1,07	6,0%	1,15	144
RISCO CAMBIAL	3,94	81,4%	15,56	529
CORRELAÇÃO MOEDA / MERCADO	N.A.	-13,6%	-2,59	N.A.
RISCO TOTAL	4,37	100,0%	19,12	586

A 31 de Dezembro de 2009 era seguinte:

	DESVIO PADRÃO	% RISCO DA CARTEIRA	VARIÂNCIA DA CARTEIRA	VAR DA CARTEIRA €MIL
RISCO DE MERCADO LOCAL	3,36	59,7%	0,11	574
RISCO GLOBAL (FACTORES COMUNS)	3,28	56,9%	0,11	560
INDÚSTRIA	0,04	0,0%	0,00	6
ESTILO	0,01	0,0%	0,00	1
TAXA DE JURO (YIELD CURVE)	3,08	49,9%	0,09	525
SPREAD	1,82	17,5%	0,03	311
MERCADOS EMERGENTES	0,98	5,1%	0,01	168
CORRELAÇÃO - FACTORES COMUNS	N.A.	-15,7%	-0,03	N.A.
RISCO ESPECÍFICO (SELECÇÃO)	0,73	2,8%	0,01	125
RISCO CAMBIAL	4,30	97,6%	0,18	734
CORRELAÇÃO MOEDA / MERCADO	N.A.	-57,3%	-0,11	N.A.
RISCO TOTAL	4,35	100,0%	0,19	743

Fonte: Barra One

35.4. RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

A posição cambial, por divisa, a 31 de Dezembro de 2010:

DIVISAS	POSIÇÕES LÍQUIDAS	
	LONGAS	CURTAS
USD	0,0	9 178,5
GBP	0,0	5,1
CHF	134,5	0,0
JPY	1,6	0,0
SEK	2,1	0,0
NOK	71,0	0,0
DKK	26,3	0,0
CAD	5,8	0,0
ZAR	0,3	0,0
AUD	0,0	0,0
MOP	0,0	0,0
BRL	9 738,7	0,0
PLN	6,0	0,0
HUF	0,4	0,0
TRY	0,3	0,0

As maiores exposições correspondiam às divisas em BRL e USD, respectivamente uma posição longa de €9,7 milhões e uma posição curta de €9,2 milhões, sendo as restantes moedas insignificantes. A posição cambial em 31 de Dezembro de 2009, em valores absolutos, totalizava menos de €800mil.

35.5. RISCO DE TAXA DE JURO

A desagregação dos activos e passivos financeiros por prazos de refixação da taxa de juro em 31 de Dezembro de 2010 é a seguinte:

	< 1 MÊS	1 A 3 MESES	3 A 6 MESES	6 A 9 MESES	9 MESES A 1 ANO	1 A 2 ANOS	2 A 3 ANOS	3 A 4 ANOS	4 A 5 ANOS	>= 5 ANOS	NÃO SENSÍVEL	TOTAL
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NECOCIAÇÃO	1 269	1 269	4 590	503	745	8 429	2 583	2 271	1 964	12 182	114 791	150 595
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	1 264	1 375	12 012	0	0	39 320	0	80	0	0	138 214	192 265
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	13 012	4 865	27 487	0	5 919	72 896	14 411	8 937	24 502	64 273	41 800	278 103
DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	11 400	0	0	0	0	0	0	0	0	0	89 878	101 278
CRÉDITOS E OUTROS VALORES A RECEBER	110 366	198 415	124 845	0	19 117	0	0	0	0	393	13 615	466 751
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	12 951	16 037	6 463	0	0	10 801	2 435	6 847	0	4 857	0	60 391
OUTROS ACTIVOS	2 633	25 756	0	0	0	0	0	0	0	0	44 893	73 282
TOTAL DE ACTIVOS	152 896	247 717	175 398	503	25 781	131 446	19 429	18 135	26 466	81 704	443 191	1 322 666
DEPÓSITOS DE BANCOS CENTRAIS	122 185	165 443	0	0	0	0	0	0	0	0	0	287 628
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NECOCIAÇÃO	0	0	39	0	0	168	737	92	1 408	5 885	109 697	118 027
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	492 519	97 022	38 428	10 900	1 750	8 780	0	0	0	45 220	116 563	811 181
DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	283 907	40 959	27 797	8 400	1 000	0	0	0	0	42 107	95 125	499 294
DEPÓSITOS DE EMPRESAS	205 411	49 534	9 342	2 500	630	8 553	0	0	0	3 113	16 743	295 826
DEPÓSITOS DE PARTICULARES	3 202	6 530	1 288	0	120	227	0	0	0	0	4 695	16 061
PASSIVOS SUBORDINADOS	0	15 000	15 000	0	0	0	0	0	0	0	33	30 033
OUTROS PASSIVOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14 827	14 827
TOTAL DE PASSIVOS	614 704	277 466	53 467	10 900	1 750	8 948	737	92	1 408	51 105	241 121	1 261 697

Valores líquidos de provisões.

A 31 de Dezembro de 2009 era a seguinte:

	< 1 MÊS	1 A 3 MESES	3 A 6 MESES	6 A 9 MESES	9 MESES A 1 ANO	1 A 2 ANOS	2 A 3 ANOS	3 A 4 ANOS	4 A 5 ANOS	>= 5 ANOS	NÃO SENSÍVEL	TOTAL
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NECOCIAÇÃO	708	12 651	4 127	15	300	2 489	1 141	2 116	846	16 182	64 581	105 156
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	1 114	1 359	8 954	9 184	0	10 957	30 345	14 358	13 307	18 521	111 217	219 315
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	0	6 813	22 386	0	0	310	106	1 266	0	6 502	36 004	73 388
DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	47 697	47 697
CRÉDITOS E OUTROS VALORES A RECEBER	129 736	184 952	77 097	0	12 979	0	0	0	0	0	20 709	425 473
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	12 440	52 028	4 727	0	0	6 378	2 428	2 400	0	0	0	80 401
OUTROS ACTIVOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	37 576	37 576
TOTAL DE ACTIVOS	143 998	257 803	117 291	9 200	13 279	20 133	34 020	20 139	14 153	41 205	317 785	989 007
DEPÓSITOS DE BANCOS CENTRAIS	1 000	28 644	0	0	63 491	0	0	0	0	0	0	93 136
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NECOCIAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	216	3 862	57 548	61 627
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	441 271	97 383	31 519	4 723	12 216	374	2 983	0	0	45 840	82 428	718 736
DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	206 720	75 057	22 936	0	12 000	0	0	0	0	39 055	67 513	423 280
DEPÓSITOS DE EMPRESAS	232 558	20 911	7 819	4 481	216	374	2 983	0	0	6 784	13 595	289 721
DEPÓSITOS DE PARTICULARES	1 993	1 415	764	242	0	0	0	0	0	0	1 320	5 735
PASSIVOS SUBORDINADOS	0	15 000	15 000	0	0	0	0	0	0	0	29	30 029
OUTROS PASSIVOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	23 449	23 449
TOTAL DE PASSIVOS	442 271	141 027	46 519	4 723	75 707	374	2 983	0	216	49 702	163 454	926 977

Valores líquidos de provisões.

No quadro abaixo, é apresentada uma análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária, tendo por base os mapas de reporte à entidade de supervisão. Esta análise assenta no cenário de um choque standard de 200 p.b. na taxa de juro, e respectivo impacto na situação líquida e na margem financeira anual do Banco, em termos individuais, tendo por base os pressupostos assumidos de acordo com a Instrução 19/2005 do Banco de Portugal.

Análise de sensibilidade do impacto de uma variação de 200 p.b. na curva de taxas de juro por moedas relevantes, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

		2010	2009
EUR	IMPACTO NA SITUAÇÃO LÍQUIDA	-15 733	-6 232
	FUNDOS PRÓPRIOS	90 252	87 896
	IMPACTO NOS FUNDOS PRÓPRIOS, EM %	-17%	-7%
	IMPACTO NA MARGEM FINANCEIRA, A 12 MESES	-8 204	-2 196
	MARGEM FINANCEIRA	13 911	10 658
	IMPACTO NA MARGEM FINANCEIRA ANUAL, EM %	-59%	-21%
EUR	IMPACTO NA SITUAÇÃO LÍQUIDA	5 510	5 540
	FUNDOS PRÓPRIOS	90 252	87 896
	IMPACTO NOS FUNDOS PRÓPRIOS, EM %	6%	6%
	IMPACTO NA MARGEM FINANCEIRA, A 12 MESES	-1 106	-1 029
	MARGEM FINANCEIRA	13 911	10 658
	IMPACTO NA MARGEM FINANCEIRA ANUAL, EM %	-8%	-10%
TOTAL	IMPACTO NA SITUAÇÃO LÍQUIDA	-10 223	-692
	FUNDOS PRÓPRIOS	90 252	87 896
	IMPACTO NOS FUNDOS PRÓPRIOS, EM %	-11%	-1%
	IMPACTO NA MARGEM FINANCEIRA, A 12 MESES	-8 204	-3 225
	MARGEM FINANCEIRA	13 911	10 658
	IMPACTO NA MARGEM FINANCEIRA ANUAL, EM %	-59%	-30%

35.6. RISCO DE LIQUIDEZ

A desagregação dos activos e passivos financeiros por prazos de residual de maturidade a 31 de Dezembro de 2010 é a seguinte:

	< 1 MÊS	1 A 3 MESES	3 MESES A 1 ANO	1 A 5 ANOS	> 5 ANOS	INDT.	TOTAL
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	646	1 126	2 847	17 987	13 199	114 791	150 595
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	0	0	3 059	49 728	1 264	138 214	192 265
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	0	0	8 030	162 438	65 835	41 800	278 103
DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	14 033	25 756	0	0	0	89 876	129 665
CRÉDITOS E OUTROS VALORES A RECEBER	26 068	12 640	206 653	89 822	117 953	13 615	466 751
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	0	5 004	15 656	33 439	6 293	0	60 391
OUTROS ACTIVOS	0	0	0	0	0	44 895	44 895
TOTAL DE ACTIVOS	40 746	44 526	236 244	353 413	204 545	443 191	1 322 666
DEPÓSITOS DE BANCOS CENTRAIS	122 185	165 443	0	0	0	0	287 628
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	0	0	39	2 405	5 885	109 697	118 027
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	492 519	78 637	51 077	27 165	45 220	116 563	811 181
<i>DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO</i>	283 907	40 173	37 197	786	42 107	95 125	499 294
<i>DEPÓSITOS DE EMPRESAS</i>	205 411	31 934	12 472	26 153	3 113	16 743	295 826
<i>DEPÓSITOS DE PARTICULARES</i>	3 202	6 530	1 408	227	0	4 695	16 061
PASSIVOS SUBORDINADOS	0	0	0	0	30 000	33	30 033
OUTROS PASSIVOS	0	0	0	0	0	14 827	14 827
TOTAL DE PASSIVOS	614 704	244 080	51 116	29 571	81 105	241 121	1 261 697

Valores líquidos de provisões.

A 31 de Dezembro de 2009 era a seguinte:

	< 1 MÊS	1 A 3 MESES	3 MESES A 1 ANO	1 A 5 ANOS	> 5 ANOS	INDT.	TOTAL
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	96	2 590	10 634	9 429	17 827	64 581	105 156
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	0	0	9 184	77 921	20 993	111 217	219 315
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	0	5 930	0	24 068	7 386	36 004	73 388
DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	0	0	0	0	0	47 697	47 697
CRÉDITOS E OUTROS VALORES A RECEBER	36 173	41 207	149 374	101 832	76 178	20 709	425 473
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	0	10 712	27 185	41 078	1 424	0	80 399
OUTROS ACTIVOS	0	0	0	0	0	37 578	37 578
TOTAL DE ACTIVOS	36 270	60 438	196 376	254 328	123 807	317 788	989 007
DEPÓSITOS DE BANCOS CENTRAIS	1 000	28 644	63 491	0	0	0	93 136
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	0	0	0	216	3 862	57 548	61 627
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	441 271	86 554	48 458	14 185	45 840	82 428	718 736
<i>DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO</i>	206 720	74 328	34 936	729	39 055	67 513	423 280
<i>DEPÓSITOS DE EMPRESAS</i>	232 558	10 811	12 516	13 456	6 784	13 595	289 721
<i>DEPÓSITOS DE PARTICULARES</i>	1 993	1 415	1 006	0	0	1 320	5 735
PASSIVOS SUBORDINADOS	0	0	0	0	30 000	29	30 029
OUTROS PASSIVOS	0	0	0	0	0	23 449	23 449
TOTAL DE PASSIVOS	442 271	115 198	111 949	14 401	79 702	163 454	926 977

Valores líquidos de provisões.



36. JUSTO VALOR DA CARTEIRA DE TÍTULOS E DE OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2010 o detalhe desta rubrica é o seguinte:

CARTEIRA DE TÍTULOS	VALOR DE MERCADO OU COTAÇÃO	JUSTO VALOR
ACTIVO		
Activos Financeiros detidos para negociação	35 865	35 865
Outros Activos Financeiros ao JV	192 344	192 344
Activos Financeiros disponíveis para venda	278 103	278 103
Investimentos detidos até à maturidade	60 391	60 292
Empréstimos e outras contas a receber	69 951	68 452
PASSIVO		
Passivos Financeiros para negociação	8 355	8 355

OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	VALOR DE BALANÇO	JUSTO VALOR
ACTIVO		
Crédito a Clientes	396 801	396 801
Outros Activos Financeiros	9 364	9 364
PASSIVO		
Recursos de clientes e outros empréstimos	311 887	311 8875

Para créditos inferiores a um ano considerou-se que o valor registado em balanço é uma aproximação fiável do seu justo valor. Para créditos superiores a um ano com taxa indexada, considerou-se igualmente que o valor de balanço é uma aproximação fiável ao justo valor (os créditos de prazo superior a um ano não são materialmente relevantes). Para os depósitos até um ano ou sem maturidade definida, nos quais se inclui depósitos sem taxa de juro associada, considerou-se que o montante reembolsável na data de reporte é uma aproximação fiável ao justo valor.

Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela *Bloomberg*. Os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário, enquanto que os prazos superiores a um ano são através das cotações dos swaps de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva da taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2010, para as moedas EUR e USD são as seguintes:

PRAZO	MOEDA	
	EUR	USD
1 DIA	0,25%	0,20%
7 DIAS	0,35%	0,23%
15 DIAS	0,43%	0,23%
1 MÊS	0,62%	0,23%
2 MESES	0,78%	0,25%
3 MESES	0,96%	0,29%
4 MESES	1,07%	0,34%
5 MESES	1,16%	0,40%
6 MESES	1,26%	0,46%
7 MESES	1,31%	0,51%
8 MESES	1,35%	0,56%
9 MESES	1,40%	0,62%
10 MESES	1,44%	0,56%
11 MESES	1,48%	0,51%
1 ANO	1,53%	0,45%
2 ANOS	1,56%	0,83%
3 ANOS	1,89%	1,31%
4 ANOS	2,23%	1,76%
5 ANOS	2,56%	2,21%
6 ANOS	2,75%	2,54%
7 ANOS	2,93%	2,86%
8 ANOS	3,06%	3,04%
9 ANOS	3,19%	3,23%
10 ANOS	3,32%	3,41%
20 ANOS	3,70%	4,03%
30 ANOS	3,50%	4,13%

37. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

RUBRICAS	ELEMENTOS CHAVES DE GESTÃO	MEMBROS PRÓXIMOS DA FAMÍLIA DOS ELEMENTOS CHAVE DE GESTÃO	ENTIDADES ASSOCIADAS	ACCIONISTAS	OUTRAS ENTIDADES
Activos financeiros detidos para negociação				2 274	
Crédito a clientes				9 637	
Outros activos			1 664	36	4 043
Recursos de outras instituições de crédito			5 000		
Recursos de clientes e outros empréstimos	51	107	49 317	846	8 139
Provisões			5	96	
Outros passivos			93		4 093
Juros e rendimentos similares				36	
Juros e encargos similares			(93)		
Rendimentos de serviços e comissões			1 114		
Resultados de activos e passivos aval. ao justo valor através de result.				(84)	
Custos com pessoal	(440)				(220)
Gastos gerais administrativos					(74)
Provisões líquidas de reposições e anulações			15	(26)	

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares e são realizadas em condições normais de mercado. No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

38. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2010, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

6.2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

BALANÇO CONSOLIDADO	NOTAS	2010/12/31			2009/12/31
		VALOR ANTES DE IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS	5	2 217	-	2 217	6 348
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	6	90 920	-	90 920	41 853
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	7	186 241	-	186 241	105 535
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE	8	187 677	-	187 677	219 389
RESULTADOS					
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	9 e 25	252 622	1 230	251 392	74 720
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	10	12 789	-	12 789	225
CRÉDITO A CLIENTES	11 e 25	476 993	6 367	470 626	426 249
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	12	60 391	-	60 391	80 399
ACTIVOS COM ACORDO DE RECOMPRA	13	28 387	-	28 387	-
ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA	14	2 657	-	2 657	-
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	15 e 25	9 631	447	9 184	-
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	16	17 147	3 542	13 605	14 022
ACTIVOS INTANGÍVEIS	17	8 083	4 013	4 070	3 779
INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS	18	1 230	-	1 230	-
CONJUNTOS					
ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES	19	1 012	-	1 012	1 163
ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	19	4 227	-	4 227	1 222
OUTROS ACTIVOS	20 e 25	12 713	109	12 604	11 947
TOTAL DE ACTIVO		1 354 937	15 708	1 339 229	986 851
RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS	21			287 179	93 136
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	22			118 027	61 627
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	23			500 794	424 780
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	24			292 597	278 440
PROVISÕES	25			60	1 563
PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES	19			4 098	849
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	19			3	6
OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS	26			30 033	30 029
OUTROS PASSIVOS	27			12 253	22 047
TOTAL DE PASSIVO				1 245 044	912 477
CAPITAL	28			55 000	55 000
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	28			(7 372)	(2 216)
OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	28			19 480	15 766
RESULTADO DO EXERCÍCIO	28			8 182	3 714
INTERESSES QUE NÃO SE CONTROLAM	28			18 895	2 110
TOTAL DE CAPITAL				94 185	74 374
TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL				1 339 229	986 851

(MILHARES DE EUROS)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS	NOTAS	10/12/31	09/12/31
Juros e rendimentos similares	29	41 810	45 560
Juros e encargos similares	29	27 440	34 667
MARGEM FINANCEIRA		14 370	10 893
Rendimentos de instrumentos de capital	30	407	278
Rendimentos de serviços e comissões	31	26 134	25 411
Encargos com serviços e comissões	31	(4 678)	(3 574)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	32	(4 719)	(10 764)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	32	1 149	1 150
Resultados de reavaliação cambial	32	3 435	10 446
Resultados de alienação de outros activos		(5)	(30)
Outros resultados de exploração		(177)	(499)
PRODUTO BANCÁRIO		35 916	33 310
Custos com pessoal	33	(11 388)	(10 608)
Castos gerais administrativos	34	(9 425)	(12 486)
Depreciações e amortizações	16 e 17	(1 223)	(1 034)
Provisões líquidas de reposições e anulações	25	1 464	(950)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	25	(3 536)	(1 847)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	25	(118)	(486)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25	97	(209)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)		(25)	(23)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		11 762	5 669
Impostos			
Correntes	19	(4 604)	(933)
Diferidos	19	520	(1 011)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		7 678	3 725
Interesses Minoritários	28	504	(11)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		8 182	3 714
Número de acções em circulação		11 000 000	11 000 000
RESULTADO POR ACÇÃO (€/ACÇÃO)	35	0,74	0,34

(MILHARES DE EUROS)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL	NOTAS	10/12/31	09/12/31
Resultado Líquido	28	8 182	3 714
Canhos / (perdas) de justo valor de activos financeiros disponiveis para venda liquido impostos	28	(5 156)	(148)
Total do Rendimento integral	28	<u>3 026</u>	<u>3 566</u>

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE VARIÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO	NOTAS	CAPITAL	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESULTADO DO EXERCÍCIO	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DE CAPITAL
Saldos em 31.12.2008	28	40 000	13 384	(404)	(2 068)	3 043	2 160	56 115
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior								
Transferencia para reservas e resultados transitados			3 043			(3 043)		
Aumento de capital		15 000						15 000
Rendimento integral					(148)	3 714		3 566
Operações com interesses que não controlam							(50)	(50)
Outras variações de capital próprio			(257)					(257)
Saldos em 31.12.2009	28	55 000	16 170	(404)	(2 216)	3 714	2 110	74 374
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior								
Transferencia para reservas e resultados transitados			3 714			(3 714)		
Operações com interesses que não controlam							16 785	16 785
Rendimento integral					(5 156)	8 182		3 026
Saldos em 31.12.2010	28	55 000	19 884	(404)	(7 372)	8 182	18 895	94 185

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	NOTAS	10/12/31	09/12/31
ACTIVIDADE OPERACIONAL			
Resultados de Exploração:			
Resultado líquido do exercício		8 182	3 714
Outras perdas por imparidade		3 556	-
Provisões do exercício		-	4 896
Amortizações do Exercício		1 223	1 036
Dotação para impostos do exercício		4 257	816
Interesses minoritários		16 785	11
Dividendos recebidos		(407)	(278)
Juros pagos de Passivos subordinados		579	904
Outros		(7 906)	1 722
		26 269	12 820
Variação dos Activos e Passivos Operacionais:			
Variação dos Activos e Passivos Operacionais:			
(Aumento)/Diminuição de Activos financeiros detidos para negociação		(80 706)	(19 893)
(Aumento)/Diminuição de Activos financeiros ao justo valor através de resultados		31 712	(76 975)
(Aumento)/Diminuição de Activos financeiros disponíveis para venda		(181 828)	5 695
(Aumento)/Diminuição de Aplicações em Outras Instituições de Crédito		(12 564)	4 278
(Aumento)/Diminuição de Crédito a Clientes		(44 377)	(78 583)
(Aumento)/Diminuição de Investimentos detidos até à maturidade		20 008	3 714
(Aumento)/Diminuição de Activos com acordo de recompra		(28 387)	56 528
(Aumento)/Diminuição de Activos não correntes detidos para venda		(2 657)	-
(Aumento)/Diminuição de Outros activos		(9 762)	10 020
(Aumento)/Diminuição de Passivos financeiros detidos para negociação		56 400	27 057
(Aumento)/Diminuição de Recursos de Outras Instituições de Crédito		270 056	(19 089)
(Aumento)/Diminuição de Recursos de Clientes e outros empréstimos		14 157	23 101
(Aumento)/Diminuição de Outros passivos subordinados		5	(3)
(Aumento)/Diminuição de Outros Passivos		(11 338)	1 242
Impostos sobre o rendimento		355	(271)
		21 075	(63 179)
Fluxos de Caixa de Actividade de Operacional		47 344	(50 359)
ACTIVIDADE DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de subsidiárias/associadas		(1 230)	-
Aquisição de Activos Tangíveis		(426)	(1 662)
Alienação de Activos Tangíveis		-	1 348
Aquisição de Activos Intangíveis		(582)	(1 922)
Dividendos recebidos		407	278
Fluxos de Caixa de Actividade de Investimento		(1 830)	(1 959)
ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Recebimento Respeitantes a:			
Emissão de acções		-	15 000
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos distribuídos no exercício		-	(148)
Juros pagos de passivos subordinados		(579)	(904)
Fluxos de Caixa de Actividade de Financiamento		(579)	13 948
TOTAL		44 936	(38 370)
VARIAÇÕES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES			
Caixa e seus equivalentes no início do período		48 200	86 570
Caixa e seus equivalentes no fim do período		93 137	48 200
		44 936	(38 370)
Valor de Balanço das rubricas de Caixa e Seus Equivalentes, em 31 de Dezembro			
Caixa		5	1
Depósitos à Ordem em Bancos Centrais		5	2 216
Depósitos à Ordem em Outras instituições de Crédito		6	90 920
		93 137	48 200

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banif – Banco de Investimento, SA (Sociedade) resultou da cisão, efectuada em 15 de Dezembro de 2000, da Ascor Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem, SA e da qual resultou, igualmente, a constituição de uma nova sociedade corretora denominada Banif Ascor – Sociedade Corretora, SA. A maioria das participações detidas pelo Grupo Banif em sociedades cujo objecto social principal fosse constituído por actividades ligadas à banca de investimento, foram, nessa data, transferidas para esta nova Sociedade.

Nesse contexto, o Banif – Banco de Investimento, SA, na sua constituição passou a deter a totalidade do capital social das sociedades Banif Ascor – Sociedade Corretora, SA, Banif Patrimónios – Sociedade Gestora de Patrimónios, SA e Banif Imo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA, a maioria do capital social da Banifundos Cisalpina - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA e uma participação significativa no capital social da Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

Por escritura pública, outorgada em 30 de Dezembro de 2002, procedeu-se à fusão, por incorporação, no Banif – Banco de Investimento, SA das sociedades Banif Ascor – Sociedade Corretora, SA e Banif Patrimónios – Sociedade Gestora de Patrimónios, SA, tendo os efeitos contabilísticos desta fusão sido reportados a 1 de Janeiro de 2002.

Em Fevereiro de 2003 o Banif – Banco de Investimento, SA adquiriu à Cisalpina Gestioni 30% do Capital Social da Banifundos Cisalpina - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA, passando a deter a totalidade do capital social desta sociedade, que, em conformidade, alterou a sua designação social para Banifundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA.

Por escritura pública, outorgada em 30 de Dezembro de 2003, procedeu-se à fusão, por incorporação, na Banifundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA da sociedade Banif Imo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA, tendo os efeitos contabilísticos desta fusão sido reportados a 1 de Janeiro de 2003. No âmbito desta fusão a denominação social da sociedade incorporante foi alterada para Banif Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA.

As acções do Banif – Banco de Investimento, SA são 100% detidas pela Banif Investimentos-SGPS, S.A., sub-holding do Banif Grupo Financeiro (Grupo), cuja empresa-mãe é a Banif, SGPS, S.A., entidade que apresenta contas consolidadas para uso público e que cumprem com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS).

Em 28 de Fevereiro de 2011, o Conselho de Administração da Sociedade reviu e aprovou o Balanço e a Demonstração de Resultados de 31 de Dezembro de 2010 e demais Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas. Em 28 de Fevereiro de 2011 o Conselho de Administração aprovou globalmente o Relatório de Gestão o qual, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, será submetido à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 29 de Março de 2011.

2. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

As políticas contabilísticas adoptadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com excepção da adopção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB /IFRIC e endossadas pela União Europeia. Esta adopção não implicou efeitos na posição patrimonial e performance da Sociedade.

IFRS 5 (Melhoria) - Activos Não Correntes Detidos para Venda e Operações em Descontinuação

A melhoria clarifica que:

- quando uma subsidiária é detida para venda, todos os seus activos e passivos devem ser classificados como detidos para venda no âmbito da IFRS 5, mesmo quando a entidade irá reter um interesse que não controla na subsidiária após a venda;
- as divulgações requeridas relativamente a activos não correntes, grupos disponíveis para venda ou operações descontinuadas são apenas as constantes da IFRS 5.

IFRS 2 (Emenda e Melhoria) – Pagamentos com base em Acções

A emenda efectuada na IFRS 2 vem clarificar a contabilização de situações nas quais uma entidade recebe a prestação de serviços ou produtos dos seus empregados ou fornecedores, mas cuja contrapartida financeira é paga pela sua empresa-mãe ou outra empresa do Grupo. A melhoria clarifica que a contribuição de um negócio para a formação de uma Joint Venture e combinações sob controlo comum não fazem parte do âmbito da IFRS 2.

IAS 1 (Melhoria) – Apresentação das Demonstrações Financeiras

A melhoria clarifica que os termos de liquidação de uma responsabilidade dos quais possa resultar, em qualquer momento, a liquidação através da emissão de instrumentos de capital por opção da contraparte não afecta a classificação dos instrumentos convertíveis em corrente e não corrente na Demonstração da Posição Financeira.

Em resultado da emenda à IAS 27, torna-se necessário incluir duas linhas adicionais na Demonstração das alterações nos capitais próprios: (i) aquisição de subsidiárias e (ii) aquisição de interesses que não controlam, para reflectir transacções com proprietários resultantes de alterações na detenção de subsidiárias que não resultem em perda de controlo.

IAS 38 (Melhoria) – Activos Intangíveis

A melhoria:

- estabelece que se um intangível adquirido numa combinação de negócios for identificável apenas com outro activo intangível, os dois podem ser reconhecidos como um único intangível desde que tenham vidas úteis similares;
- clarifica que as técnicas de valorização para mensurar o justo valor de activos intangíveis adquiridos numa combinação de negócios são meros exemplos e não restringem os métodos que podem ser usados.

IAS 39 (Emenda e Melhoria) – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – itens cobertos elegíveis.

Esta emenda:

- clarifica que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto;
- refere que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

A melhoria introduz as seguintes alterações:

- A isenção de aplicação da norma em contratos que envolvam combinações de negócios só se aplica a contratos forward entre uma adquirente e um accionista vendedor com vista a comprar ou vender uma adquirida numa data futura e não a contratos derivados em que é necessário que acções futuras venham ainda a ocorrer.
- Se numa cobertura de fluxos de caixa, a cobertura de uma transacção prevista resultar no reconhecimento subsequente de um activo ou passivo financeiro, os ganhos ou perdas que estejam reconhecidos no rendimento integral devem ser reclassificados para ganhos e perdas no mesmo período ou períodos em que os fluxos de caixa cobertos previstos afectem os lucros ou prejuízos.
- Considera-se que uma opção de pré-pagamento está intimamente relacionada com o contrato de acolhimento quando o preço de exercício reembolsa o mutuante numa quantia até ao valor presente aproximado dos juros perdidos durante o prazo remanescente do contrato de acolhimento.

IFRIC 18 - Transferências de activos provenientes de clientes

Esta interpretação tem por objectivo clarificar a forma de reconhecer imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objectivo de serem usados para adquirir ou construir activos específicos, não sendo, por isso aplicável.

IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa

Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos.

IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços

Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e clarifica como reconhecer as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

Outras melhorias às IFRS

O processo anual de melhoria das IFRS procura lidar com a resolução de situações que necessitam de ser melhoradas de forma a aumentar o seu entendimento geral, mas que não são classificadas como de resolução prioritária. Algumas melhorias são relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial para haver consistência entre normas sendo o seu impacto mínimo.

Outras melhorias são susceptíveis de produzir alterações no reconhecimento e mensuração. As principais melhorias que entraram em vigor em 2010, para além das já resumidas atrás, resumem-se da seguinte forma:

Melhorias do Ano 2009 aplicáveis em 2010

- IFRS 8 – Segmentos Operacionais: As melhorias clarificam que os activos e passivos por segmentos só precisam de ser relatados quando são incluídos nas medidas usada pelo responsável das decisões operacionais.
 - IAS 17 – Locações: São removidas as disposições específicas relativas a terrenos e edifícios mantendo-se apenas as disposições gerais.
 - IAS 18 – Rédito: São adicionadas orientações para determinar se uma entidade está a actuar como vendedor ou como agente.
 - IAS 36 – Imparidade de Activos: As melhorias clarificam que ao testar a imparidade do Goodwill adquirido numa combinação de negócios a maior unidade permitida para alocação do Goodwill é o segmento operacional definido na IFRS 8 o qual, dependendo das circunstâncias, pode ser de um nível mais baixo do que o segmento reportável.
 - IFRIC 9 – Reavaliação de derivados embutidos: As melhorias clarificam que a IFRIC 9 não se aplica a possíveis reavaliações, à data de aquisição, de derivados embutidos em contratos adquiridos em combinações entre entidades ou negócios sob controlo comum ou na formação de Joint Ventures.
 - IFRIC 16 – Coberturas de um Investimento Líquido numa Operação Estrangeira: As melhorias clarificam que Instrumentos de cobertura que se qualifiquem podem ser detidos por uma entidade do grupo desde que os requisitos de designação, documentação e efectividade da IAS 39 sejam satisfeitos.
- IAS 7 - Demonstração de Fluxos de caixa - Clarifica as operações que devem ser classificadas como actividades de investimento, definindo que apenas os dispêndios que resultam num activo reconhecido na demonstração da posição financeira são elegíveis para classificação como actividades de investimento

NORMAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2010 e que não foram adoptadas antecipadamente são as seguidamente apresentadas. Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras do Grupo.

a) Já endossadas pela UE

IFRS 1 (Emenda) - Isenções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS.

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Estabelece que um adoptante pela primeira vez não necessita de apresentar comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações.

IFRS 7 (Emenda) - Instrumentos Financeiros: Divulgações

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início

em 30 de Junho de 2010. Estabelece que as melhorias a esta norma não necessitam de afectar demonstrações financeiras nem comparativos de demonstrações financeiras anteriores a 31 de Dezembro de 2009.

IAS 24 (Revista) – Transacções com partes relacionadas

Esta norma revista entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Dezembro de 2010. As principais alterações são as seguintes:

- Alteração da definição de partes relacionadas levando a que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;
- Isenção parcial de divulgações relativas a transacções com entidades governamentais bem como com o próprio Governo;
- Obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

IAS 32 (Emenda) - Clarificação de direitos de emissão

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Janeiro de 2010. A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se:

- Os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;
- Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda.

IFRIC 14 (Emenda) - Adiantamentos relativos a requisitos de financiamento mínimo

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Dezembro de 2010. Com a emenda, uma entidade deve reconhecer como activo os pagamentos feitos antecipadamente e em cada ano a análise do surplus do plano deve ser feita como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio

Esta IFRIC entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafos 41 da IAS 39.

b) Ainda não endossadas pela EU

IFRS 9 – Instrumentos financeiros - introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.

Outras emendas às IFRS – melhoramentos do Ano 2010. O IASB aprovou 11 emendas a seis normas.”

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLITICAS CONTABILISTICAS

3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade estão preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – Internacional Financial Reporting Standards) tal como adoptadas na União Europeia, no âmbito das disposições do Regulamento do Conselho e do Parlamento Europeu nº 1606/02.

As Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas na União Europeia, diferem da versão integral das IFRS, conforme publicadas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*), no que respeita à eliminação de certas restrições no que se refere à aplicação de contabilidade de cobertura do IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Valorização”.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros. As principais políticas contabilísticas utilizadas são apresentadas abaixo.

3.2 INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A Sociedade não procedeu à alterações de políticas contabilísticas, pelo que em geral os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os dos exercícios anterior.

3.3 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banif – Banco de Investimento, SA e entidades por si controladas (denominadas “subsidiárias”). Considera-se que existe controlo sempre a Sociedade tenha a possibilidade de determinar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade com vista a obter benefícios das suas actividades, o que normalmente sucede quando detém pelo menos 50% dos direitos de voto da entidade.

Sempre que aplicável, as contas das subsidiárias são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Banif – Banco de Investimento, SA. Os saldos e transacções significativos existentes entre as empresas do Grupo são eliminados no decorrer do processo de consolidação.

3.4 INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Trata-se de investimentos em entidades em que o Grupo tem influência significativa e que não sejam subsidiárias. Considera-se que existe influência significativa sempre que a Sociedade detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são registados de acordo com o método da equivalência patrimonial. O registo inicial do investimento é efectuado pelo custo de aquisição, o qual é incrementado ou diminuído pelo reconhecimento das variações subsequentes na

parcela detida na situação líquida da associada. O goodwill originado na aquisição fica reflectido no valor do investimento, sendo objecto de análise de imparidade como parte do valor do investimento. Qualquer goodwill negativo é imediatamente reconhecido em resultados.

À semelhança do procedimento seguido relativamente às subsidiárias, sempre que aplicável, as contas das associadas são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Grupo.

Os investimentos em associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.5 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes incluem moeda nacional e estrangeira, em caixa, depósitos à ordem junto de bancos centrais e depósitos à ordem junto de outros bancos no país e estrangeiro.

3.6 TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio contratadas na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os itens não monetários, que sejam valorizados ao justo valor, são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários, que sejam mantidos ao custo histórico, são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

3.7 USO DE ESTIMATIVAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão da Sociedade, os quais afectam o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

As situações onde o uso de estimativas é mais significativo são as seguintes:

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados

através de cotações (marked to market) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (marked to model). O dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

Perdas por Imparidade em créditos a clientes

Os créditos de clientes com posições vencidas e responsabilidades totais consideradas de montante significativo, são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade. Nesta análise é estimado o montante e prazo dos fluxos futuros. Estas estimativas são baseadas em assumpções sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e conseqüentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade por segmentos de crédito com características e riscos similares e determinadas perdas por imparidade com base comportamento histórico das perdas para o mesmo tipo de activos.

Imparidade em instrumentos de capital

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo e prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo e prolongado” requer julgamentos. Neste contexto o Grupo determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% por mais de 1 ano é considerado significativo e prolongado. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

3.8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.8.1 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO INICIAL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial

depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

3.8.2 MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento ou recebimento é estabelecido.

Os passivos financeiros de negociação incluem também vendas de títulos a descoberto. Estas operações são relevadas em balanço ao justo valor, com variações subsequentes de justo valor relevadas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pela Sociedade de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

1. A designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (accounting mismatch);
2. Os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
3. O instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que a Sociedade não classificou em qualquer uma das outras categorias.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou mantendo o custo de aquisição caso não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido, na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.

Os activos financeiros disponíveis para venda são analisados quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo ou prolongado” requer julgamentos. Neste contexto a Sociedade considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% ou um declínio por mais de 1 ano pode ser considerado significativo ou prolongado.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido a clientes da Sociedade.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado que inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço (se existentes), subseqüentemente estes activos são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, e sujeitos a testes de imparidade.

O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Os empréstimos concedidos e contas a receber apenas são abatidos ao activo (*write-off*), quando não há expectativas realísticas de recuperação desses montantes, incluindo através das garantias associadas (colaterais).

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados (se existentes) e subseqüente valorizados ao custo amortizado usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica “Juros e encargos similares”.

Repo’s e Reverse repo’s

Os repo’s são vendas de activos financeiros, que tem associado um acordo de compra numa data futura. O montante recebido da venda (financiamento) tem subjacente uma taxa juro (“Repo rate”). O valor do financiamento é registado na rubrica de recursos de outras instituições de crédito pelo valor contrato que corresponde à contraprestação recebida líquida, os juros a pagar são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização sendo registados em juros e encargos similares. Os títulos ficam custodiados na contraparte como garantia do financiamento.

Os reverse repo’s são compras de activos financeiros, que tem associado um acordo de revenda numa data futura por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço. O valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado, os juros a receber são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização sendo registados em juros e encargos similares.

Justo valor

O justo valor utilizado na valorização de activos e passivos financeiros de negociação,



classificados como ao justo valor por contrapartida de resultados e activos financeiros disponíveis para venda é determinado de acordo com os seguintes critérios:

1. No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta (“*bid*”) conhecida;
2. No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado (“*discounted cash flow*”, modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e instrumentos derivados que os tenham como subjacente, para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Imparidade

A Sociedade avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade nos activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, aplicações em instituições de crédito, instrumentos detidos até à maturidade, crédito concedido e de valores a receber. As perdas por imparidade identificadas são relevadas por contrapartida de resultados.

Sempre que num período subsequente, se registre uma diminuição do montante da perda por imparidade estimada, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados na mesma rubrica.

Um crédito, ou uma carteira de crédito sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, está em imparidade sempre que:

- exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e,
- quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, e cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Para determinação das perdas por imparidade são utilizados dois métodos de análise:

a) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é realizada através de uma análise casuística da situação de clientes com exposição total de crédito considerada significativa. Para cada cliente a Sociedade avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade, considerando nomeadamente os seguintes factores:

- situação económico-financeira do cliente;
- exposição global do cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento no Grupo e no sistema financeiro;
- informações comerciais relativas ao cliente;
- análise do sector de actividade em que o cliente se integra, quando aplicável;
- as ligações do cliente com o Grupo em que se integra, quando aplicável, e a análise deste relativamente às variáveis anteriormente referidas em termos do cliente individualmente considerado.

Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A viabilidade económico financeira do cliente gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- O valor das garantias reais associadas e o montante e prazo de recuperação estimados;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência e a existência de credores privilegiados.

Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

Os créditos analisados individualmente para os quais se tenha estimado uma perda por imparidade não são incluídos para efeitos da avaliação colectiva.

Sempre que seja identificada uma perda de imparidade nos créditos a clientes avaliados individualmente, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor contabilístico desse crédito e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do contrato. O crédito a clientes apresentado no balanço é reduzido pela utilização de uma conta de perdas por imparidade e o montante reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões”. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de efectiva anual, determinada pelo contrato.

O cálculo do valor actual dos cash flows futuros estimados de um crédito com garantias reais reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e alienação do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

b) Análise colectiva

Os créditos avaliados numa base colectiva são agrupados por segmentos com características e riscos similares. As perdas por imparidade para estes créditos são estimadas considerando a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, a envolvente económica e sua influência sobre o nível de perdas históricas. O Grupo procede, com uma periodicidade regular, à actualização dos parâmetros históricos utilizados para estimar as perdas na análise colectiva.

Sempre que um crédito é considerado incobrável, sendo a sua perda por imparidade estimada de 100% do valor do crédito, é efectuada a respectiva anulação contabilística por contrapartida do valor da perda. O crédito é assim abatido ao activo.

Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na mesma rubrica de “Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões” acima referida.

Derivados

Na sua actividade corrente, a Sociedade utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes

instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nocionais das operações de derivados são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, e embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (*fair value option*).

Os resultados da mensuração subsequente do justo valor são reconhecidos nos resultados do exercício em simultâneo com os resultados de mensuração ao justo valor do instrumento coberto na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

Os instrumentos derivados têm sido utilizados no Grupo, principalmente para cobertura do risco de operações de derivativos com clientes: são contratados derivativos OTC (*cross currency swap, interest rate swap, equity swap, etc.*) com clientes cujo risco é coberto com operações de *back-to-back* com contrapartes no mercado.

Nas demonstrações financeiras não se encontram consideradas quaisquer operações de cobertura, dado que todos os instrumentos derivados existentes ou foram classificados como de negociação por não cumprirem os requisitos de contabilidade de cobertura da IAS 39, ou estão associados a passivos designados ao justo valor através de resultados. Consequentemente todos os derivados encontram-se registados em activos e passivos de negociação.

3.8.3 DESRECONHECIMENTO DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Activos Financeiros

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

1. os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
2. os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo “*pass-through*”; e
3. Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Passivos Financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

3.9 ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica. Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da Sociedade e se mantiver o compromisso de venda do activo.

A Sociedade regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos reembolso de crédito próprio.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor do custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de custos a incorrer na venda. Estes activos não são amortizados.

Nos casos em que os activos classificados nesta categoria deixem de reunir as condições de venda imediata, estes activos são reclassificados para a rubrica “Propriedades de Investimento”.

3.10 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente pelo custo, incluindo custos de transacção. O montante escriturado inclui os custos de investimento adicionais nas propriedades de investimento existentes, se estiverem cumpridos os critérios de reconhecimento, mas exclui os custos correntes de manutenção.

Subsequente ao reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são registadas ao justo valor, que reflecte as condições de mercado na data de balanço. Os ganhos e perdas resultantes das alterações no justo valor das propriedades de investimento são incluídos nos resultados do ano a que respeitam.

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando forem alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção. Na alienação a diferença entre o valor líquido da alienação e o montante do activo registado é reconhecido em resultados no período da alienação.

As transferências de e para propriedades de investimento são efectuadas quando se

verifica uma alteração no uso. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado para contabilização subsequente é o justo valor à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado em propriedades de investimento, o Grupo regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio até à data da sua transferência para propriedades de investimento.

3.11 OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui as obras em imóveis de serviço próprio, veículos e outros equipamentos.

São classificados como imóveis de serviço próprio, os imóveis utilizados pela Sociedade no desenvolvimento das suas actividades no estrangeiro. Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao custo histórico, reavaliado de acordo com as disposições legais aplicáveis, deduzido de subseqüentes amortizações.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subseqüentes amortizações. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com o disposto no Aviso nº 9/94, de 2 de Novembro, que é:

Imóveis	[[3 – 20]] anos
Veículos	4 anos
Outro equipamento	[[3 – 10]] anos

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros Resultados de exploração”.

3.12 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “*software*”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra em 3 anos.

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de *software*. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas na norma IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

3.13 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que a Sociedade opera.

A Sociedade regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, reavaliações de títulos e derivados apenas tributáveis no momento da sua realização, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício.

3.14 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Sociedade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.15 RECONHECIMENTO DE PROVEITOS E CUSTOS

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o Grupo e a quantia do rédito possa ser fíavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os

instrumentos financeiros classificados como “Activos Financeiros disponíveis para venda” os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de repricing, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

3.16 COMISSÕES POR SERVIÇOS PRESTADOS

A Sociedade cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

3.17 DIVIDENDOS

Os dividendos obtidos são reconhecidos quando estabelecido o direito o seu recebimento. Os dividendos distribuídos aos accionistas são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

4. RELATO POR SEGMENTOS

No relato por segmentos da Sociedade, com referência a 31 de Dezembro de 2010, o reporting primário é feito por áreas de negócio, as quais incluem *Corporate Finance*, Negociação e Vendas, Corretagem, Banca de Retalho, Banca Comercial, Pagamentos e Liquidações, Custódia, Gestão de Activos e outras actividades.

A divisão efectuada pelos diversos processos de negócio foi efectuada tendo em conta a natureza dos processos, similaridade dos mesmos, a organização e processos de gestão em vigor na Sociedade.



4.1 – SEGMENTOS DE NEGÓCIO

Segmentos de negócios em 31 de Dezembro de 2010:

CATEGORIA	BANCA COMERCIAL	BANCA RETALHO	CORPORATE FINANCE	CORRETAGEM	CUSTÓDIA	GESTÃO DE ACTIVOS	OUTROS	TRADING SALES	TOTAL
Juros e rendimentos similares	4 531	372	2 451			524	23	33 909	41 810
Juros e encargos similares	2 133	(227)	(250)	(1)		(2 345)	(2 070)	(24 680)	(27 440)
MARGEM FINANCEIRA	6 664	145	2 201	(1)		(1 821)	(2 047)	9 229	14 370
Rendimentos de instrumentos de capital	(95)					328	91	83	407
Rendimentos de serviços e comissões	1 241	93	4 516	1 317	118	15 379	2 036	1 434	26 134
Encargos com serviços e comissões	17		(129)	(441)		(3 216)	(329)	(580)	(4 678)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(855)	418	554	(14)		(1 019)	842	(4 645)	(4 719)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(160)					164	154	991	1 149
Resultados de reavaliação cambial	8					68		3 359	3 435
Resultados de alienação de outros activos				(5)					(5)
Outros resultados de exploração	44		(79)	1	34	(70)	(107)		(177)
PRODUTO BANCÁRIO	6 864	656	7 063	857	152	9 813	640	9 871	35 916
Custos com pessoal	(948)	(1 025)	(1 378)	(968)	(115)	(3 301)	(1 694)	(1 959)	(11 388)
Gastos gerais administrativos	(606)	(549)	(713)	(1 184)	(84)	(3 283)	(982)	(2 024)	(9 425)
Amortizações do exercício	(82)	(85)	(107)	(120)	(14)	(264)	(367)	(184)	(1 223)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(205)	(42)					212	1 499	1 464
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(581)	1	(2 769)				(108)	(79)	(3 536)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	7		40			2	(178)	11	(118)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações								97	97
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)						(25)			(25)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	4 449	(1 044)	2 136	(1 415)	(61)	2 942	(2 477)	7 232	11 762
Correntes	(155)	(132)	(850)	(198)	(2)	(1 503)	(450)	(1 314)	(4 604)
Diferidos	53	45	252	68	1	453	(804)	452	520
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	4 347	(1 131)	1 538	(1 545)	(62)	1 892	(3 731)	6 370	7 678
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas									
Interesses Minoritários						503		1	504
Resultado líquido do exercício	4 347	(1 131)	1 538	(1 545)	(62)	2 395	(3 731)	6 371	8 182



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS – M€, EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO)

CATEGORIA	BANCA COMERCIAL	BANCA RETALHO	CORPORATE FINANCE	CORRETAGEM	CUSTÓDIA	GESTÃO DE ACTIVOS	OUTROS	TRADING SALES	TOTAL
Juros e rendimentos similares	2 910	260	1 174	(3)		81	34	41 104	45 560
Juros e encargos similares	(29)	(5)	37			159	(255)	(34 572)	(34 667)
MARGEM FINANCEIRA	2 881	254	1 211	(3)		240	(221)	6 532	10 893
Rendimentos de instrumentos de capital				1				277	278
Rendimentos de serviços e comissões	2 333	162	4 684	1 492	91	14 552	1 342	756	25 411
Encargos com serviços e comissões	(71)		(225)	(418)		(2 342)	(47)	(471)	(3 574)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1	765	667	(16)		9	5	(12 194)	(10 764)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda								1 150	1 150
Resultados de reavaliação cambial						5		10 441	10 446
Resultados de alienação de outros activos							(30)		(30)
Outros resultados de exploração	(26)	(23)	(39)	(17)	13	(607)	(55)	255	(499)
PRODUTO BANCÁRIO	5 117	1 158	6 297	1 037	105	11 857	994	6 746	33 310
Custos com pessoal	(800)	(618)	(1 156)	(952)	(74)	(4 349)	(1 169)	(1 491)	(10 608)
Gastos gerais administrativos	(658)	(543)	(810)	(1 154)	(93)	(5 561)	(1 052)	(2 614)	(12 486)
Amortizações do exercício	(58)	(63)	(78)	(81)	(11)	(229)	(369)	(145)	(1 034)
Provisões líquidas de reposições e anulações	131	88	53			(99)	550	(1 672)	(950)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(1 655)	(128)	(57)			85	(2)		(1 847)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(8)	(8)	5			2	(492)	16	(486)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações						(11)		(198)	(209)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)						(23)			(23)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	2 069	(115)	4 253	(1 149)	(73)	1 583	(1 541)	642	5 669
Correntes	(6)	8	(291)	73	5	(719)	71	(41)	(902)
Correcções de exercícios anteriores	(1)	2	(47)	15	1	(7)	15	(8)	(31)
Diferidos	(547)	20	(827)	230	15	(135)	355	(122)	(1 011)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	1 514	(85)	3 088	(831)	(52)	722	(1 100)	470	3 725
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas									
Interesses Minoritários						(64)	53		(11)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1 514	(85)	3 088	(831)	(52)	657	(1 047)	470	3 714

4.2 – SEGMENTOS GEOGRÁFICOS

A Sociedade desenvolve toda a sua actividade em Portugal.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Caixa	1	3
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	2.216	6.345
	-----	-----
	2.217	6.348
	=====	=====

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal n.º 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos à ordem		
No País	12.294	3.780
No Estrangeiro	78.626	38.073
	-----	-----
	90.920	41.853
	=====	=====

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Carteira de títulos	71.407	41.008
Instrumentos derivados com justo valor positivo	114.834	64.527
	-----	-----
	186.241	105.535
	=====	=====

Esta rubrica é composta por instrumentos financeiros derivados, que se encontram na sua totalidade classificados como detidos para negociação. O justo valor negativo corresponde aos derivados que se encontram registados na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação (nota 22).

DESCRIÇÃO	MOEDA	NOTIONAL	2010 JUSTO VALOR		2009 JUSTO VALOR	
			POSITIVO	NEGATIVO	POSITIVO	NEGATIVO
<i>Currency Forwards</i>	EUR	329 723	9 595	9 046	5 389	5 431
<i>Cross Currency Interest Rate Swaps</i>	EUR	9 690	697	695	1 184	1 184
<i>Credit Default Swap</i>	EUR	289 542	71 162	68 407	48 317	42 707
<i>Equity Swaps</i>	EUR	0	0	0	209	210
<i>Interest Rate Swaps</i>	EUR	387 581	33 380	30 793	8 202	7 354
<i>Total Return Swaps</i>	EUR	42 107	0	730	1 226	662
TOTAL			114 834	109 671	64 527	57 548

carteira de títulos em 31 de Dezembro de 2010:

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
1 - Instrumentos de dívida				33 879
Emitidos por residentes				
De dívida pública portuguesa				
OT 5.45% Set. 2013	EUR	63 000	1,01	64
OT 5.45% Set. 2013	EUR	63 000	1,01	64
De outros residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
BANIF SA	EUR	10 000	1,00	10
BANIF BANCO DE INV -PERPETUAS SUB	EUR	250 000	1,00	126
BANCO COMERCIAL ACORES 03/31/2011	EUR	210 000	0,99	208
BANCO COMERCIAL ACORES 10/23/2016	EUR	185 750	0,83	155
BANCO COMERCIAL ACORES 09/25/2017	EUR	164 000	0,80	132
BANIF SGPS SA	EUR	628 000	0,96	608
BANIF SGPS SA	EUR	16 000	0,96	15
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
FED REPUBLIC OF BRAZIL 11/01	EUR	250 000	1,01	274
FED REPUBLIC OF BRASIL 03/30	USD	333 000	1,81	461
FED REPUBLIC OF BRASIL 27	USD	30 000	1,53	35
FED REPUBLIC OF BRAZIL 01/20	USD	16 000	1,62	20
BANCO NAC DESENV BNDES 0 06/16/08	USD	210 000	1,09	171
FED REPUBLIC OF BRAZIL 09/12	EUR	995 000	1,10	1 119
FED REPUBLIC OF BRASIL 02/25	USD	30 000	1,38	32
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	407 000	1,20	372
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	105 000	1,12	90
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	USD	98 000	1,10	81
INTL FINANCE CORPORATION 9 1/4	BRL	265 000	1,03	126
BANCO NAC DESENV ECON 07/20	USD	200 000	1,02	157
BANCO NAC DESENV ECON 09/17	EUR	423 000	0,99	425
Irish Gov 4 01/15/14	EUR	45 000	0,91	41
Irish Gov 4 01/15/14	EUR	45 000	0,91	41

(CONTINUA)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS – ME, EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO)

(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
BRAZIL DEV FUND BNDES 9 5/8 12/11	USD	21 000	1,07	17
TRADE INVEST LIMITED 4.7 06/18/11	EUR	742 000	0,98	727
TRADE INVEST LIMITED 0 06/18/11	EUR	5 750 000	0,99	230
CIA BRAS BEBIDAS 12/11	USD	398 000	1,08	322
PETROBRAS INT FINANCE 07/02/13	USD	1 231 000	1,16	1 110
BANCO ITAU CAYMAN, SA 08/11	USD	85 000	1,05	69
PETROBRAS INTL FINANCE 12/18	USD	273 000	1,22	249
EURO INVEST LIMITED 5 12/29/49	USD	296 000	0,95	211
VALE OVERSEAS LIMITED 01/34	USD	1 000	1,24	1
VOTORANTIM OVERSEAS 01/14	USD	189 000	1,10	161
BANCO BRADESCO SA 04/15/14	EUR	1 730 000	1,10	1 923
PETROBRAS INTL FINANCE	USD	71 000	1,17	63
BANCO DO BRASIL (CI) 09/14	USD	33 000	1,18	30
BANCO BRADESCO 8 3/4 10/13	USD	200 000	1,14	173
PEMEX PROJ FDG MASTER TR	EUR	175 000	0,97	178
TELE N L PARTICIPACOES	USD	540 000	1,02	412
CIA BRAS BEBIDAS 09/13	USD	10 000	1,15	9
VOTORANTIM OVERSEAS 06/20	USD	920 000	1,10	758
PEMEX PROJ FDG MASTER TR	EUR	60 000	1,07	66
UNIBANCO 8.7 07/29/49	USD	118 000	1,00	90
BRASKEM INTL LTD	USD	97 000	1,18	86
FED REPUBLIC OF BRAZIL	BRL	422 000	1,16	231
CENTRAL ELET BRASILEIRAS SA	USD	225 000	1,17	198
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	USD	370 000	1,01	282
NATIONAL STEEL SA	USD	390 000	1,00	303
CESP-COMP ENER SAO PAULO 03/11 REGS	USD	790 000	1,01	615
BANCO INDUSTR E COMRCL	USD	153 000	1,01	119
LPG INTERNATIONAL INC 12/20/2015	USD	281 000	1,11	233
ENERGIPE Y SAELPA 07/19/13	USD	5 000	1,14	4
CESP-COMP ENER SAO PAULO 08/11/13	USD	295 000	1,13	257
FED REPUBLIC OF BRAZIL 01/22	BRL	740 000	1,18	414
BANCO MERCANT DO BRASIL	USD	20 000	1,03	16
BANCO VOTORANTIM SA	USD	100 000	1,02	78
BERTIN LTDA 10/05/16	USD	150 000	1,08	124
CIA SANEAMENTO BÁSICO 11/16	USD	950 000	1,10	792
MARFRIC OVERSEAS LTD 11/16/2016	USD	198 000	1,05	157
VALE OVERSEAS LIMITED 01/23/2017	USD	135 000	1,11	115
VALE OVERSEAS LIMITED 11/21/36	USD	254 000	1,09	208
GP INVESTMENTS LTD 12/23/2049	USD	251 000	1,00	191
COSAN FINANCE LTD 02/01/2017	USD	45 000	1,07	37

(CONTINUA)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS – ME, EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO)

(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
SUL AMERICA PARTICIPAÇÕES 02/15/12	USD	132 000	1,04	69
EURO INVEST LIMITED 04/13/2012	EUR	477 000	0,97	466
BANCO MERCANT DO BRASIL 05/08/2012	USD	35 000	1,01	18
EMBRAER OVERSEAS LTD 01/17	USD	790 000	1,04	630
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	BRL	136 000	1,00	64
EURO INVEST LIMITED 0 10/22/2012	EUR	1 457 000	0,92	1 348
GOL FINANCE 04/03/2017	USD	8 000	1,01	6
BANCO BMC SA	USD	25 000	1,01	19
BANCO DAYCOVAL SA	USD	560 000	1,00	434
EURO INVEST LIMITED 6 29/12/2011	EUR	289 000	1,00	289
EURO INVEST LIMITED 5 29/12/2011	USD	157 000	0,99	117
PEMEX PROJ FDG MASTER TR 03/01/2018	USD	202 000	1,07	164
PETROBRAS INTL FINANCE	USD	1 076 000	1,18	971
CENTRAL ELET BRASILEIRAS SA 07/19	USD	608 000	1,13	525
CCL FINANCE LTD 9 1/2 08/14	USD	56 000	1,15	50
VALE OVERSEAS LIMITED 5 5/8 09/19	USD	48 000	1,07	39
CSN ISLANDS XI CORP 6 7/8 09/19	USD	103 000	1,08	85
BANCO DO BRASIL (CAYMAN) 10/49	USD	835 000	1,15	731
ODEBRECHT FINANCE LTD 7 04/21/20	USD	78 000	1,08	64
CERDAU HOLDINGS INC	USD	180 000	1,09	151
BANCO BRADESCO (CAYMAN) 03/15	USD	100 000	1,02	77
VALE SA	EUR	50 000	1,01	52
PETROBRAS INTL FINANCE CO	USD	1 010 000	1,04	802
BANCO DO BRASIL (CAYMAN) 01/15	USD	800 000	1,04	634
BANCO BRADESCO (CAYMAN) 3 1/8 04/13	USD	142 000	1,02	108
BANCO FIBRA SA	USD	140 000	1,00	105
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO BRASIL	USD	903 000	0,99	680
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO BRASIL	EUR	4 977 000	0,99	5 004
ODEBRECHT FINANCE LTD	USD	50 000	1,17	44
TELEMAR N LESTE SA	USD	1 390 000	1,16	1 225
FIBRIA OVERSEAS FINANCE	USD	60 000	1,05	48
BANCO MERCANT DO BRASIL 9 5/8 07/20	USD	39 000	1,05	32
CSN RESOURCES SA 6 1/2 07/20	USD	170 000	1,05	137
JBS FINANCE II LIMITED	USD	10 000	1,01	8
PETROLEOS MEXICANOS	EUR	325 000	1,04	356
BFF INTERNATIONAL LTD 7 1/4 01/20	USD	85 000	1,04	68
TELEMAR N LESTE SA 5 1/2 10/20	USD	35 000	0,97	26
BANCO CRUZEIRO DO SUL SA 02/15	USD	150 000	1,00	114
BR PROPERTIES SA BRPRSA9 12/49-15	USD	500 000	1,00	382
PETROLEOS MEXICA PEMEX 6 5/8 49-15	USD	83 000	1,00	62
PETROLEOS MEXICA PEMEX 4 7/8 03/15	USD	405 000	1,06	325
PETROLEOS MEXICA PEMEX 8 05/03/19	USD	329 000	1,21	300
BANCO SANTANDER SANBBZ4 1/2 04/15	USD	50 000	1,02	39
TELEMAR N L TLMP 5 1/8 12/17	EUR	400 000	0,97	388

(CONTINUA)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS – ME, EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO)

(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
COFP 5.5% 01/15	EUR	15 000	1,08	16
CXGD 4.375% 13/05/13	EUR	20 000	0,92	18
BCP Finance 02/12	EUR	20 000	0,88	18
BESPL Float 03/12	EUR	20 000	0,90	18
BBVASM Var 10/49	EUR	20 000	0,98	20
BNP Var 06/49-18	EUR	26 000	1,04	27
SOCGEN Var 49-13	EUR	30 000	0,98	29
KPN 5.625% 09/30/24	EUR	7 000	1,06	7
Vodafone 4.65% 01/22	EUR	7 000	1,02	7
ALOFP 4.125% 02/17	EUR	8 000	1,01	8
ENEL FIN 5% 09/14/22	EUR	8 000	1,02	8
ENIIM 4.75 11/17	EUR	8 000	1,06	8
UCCIM Var 12/49	EUR	15 000	0,96	14
ISPIM Var 10/49	EUR	20 000	0,96	19
MTNA 9.375% 06/16	EUR	12 000	1,22	15
COFP 5.5% 01/15	EUR	10 000	1,08	11
TITIM 5,25% 02/22	EUR	20 000	0,96	19
CXGD 4.375% 13/05/13	EUR	20 000	0,92	18
BCP Finance 02/12	EUR	20 000	0,88	18
BESPL Float 03/12	EUR	20 000	0,90	18
BACR 4 7/8 12/29/49	EUR	10 000	0,78	8
SOCGEN Var 49-13	EUR	20 000	0,98	20
SCOFP 4 10/08/18	EUR	20 000	0,98	20
PORTB 0 11/18/11	EUR	60 000	0,96	58
KPN 5.625% 09/30/24	EUR	20 000	1,06	21
Vodafone 4.65% 01/22	EUR	20 000	1,02	20
ALOFP 4.125% 02/17	EUR	20 000	1,01	20
ENEL FIN 5% 09/14/22	EUR	10 000	1,02	10
ENIIM 4.75 11/17	EUR	20 000	1,06	21
MTNA 9.375% 06/16	EUR	17 000	1,22	21
2 - Instrumentos de capital				34 704
Emitidos por residentes				
IMPRESA SCPS	EUR	100	1,40	0
BPI SCPS	EUR	18 629	1,38	26
BANIF SCPS SA	EUR	10 000	0,87	9
CIPAN - CIA.IND.PRODUTOS ANTIBIOTI	EUR	27 451	0,19	5
ES0127797019	EUR	48 000	4,34	208
PTPTI0AM0006	EUR	71 000	2,28	162
PTBRI0AM0000	EUR	12 000	5,22	63
PTCFNOAE0003	EUR	115 000	0,69	79
PTSAC0AE0004	EUR	120 000	0,51	61
PTCPR0AM0003	EUR	82 500	5,07	418

(CONTINUA)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS – ME, EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO)

(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
PTJMT0AE0001	EUR	22 200	11,40	253
PTSEM0AM0004	EUR	14 000	8,28	116
PTZON0AM0006	EUR	24 000	3,39	81
PTSNCOAM0006	EUR	143 415	1,35	194
PTCAL0AM0009	EUR	40 000	14,34	574
PTPTCOAM0009	EUR	18 000	8,38	151
PTALTOAE0002	EUR	18 000	3,40	61
B.Euro Accoes	EUR	12 605	1,86	23
Banif Iberia	EUR	4 729	5,08	24
B.Euro Accoes	EUR	4 241	1,86	8
Banif Euro Financeir	EUR	5 402	4,76	26
Banif Iberia	EUR	3 101	5,08	16
Banif Infrastructur	EUR	1 200	9 553,65	11 464
B.Euro Accoes	EUR	618 360	1,86	1 152
B.Euro Accoes	EUR	286 367	1,86	534
Banif Imogest	EUR	9 447	37,99	359
Emitidos por não residentes				
PARMALAT FINANZIARIA SPA	EUR	30 000	0,00	0
SPDR Trust series 1	USD	184	125,72	17
iShares MSCI Emerg	EUR	509	34,11	17
Telefonica, S.A.	EUR	13 000	16,97	221
Repsol S.A.	EUR	17 000	20,85	354
BSCH	EUR	7 500	7,93	59
Mapfre	EUR	29 000	2,08	60
BBVA SA	EUR	38 000	7,56	287
Viscofan SA	EUR	2 200	28,36	62
Gamesa SA	EUR	25 000	5,71	143
Inditex	EUR	2 100	56,03	118
Tecnicas Reunidas SA	EUR	3 800	47,62	181
Arcelor Mittal Spain	EUR	1 100	28,41	31
Ebro Foods	EUR	3 800	15,83	60
Grifols SA	EUR	12 000	10,20	122
Pescanova SA	EUR	8 400	24,60	207
Obrascon Huarte	EUR	6 600	22,68	150
Telecinco SA	EUR	3 500	8,23	29
Vueling Airlines	EUR	6 500	9,73	63
Sacyr Vallehermoso	EUR	14 000	4,75	67
SPDR Trust series 1	USD	92	125,72	9
iShares MSCI Emerg	EUR	388	34,11	13
Schroder Emerg Mkt	USD	3 787	12,42	35
Schroder Conv Bond	EUR	129	104,02	13
DWS AKTIEN STRA DEUT	EUR	56	172,63	10
DWS Invest Conv.	EUR	164	131,77	22

(CONTINUA)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
 BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
 (MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS – ME, EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO)

(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
DWS Inv.Dividend NC	EUR	94	111,42	10
PICTET EMERGING MKTS	USD	79	583,76	35
PICTET JAPAN EQU SEL	JPY	119	7 366,89	8
Pictet US Equi Sel R	USD	230	109,57	19
PICTET CONV. BONDS	EUR	227	105,73	24
PICTET LAT AME "R"	USD	411	133,75	41
FRANKLIN MUTUAL BEAC	USD	862	24,24	16
F&C CL CONVERT BOND	EUR	2 507	14,88	37
Allianz RCM US Eq AT	USD	325	106,57	26
Allianz RCM EU Eq AT	EUR	131	166,90	22
Pioneer Abs Return	EUR	310 2	109,14	34
Schroder Emerg Mkt	USD	600	12,42	24
Schroder Conv Bond	EUR	154	104,02	16
DWS AKTIEN STRA DEUT	EUR	66	172,63	11
DWS Invest Conv.	EUR	154	131,77	20
DWS Inv.Dividend NC	EUR	44	111,42	5
PICTET EMERGING MKTS	USD	54	583,76	24
PICTET JAPAN EQU SEL	JPY	142	7 366,89	10
Pictet US Equi Sel R	USD	147	109,57	12
PICTET CONV. BONDS	EUR	217	105,73	23
PICTET LAT AME "R"	USD	326	133,75	33
FRANKLIN MUTUAL BEAC	USD	593	24,24	11
F&C CL CONVERT BOND	EUR	1 553	14,88	23
Allianz RCM US Eq AT	USD	220	106,57	18
Allianz RCM EU Eq AT	EUR	98	166,90	16
Pioneer Abs Return	EUR	121	109,14	13
Fine Art Fund	USD	18 170	89,24	1 213
PREFF-PAN EURO R EST	EUR	29 750	80,67	2 400
AVIVA CENT EUROP FUN	EUR	4 403 427	0,80	3 523
Schroder Emerg Mkt	USD	44 394	12,42	413
Schroder Conv Bond	EUR	6 783	104,02	706
DWS Invest Conv.	EUR	5 447	131,77	718
PICTET JAPAN EQU SEL	JPY	4 716	7 366,89	320
Pictet US Equi Sel R	USD	4 400	109,57	361
BELM Asset Based Len	USD	39 401	28,60	843
BELM RX SPC FI DEC08	USD	3 982	95,99	286
FRANKLIN MUTUAL BEAC	USD	22 695	24,24	412
MELLON GLOB ASIAN EQ	USD	45 821	3,51	120
DB GLOB MAST SER4-05	EUR	2 170	209,58	455
DB GLOB MAST L 07/07	EUR	1 988	155,93	310
JPM Greater China	USD	74 090 412	0,01	501
F&C CL CONVERT BOND	EUR	23 956	14,88	356
AVIVA CENT EUROP FUN	EUR	896 285	0,80	717
GREFF- EURO R EST A	EUR	2 292	71,47	164
Schroder Emerg Mkt	USD	9 163	12,42	85
Schroder Europ.Large	EUR	242	146,17	35
Schroder Conv Bond	EUR	1 490	104,02	155
DWS Invest Europ Eq	EUR	48	116,75	6
DWS Invest Conv.	EUR	1 195	131,77	157
PICTET EMERGING MKTS	USD	83	583,76	36

(CONTINUA)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS – ME, EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO)

(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
PICTET JAPAN EQU SEL	JPY	2 135	7 366,89	145
Pictet US Equí Sel R	USD	1 151	109,57	94
BELM Asset Based B+	USD	7 837	11,99	70
FRANKLIN MUTUAL BEAC	USD	9 512	24,24	173
MELLON GLOBAL FUND	USD	78 362	1,70	100
FIDELITY AMERIC USD	USD	18 340	5,03	69
DB GLOB MAST SER4-05	EUR	238	209,58	50
DB GLOB MAST L 07/07	EUR	836	155,93	130
JP MORGAN EUROP PROP	EUR	4	5 528,00	22
JPM Greater China	USD	76 983 115	0,01	521
F&C GL CONVERT BOND	EUR	6 104	14,88	91
3 - Outros				2 824
Emitidos por residentes				
CIA SEC ACORES SA 17/12/2017	EUR	685 000	0,80	549
RENTIPAR FINANCEIRA SGPS SA	EUR	2 408 000	0,94	2 265
RENTIPAR FINANCEIRA SGPS SA	EUR	11 000	0,94	10
TOTAL				71 407

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

NATUREZA E ESPÉCIE	MATURIDADE	VALOR DE BALANÇO
BANCO COMERCIAL ACORES 03/31/2011	11/03/31	208
BANIF SCPS SA	11/07/15	608
BANIF SCPS SA	11/07/15	15
FED REPUBLIC OF BRAZIL 11/01	11/01/24	274
BRAZIL DEV FUND BNDES 9 5/8 12/11	11/12/12	17
TRADE INVEST LIMITED 4.7 06/18/11	11/06/18	727
TRADE INVEST LIMITED 0 06/18/11	11/06/18	230
CIA BRAS BEBIDAS 12/11	11/12/15	322
BANCO ITAU CAYMAN, SA 08/11	11/08/15	69
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	11/01/23	282
CESP-COMP ENER SAO PAULO 03/11 RECS	11/03/02	615
BANCO BMG SA	11/05/23	19
BANCO DAYCOVAL SA	11/07/21	434
EURO INVEST LIMITED 6 29/12/2011	11/12/29	289
EURO INVEST LIMITED 5 29/12/2011	11/12/29	117
PORTB 0 11/18/11	11/12/29	58
TOTAL		4 284



8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2010:

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
1 - Instrumentos de dívida				54 051
Emitidos por residentes				
De dívida pública portuguesa				
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5%	EUR	38 000 000	1,01	39 320
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5,45	EUR	0	0,65	0
O.T. PCB 3,2% 04/15/11	EUR	3 000 000	1,00	3 059
PCB 4 3/8 06/16/14 JUN	EUR	80 000	0,97	80
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
OT ANGOLA 15 NOV 2012	USD	1 050 000	1,00	789
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
CLARIS LTD/MILLESIME CDO	EUR	2 000 000	0,69	1 375
DEUTSCHE BANK AG LONDON	USD	2 000 000	0,84	1 264
EURO INVEST LIMITED 04/13/2012	EUR	8 356 000	0,97	8 163
2 - Instrumentos de capital				133 625
Emitidos por residentes				
GALERIAS NAZONI	EUR	750	0,00	0
BANIF IMOPREDIAL	EUR	1 544 344	7,51	11 597
FUNDO CAPITAL RISCO CAPVEN	EUR	431	2 677,11	1 154
BANIF IMOGEST	EUR	551 319	37,99	20 944
LUSO CARBON FUND-FUNDO ESP FECHADO	EUR	82 56 498,88		4 633
NEW ENERGY FUND	EUR	164 48 848,56		8 011
PORTO NOVO F.I.I.F.	EUR	20 788	103,98	2 161
FLORESTA ATLÂNTICA - SCFII (CL B)	EUR	40 000	51,23	2 049
BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND	EUR	1 035	9 377,36	9 706
BANIF CLOBAL PRIVATE EQUITY F - FCR	EUR	1 000 000	1,04	1 044
Emitidos por não residentes				
SHOTGUN PICTURES	EUR	10 000	0,00	0
BANIF MULTI-FUND GLOBAL REAL ESTATE	EUR	31 690	113,56	3 599
BANIF US REAL ESTATE FUND CLASS	USD	157 650	119,53	14 103
GED SUR FCR-CL A	EUR	100	44,55	4
GED SUR FCR-CL B	EUR	49 900	44,55	2 223
FUNDO INV PART AMAZONIA ENERGIA	BRL	95 000 000	1,00	42 837
BANIF INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	BRL	4 541 859	1,45	2 971
BANIF MAESTRO FIM	BRL	5 452 220	1,33	3 258
BANIF EQUITY HEDGE FIM	BRL	2 921 161	2,53	3 332
TOTAL				187 677

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

O valor do Balanço dos instrumentos de dívida corresponde ao valor de cotação e aos juros corridos.

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

NATUREZA E ESPÉCIE	MATURIDADE	VALOR DE BALANÇO
O.T. PGB 3.2% 04/15/11	11/04/15	3 059
TOTAL		3 059

9. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2010:

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
1 - Instrumentos de dívida				171 174
Emitidos por residentes				
De dívida pública portuguesa				
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5%	EUR	20 500 000	1,01	21 212
PGB 3,35 10/15/15	EUR	20 000 000	0,89	18 023
PORTUGUESE OT'S 4.35 10/16/17	EUR	5 000 000	0,89	4 496
PARPUBLICA 3 1/2 07/13	EUR	10 000 000	0,90	9 191
OBRIGACOES DO TESOURO 4.8 06/15/20	EUR	17 155 000	0,87	15 433
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	USD	1 000 000	1,10	826
VOTO VOTORANTIM LDA 04/17	EUR	1 200 000	1,00	1 240
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
CIMPOR FINANCIAL OPERTNS	EUR	2 000 000	1,00	2 054
CIMPOR FINANCIAL OPERTNS	EUR	55 000	1,00	56
TELE N L PARTICIPACOES	USD	1 774 000	1,02	1 354
CAIXA CERAL DEPÓSITOS FINANCE	EUR	1 150 000	0,50	574
CESP-COMP ENER SAO PAULO 01/15/2015	USD	1 654 000	0,81	1 004
ETAB ECON CASINO GUICH-P 04/04/2013	EUR	250 000	1,08	283
CAIXA CERAL FIN	EUR	209 000	0,50	105
AQUEDUCT TRADING SERVICES CO	USD	28 131 478	1,00	23 371
GE CAP EUR FUND 5 1/4 01/31/13	EUR	3 250 000	1,05	3 583

(CONTINUA)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS – ME, EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO)

(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
BANK OF AMERICA CORP 7 06/15/16	EUR	1 000 000	1,08	1 114
CITIGROUP INC 7 3/8 06/16/14	EUR	2 500 000	1,11	2 863
LLOYDS BANK TSB BANK PLC 5 3/8	EUR	2 500 000	0,98	2 493
RCI BANQUE SA 4 10/21/11	EUR	500 000	1,02	512
BANK OF IRELAND 4 5/8 09/14	EUR	1 000 000	0,83	842
ENEL FINANCE INTL SA 4 09/14/16	EUR	500 000	1,00	507
ALLIED IRISH BKS PLC 4 1/2 10/01/12	EUR	500 000	0,80	406
ABERTIS INFRAESTRUTURAS 10/16	EUR	500 000	0,95	478
CAS NATURAL CAPITAL 4 3/8 11/16	EUR	500 000	0,94	475
GOLDMAN SACHS GROUP INC FLOAT 10/19	EUR	1 000 000	0,97	982
TELEFONICA EMISIONES SAU	EUR	2 000 000	0,98	1 966
MORGAN STANLEY 4 1/2 10/29/14	EUR	1 000 000	1,01	1 017
ANGLO AMERICAN CAPITAL 12/16	EUR	500 000	1,04	522
NOMURA EUROPE FINANCE NV 12/14	EUR	500 000	1,04	523
VIVENDI 4 7/8 12/19	EUR	500 000	1,01	507
DONG ENERGY A/S	EUR	250 000	1,02	256
EDP FINANCE BV 3 1/4 03/15	EUR	3 000 000	0,92	2 834
GOLDMAN SACHS GROUP INC 03/17	EUR	2 000 000	0,96	1 996
GLENCORE FINANCE EUROPE	EUR	750 000	1,00	782
RABOBANK NEDERLAND 03/20	EUR	500 000	0,95	500
ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC 03/20	EUR	1 500 000	0,95	1 486
VALE SA	EUR	1 500 000	1,01	1 571
BES INVESTIMENTO BRASIL 5 5/8 03/15	USD	800 000	0,98	594
MERCK FIN SERVICES CMBH	EUR	1 000 000	1,01	1 037
INTESA SANPAOLO SPA	EUR	2 000 000	0,97	1 938
LAFARGE SA 5 1/2 12/19	EUR	250 000	0,97	244
NATIONWIDE BLDG SOCIETY 01/15	EUR	1 000 000	0,98	1 011
CAS NATURAL CAPITAL 4 1/8 01/18	EUR	1 000 000	0,90	908
DAIMLER AG 4 1/8 01/17	EUR	1 500 000	1,03	1 605
VODAFONE GROUP PLC 01/22	EUR	3 000 000	1,01	3 159
BARCLAYS BANK PLC 01/17	EUR	4 500 000	0,99	4 616
ALSTOM 4 1/8 02/17	EUR	500 000	0,99	516
CASINO CUICHARD 4,379 02/17	EUR	250 000	1,01	263
TELECOM ITALIA SPA 5 1/4 02/22	EUR	1 000 000	0,96	1 003
INDEPENDENCIA INTERNATIO 12/30/16	USD	287 100	0,02	18
CAIXA ECO MONTEPIO CERAL 0 12	EUR	3 000 000	0,87	2 624
VEOLIA ENVIRONNEMENT	EUR	500 000	1,08	558
CITIGROUP INC 7 3/8 09/04/19	EUR	500 000	1,11	567
CAIXA CERAL DEPOSITOS 12/12/2011	EUR	300 000	0,98	306
CAIXA CERAL DEPOSITOS 12/12/2011	EUR	5 000 000	0,98	5 101
ATLANTES MORTGAGE PLC	EUR	8 000 000	0,90	2 369
ATLANTES MORTGAGE PLC	EUR	20 000 000	0,90	5 922
AZOR MORTGAGES PLC	EUR	8 100 000	0,93	1 562
ENI SPA 4 06/29/20	EUR	1 000 000	0,98	997

(CONTINUA)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS – ME, EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO)

(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
DEUTSCHE TELEKOM INT FIN 07/13/22	EUR	2 000 000	0,97	1 973
SCHNEIDER ELECTRIC SA 3 5/8 07/20	EUR	500 000	0,97	491
MORGAN STANLEY 5 3/8 08/10/20	EUR	500 000	0,96	489
AREVA SA 3 1/2 03/21	EUR	1 000 000	0,92	932
TELEFONICA EMISIONES SAU 3.661 17	EUR	500 000	0,95	482
KONINKLIJKE KPN NV 3 3/4 09/21/20	EUR	500 000	0,94	477
BBVA SENIOR FINANCE SA 2 3/4 09/12	EUR	2 000 000	0,98	1 977
2 - Instrumentos de capital				16 319
Emitidos por residentes				
FOMENTINVEST SGPS	EUR	3 076 924	1,80	5 530
FLORESTA ATLÂNTICA - SGFII, SA	EUR	10 125	11,88	120
BEIRA VOUGA	EUR	20 317	0,00	10
BEIRA VOUGA 95	EUR	21 500	0,00	10
GRANDE HOTEL CALDAS FELGUEIRA	EUR	50 300	0,58	184
COMPANHIA DAS QUINTAS SGPS SA	EUR	34 317	1,50	172
FOMENTINVEST SGPS	EUR	385 000	1,00	385
BANIF EUROPA DE LESTE	EUR	264 914	4,08	1 082
NEW ENERGY FUND	EUR	19 48 848,56		928
FUNDO CAPITAL RISCO CAPVEN	EUR	400 2 677,11		2 000
FUNDO CAPITAL RISCO CAPVEN	EUR	19 2 677,11		57
GED SUR CAPITAL S.A., SGEGR	EUR	30 000	0,91	27
PREFE-PAN EUROPEAN REAL STATE FUND	EUR	12 750	79,66	1 016
AVIVA CENTR EUROPEAN PROPERTY FUND	EUR	1 543 012	0,78	1 204
JP MORGAN EUROPEAN PROPERTY FUND	EUR	15 5 390,83		81
PRADERA EUROPEAN RETAIL FUND 2	EUR	300 000	5,42	1 626
FINE ART FUND (CP)	USD	12 645	125,49	1 188
PRAX CAPITAL III, SCA, SICAR	EUR	3 000	233,50	701
3 - Outros				65 129
Emitidos por residentes				
CP COMBOIOS DE PORTUGAL 4.17 10/19	EUR	5 000 000	0,77	3 890
PARPUBLICA PARPUBS 1/4 09/17	EUR	2 000 000	1,03	2 077
PORTUCEL - EMP CELUL PAPEL 03/10	EUR	2 000 000	1,00	2 006
CAIXA GERAL DEPO 5 1/8 02/14	EUR	3 250 000	0,92	3 134
BANCO BPI SA 3 07/17/12	EUR	1 000 000	0,96	970
BANCO BPI SA 01/12	EUR	5 000 000	0,94	4 721
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	EUR	950 000	0,97	956
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	EUR	100 000	0,97	101
BANIF BANCO INTERNACIONAL FUNCHAL	EUR	48 186 000	0,96	47 275
TOTAL				252 622

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

NATUREZA E ESPÉCIE	MATURIDADE	VALOR DE BALANÇO
CIMPOR FINANCIAL OPERTNS	11/05/27	2 054
CIMPOR FINANCIAL OPERTNS	11/05/27	56
RCI BANQUE SA 4 10/21/11	11/10/21	512
CAIXA GERAL DEPOSITOS 12/12/2011	11/12/12	306
CAIXA GERAL DEPOSITOS 12/12/2011	11/12/12	5 101
TOTAL		8 030

10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos a prazo		
No País	11.417	-
No Estrangeiro	1.372	225
	-----	-----
	12.789	225
	=====	=====

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Crédito interno		
Empresas		
Crédito sindicato	459	942
Outros empréstimos	87.050	88.725
Créditos em Conta Corrente	199.965	153.036
Descobertos em depósitos à ordem	1.830	4.216
Outros créditos	276	141
Particulares		
Outros empréstimos	1.151	-
Créditos em Conta Corrente	37.051	34.908
Descobertos em depósitos à ordem	14	56
Outros créditos	1.196	957

Crédito ao exterior		
Empresas		
Outros empréstimos	24.289	28.451
Créditos em Conta Corrente	32.186	27.022
	-----	-----
	385.867	338.454
Crédito e juros vencidos	21.175	22.852
	-----	-----
	407.042	361.306
	-----	-----
Carteira de títulos	69.951	67.786
	-----	-----
	476.993	429.092
	-----	-----
Imparidade (nota 25)	(6.367)	(2.843)
	-----	-----
	470.626	426.249
	=====	=====

O prazo residual para o vencimento do crédito de clientes está apresentado na nota 36.8.

Em 31 de Dezembro de 2010, a carteira de títulos apresenta o seguinte detalhe:

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
1 - Instrumentos de dívida				35 559
Emitidos por não residentes				
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
GRANITE MORTGAGES PLC	EUR	1 000 000	1,03	984
MARBLE ARCH RESIDENTIAL SECURISATIO	EUR	3 000 000	1,04	1 022
HARVEST CLO SA	EUR	1 500 000	1,03	1 499
PARAGON MORTGAGES PLC	EUR	1 500 000	1,01	1 161
MARLIN (EMC-II) BV	EUR	7 000 000	1,01	520
GRANITE MORTGAGES PLC	EUR	2 000 000	1,02	744
LOCAT SECURITISATION VEHICLE SRL	EUR	3 000 000	1,00	2 823
AVOCA CLO BV	EUR	1 000 000	0,96	908
HEWETT,S ISLAND CDO, LTD	USD	2 000 000	0,88	1 378
HEWETT,S ISLAND CDO, LTD	USD	2 000 000	0,74	1 214
OPERA FINANCE UNI INVEST BV	EUR	2 500 000	1,01	1 774
HARBOURMASTER CLO	EUR	5 000 000	0,55	4 497
AVOCA CLO BV	EUR	2 500 000	0,97	2 056
LAMBDA FINANCE BV	EUR	2 000 000	1,02	1 906
PROVIDE PLC	EUR	2 500 000	1,04	2 487
MAGI FUNDING PLC	EUR	2 500 000	0,93	2 043
ALFA BANK	USD	2 000 000	1,00	72
CHEYNE CREDIT OPPORTUNITY CDO	EUR	2 500 000	0,94	1 658
GERMAN RESIDENTIAL ASSET	EUR	2 000 000	1,04	1 543
ALFA DIV PYMT RT 12/15/2011	EUR	2 500 000	1,01	481
GRESHAM CAPITAL CLO BV 2006-3X C	EUR	2 000 000	0,95	1 501
BLUEBONNET FINANCE PLC 12/20/2016	EUR	2 000 000	0,87	1 806
RESOURCE EUROPE CLO B.V. 05/22/2023	EUR	2 000 000	0,93	1 481
3 - Outros				34 392
Emitidos por residentes				
PEBBLE-CONSULTORIA	EUR	15 250 000	1,00	14 203
BANCO COMERCIAL PORTUGUES 0 11	EUR	20 000 000	1,00	20 189
TOTAL				69 951

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

NATUREZA E ESPÉCIE	MATURIDADE	VALOR DE BALANÇO
ALFA BANK	11/03/15	72
ALFA DIV PYMT RT 12/15/2011	11/12/15	481
BANCO COMERCIAL PORTUGUES 0 11	11/06/27	20 189
TOTAL		20 743

Devido às circunstâncias excepcionais da conjuntura macroeconómica com reflexos na liquidez e disponibilidade de preços correntes no mercado, o Grupo reclassificou com data de 30 de Setembro de 2008, tendo em conta as alterações da IAS 39 descritas na nota 2, na rubrica “Outros Créditos e Valores a receber” instrumentos financeiros retirando-os da categoria de “Activos Financeiros Disponíveis para Venda”. Os títulos reclassificados nesta rubrica são os seguintes:

NOME	QUANTIDADE	VALOR BALANÇO	VALOR DE MERCADO
GRANITE MORTGAGES PLC	1 000 000	984	1 034
MARBLE ARCH RESIDENTIAL SECURISATIO	3 000 000	1 022	1 076
HARVEST CLO SA	1 500 000	1 499	1 554
MARLIN (EMC-II) BV	7 000 000	520	533
GRANITE MORTGAGES PLC	2 000 000	744	781
HARBOURMASTER CLO	5 000 000	4 497	2 764
ALFA BANK	2 000 000	72	75
ALFA DIV PYMT RT 12/15/2011	2 500 000	481	503
TOTAL		9 819	8 320

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto negativo de 7 milhares de euros no resultado do exercício de 2010.

12. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
1 - Instrumentos de dívida				44 360
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
NATIONAL BANK OF GREECE SA	EUR	1 000 000	0,75	935
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
BRISA FINANCE BV 09/13	EUR	2 500 000	1,00	2 435
CE CAPITAL EURO FUNDING	EUR	4 200 000	1,00	4 204
CITIGROUP INC 06/14/12	EUR	2 537 000	0,98	2 490
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	EUR	2 500 000	1,01	2 492
MORGAN STANLEY & CO INTL	EUR	3 000 000	0,97	2 904
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	USD	7 500 000	0,99	5 524
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	EUR	2 500 000	0,96	2 439
GOLDMAN SACHS GROUP INC	EUR	1 500 000	0,91	1 436
BCP FINANCE BANK LTD 02/03/2011	EUR	5 000 000	0,99	5 004
BES FINANCE LTD	EUR	5 000 000	0,96	4 989
BANCO BMG SA	USD	1 000 000	1,01	742
BANCO FIBRA SA 06/06/2011	USD	800 000	1,00	594
EDP FINANCE BV 5 1/2 02/14	EUR	1 500 000	1,01	1 681
PORTUGAL TEL INT FIN	EUR	3 900 000	0,90	3 921
CRITERIA CAIXACORP SA	EUR	2 500 000	0,97	2 571
3 - Outros				16 031
Emitidos por residentes				
BANCO TOTTA SA 3 3/4 06/12	EUR	8 000 000	0,97	8 308
BANCO ESPIRITO SANTO 5 5/8 06/14	EUR	2 400 000	0,88	2 594
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	EUR	5 000 000	0,97	5 128
TOTAL				60 391

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

NATUREZA E ESPÉCIE	MATURIDADE	VALOR DE BALANÇO
GE CAPITAL EURO FUNDING	11/05/04	4 204
BCP FINANCE BANK LTD 02/03/2011	11/02/03	5 004
BES FINANCE LTD	11/07/18	4 989
BANCO BMG SA	11/05/23	742
BANCO FIBRA SA 06/06/2011	11/06/06	594
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	11/06/17	5 128
TOTAL		20 659

Devido às circunstâncias excepcionais da conjuntura macroeconómica durante o exercício de 2008, o Grupo mudou a intenção sobre a detenção de alguns títulos detidos na categoria de disponíveis para venda, tendo agora a intenção e capacidade de os deter até ao seu vencimento. Nesse sentido, os títulos na tabela anexa foram reclassificados para a categoria de detidos até à maturidade:

NOME	QUANTIDADE	VALOR DE BALANÇO	VALOR DE MERCADO
BRISA FINANCE BV 09/13	2 500 000	2 435	2 532
CITIGROUP INC 06/14/12	2 537 000	2 490	2 494
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	2 500 000	2 492	2 589
MORGAN STANLEY & CO INTL	3 000 000	2 903	2 913
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	7 500 000	5 524	5 548
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2 500 000	2 439	2 399
COLDMAN SACHS GROUP INC	1 500 000	1 436	1 370
BCP FINANCE BANK LTD 02/03/2011	5 000 000	5 004	4 956
BES FINANCE LTD	5 000 000	4 989	4 812
TOTAL		29 712	29 613

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto positivo de 438 milhares de euros no resultado do exercício de 2010.

13. ACTIVOS COM ACORDO DE RECOMPRA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Reverse repos	28.387	-
	-----	-----
	28.387	-
	=====	=====

14. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Imóveis em dação	2.657	-
	-----	-----
	2.657	-
	=====	=====

15. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	2010	2009
Imóveis	9.184	-
	-----	-----
	9.184	-
	=====	=====



16. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

CATEGORIA	SALDO INÍCIO DO ANO		MOVIMENTO NO EXERCÍCIO			SALDO FINAL DO ANO		
	SALDO BRUTO	AMORTIZ. + IMPARIDADE	AQUISIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	AMORTIZAÇÕES	SALDO BRUTO	AMORTIZ. + IMPARIDADE	SALDO LÍQUIDO
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS								
IMÓVEIS	13 313	764	144		307	13 457	1 071	12 386
Terrenos				2 355		2 355		2 355
Edifícios	10 295	174	144	(2 355)	161	8 084	335	7 749
Obras em imóveis arrendados	3 018	590			146	3 018	736	2 282
EQUIPAMENTO	3 409	1 936	281		535	3 690	2 471	1 219
Mobiliário e material de escritório	529	74	43		69	572	143	429
Máquinas e ferramentas	69	49	13	6	17	88	66	22
Equipamento informático	1 653	1 264	110		242	1 763	1 506	257
Instalações interiores	594	371	7	(6)	57	595	428	167
Material de transporte	523	166	103		144	626	310	316
Equipamento de segurança	18	9	2		2	20	11	9
outro equipamento	23	3	3		4	26	7	19
TOTAL	16 722	2 700	425		842	17 147	3 542	13 605

Não foram efectuadas reavaliações durante o exercício.

17. OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

CATEGORIA	SALDO INÍCIO DO ANO		MOVIMENTO NO EXERCÍCIO			SALDO FINAL DO ANO		
	SALDO BRUTO	AMORTIZ. + IMPARIDADE	AQUISIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	AMORTIZAÇÕES	SALDO BRUTO	AMORTIZ. + IMPARIDADE	SALDO LÍQUIDO
ACTIVOS INTANGÍVEIS								
GOODWILL	91					91		91
Software	4 078	3 626	150	318	359	4 548	3 985	563
Em curso	3 196		430	(318)		3 308		3 308
Outros	136	6			22	136	28	108
TOTAL	7 501	3 632	581		381	8 083	4 013	4 070

18. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS EM CONJUNTO

NOME	ACTIVIDADE PRINCIPAL	% PARTICIPAÇÃO	VALOR PARTICIPAÇÃO	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO
MC02	Gestão de Fundos	25%	113	1 300	5 324	(280)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



19. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

19.1 IMPOSTOS DIFERIDOS – MOVIMENTO NO PERÍODO

DESCRIÇÃO	09/12/31	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				10/12/31		
		IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)	REFORÇOS		REALIZAÇÕES / ANULAÇÕES		IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)	
			CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS	CAPITAIS PRÓPRIOS			RESULTADOS
1. Provisões/Imparidade não aceites fiscalmente	600		414		411	603		
Riscos gerais de crédito								
Riscos específico de crédito	171		210		381			
Provisões sobre devedores	429		204		30	603		
2. Valorizações não aceites para efeitos fiscais	1 114	4 442	17	1 955	3	3 615		
Derivados	5				3	2		
Carteira Disponíveis para Venda	799	4 442		1 955		3 286		
Outros (descrever): Títulos de investimento (antigo classe 25)	310		17			327		
3. Prejuízos fiscais reportáveis								
Ano N-1								
4. Outros	10				5	5		
Regularização Comissões com Clientes	10				5	5		
TOTAL	1 724	4 442	431	1 955	419	4 223		



19.2 IMPOSTOS CORRENTES

DESCRIÇÃO	IMPOSTOS CORRENTES		IMPOSTOS DIFERIDOS	
	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA
Gastos com Imposto à Taxa Legal				
Resultado antes de Impostos	11 762	3 117		
IRC e outros impostos incidentes sobre lucros	4 604			
Imposto Diferido	(520)			
Resultado Líq. exercício depois de Impostos Diferidos	7 678			
Taxa legal de imposto sobre rendimento	25%			
Adicionais sobre taxa legal	1,5%			
Variações Patrimoniais	(17)	(4)		
A acrescentar	11	3		
A retirar	(28)	(7)		
Despesas não Dedutíveis	15 164	4 018	3 441	912
Multas	2	0		
Provisões não Dedutíveis	12 124	3 213	3 430	909
Outros	3 038	805	11	3
Receitas não Tributáveis	(11 394)	(3 019)	(1 479)	(392)
Provisões não Dedutíveis	(8 649)	(2 292)	(1 286)	(341)
Dividendos não tributáveis de participadas	(2 581)	(684)		
Outros	(164)	(44)	(193)	(51)
Lucro Tributável (Prejuízo fiscal)	15 514			
Matéria Colectável	15 514			
IMP - Colecta Total		4 111		
Imposto sobre pessoas colectivas liquidado				
Retenções na fonte e pagamentos por conta		993		
Outras correcções a acrescentar ao imposto		492		
Total a pagar (receber)		3 611		
Gastos com Imposto - Taxa Efectiva				
Carga Fiscal Total		4 604		
Impostos diferidos reconhecidos no exercício				520
IMP - Taxa Efectiva de Tributação				26,50%

20. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Devedores diversos	3.662	5.068
Operações s/ valores mobiliários a regularizar	821	181
Outras operações activas a regularizar	3.351	4.847
Operações cambiais a liquidar	-	223
Despesas com custo diferido	687	808
Outros rendimentos a receber	4.192	1.467
	-----	-----
	12.713	15.594
	-----	-----
Imparidade de outros activos (nota 22)	(109)	(647)
	-----	-----
	12.604	11.947
	=====	=====

21. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Recursos de Bancos Centrais	287.179	93.136
	-----	-----
	287.179	93.136
	=====	=====

Os “ Recursos de Bancos Centrais” correspondem a operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu (BCE), no âmbito das operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis.

22. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Vendas a descoberto	8.356	4.079
Instrumentos derivados com justo valor negativo (nota 7)	109.671	57.548
	-----	-----
	118.027	61.627
	=====	=====

As vendas a descoberto em 31 de Dezembro de 2010 tem o seguinte detalhe:

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
1 - Instrumentos de dívida				8 356
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
FED REPUBLIC OF BRAZIL 01/41	USD	-138 000	1,00	107
INTER-AMERICAN DEVEL BK 9 1/2 01/14	BRL	-180 000	1,04	92
ITAU UNIBANCO HOLDING SA 04/15/20	USD	-750 000	1,03	587
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
MORGAN STANLEY 05/03/2017	BRL	-380 000	0,99	172
ANHEUSER-BUSCH ABIBB 9 3/4 11/15	BRL	-270 000	1,02	126
ITAU UNIBANCO/KY ITAU 10 1/2 11/15	BRL	-253 000	1,03	118
MORGAN ST & CO MS11 1/2 10/22/20	BRL	-50 000	1,02	23
CSN ISLANDS VIII CORP	USD	-18 000	1,16	16
PEMEX PROJ FDG MASTER TR	USD	-20 000	1,02	16
BRASKEM SA	USD	-51 000	1,02	39
COSIPA COMMERCIAL LTD	USD	-575 000	1,16	500
PETROLEO INTL FIN CO 10/06/16	USD	-1 398 000	1,10	1 166
CESP-COMP ENER SAO PAULO 01/15/2015	USD	-250 000	0,81	152
MINERVA OVERSEAS LTD 02/01/2017	USD	-94 000	1,04	76
REDE EMPRESAS DE ENERCI 04/02/2049	USD	-69 000	0,99	52
BRASKEM FINANCE SA	USD	-57 000	1,05	45
LUPATECH FINANCE 9 7/8 07/10/49	USD	-190 000	0,93	142
VOTORANTIM OVERSEAS 6 5/8 09/19	USD	-251 000	1,04	199
EMBRAER OVERSEAS LTD 6 3/8 01/20	USD	-6 000	1,06	5
PETROBRAS INTL FINANCE CO 01/40	USD	-387 000	1,05	312
BES INVESTIMENTO BRASIL 5 5/8 03/15	USD	-255 000	0,98	189
BANCO VOTORANTIM 7 3/8 01/20	USD	-565 000	1,06	462
BANCO INDUSTR E COMRCL 01/13	USD	-900 000	1,04	721
SANTANDER BRASIL 4 1/2 04/15	USD	-606 000	1,03	470
BANCO ABC-BRASIL SA 7 7/8 04/20	USD	-110 000	1,05	88
BRASKEM SA	USD	-40 000	1,03	31
BANCO BRADESCO (CAYMAN) 5.9 01/21	USD	-310 000	1,00	238
ODEBRECHT FINANCE LTD 7 1/2 49-15	USD	-400 000	1,01	304
ITAU UNIBANCO HLDC SA/KY 01/21	USD	-545 000	1,00	414
SUZANO TRADING BAHIA 5 7/8 01/21	USD	-460 000	0,99	345
BRASKEM FIN LTD BRASKM7 3/8 12/49	USD	-460 000	1,01	353
BANCO DO BRASIL 5 3/8 01/21	USD	-250 000	0,98	186
PETROLEOS MEXICA PEMEX 6 03/05/20	USD	-105 000	1,07	85
PETROLEOS MEXICA PEMEX 5 1/2 01/21	USD	-48 000	1,02	38
ODEBRECHT VIII/I ODEBRE6.35 21-20	USD	-400 000	1,05	315
PEMEX PROJ FDG MASTER TR 08/16	EUR	-155 000	1,10	174
TOTAL				8 356

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

23. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	2010	2009
De instituições de crédito no país		
Depósitos	81.325	148.249
Empréstimos	264.723	95.301
	-----	-----
	346.048	243.550
	-----	-----
De instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	115.389	116.431
Empréstimos	6.550	-
Repos	32.807	64.799
	-----	-----
	154.746	181.230
	-----	-----
	500.794	424.780
	=====	=====

24. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos		
À vista	64.450	69.268
A prazo	228.147	209.172
	-----	-----
	292.597	278.440
	=====	=====

25. IMPARIDADE

O movimento nesta rubrica nos exercícios findos em 2010 e 2009 foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	CRÉDITO A CLIENTES	ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	OUTROS ACTIVOS	OUTRAS PROVISÕES	TOTAL
Saldo em 31/12/2008	996	581	2 930	617	5 124
Reforços	1 847	689	365	3 211	6 112
Reposições	0	(9)	(361)	(2 250)	(2 620)
Utilizações	0	0	(2 287)	0	(2 287)
Transferências / Diferenças de câmbio	0	(20)	0	(15)	(35)
Saldo em 31/12/2009	2 843	1 241	647	1 563	6 294
Reforços	3 536	290	173	1 318	5 317
Reposições	0	(206)	(237)	(2 782)	(3 225)
Utilizações	0	0	(475)	0	(475)
Transferências / Diferenças de câmbio	(12)	(95)	0	(39)	(146)
Saldo em 31/12/2010	6 367	1 230	108	60	7 765

26. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de outros passivos subordinados, dizem respeito a duas emissões, cuja descrição das operações estão descritas abaixo.

Em 2006 emitiu-se 15.000 Obrigações de Caixa Subordinadas do Banif – Banco de Investimento, S.A., a taxa variável 2006/2016 representadas por 15.000 títulos de 1.000 euro cada. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 29 de Junho e 29 de Dezembro de cada ano. Durante os cinco primeiros anos de vida, a taxa será a equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,875%. Caso não ocorra o reembolso antecipado, a partir do 11º cupão (inclusive) e até à data de maturidade, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 6 meses acrescida de 1,15%. O empréstimo será amortizado, ao par, de uma só vez, em 29 de Junho de 2016 podendo, contudo ser reembolsado antecipadamente na totalidade ou parcialmente por opção do Banco (“call option”), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento do 10º, 12º, 14º 16º ou 18º cupões, não crescendo nenhum prémio sobre o valor reembolsado. O reembolso parcial antecipado, só poderá ser efectuado por 25% ou 50% do montante inicial de emissão, correspondendo a uma redução ao valor nominal das Obrigações.

Em 2007 foram emitidas 15.000 Obrigações Perpétuas Subordinadas ao valor de 1.000 Euros cada. Os juros destas obrigações escriturais e ao portador serão pagos trimestralmente a partir da Data de emissão, em 28 de Fevereiro, 28 de Maio, 28 de Agosto e 28 de Novembro de cada ano (“Datas de Pagamento de Juros”), sujeitando-se à ocorrência do Reembolso Opcional, sendo que o primeiro pagamento irá ser efectuado em 28 de Agosto de 2007 e o último na Data de Maturidade ou na(s) data(s) de reembolso antecipado, caso estas se verifiquem. O juro até 28 de Maio de 2017 *exclusive* (Primeira Data de Reembolso por Opção do Emitente), será calculado tendo por base a Euribor a

3 meses, cotada no segundo “Dia Útil *Target*” imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 1,35% por ano e, a partir dessa data com base na Euribor a 3 meses acrescida de 2,35% por ano (Step-Up de 1,00%). O Banif - Banco de Investimento tem a opção de reembolsar as Obrigações, total ou parcialmente, em qualquer Data de Pagamento de Juros, a partir de 28 de Maio de 2017, inclusive (Primeira Data de Reembolso por Opção do Emitente), mediante pré-aviso de no mínimo de 30 dias e no máximo de 60 dias, aos titulares das Obrigações (sendo tal aviso irrevogável), ao par, juntamente com juro acumulado (se existente) até à data fixada para reembolso. O exercício deste reembolso opcional está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal.

27. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Operações bolsa a regularizar	3.037	170
Encargos a pagar	2.165	4.343
Credores e outros recursos	1.368	14.279
Receitas com rendimento diferido	63	12
Outras contas de regularização	1.817	3.243
	-----	-----
	12.253	22.047
	=====	=====

28. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte decomposição:

	2010	2009
Capital	55.000	55.000
Reservas e Resultados Transitados	19.480	15.766
Reservas de reavaliação de activos financeiros classificados como disponíveis para venda	(7.372)	(2.216)
Resultado do Exercício	8.182	3.714
Interesses que não se controlam	18.895	2.110
	-----	-----
	94.185	74.374
	=====	=====

A rubrica reservas de reavaliação de títulos apresenta o seguinte detalhe:

	2010	2009
Empréstimos concedidos e contas a receber	204	552
Activos financeiros disponíveis para venda	9.658	2.198
Investimentos detidos até à maturidade	168	264
Impostos diferidos	(2.658)	(798)
	-----	-----
	7.372	2.216
	=====	=====

O valor registado no capital próprio relativo a empréstimos concedidos e investimentos detidos até à maturidade, dizem respeito a perdas potenciais relativas a activos financeiros, que anteriormente se encontravam registados como activos financeiros disponíveis para venda e cujo valor irá ser amortizado durante a vida remanescente do activo utilizando o método do juro efectivo.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de Interesses que não se controlam apresenta a seguinte decomposição:

ENTIDADE	10.12.31		09.12.31	
	VALOR DE BALANÇO	RESULTADOS DE IM	VALOR DE BALANÇO	RESULTADOS DE IM
BANIF Açor Pensões	1 934	(78)	1 794	64
Centro Venture	261	(1)	260	2
Banif Investimento Conservador	309	(5)	0	0
Banif Iberia	3 017	6	0	0
Art Invest	1 067	0	0	0
Infra Invest - FEI	5 772	310	0	0
Banif Cestão Patrimonial	4 300	317	0	0
Banif Cestão Activa	1 877	(34)	0	0
Banif Investimento Moderado	358	(11)	0	0
Banif Capital	0	0	55	(55)
	18 895	504	2 109	11



Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o contributo de cada Sociedade para o resultado foi o seguinte:

ENTIDADE	10-12-31	09-12-31
Banif - Banco de Investimento	5 836	1 742
Banif Capital	84	(221)
BIAM	19	61
Banif Gestão de Activos	2 889	1 546
Centro Venture	1	2
Camma	328	186
Banif Multifund	1	24
Banif Açor Pensões	160	67
Ecoprogresso - Trading	33	-
Banif Europa de Leste	33	-
Banif Fortuny	(248)	-
Banif Investimento Conservador	16	-
Banif Iberia	4	-
Art Invest	(129)	-
Infra Invest - FEI	(237)	-
Banif Gestão Patrimonial	(636)	-
Banif Gestão Activa	20	-
Banif Investimento Moderado	13	-
	8 187	3 406
Anulação de dividendos	(2 550)	(1 380)
Ajustamentos de consolidação	2 545	1 688
	8 182	3 714

29. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades em outras IC	1.005	109
Juros de aplicações em IC	200	1.198
Juros de crédito a clientes	14.902	13.462
Juros de crédito a clientes (títulos)	3.014	3.579
Juros de activos financeiros detidos para negociação	11.155	18.822
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.423	2.095
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	7.227	5.552
Juros de investimentos detidos até à maturidade	1.884	2.743
	-----	-----
	41.810	45.560
	=====	=====

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

Juros e encargos similares

Juros de recursos de outras IC	6.815	5.563
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	10.390	10.414
Juros de passivos detidos para negociação	9.623	17.758
Juros de outros passivos subordinados	612	932
	-----	-----
	27.440	34.667
	=====	=====

30. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Outros dividendos recebidos	407	278
	-----	-----
	407	278
	=====	=====

31. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Rendimentos com comissões		
Serviços prestados de administração, guarda e depósito de valores	16.853	15.787
Serviços de consultoria	6.460	7.804
Operações realizadas sobre títulos	1.623	1.553
Outras comissões recebidas	1.198	267
	-----	-----
	26.134	25.411
	=====	=====
Encargos com comissões		
Serviços bancários prestados por terceiros	256	2.690
Operações realizadas sobre títulos	1.889	806
Outras comissões pagas	2.533	78
	-----	-----
	4.678	3.574
	=====	=====

32. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:	2010	2009
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
Ganhos em activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos	25.958	10.299
Instrumentos derivados	53.080	37.988
Perdas em activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos	(23.282)	(5.626)
Instrumentos derivados	(60.475)	(53.425)
	-----	-----
	(4.719)	(10.764)
	=====	=====
Resultados de activos disponíveis para venda		
Ganhos em diferenças cambiais	2.023	2.412
Perdas em diferenças cambiais	(874)	(1.262)
	-----	-----
	1.149	1.150
	=====	=====
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
Ganhos em diferenças cambiais	11.718	17.215
Perdas em diferenças cambiais	(8.283)	(6.769)
	-----	-----
	3.435	10.446
	=====	=====

33. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:	2010	2009
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	1.742	1.749
Remuneração de empregados:		
Remuneração mensal	5.718	5.171
Subsídio de férias e de Natal	1.080	926
Subsídio de almoço	282	261
Outras remunerações adicionais	463	290
	-----	-----
	9.285	8.397
	-----	-----

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS – ME, EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO)

Encargos sociais obrigatórios:	1.693	1.547
Encargos relativos a remunerações	146	140
Encargos com pensões	77	56
Outros encargos sociais	-----	-----
	1.916	1.743
	-----	-----
Outros custos com pessoal	187	468
	-----	-----
	11.388	10.608
	=====	=====

A Sociedade e os seus funcionários contribuem para um fundo de contribuição definida de natureza contributiva, conferindo as contribuições dos associados, direitos adquiridos individualizados.

34. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Água, energia e combustíveis	208	234
Outros fornecimentos de terceiros	126	1.032
Rendas e alugueres	1.060	1.192
Comunicações	429	600
Deslocações, estadas e representação	683	1.044
Publicidade e edição de publicações	1.135	906
Conservação e reparação	56	61
Serviços especializados	5.728	7.417
	-----	-----
	9.425	12.486
	=====	=====

35. RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

DESCRIÇÃO	10/12/31	09/12/31
Resultado do exercício (em euros)	8 182 331	3 713 534
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	11 000 000	11 000 000
Canhos por acção básico (expresso em Eur por acção)	0,74	0,34

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

36. RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

36.1. POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

Fazendo parte do Banif Grupo Financeiro, as políticas de risco seguidas pelo Banif - Banco de Investimento, S.A. (BBI) seguem as directrizes estabelecidas para o Grupo em geral, com as especificidades inerentes ao exercício das suas actividades, posicionando-se como a unidade de banca de investimento, em Portugal, e tendo em consideração o controlo e a diversificação dos riscos não só ao nível de actuação do Banco e respectivas subsidiárias como ao nível consolidado do Grupo.

O Conselho de Administração do Banco é o órgão responsável pela definição da estratégia e políticas de risco, delegando na Comissão Executiva e no Administrador do Pelouro a gestão diária dos riscos assumidos. Em termos de governance, existem ainda Conselhos de Administração ao nível das principais subsidiárias, nomeadamente Banif Gestão de Activos, Banif Açor Pensões (BAP) e Banif Capital (BAC).

Em termos funcionais, a gestão e monitorização do risco é centralizada na Direcção de Risco & Reporting (DRR), uma unidade independente dos departamentos de originação, usufruindo da necessária autonomia orgânica e funcional, e que analisa os vários tipos de risco: crédito, mercado, liquidez, operacional, de uma forma transversal e integrada, e cujo âmbito de actuação abrange o Banco e respectivas subsidiárias. Esta Direcção reporta directamente ao membro da Comissão Executiva nomeado como *Global Head of Risk Management*.

Suportando as decisões dos órgãos de administração, existe ainda um conjunto de Comités especializados, que assumem um papel determinante na área de gestão e controlo de risco, quer financeiros como não financeiros.

Ao nível do Banco, destacam-se os seguintes:

- Comité de Crédito e Risco: tem como objectivo analisar e deliberar sobre as operações que envolvam a tomada de risco de crédito para o Banco, ou definição de limites de crédito, incluindo risco de crédito de contraparte. É presidido pelo Vice-Presidente da Comissão Executiva, com presença obrigatória do Administrador com o pelouro da gestão de risco, Administrador da direcção proponente, dos responsáveis (ou seus representantes) pelas direcções de Risco & Reporting e Legal & Tax.
- Comité de Activos e Passivos (ALCO): tem como objectivo gerir o risco de estrutural de balanço, incluindo taxa de juro, liquidez, cambial e de mercado e a utilização de capital nas várias áreas de negócio. É presidido pelo Administrador executivo com o pelouro financeiro. Integram este comité todos os Administradores executivos do Banco e os responsáveis (ou seus representantes) das direcções Financeira, Risco & Reporting e Contabilidade e Controlo Financeiro.
- Comité de Mercados: com função consultiva, tem como missão propor à Comissão Executiva a estratégia de investimento da carteira própria do banco e a monitorização da respectiva implementação, assim como analisar factores críticos de risco para a evolução do valor da mesma. É presidido pelo Administrador com os pelouros de *Equity* e *Fixed Income* e tem como membros os responsáveis (ou seus representantes) das direcções de *Equity*, *Fixed Income*, Financeira, Risco & Reporting e *Private Clients*.
- Comité de Recuperação de Créditos: tem como objectivo o acompanhamento do crédito

em incumprimento (incluindo outros valores a receber), e a definição de medidas e estratégias de actuação. É presidido pelo Administrador executivo com o pelouro da gestão de risco, com presença obrigatória do Administrador da BGA com o pelouro do Investimento Imobiliário e dos responsáveis (ou seus representantes) pelas direcções de Risco & Reporting, Crédito, Legal & Tax, de Investimentos Imobiliários, de Operações, de Contabilidade e Controlo Financeiro e pela direcção gestora do cliente.

Ao nível da BGA, destaca-se:

- **Comité de Investimentos Mobiliários e Multiclasses:** tem como objectivo definir a estratégia de investimento dos fundos de investimento mobiliários e multiclasses e fundos especiais de investimento sob gestão, monitorizar a implementação dessa estratégia, assim como analisar factores críticos de risco para a evolução do valor das carteiras dos fundos, bem como apoiar a definição e a elaboração de informação de gestão e o reporte ao Conselho de Administração da estratégia implementada. É presidido pelo vice presidente do Conselho de Administração da BGA, sendo ainda membros o administrador com o pelouro da Direcção de Investimentos Mobiliários e Multiclasses e a respectiva direcção.
- **Comité de Investimentos Imobiliários:** tem como objectivo propor ao Conselho de Administração a estratégia de investimento dos fundos de investimento imobiliário sob gestão e monitorizar essa estratégia, analisar factores críticos de risco para a evolução do valor das carteiras dos fundos e apoiar a definição e elaboração de informação de gestão. São membros: o presidente do Conselho de Administração da BGA (que preside ao Comité), o administrador com o pelouro da Direcção de Investimentos Imobiliários, o administrador com o pelouro da Direcção de Legal & Tax, o administrador com o pelouro da Direcção de Risco e Reporting e a Direcção de Investimentos Imobiliários.
- **Comité de Investimentos Alternativos:** define e propõe ao Conselho de Administração da BGA a estratégia de investimento dos fundos especiais alternativos sob gestão e monitoriza a respectiva implementação, analisa factores críticos de risco para evolução do valor da carteira, apoia a definição e a elaboração de informação de gestão. Reporta periodicamente ao Conselho de Administração da BGA as deliberações tomadas. São membros: o Presidente do Conselho de Administração (que preside ao Comité), o administrador com o pelouro da Direcção de Investimentos Alternativos & Private Equity, o administrador com o pelouro vertical de Global Head of Financial Advisory e M&A e a Direcção de Investimentos Alternativos & Private Equity.
- **Comité de Recuperação de Rendimentos:** Acompanha as rendas em dívida relativas a imóveis dos fundos de investimento imobiliário, propondo estratégias individuais de actuação. Revê e propõe provisões de imparidade. São membros votantes: o administrador com o pelouro da Gestão de Risco (que preside ao Comité), o administrador com o pelouro da Direcção de Legal & Tax, o administrador com o pelouro da Direcção de Investimentos Imobiliários e a Direcção de Legal & Tax.
- **Comité de Investimentos e Gestão de Patrimónios:** Comité de Investimentos e Gestão de Patrimónios: Tem como missão propor à Comissão Executiva a estratégia de investimento das carteiras de gestão discricionária, analisar factores críticos de risco, bem como elaborar informação de gestão. É presidido pelo administrador com o pelouro da Gestão de Patrimónios, sendo membros a Direcção de Gestão de Patrimónios, os representantes de clientes e os técnicos especialistas para a gestão de activos.

Com uma actuação transversal ao Banco e subsidiárias, destaca-se:

- **Comité de Risk Management:** tem como objectivo assegurar que o perfil de risco

observado está alinhado com o nível definido, reportando eventuais desvios; revê em detalhe o compliance monitoring programme e o perfil de risco por categoria. É presidido pelo Administrador executivo com o pelouro da Direcção de Risco & Reporting. Integram este comité todos os Administradores executivos do Banco e os responsáveis (ou seus representantes) das direcções de Risco & Reporting, Legal & Tax, Compliance, Auditoria, Operações, Sistemas de Informação, Contabilidade e Controle Financeiro, e Organização & Qualidade e Recursos e Serviços.

36.2. EXPOSIÇÃO AO RISCO

O BBI é detido a 100% pela Banif Investimentos SCPS, S.A., *subholding* do Banif Grupo Financeiro, cuja empresa-mãe é a Banif SCPS, S.A., entidade que apresenta contas consolidadas para uso público. Em termos prudenciais, dentro do perímetro do Banco e respectivas subsidiárias, o reporte é feito numa base individualizada pelas várias entidades, nomeadamente o próprio BBI e a BGA.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas no presente relatório incluem as contas do BBI e entidades por si controladas, denominadas de subsidiárias, considerando-se normalmente em termos contabilísticos que esse controlo existe quando detém pelo menos 50% dos direitos de voto da sociedade. Desta forma, o Banco encontra-se a consolidar vários fundos de investimento geridos pela BGA; contudo, os fundos são geridos de forma autónoma com a devida segregação de funções face ao Banco, salvaguardando potenciais conflitos de interesse, e numa óptica de maximização do risco/rendibilidade para os participantes e de acordo com as políticas de investimento e regulamentação aplicáveis.

Apresentamos as principais características dos fundos que se encontram a consolidar no BBI, quer pelo método de equivalência patrimonial (participação entre 20% a 50%), quer pelo método integral (superior a 50%), nomeadamente em termos de políticas de investimento:

Banif Europa de Leste (equivalência patrimonial): fundo especial de investimento aberto que pretende, através da agregação de um conjunto de activos e de uma gestão e selecção dinâmica de fundos de investimento, acções e obrigações, conseguir uma diversificação que permita, a diluição do risco inerente a cada um deles e, por outro, a obtenção de rendibilidades positivas. Visa o constante apuramento de uma estratégia de baixa correlação entre activos de forma a otimizar o rácio risco/retorno do fundo. O fundo direcciona o seu investimento para valores mobiliários ou organismos de investimento colectivo que invistam maioritariamente na Alemanha, Áustria, Rússia, Roménia, Turquia, Bulgária, República Checa, Polónia, Lituânia, Letónia, Hungria, Estónia, Eslováquia, Eslovénia, Croácia e Ucrânia.

Banif Gestão Patrimonial (método integral): fundo especial de investimento nos mercados financeiros e imobiliários internacionais. Visa a conjugação de classes de activos com baixa correlação entre si de forma a otimizar o rácio risco/retorno, utilizando fundos de investimento que podem não estar sujeitos a uma supervisão prudencial. Em termos conceptuais, o fundo terá uma alocação média de: 30% em fundos imobiliários; 15% fundos de acções ou acções; 15% Hedge Funds; 20% fundos de obrigações ou obrigações; 5% em outros activos e 15% em veículos de retorno absoluto regulados.

Banif Cestão Activa (método integral): fundo especial de investimento nos mercados financeiros e imobiliários internacionais. Visa conjugar classes de activos com baixa correlação entre si de forma a otimizar o rácio risco/retorno utilizando fundos de investimento que podem não estar sujeitos a uma supervisão prudencial. Em termos conceptuais, o fundo terá uma alocação média de: 20% em fundos imobiliários; 40% fundos de acções ou acções; 20% *Hedge Funds*; 10% fundos de obrigações ou obrigações; 5% outros activos e 5% em veículos de retorno absoluto regulados.

Banif Investimento Moderado (método integral): fundo de investimento mobiliário aberto flexível cujo objectivo é facultar aos investidores uma opção de investimento com base numa criteriosa selecção de activos, não estando limitado à natureza dos mesmos. Tratando-se de um fundo flexível a respectiva composição pode sofrer oscilações de acordo com a política de investimento, no entanto será limitada.

Banif Investimento Conservador (método integral): fundo de investimento mobiliário aberto flexível visa proporcionar aos investidores uma opção de investimento com base numa criteriosa selecção de activos, não estando limitado à natureza dos mesmos. Tratando-se de um fundo flexível a respectiva composição pode sofrer oscilações de acordo com a política de investimento, no entanto será limitada.

Banif Iberia (método integral): fundo de investimento mobiliário aberto flexível que visa proporcionar aos investidores um nível de rendibilidade absoluta positiva a longo prazo, em períodos rolantes de 12 meses, através do investimento, a título principal, em acções admitidas à negociação na Euronext Lisboa e Bolsa de Valores de Madrid e instrumentos do mercado monetário e de uma utilização sistemática de derivados na Euronext Lisboa e no MEFF. A alocação em acções, assim como a proporção nos outros tipos de instrumentos é flexível, pelo que poderá variar entre 0% e 100%.

Art Invest (método integral): fundo especial constituído com o objectivo de permitir o acesso dos seus subscritores ao investimento em arte, possibilitando, simultaneamente, o usufruto estético das obras de arte adquiridas pelo fundo através da sua cedência temporária. O património do Fundo será composto por participações em outros fundos que prossigam a mesma política de investimento do *Art Invest*, tal como o *The Fine Art Fund*, e por obras de arte da mais diversa índole. Pintura, escultura, tapeçaria, fotografia, azulejo, cerâmica, gravuras, estampas são alguns dos tipos de activos que poderão fazer parte do património do Fundo, entre outros.

Infra Invest (método integral): fundo especial de investimento aberto pretende, através do investimento directo ou indirecto em activos cotados ou não cotados, projectos ou empresas relacionadas com infra-estruturas, construir um portefólio diversificado, assente numa selecção criteriosa dos investimentos e uma gestão dinâmica da carteira. A distinção entre projectos e empresas advém essencialmente da fase de desenvolvimento em que se encontra o projecto de infra-estrutura.

Nos quadros das páginas seguintes, apresentamos os indicadores de risco para os fundos mobiliários geridos pela BGA: Europa de Leste, Banif Investimento Conservador, Banif Investimento Moderado, Banif Iberia, Banif Cestão Activa e Banif Cestão Patrimonial, e que consolidam contabilisticamente nas contas do Banco.

Para além dos fundos de investimento, as três principais subsidiárias do BBI em termos do activo líquido são: a BGA (€13,3 milhões), a BAP (€4,3 milhões) e a Gamma (€3,9 milhões). Considerando o tipo de actividade que exercem: gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, fundos especiais de investimento e fundos flexíveis, no caso da BGA, e de fundos de pensões, no caso da BAP, a exposição aos riscos financeiros por parte destas sociedades é de uma forma global muito reduzido, sendo quase nulo nas principais categorias. A principal fonte de receitas destas duas entidades advém das comissões recebidas relativas aos fundos geridos, sem necessidade a recursos de balanço, pelo que a exposição de risco a instrumentos financeiros é residual. O risco dos fundos administrados por estas sociedades é assumido na totalidade pelos participantes, detentores das respectivas unidades de participação.

A exposição ao risco da Gamma é também globalmente reduzida, decorrente da própria actividade que consiste na gestão de operações de titularização, sendo quase nulo nas principais categorias de risco financeiro. A principal fonte de receitas da sociedade advém das comissões recebidas relativas à gestão das operações, sem necessidade a recursos de balanço, pelo que a exposição de risco a instrumentos financeiros é residual. De salientar que o património autónomo afecto a cada emissão de obrigações titularizadas é o único que responde pelo respectivo reembolso.

Desta forma, em termos de exposição a riscos financeiros no BBI Consolidado, tendo em consideração as actividades exercidas pelas várias subsidiárias, estes decorrem quase na totalidade do risco incorrido pelo Banco, no próprio balanço (e extrapatrimoniais), em termos individual. O activo líquido do balanço consolidado ascende a €1,339 milhões a 31 de Dezembro de 2010, o que compara com um activo líquido em base individual do BBI de €1,322 milhões (€1,316 milhões ajustado pelas operações intragrupo, nomeadamente o crédito concedido de €1,5 milhões à Banif Capital e a reversão das provisões por contrapartida da imparidade), correspondente a um peso de cerca de 98%, traduzindo-se na reduzida materialidade das subsidiárias em termos de exposição ao risco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS – ME, EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO)

ENTIDADE	ACTIVIDADE	ACTIVO LÍQUIDO	PESO %
Banif Banco de Investimento - Consolidado		1 339 229	100,0%
Banif Banco de Investimento (individual)	Banca de investimento	1 322 666	98,8%
Banif Capital	Sociedade de capital de risco	1 987	0,1%
BIAM	Sociedade gestora de fundos de investimento	790	0,1%
Banif Cestão de Activos	Sociedade gestora de fundos de investimento	13 242	1,0%
Centro Venture	Sociedade de capital de risco	534	0,0%
Camma	Sociedade de titularização de créditos	3 921	0,3%
Banif Multifund	Participada da BIAM	252	0,0%
Banif Açor Pensões	Sociedade gestora de fundos de pensões	4 336	0,3%
Ecoprogresso - Trading	Consultores em ambiente e desenvolvimento	383	0,0%
Banif Europa de Leste	Fundo gerido pela BGA	1 097	0,1%
Banif Fortuny	Fundo gerido pela BGA	9 345	0,7%
Banif Investimento Conservador	Fundo gerido pela BGA	527	0,0%
Banif Iberia	Fundo gerido pela BGA	3 305	0,2%
Art Invest	Fundo gerido pela BGA	1 808	0,1%
Infra Invest - FEI	Fundo gerido pela BGA	5 791	0,4%
Banif Cestão Patrimonial	Fundo gerido pela BGA	9 677	0,7%
Banif Cestão Activa	Fundo gerido pela BGA	2 182	0,2%
Banif Investimento Moderado	Fundo gerido pela BGA	542	0,0%
Interesses minoritários e Ajustamentos		-43 156	-3,2%

NO CASO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO, FOI CONSIDERADO O ACTIVO LÍQUIDO PROPORCIONAL À PERCENTAGEM DETIDA NO FUNDO.

Desta forma, tendo presente a reduzida materialidade das subsidiárias na exposição ao risco global, assim como a gestão activa e autónoma dos fundos de investimento que se encontram a consolidar nas contas, considerou-se a apresentação da informação por principais categorias de risco centrada na óptica individual do Banco.

Principais indicadores de risco para o Banif Europa de Leste:

TOTAL RISK	17,77 %
(DESVIO PADRÃO DA CARTEIRA)	
COM DERIVADOS	
VALUE-AT-RISK(\$)	248 344 EUROS
VALUE-AT-RISK(%)	10,09%
(PERDA MÁXIMA DO PORTFOLIO NUM HORIZONTE DE 30DIAS COM UMA PROBABILIDADE DE 95%)	

	VALOR DE MERCADO	PESO NA CARTEIRA	RANK	RISCO TOTAL	RANK	CONTRIBUIÇÃO PARA TOTAL RISK
MAIORES RISCOS INDIVIDUAIS						
DWS RUSSIA	156 410	6,35%	5	40,00	1	12,73%
DWS TUERKEI	56 745	2,30%	6	36,54	2	2,03%
RAIFF-EUV-RTF V	332 831	13,52%	3	35,44	3	24,43%
PICTET-EASTERN EUROPE-R EUR	382 613	15,54%	2	34,85	4	27,96%
RAIFF-OST AKT V	246 070	9,99%	4	34,82	5	17,71%
	1 174 670	47,7%				84,9%

	VALOR DE MERCADO	PESO NA CARTEIRA	RANK	RISCO TOTAL	RANK	CONTRIBUIÇÃO PARA TOTAL RISK
MAIORES CONTRIBUIÇÕES PARA RISCO TOTAL						
PICTET-EASTERN EUROPE-R EUR	382 613	15,54%	2	34,85	4	27,96%
RAIFF-EUV-RTF V	332 831	13,52%	3	35,44	3	24,43%
RAIFF-OST AKT V	246 070	9,99%	4	34,82	5	17,71%
REAL ESTATE LESTE	1 159 975	47,11%	1	11,75	6	15,15%
DWS RUSSIA	156 410	6,35%	5	40,00	1	12,73%
	2 277 899	92,5%				98,0%

CONCENTRAÇÃO DO PORTFOLIO	
POR PESO EFECTIVO	
TOP 5	92,51%
REAL ESTATE LESTE	47,11%
PICTET-EASTERN EUROPE-R EUR	15,54%
RAIFF-EUV-RTF V	13,52%
RAIFF-OST AKT V	9,99%
DWS RUSSIA	6,35%
TOP10	100,00%
TOP20	100,00%

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

Principais indicadores de risco para o Banif Investimento Conservador:

TOTAL RISK 5,46 %

(DESVIO PADRÃO DA CARTEIRA)

COM DERIVADOS

VALUE-AT-RISK(\$) 24 157 EUROS
VALUE-AT-RISK(%) 3,10%

(PERDA MÁXIMA DO PORTFOLIO NUM HORIZONTE DE 30DIAS COM UMA PROBABILIDADE DE 95%)

	VALOR DE MERCADO	PESO NA CARTEIRA	RANK	RISCO TOTAL	RANK	CONTRIBUIÇÃO PARA TOTAL RISK
MAIORES RISCOS INDIVIDUAIS						
PICTET LAT AME "R"	32 470	4,16%	4	25,66	1	15,38%
DWS AKTIEN STRA DEUT	11 341	1,45%	28	24,82	2	4,60%
B.EURO ACCOES	7 902	1,01%	33	23,91	3	3,41%
PICTET EMERGING MKTS	23 816	3,05%	7	21,29	4	10,30%
FRANKLIN MUTUAL BEAC	10 709	1,37%	29	21,17	5	4,29%
	86 238	11,1%				38,0%
MAIORES CONTRIBUIÇÕES PARA RISCO TOTAL						
PICTET LAT AME "R"	32 470	4,16%	4	25,66	1	15,38%
SCHRODER EMERG MKT	24 208	3,10%	6	20,52	7	10,30%
PICTET EMERGING MKTS	23 816	3,05%	7	21,29	4	10,30%
ALLIANZ RCM US EO AT	17 493	2,24%	21	18,96	11	6,41%
ALLIANZ RCM EU EO AT	16 179	2,07%	22	19,80	10	6,25%
	114 166	14,6%				48,6%

CONCENTRAÇÃO DO PORTFOLIO

POR PESO EFECTIVO

TOP 5	100,00%
OT 5.45% SET. 2013	8,29%
PORTB 0 11/18/11	7,38%
IRISH GOV 4 01/15/14	5,44%
PICTET LAT AME "R"	4,16%
BANIF EURO FINANCEIRAS	3,52%
TOP10	52,91%
TOP20	78,45%

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

Principais Indicadores de risco para o Banif Investimento Moderado:

TOTAL RISK 6,89 %

(DESVIO PADRÃO DA CARTEIRA)

COM DERIVADOS

VALUE-AT-RISK(\$) 31 564 EUROS
VALUE-AT-RISK(%) 3,91%

(PERDA MÁXIMA DO PORTFOLIO NUM HORIZONTE DE 30DIAS COM UMA PROBABILIDADE DE 95%)

	VALOR DE MERCADO	PESO NA CARTEIRA	RANK	RISCO TOTAL	RANK	CONTRIBUIÇÃO PARA TOTAL RISK
MAIORES RISCOS INDIVIDUAIS						
PICTET LAT AME "R"	40 958	5,07%	3	25,66	1	15,42%
DWS AKTIEN STRA DEUT	9 725	1,20%	27	24,82	2	3,20%
B.EURO ACCOES	23 486	2,91%	11	23,91	3	8,22%
PICTET EMERGING MKTS	34 721	4,30%	6	21,29	4	11,90%
FRANKLIN MUTUAL BEAC	15 569	1,93%	23	21,17	5	5,10%
	124 460	15,4%				43,8%
MAIORES CONTRIBUIÇÕES PARA RISCO TOTAL						
PICTET LAT AME "R"	40 958	5,07%	3	25,66	1	15,42%
SCHRODER EMERG MKT	35 259	4,37%	5	20,52	7	11,92%
PICTET EMERGING MKTS	34 721	4,30%	6	21,29	4	11,90%
B.EURO ACCOES	23 486	2,91%	11	23,91	3	8,22%
ALLIANZ RCM US EQ AT	25 789	3,19%	9	18,96	11	7,68%
	160 213	19,8%				55,1%

CONCENTRAÇÃO DO PORTFOLIO

POR PESO EFECTIVO

TOP 5	27,33%
PORTUGAL, REPUBLIC OF (GOVERNMENT) 5.45% 20130923	8,01%
IRELAND, REPUBLIC OF (GOVERNMENT) 4% 20140115	5,25%
PICTET-LATAM LC DBT-R USD	5,07%
F&C GLOBAL CONV BOND A HEDGE	4,63%
SISF EMERGING MKTS B ACC	4,37%
TOP10	56,89%
TOP20	81,32%

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

Principais Indicadores de risco para o Banif Ibéria:

TOTAL RISK	4,29 %
(DESVIO PADRÃO DA CARTEIRA)	
COM DERIVADOS	
VALUE-AT-RISK(\$)	146 926 EUROS
VALUE-AT-RISK(%)	2,44%
(PERDA MÁXIMA DO PORTFOLIO NUM HORIZONTE DE 30DIAS COM UMA PROBABILIDADE DE 95%)	

	VALOR DE MERCADO	PESO NA CARTEIRA	RANK	RISCO TOTAL	RANK	CONTRIBUIÇÃO PARA TOTAL RISK
MAIORES RISCOS INDIVIDUAIS						
PICTET LAT AME "R"	66 500	1,02%	22	52,53	1	4,02%
DWS AKTIEN STRA DEUT	142 800	2,20%	10	50,53	2	10,15%
B.EURO ACCOES	63 245	1,05%	20	47,28	3	2,65%
PICTET EMERGING MKTS	79 350	1,32%	16	43,61	4	3,05%
FRANKLIN MUTUAL BEAC	149 655	2,22%	9	42,04	5	9,27%
	501 550	7,8%				29,1%
MAIORES CONTRIBUIÇÕES PARA RISCO TOTAL						
PICTET LAT AME "R"	418 275	5,13%	4	34,36	21	23,84%
SCHRODER EMERG MKT	573 600	2,07%	11	28,13	27	20,11%
PICTET EMERGING MKTS	354 450	2,38%	8	27,30	28	12,25%
B.EURO ACCOES	142 800	2,20%	10	50,53	2	10,15%
ALLIANZ RCM US EQ AT	287 280	-0,22%	28	39,28	9	9,70%
	1 776 405	11,6%				76,0%

CONCENTRAÇÃO DO PORTFOLIO

POR PESO EFECTIVO

TOP 5	22,46%
CIMPOR CIMENTOS (EUR5)	6,94%
PESCANOVA SA (EUR6)	3,43%
SONAE.COM SGPS	3,21%
TECNICAS REUNIDAS	3,00%
REPSOL SA (RC) (EUR1R)	5,88%
TOP10	41,53%
TOP20	55,43%

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

Principais Indicadores de risco para o Banif Gestão Activa:

TOTAL RISK	11,84 %
(DESVIO PADRÃO DA CARTEIRA)	
COM DERIVADOS	
VALUE-AT-RISK(\$)	257 432 EUROS
VALUE-AT-RISK(%)	6,72%
(PERDA MÁXIMA DO PORTFOLIO NUM HORIZONTE DE 30DIAS COM UMA PROBABILIDADE DE 95%)	

	VALOR DE MERCADO	PESO NA CARTEIRA	RANK	RISCO TOTAL	RANK	CONTRIBUIÇÃO PARA TOTAL RISK
MAIORES RISCOS INDIVIDUAIS						
CHN REAL ESTATE	550 234	14,37%	2	30,92	1	23,52%
B.EURO ACCOES	533 559	13,93%	3	23,91	2	23,89%
EUR PORTUGAL REAL ESTATE	358 875	9,37%	4	23,49	3	14,21%
DWJS I.EURO.EQ.NC	5 600	0,15%	18	22,78	4	0,23%
JPM PROPERTY	21 670	0,57%	17	22,06	5	0,88%
	1 469 937	38,4%				62,7%

MAIORES CONTRIBUIÇÕES PARA RISCO TOTAL						
B.EURO ACCOES	533 559	13,93%	3	23,91	2	23,89%
CHN REAL ESTATE	550 234	14,37%	2	30,92	1	23,52%
EUR PORTUGAL REAL ESTATE	358 875	9,37%	4	23,49	3	14,21%
REAL ESTATE LESTE	717 028	18,72%	1	11,75	15	7,78%
REAL ESTATE GLOBAL	163 804	4,28%	6	19,43	12	6,35%
	2 323 499	60,7%				75,7%

CONCENTRAÇÃO DO PORTFOLIO	
POR PESO EFECTIVO	
TOP 5	60,88%
REAL ESTATE LESTE	18,72%
CHN REAL ESTATE	14,37%
B.EURO ACCOES	13,93%
EUR PORTUGAL REAL ESTATE	9,37%
F MUTUAL BEACON N (ACC) USD	4,48%
TOP10	85,97%
TOP20	100,00%

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

Principais Indicadores de risco para o Banif Gestão Patrimonial:

TOTAL RISK	10,28 %
(DESVIO PADRÃO DA CARTEIRA)	
COM DERIVADOS	
VALUE-AT-RISK(\$)	704 074 EUROS
VALUE-AT-RISK(%)	5,84%
(PERDA MÁXIMA DO PORTFOLIO NUM HORIZONTE DE 30DIAS COM UMA PROBABILIDADE DE 95%)	

	VALOR DE MERCADO	PESO NA CARTEIRA	RANK	RISCO TOTAL	RANK	CONTRIBUIÇÃO PARA TOTAL RISK
MAIORES RISCOS INDIVIDUAIS						
CHN REAL ESTATE	529 558	4,39%	6	30,92	1	5,16%
B.EURO ACCOES	1 152 128	9,55%	3	23,91	2	19,63%
PREFF FUND	2 399 933	19,89%	2	21,64	3	37,38%
MELLON GLOB ASIAN EO	120 558	1,00%	12	21,59	4	1,57%
FRANKLIN MUTUAL BEAC	409 731	3,40%	8	21,17	5	5,27%
	4 611 908	38,2%				69,0%
MAIORES CONTRIBUIÇÕES PARA RISCO TOTAL						
PREFF FUND	2 399 933	19,89%	2	21,64	3	37,38%
B.EURO ACCOES	1 152 128	9,55%	3	23,91	2	19,63%
REAL ESTATE LESTE	3 522 742	29,20%	1	11,75	9	18,90%
FRANKLIN MUTUAL BEAC	409 731	3,40%	8	21,17	5	5,27%
CHN REAL ESTATE	529 558	4,39%	6	30,92	1	5,16%
	8 014 092	66,4%				86,3%

CONCENTRAÇÃO DO PORTFOLIO

POR PESO EFECTIVO

TOP 5	70,45%
REAL ESTATE LESTE	29,20%
PREFF FUND	19,89%
B.EURO ACCOES	9,55%
DWS INVEST CONV.	5,95%
SCHRODER CONV BOND	5,86%
TOP10	93,39%
TOP20	100,00%

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

36.3. POR CATEGORIA DE RISCO

a) Risco de Crédito

O risco de crédito define-se como a probabilidade de impactos negativos nos resultados ou capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior. No caso de crédito titulado, traduz-se ainda na variação do valor económico de um determinado instrumento devido à degradação da qualidade creditícia do emitente.

No Banco, o risco de crédito subjacente à actividade resulta essencialmente da carteira de obrigações e do crédito concedido e garantias prestadas a clientes, como área complementar às outras actividades de banca de investimento desenvolvidas, nomeadamente, *Project Finance*, *Private Banking*, *Corporate Finance*, entre outras.

A política do Banco passa pela concessão de crédito colateralizado, sendo que mais de 85% do crédito encontra-se coberto por garantias reais, em particular, hipotecas sobre imóveis e penhor sobre valores mobiliários. Todos os colaterais recebidos são avaliados ao justo valor com base no valor de mercado e tendo em conta as especificidades de cada tipo de colateral. No caso do crédito com hipoteca, o Banco recorre à assessoria das mais conceituadas empresas de avaliação imobiliária. No crédito com penhor de títulos, é realizado um controle diário ao valor de mercado das posições caucionadas através de uma aplicação informática desenvolvida internamente, a qual produz os alertas necessários à solicitação de margens adicionais ou à execução das garantias.

Todas as operações são analisadas e discutidas pelo Comité de Crédito e Risco, órgão que reúne regularmente, com poderes de decisão para determinadas alçadas de risco, sendo sujeitas posteriormente a aprovação superior em Comissão Executiva. Operações de alçada superior terão de ser ratificadas pelo Conselho de Administração do Banco. De forma análoga, o risco de crédito de contraparte inerente a operações de derivados é analisado pela DRR e discutido/aprovado em sede de Comité de Crédito e Risco, conforme a respectiva delegação de poderes.

Periodicamente é feita uma análise global da evolução do crédito concedido a clientes, visando o acompanhamento do risco de concentração, nomeadamente em termos de sectores e de grandes riscos e, ainda, da qualidade da carteira e respectivo nível de colateralização. Entre outros pontos, é realizada uma análise da composição da carteira por tipo de colaterais associados, com o objectivo de monitorização da exposição ao risco líquido, bem como da evolução do spread médio, numa lógica de controlo do binómio risco-rendibilidade.

No que diz respeito ao controle do risco de crédito inerente às exposições de títulos da carteira bancária, são elaborados mapas específicos que contêm uma análise da carteira por qualidade de crédito, baseada nos ratings externos das principais agências internacionais, assim como modelos de acompanhamento desenvolvidos internamente. O Banco, em termos individuais, não dispõe de informação histórica nem uma carteira de crédito suficientemente alargada que lhe permita efectuar um estudo exaustivo de frequências de incumprimento e perdas efectivamente incorridas (PD e LCD), sendo

aplicadas a PD e LGD do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. a apenas a alguns segmentos de crédito globalmente pouco significativos. Desta forma, o apuramento das perdas por imparidade é realizado fundamentalmente a nível individual ou casuístico, levando em consideração as especificidades da operação e a melhor estimativa do valor recuperável (crédito e garantias) à data da avaliação.

No caso do crédito titulado, incluindo titularizações (ABS, CDO e CLOs) são realizadas igualmente análises casuísticas, no sentido de aferir quanto à existência de imparidade, tendo por base a informação de mercado, entre os quais, os investor reports, assim como os modelos desenvolvidos internamente para seguimento do risco de crédito dos títulos.

b) Riscos de Mercado

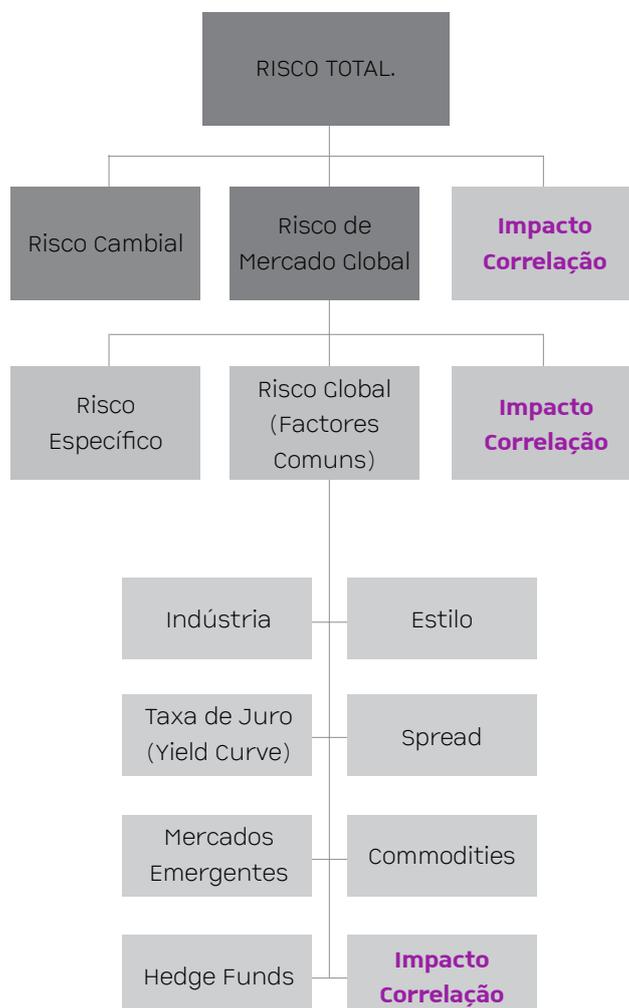
O Risco de Mercado define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, incluindo flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções e preços de mercadorias. O risco de mercado advém sobretudo da tomada de posições a curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados.

No Banco, o risco de mercado decorre essencialmente das exposições em títulos detidos na carteira de negociação, não sendo política do banco a realização de trading de derivados. Em regra, os derivados contratados têm como objectivo a cobertura económica de posições, principalmente de operações originadas para clientes, através da realização de operações simétricas com outros contrapartes que anulam o risco de mercado entre si e, ainda, de cobertura de riscos da carteira própria.

O Banco e respectivas subsidiárias desenvolveram há alguns anos grandes esforços no sentido de revisão e aperfeiçoamento das métricas de medição e controlo do risco de mercado, utilizando para o efeito uma ferramenta de análise do risco de mercado: o BarraOne, propriedade do MSCI Barra, que constitui uma referência em termos internacionais.

Este sistema permite analisar o risco das carteiras decomposto pelos vários factores explicativos, nomeadamente entre as componentes de risco específico e global (ou de mercado), o qual por sua vez é desagregado em diversos constituintes. O risco total leva em consideração a correlação entre os activos, quer ao nível de topo, quer nos diversos níveis de desagregação do risco. O BarraOne tem como metodologia um sistema Multi-Factor baseado em fundamentais que incluem características económicas intuitivas na escolha de temas/factores baseados em dados do mercado, de estimação do risco com o objectivo de gestão de risco numa perspectiva “*forward-looking*”.

O diagrama abaixo sintetiza a forma como o risco é decomposto, realizando uma análise de sensibilidade para cada um dos itens aplicáveis à carteira.



O cálculo do VaR é assim decomposto pelos seguintes factores:

- Risco Cambial - componente de VaR atribuível ao de risco moeda, explícito e implícito, nomeadamente através de investimento indirecto. Devido à extrema sensibilidade deste factor o modelo utiliza como histórico apenas as últimas 17 semanas de dados.
- Risco de Mercado Local – componente de VaR atribuível ao risco de mercado per si, excluindo o risco cambial. O risco para cada mercado é decomposto em 3 componentes: risco global, risco específico, e correlação.
- Risco Global - consiste no risco explicado por factores comuns de mercado, que inclui risco de indústria, estilo, taxa de juro, spread, mercados emergentes e hedge funds, commodities. Analisa o risco da carteira que advém da sua exposição aos factores específicos de cada mercado/modelo.

i) Indústria – cada activo é classificado no sector que melhor se adequa (de acordo com a metodologia do Barra), sendo assim calculado a componente do VaR que é explicada pelo sector.

ii) Estilo – neste item, o modelo captura o risco que deriva do facto do activo: i) deter uma grande capitalização ou uma pequena capitalização; expectativa de crescimento elevado versus avaliações mais baixas; padrão de volatilidade de longo e de curto prazo;

iii) Taxa de Juro (Yield Curve) – inclui o risco que decorre em alterações da inclinação da curva de rendimentos e a curvatura (twist ou butterfly) o que corresponde a três factores de risco para cada mercado. O modelo da Zona Euro é constituído pelos modelos dos países que a compõem.

iv) Spread – analisa a diferença entre a curva swap e a curva de dívida pública, e eventos de crédito, calculando a respectiva alocação em termos de risco.

v) Mercados Emergentes – advém do risco adicional pelo facto do emitente ser de um país emergente ou, pelo facto, do activo ter sido emitido num país emergente.

vi) Commodities – permite obter estimativas de risco para futuros e sopt de commodities. O modelo utiliza os retornos de 26 sub-índices de forma a detalhar o risco de diferentes tipos de commodities que, posteriormente são agregados em 5 grandes grupos e integrados no modelo multi-classe através de uma matriz de covariâncias. Não é aplicável ao BBI.

vii) Hedge Funds – permite obter estimativas de risco para exposição a este tipo de activos. Não é aplicável ao BBI.

- Risco Específico – o risco que não é explicado pelos factores comuns, isto é, risco único exclusivo a cada activo e, por isso, diversificável. Este modelo conjuga a estimativa do nível médio de risco específico com valor de risco específico face às características fundamentais do activo.

No Banco, o VaR é calculado utilizando o modelo paramétrico, aplicado para um horizonte de 10 dias e com intervalo de confiança de 99%, em linha com as recomendações do Novo Acordo de Basileia e do BdP (aviso 8/2007). No caso dos fundos de investimento, o VaR é calculado de acordo com a regulamentação aplicável (CMVM), nomeadamente um intervalo de confiança de 95% e um horizonte de 30 dias.

c) Risco Cambial

O Risco Cambial representa o risco de que o valor dos activos financeiros expressos em moeda estrangeira apresente flutuações devido a alterações nas taxas de câmbio.

O Banco procede a uma monitorização sistemática da sua exposição global ao risco de taxa de câmbio. Para o efeito, existe uma rotina diária de cálculo da posição cambial pelas principais moedas, o qual abrange as posições à vista decorrentes, sobretudo, da actividade de negociação da carteira de títulos, bem como as variações nos resultados líquidos da Sociedade (potenciais ou realizados) resultantes das conversões dos saldos de cada conta ao fixing do BCE.

De uma forma global, a exposição das subsidiárias do Banco ao risco cambial não é significativo. Os fundos de investimento procedem normalmente à cobertura do risco cambial através da contratação de derivados, e de acordo com as respectivas políticas de investimento.

d) Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos das taxas de juro, tendo em conta a estrutura de balanço de uma instituição. A avaliação deste tipo de risco é realizada em base sistemática, numa óptica de médio-longo prazo, incidindo sobre as

exposições da carteira bancária em função dos períodos de repricing, em linha com as recomendações do Novo Acordo de Basileia e do BdP (aviso 19/2005).

De referir que a avaliação do risco de taxa de juro da carteira de negociação deverá ser realizada no âmbito do risco de mercado, focando-se num horizonte de curto prazo, tendo em consideração que esta carteira é gerida numa base diária. O modelo de análise utilizado pelo Banco, assente na ferramenta BarraOne, procede à decomposição do risco de mercado nas várias componentes, entre os quais, a componente de risco de taxa de juro embutida na variação de preço (decomposição do VaR nas várias componentes, incluindo risco de taxa de juro).

São produzidos regularmente mapas de controlo de exposições, onde são apuradas os activos e passivos por prazos de maturidade em termos globais, fazendo-se igualmente uma análise em separado para a carteira bancária e a de negociação, evidenciando os mismatches do prazos de refixação de taxa dos activos e passivos e por principais moedas.

Nas principais subsidiárias do Banco, o risco de taxa de juro é residual. Nos fundos de investimento, consoante as políticas e estratégias de investimento definidas, poderão realizar a cobertura do risco de taxa de juro através da contratação de derivados.

e) Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez define-se como a probabilidade de ocorrência de perdas devido à incapacidade de uma instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações, e se tal é efectuado em condições razoáveis. No BBI, os níveis de liquidez são adaptados em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos obtidos, em função da identificação de gaps. As políticas de obtenção de funding, quer junto dos clientes, quer no mercado, têm garantido a estabilidade dos recursos, assentando numa lógica integrada de Grupo.

Com o objectivo de maximizar a componente de gestão dos riscos estruturais de balanço existe uma unidade operativa dentro do BBI, cujo principal objectivo passa pela definição e execução das políticas financeiras, em particular, em termos de gestão de liquidez e de tesouraria, numa base individual do banco, e em complemento da gestão consolidada neste âmbito pelo Grupo Banif.

f) Risco Operacional

O Risco Operacional define-se como o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Esta probabilidade de perda pode decorrer de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de outsourcing, da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

Consciente da importância de uma monitorização e controlo eficaz do risco operacional, o Banif Grupo Financeiro iniciou há cerca de quatro anos um projecto específico nesta área, que, numa primeira fase, passou pelo levantamento e registo de ocorrências

potenciadoras de risco operacional, com vista ao controlo e mitigação do mesmo. No Banco e subsidiárias, este projecto teve início no primeiro trimestre de 2008, sendo da responsabilidade da DRR a gestão de risco operacional, que compreende a avaliação, monitorização e controlo dos riscos desta natureza, visando a mitigação dos mesmos e procedendo à elaboração de informação de apoio à decisão.

Foram nomeados Gestores de Risco Operacional (Gestores RO) nas áreas críticas, que têm como função supletiva o registo de eventos de risco operacional ou falhas detectadas na gestão do dia-a-dia num software próprio: o SAS OpRisk Monitor. Actualmente existe um conjunto de Gestores RO nomeados cujo objectivo é a recolha e registo de eventos de risco operacional, para que o Banco e respectivas subsidiárias possuam informação necessária para avaliar o risco, para posterior mitigação, respondendo ainda às necessidades de reforço do controlo interno. Os gestores de risco operacional reportam os eventos detectados nesta aplicação na sua área de influência ou noutra, através de uma ferramenta externa específica, e que faz o interface entre o gestor operacional, a DRR e o Risco Corporativo do Grupo Banif, sendo possível a obtenção de estatísticas, por área de reporte, frequência, origem, processo, fonte de risco, etc.

Pretende-se, desta forma, atingir o objectivo de monitorização e medição do risco operacional inerente à actividade, detalhando as ocorrências pelos vários processos e áreas intervenientes, o que se irá traduzir numa avaliação efectiva e dinâmica dos actuais sistemas de controlo interno.

Para além das disposições legais, estatutárias e deontológicas aplicáveis ao exercício das actividades de intermediação financeira, tem sido uma preocupação dos órgãos de administração do Banco e subsidiárias a elaboração e difusão de Manuais, Regulamentos, Circulares e outros normativos internos adequados a assegurar o cumprimento das normas aplicáveis ao exercício da actividade desenvolvida. Toda a informação é devidamente divulgada, sendo do conhecimento de todos os colaboradores da Sociedade, encontrando-se disponível para consulta na respectiva Intranet. Em paralelo, a actuação das Direcções de Compliance e de Auditoria Interna visam complementar e reforçar as medidas adoptadas.

Existe uma rotina de monitorização e revisão do sistema de controlo interno implementada, que segue as directrizes regulamentares e da própria cultura organizacional. No âmbito dos requisitos de controlo interno do Banco de Portugal e CMVM, é desenvolvido regularmente um self assessment para cada um dos tipos de risco, de acordo com a matriz apresentada pelo Banco de Portugal no seu relatório MAR (Modelo de Avaliação de Riscos). Especificamente, no âmbito do reforço do sistema de controlo interno, foi desenvolvido um projecto interno denominado de Certificação de Riscos & Controlos, um exercício em que os responsáveis de cada unidade orgânica são convidados a realizar exercícios de self assessment.

A auditoria interna é responsável pelo desenvolvimento de mecanismos de avaliação da adequação do controlo interno, e respectiva monitorização, procedendo à identificação das falhas ou fragilidades do sistema de controlo interno, na sua concepção, implementação ou utilização, as quais são devidamente registadas, documentadas e reportadas aos níveis de gestão apropriados, de forma a serem prontamente ultrapassadas, tendo sido desenvolvida para o efeito uma ferramenta interna – o *Audit Follow Up*.

O órgão de administração e os directores de topo recebem reportes regulares relativos à monitorização do sistema de controlo interno, incluindo a identificação das falhas ou fragilidades detectadas, quer avaliadas isoladamente, quer de forma agregada.

36.4. RISCO DE CRÉDITO

Para efeitos de análise de risco de crédito da presente nota considerou-se as carteiras de títulos e o crédito concedido a clientes. Desta forma, o valor da rubrica Activos financeiros detidos para negociação exclui o valor de mercado dos derivados.

A referir que a rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito diz respeito essencialmente às margin calls por parte dos contrapartes nas operações de derivados e repos e, ainda, a operações de compensação. A rubrica Aplicações em instituições de crédito é composta integralmente por depósitos junto de outras instituições bancárias do Banif Grupo Financeiro.

Os activos financeiros, por rubrica de balanço do BBI Consolidado (incluindo subsidiárias), apresentam a seguinte exposição ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2010:

	EXPOSIÇÃO MÁXIMA	COLATERAIS	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	71 406	0	71 406
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	187 677	42 107	145 570
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	251 392	4 865	246 528
CRÉDITO A CLIENTES	470 626	360 649	109 977
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	60 391	0	60 391
TOTAL DE EXPOSIÇÃO A RISCO DE CRÉDITO	1 041 492	407 620	633 871

Valores líquidos de imparidade. Montante dos colaterais considerado até ao montante da exposição.

Ao nível individual do BBI:

	EXPOSIÇÃO MÁXIMA	COLATERAIS	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	35 760	0	35 760
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	192 265	42 107	150 158
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	278 103	4 865	273 239
CRÉDITO A CLIENTES	466 751	355 254	111 498
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	60 391	0	60 391
TOTAL DE EXPOSIÇÃO A RISCO DE CRÉDITO	1 033 271	402 225	631 047

Valores líquidos de provisões. Montante dos colaterais considerado até ao montante da exposição.

A assinalar que a rubrica Crédito a Clientes inclui uma carteira de títulos no valor de quase €70 milhão contabilizada ao custo amortizado, constituída essencialmente por produtos estruturados (ABS, CDO, CLO), classificada em termos de IAS como Loans & Receivables (LaR). Excluindo estes instrumentos, o valor do crédito concedido, líquido de imparidade, ascendia a cerca de €400 milhões em termos consolidados (em base individual, €396 milhões líquido de provisões) a 31 de Dezembro de 2010, dos quais €361 milhões (€355 milhões em base individual) encontravam-se colateralizados por garantias reais, entre as quais, hipotecas sobre imóveis e penhor sobre valores mobiliários, representando um rácio superior a 85%. A assinalar que mais de €100 milhões da carteira no final do ano são respeitantes a operações de Project e Acquisition Finance.

Concentração de risco de crédito do BBI individual por sector de actividade a 31 de Dezembro de 2010:

	EXPOSIÇÃO MÁXIMA	COLATERAIS	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
INDÚSTRIA	6 614	0	6 614
CONSTRUÇÃO	41 647	39 868	1 779
VENDAS A RETALHO	754	0	754
SERVIÇOS	25 772	0	25 772
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E SEGURADORAS	133 743	0	133 743
SECTOR PÚBLICO	174 403	0	174 403
OUTROS	620 055	332 099	287 957
PARTICULARES	30 283	30 258	25
TOTAL DE EXPOSIÇÃO A RISCO DE CRÉDITO	1 033 271	402 225	631 046

Valores líquidos de provisões.

Em termos de repartição por sector, note-se que a componente do sector público, no montante de €174 milhões a 31 de Dezembro de 2010, corresponde na totalidade a dívida pública ou dívida garantida por uma administração central, dos quais €170 milhões (ou 98%) dizem respeito a risco soberano português (dívida pública ou garantida pelo Estado português).

Concentração de risco de crédito por região geográfica em 31 de Dezembro de 2010:

	EXPOSIÇÃO MÁXIMA	COLATERAIS	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
PORTUGAL	747 798	304 524	443 274
UNIÃO EUROPEIA	107 339	28 946	78 393
RESTO DA EUROPA	0	0	0
AMÉRICA DO NORTE	43 346	12 608	30 738
AMÉRICA LATINA	116 422	47 603	68 819
RESTO DO MUNDO	18 366	8 544	9 822
TOTAL DE EXPOSIÇÃO A RISCO DE CRÉDITO	1 033 271	402 225	631 046

Valores líquidos de provisões.

Os quadros seguintes apresentam a repartição de todos os activos financeiros por qualidade de crédito, cujas notações têm por base o mapeamento dos ratings externos atribuídos pelas principais agências internacionais Moodys, Fitch e S&P. A métrica de atribuição do rating seguiu a metodologia standard do novo acordo de Basileia (Basel II), escolhendo-se o pior dos dois melhores ratings no caso de haver notações diferenciados para o mesmo activo. A classificação High Grade corresponde a ratings entre [AAA e A-], Standard Grade a [BBB+ a BBB-] e Sub-Standard Grade a ratings iguais ou inferiores a BB+. As posições em crédito ou títulos que não possuam rating externo atribuído por nenhuma das três principais agências internacionais são classificadas como Not Rated. Entre as exposições sem rating externo, no montante total de €658 milhões a 31 de Dezembro de 2010, a principal fatia, correspondente a 66%, diz respeito à concessão de crédito a empresas e particulares, nomeadamente crédito com hipoteca de imóveis ou com penhor de valor mobiliários e operações de *Project Finance* e *Acquisition Finance*. O peso dos activos sem *rating* na carteira Outros Activos financeiros ao justo valor através de resultados é também significativo, ascendendo a cerca de €146 milhões, para o qual contribui largamente o investimento em unidades de participação de fundos (€138 milhões), os quais não possuem rating externo atribuído. Da exposição a fundos de investimento, cerca de €42 milhões encontram-se colateralizados por depósitos-caução junto do BBI, pelo que a respectiva exposição ao risco é nula; o remanescente diz respeito quase na totalidade a fundos geridos por entidades do Grupo Banif ou participadas.

Decomposição dos activos financeiros do BBI individual por qualidade do crédito, por rubrica de balanço a 31 de Dezembro de 2010:

	HIGH GRADE	STANDARD GRADE	SUB-STANDARD GRADE	NOT RATED	TOTAL
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	2 364	16 196	4 178	13 023	35 760
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	43 723	0	2 164	146 377	192 265
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	173 455	36 450	1 021	67 177	278 103
CRÉDITO A CLIENTES	10 654	7 649	17 256	431 192	466 751
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	36 701	22 355	1 335	0	60 391
TOTAL DE EXPOSIÇÃO A RISCO DE CRÉDITO	266 897	82 650	25 955	657 769	1 033 271

Valores líquidos de provisões.

36.5. RISCO DE MERCADO

No quadro seguinte, apresenta-se o cálculo do *Value-at-Risk* (VaR) para carteira de títulos de negociação do BBI Consolidado, que inclui as carteiras dos fundos de investimento e outras subsidiárias, que ascendia a €79 milhões em valores absolutos, desagregado por €71 milhões de posições longas e €8 milhões de posições curtas. Esta rubrica contabilística é a que apresenta maior diferença entre as contas consolidadas e individuais do Banco por via da incorporação das carteiras dos fundos de investimento, e que no Banco se encontram registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda (reflectido no respectivo decréscimo nas contas consolidadas).

Para o cálculo desta métrica de risco foi utilizado o software especializado BarraOne, propriedade da “MSCI Barra”, tendo sido calculado o VaR com um horizonte de 10 dias e uma probabilidade de 99%, em linha com as boas práticas internacionais, em particular, seguindo as recomendações constantes do acordo de capital de Basileia.

A 31 de Dezembro 2010, o VaR da carteira de negociação em base consolidada ascendia a cerca de €1,2 milhões, representando 2% do valor de mercado líquido da carteira. O sistema rejeitou do cálculo do VaR activos cujo valor de mercado ascendia a cerca de €15 milhões, por inexistência de informação de mercado para a análise do risco, correspondente essencialmente a um fundo de capital de risco e de arte.

A decomposição do VaR por tipo de risco relativa à carteira de negociação do BBI Consolidado, a 31 de Dezembro de 2010 é a seguinte:

	VAR DA CARTEIRA (€ MIL)
RISCO TOTAL	1 192
RISCO DE MERCADO	1 209
RISCO GLOBAL (FACTORES COMUNS)	1 196
ACÇÕES	1 122
SECTOR	1 113
ESTILO	71
OBRIGAÇÕES	393
CURVA DE RENDIMENTO	339
SPREAD	120
MERCADOS EMERGENTES	157
CORRELAÇÃO - FACTORES COMUNS	(476)
RISCO ESPECÍFICO	176
RISCO CAMBIAL	684
CORRELAÇÃO MOEDA / MERCADO	(701)

Fonte: Barra One

Nos quadros seguintes, é apresentado o VaR para a carteira de negociação em base individual do BBI. A carteira de títulos de negociação do Banco ascendia a cerca de €43 milhões em valores absolutos (€35 milhões de posições longas e €8 milhões de posições curtas) composta essencialmente por títulos de renda fixa, em que a componente de acções apresenta um valor imaterial.

A decomposição do VaR do BBI individual por tipo de títulos a 31 de Dezembro de 2010 é a seguinte:

	VAR DA CARTEIRA (€ MIL)	VAR % CARTEIRA
ACÇÕES	5	15,9
OBRIGAÇÕES	587	2,0
EFEITO DIVERSIFICAÇÃO	(6)	N.A.
TOTAL	586	2,0

A decomposição do VaR do BBI individual por tipo de risco, a 31 de Dezembro de 2010 é a seguinte:

	DESVIO PADRÃO	% RISCO DA CARTEIRA	VARIÂNCIA DA CARTEIRA	VAR DA CARTEIRA EMIL
RISCO DE MERCADO LOCAL	2,48	32,2%	6,16	333
RISCO GLOBAL (FACTORES COMUNS)	2,24	26,2%	5,01	300
INDÚSTRIA	0,03	0,0%	0,00	4
ESTILO	0,01	0,0%	0,00	2
TAXA DE JURO (YIELD CURVE)	1,82	17,3%	3,30	244
SPREAD	0,91	4,3%	0,83	122
MERCADOS EMERGENTES	1,33	9,2%	1,77	178
CORRELAÇÃO - FACTORES COMUNS	N.A.	-4,7%	-0,89	N.A.
RISCO ESPECÍFICO (SELECÇÃO)	1,07	6,0%	1,15	144
RISCO CAMBIAL	3,94	81,4%	15,56	529
CORRELAÇÃO MOEDA / MERCADO	N.A.	-13,6%	-2,59	N.A.
RISCO TOTAL	4,37	100,0%	19,12	586

A 31 de Dezembro 2010, o VaR da carteira de negociação do BBI individual ascendia a cerca de €586 mil, representando 2% do valor de mercado líquido da carteira. O risco decorrente da exposição a acções é completamente imaterial, traduzindo-se num VaR de €5 mil. O VaR global da carteira de negociação do BBI correspondia a menos de 1% dos fundos próprios de base (Tier 1) da instituição.

36.6. RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

Conforme referido anteriormente, à excepção do Banco, o risco cambial das restantes subsidiárias é imaterial. As maiores exposições correspondiam às divisas em BRL e USD, respectivamente uma posição longa de €9,7 milhões e uma posição curta de €9,2 milhões, sendo as restantes moedas insignificantes.

A posição cambial do BBI individual, por divisa, a 31 de Dezembro de 2010 era a seguinte:

DIVISAS	POSIÇÕES LÍQUIDAS	
	LONGAS	CURTAS
USD		9 178,5
GBP		5,1
CHF	134,5	
JPY	1,6	
SEK	2,1	
NOK	71,0	
DKK	26,3	
CAD	5,8	
ZAR	0,3	
AUD	0,0	
MOP		
BRL	9 738,7	
PLN	6,0	
HUF	0,4	
TRY	0,3	

36.7. RISCO DE TAXA DE JURO

A desagregação dos activos e passivos financeiros do Banco, em base individual, por prazos de refixação da taxa de juro em 31 de Dezembro de 2010 é a seguinte:

	< 1 MÊS	1 A 3 MESES	3 A 6 MESES	6 A 9 MESES	9 MESES A 1 ANO	1 A 2 ANOS	2 A 3 ANOS	3 A 4 ANOS	4 A 5 ANOS	> = 5 ANOS	NÃO SENSÍVEL	TOTAL
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	1 269	1 269	4 590	503	745	8 429	2 583	2 271	1 964	12 182	114 791	150 595
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	1 264	1 375	12 012			39 320		80			138 214	192 265
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	13 012	4 865	27 487		5 919	72 896	14 411	8 937	24 502	64 273	41 800	278 103
DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	11 400										89 878	101 278
CRÉDITOS E OUTROS VALORES A RECEBER	110 366	198 415	124 845		19 117					393	13 615	466 751
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	12 951	16 037	6 463			10 801	2 435	6 847		4 857		60 391
OUTROS ACTIVOS	2 633	25 756									44 893	73 282
TOTAL DE ACTIVOS	152 896	247 717	175 398	503	25 781	131 446	19 429	18 135	26 466	81 704	443 191	1 322 666
DEPÓSITOS DE BANCOS CENTRAIS	122 185	165 443										287 628
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO			39			168	737	92	1 408	5 885	109 697	118 027
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	492 519	97 022	38 428	10 900	1 750	8 780				45 220	116 563	811 181
DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	283 907	40 959	27 797	8 400	1 000					42 107	95 125	499 294
DEPÓSITOS DE EMPRESAS	205 411	49 534	9 342	2 500	630	8 553				3 113	16 743	295 826
DEPÓSITOS DE PARTICULARES	3 202	6 530	1 288		120	227					4 695	16 061
PASSIVOS SUBORDINADOS		15 000	15 000								33	30 033
OUTROS PASSIVOS											14 827	14 827
TOTAL DE PASSIVOS	614 704	277 466	53 467	10 900	1 750	8 948	737	92	1 408	51 105	241 121	1 261 697

Valores líquidos de provisões.

No quadro abaixo, é apresentada uma análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária do BBI, em base individual, única entidade sujeita a este reporte prudencial, tendo por base os parâmetros definidos pela entidade de supervisão. Esta análise assenta no cenário de um choque standard de 200 p.b. na taxa de juro, e respectivo impacto na situação líquida e na margem financeira anual do Banco, em termos individuais, tendo por base os pressupostos assumidos de acordo com a Instrução 19/2005 do Banco de Portugal.

Análise de sensibilidade do impacto de uma variação de 200 p.b. na curva de taxas de juro por moedas relevantes, a 31 de Dezembro de 2010:

	2010	2009	
EUR	IMPACTO NA SITUAÇÃO LÍQUIDA	-15 733	-6 232
	FUNDOS PRÓPRIOS	90 252	87 896
	IMPACTO NOS FUNDOS PRÓPRIOS, EM %	-17%	-7%
	IMPACTO NA MARGEM FINANCEIRA, A 12 MESES	-8 204	-2 196
	MARGEM FINANCEIRA	13 911	10 658
	IMPACTO NA MARGEM FINANCEIRA ANUAL, EM %	-59%	-21%
EUR	IMPACTO NA SITUAÇÃO LÍQUIDA	5 510	5 540
	FUNDOS PRÓPRIOS	90 252	87 896
	IMPACTO NOS FUNDOS PRÓPRIOS, EM %	6%	6%
	IMPACTO NA MARGEM FINANCEIRA, A 12 MESES	-1 106	-1 029
	MARGEM FINANCEIRA	13 911	10 658
	IMPACTO NA MARGEM FINANCEIRA ANUAL, EM %	-8%	-10%
TOTAL	IMPACTO NA SITUAÇÃO LÍQUIDA	-10 223	-692
	FUNDOS PRÓPRIOS	90 252	87 896
	IMPACTO NOS FUNDOS PRÓPRIOS, EM %	-11%	-1%
	IMPACTO NA MARGEM FINANCEIRA, A 12 MESES	-8 204	-3 225
	MARGEM FINANCEIRA	13 911	10 658
	IMPACTO NA MARGEM FINANCEIRA ANUAL, EM %	-59%	-30%

36.8. RISCO DE LIQUIDEZ

A desagregação dos activos e passivos financeiros do Banco, em base individual, por prazos de residual de maturidade a 31 de Dezembro de 2010 é a seguinte:

	< 1 MÊS	1 A 3 MESES	3 MESES A 1 ANO	1 A 5 ANOS	> 5 ANOS	INDT.	TOTAL
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	646	1 126	2 847	17 987	13 199	114 791	150 595
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	0	0	3 059	49 728	1 264	138 214	192 265
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	0	0	8 030	162 438	65 835	41 800	278 103
DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	14 033	25 756	0	0	0	89 876	129 665
CRÉDITOS E OUTROS VALORES A RECEBER	26 068	12 640	206 653	89 822	117 953	13 615	466 751
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	0	5 004	15 656	33 439	6 293	0	60 391
OUTROS ACTIVOS	0	0	0	0	0	44 895	44 895
TOTAL DE ACTIVOS	40 746	44 526	236 244	353 413	204 545	443 191	1 322 666
DEPÓSITOS DE BANCOS CENTRAIS	122 185	165 443	0	0	0	0	287 628
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	0	0	39	2 405	5 885	109 697	118 027
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	492 519	78 637	51 077	27 165	45 220	116 563	811 181
<i>DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO</i>	283 907	40 173	37 197	786	42 107	95 125	499 294
<i>DEPÓSITOS DE EMPRESAS</i>	205 411	31 934	12 472	26 153	3 113	16 743	295 826
<i>DEPÓSITOS DE PARTICULARES</i>	3 202	6 530	1 408	227	0	4 695	16 061
PASSIVOS SUBORDINADOS	0	0	0	0	30 000	33	30 033
OUTROS PASSIVOS	0	0	0	0	0	14 827	14 827
TOTAL DE PASSIVOS	614 704	244 080	51 116	29 571	81 105	241 121	1 261 697

Valores líquidos de provisões.

37. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O detalhe desta rubrica em 31 de Dezembro de 2010 é a seguinte

CARTEIRA DE ACTIVOS FINANCEIROS	VALOR DE BALANÇO	JUSTO VALOR	
		VALOR DE MERCADO OU COTAÇÃO	ANÁLISE DE MERCADO
ACTIVO			
Activos Financeiros detidos para negociação	186 241	186 241	
Outros Activos Financeiros ao JV	187 677	186 304	1 372
Activos Financeiros disponiveis para venda	251 392	251 392	
Investimentos detidos até à maturidade	60 391	60 291	
Empréstimos e outras contas a receber	67 786	66 288	36 909
PASSIVO			
Passivos Financeiros para negociação	118 027	118 027	

OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	VALOR DE BALANÇO	JUSTO VALOR	
		VALOR DE MERCADO OU COTAÇÃO	ANÁLISE DE MERCADO
ACTIVO			
Crédito a Clientes	402 840	402 840	
Outros Activos Financeiros	12 604	12 604	
PASSIVO			
Recursos de clientes e outros empréstimos	292 597	292 597	

Para créditos inferiores a um ano considerou-se que o valor registado em balanço é uma aproximação fiável do seu justo valor. Para créditos superiores a um ano com taxa indexada, considerou-se igualmente que o valor de balanço é uma aproximação fiável ao justo valor.

Para os depósitos até um ano ou sem maturidade definida, nos quais se inclui depósitos sem taxa de juro associada, considerou-se que o montante reembolsável na data de reporte é uma aproximação fiável ao justo valor.

Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela Bloomberg. Os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário, enquanto que os prazos superiores a um ano são através das cotações dos swaps de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS – ME, EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO)

PRAZO	MOEDA	
	EUR	USD
1 DIA	0,25%	0,20%
7 DIAS	0,35%	0,23%
15 DIAS	0,43%	0,23%
1 MÊS	0,62%	0,23%
2 MESES	0,78%	0,25%
3 MESES	0,96%	0,29%
4 MESES	1,07%	0,34%
5 MESES	1,16%	0,40%
6 MESES	1,26%	0,46%
7 MESES	1,31%	0,51%
8 MESES	1,35%	0,56%
9 MESES	1,40%	0,62%
10 MESES	1,44%	0,56%
11 MESES	1,48%	0,51%
1 ANO	1,53%	0,45%
2 ANOS	1,56%	0,83%
3 ANOS	1,89%	1,31%
4 ANOS	2,23%	1,76%
5 ANOS	2,56%	2,21%
6 ANOS	2,75%	2,54%
7 ANOS	2,93%	2,86%
8 ANOS	3,06%	3,04%
9 ANOS	3,19%	3,23%
10 ANOS	3,32%	3,41%
20 ANOS	3,70%	4,03%
30 ANOS	3,50%	4,13%

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



38. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

RUBRICAS	ELEMENTOS CHAVE GESTÃO	MEMBROS PRÓXIMOS DA FAMÍLIA DOS ELEMENTOS CHAVE DE GESTÃO	ENTIDADES ASSOCIADAS	ACCIONISTAS	OUTRAS ENTIDADES
Disponibilidades em outras instituições de crédito					264
Activos financeiros detidos para negociação				2 274	
Crédito a clientes				9 637	139
Outros activos			1 664	36	4 043
Recursos de outras instituições de crédito			5 000		
Recursos de clientes e outros empréstimos	51	107	49 317	846	8 139
Provisões			5	96	
Outros passivos			93		5 237
Juros e rendimentos similares				36	
Juros e encargos similares			(93)		
Rendimentos de serviços e comissões			1 114		
Encargos com serviços e comissões					2 275
Resultados de activos e passivos aval. ao justo valor através de resultados				(84)	
Custos com pessoal	(440)				(220)
Gastos gerais administrativos					(74)
Provisões líquidas de reposições e anulações			15	(26)	

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares e são realizadas em condições normais de mercado.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

39. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2010, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos.

O Técnico Oficial de Conta

O Conselho de Administração

7. ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

7.1 - INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ART.º 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Informação sobre o movimento de acções e obrigações realizadas pelos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal durante o exercício de 2010, em conformidade com o disposto no Artº 447º do Código das Sociedades Comerciais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

Em 31 de Dezembro de 2010 possuía 1.714.113 acções da Banif - SCPS, SA – Sociedade Aberta, tendo efectuado, durante o ano em curso, os seguintes movimentos de acções daquela sociedade:

NÚMERO DE NEGÓCIO	DATA DA SESSÃO	DATA LIQUIDAÇÃO	QUANTIDADE DE ACÇÕES ADQUIRIDAS	PREÇO UNITÁRIO (EM EURO)	PREÇO GLOBAL (EM EURO)
143	27-Abr	30-Abr	52	1,000 e	52,00 e
144	27-Abr	30-Abr	300	1,000 e	300,00 e
145	27-Abr	30-Abr	12867	1,000 e	12.867,00 e
151	27-Abr	30-Abr	4568	1,000 e	4.568,00 e
152	27-Abr	30-Abr	3073	1,000 e	3.073,00 e
153	27-Abr	30-Abr	9140	1,000 e	9.140,00 e
TOTAL DA TRANSACÇÃO:			30.000		30.000,00 e
79	28-Abr	03-Mai	11.673	0,940 e	10.972,62 e
80	28-Abr	03-Mai	25.000	0,940 e	23.500,00 e
81	28-Abr	03-Mai	5.000	0,940 e	4.700,00 e
82	28-Abr	03-Mai	600	0,940 e	564,00 e
83	28-Abr	03-Mai	1.793	0,940 e	1.685,42 e
84	28-Abr	03-Mai	934	0,940 e	877,96 e
TOTAL DA TRANSACÇÃO:			45.000		42.300,00 e
186	03-Mai	06-Mai	12.369	0,930 e	11.503,17 e
187	03-Mai	06-Mai	20.305	0,930 e	18.883,65 e
188	03-Mai	06-Mai	12.326	0,930 e	11.463,18 e
TOTAL DA TRANSACÇÃO:			45.000		41.850,00 e
43	05-Mai	10-Mai	1.000	0,860 e	860,00 e
44	05-Mai	10-Mai	2.000	0,860 e	1.720,00 e
45	05-Mai	10-Mai	5.000	0,860 e	4.300,00 e
46	05-Mai	10-Mai	2.707	0,860 e	2.328,02 e
47	05-Mai	10-Mai	9.500	0,870 e	8.265,00 e
48	05-Mai	10-Mai	7.500	0,870 e	6.525,00 e
49	05-Mai	10-Mai	10.000	0,870 e	8.700,00 e
50	05-Mai	10-Mai	2.000	0,870 e	1.740,00 e
51	05-Mai	10-Mai	293	0,870 e	254,91 e
57	05-Mai	10-Mai	10.000	0,860 e	8.600,00 e
TOTAL DA TRANSACÇÃO:			50.000		43.292,93 e

Em 21/12/10 adquiriu 214.264 acções da BANIF - SCPS, SA, na operação de aumento de capital desta Sociedade, subscritas nessa data, por reserva de preferência, ao preço de € 1,00 por acção.

Era titular, em 31/12/2010, de 1 acção (1) do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, 1 acção (1) do Banif - Banco de Investimento (Brasil) e 1 acção (1) da Banif – Corretora de Valores e Câmbio, SA.

Relativamente às entidades previstas no nº 2 do Artº 447º, nenhuma é titular ou transaccionou acções ou obrigações do Banif - Banco de Investimento, ou de sociedades que com ele estejam em relação de domínio ou de grupo, durante o ano em referência.

Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes

Em 31 de Dezembro de 2010, era titular de 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A., de 1 acção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A., de 1 acção da Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A., de 1 acção da Econofinance, S.A. (todas acções preferenciais sem direito a voto), e de 1 acção da Banif Gestão de Ativos (Brasil) – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (acção ordinária com direito a voto), não tendo efectuado nenhuma transacção no período me causa.

Relativamente às entidades previstas no nº 2 do Artº 447º, nenhuma é titular ou transaccionou acções ou obrigações do Banif - Banco de Investimento ou de sociedades que com ele estejam em relação de domínio ou de grupo, durante o ano em referência.

Dr. Nuno José Roquette Teixeira

Em 31 de Dezembro de 2010, era titular de 1 acção preferencial sem direito a voto do Banif - Banco de Investimento (Brasil), 1 acção preferencial sem direito a voto da Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.. não tendo efectuado nenhuma transacção no período me causa.

Relativamente às entidades previstas no nº 2 do Artº 447º, nenhuma é titular ou transaccionou acções ou obrigações do Banif - Banco de Investimento ou de sociedades que com ele estejam em relação de domínio ou de grupo, durante o ano em referência.

Dr. José Paulo Baptista Fontes

Em 31 de Dezembro de 2010, era titular de 8.898 acções da Banif S.C.P.S., S.A., , 10.000 obrigações Euroinvest Série 10 e 15 Obrigações Banif-SCPS 2010/2013, tendo efectuado durante 2010 as seguintes transacções:

- Em 15 de Outubro de 2010 vendeu 25 obrigações perpétuas do Banif - Banco de Investimento ao preço unitário de € 1.000,00;
- Em 21 de Dezembro de 2010 adquiriu 1.112 acções da Banif S.C.P.S., S.A., ao preço unitário de € 1,00 no âmbito do exercício do direito de preferência do aumento de capital;
- Em 23 de Dezembro de 2010 adquiriu 15 obrigações da Banif S.C.P.S. 2010/2013, ao preço unitário de € 1.000,00.

Relativamente às entidades previstas no nº 2 do Artº 447º, nenhuma é titular ou transaccionou acções ou obrigações do Banif - Banco de Investimento ou de sociedades que com ele estejam em relação de domínio ou de grupo, durante o ano em referência.

Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques

Em 31 de Dezembro de 2010, era titular de 1 acção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), 1 acção da Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (ambas acções preferenciais nominativas sem voto), 1 acção da Banif Cestão de Ativos – SCFIM (Brasil), S.A. (acção ordinária com direito a voto), 50 obrigações perpétuas subordinadas do Banif - Banco de Investimento (Upper Tier II) e 3 obrigações subordinadas Banif 2009/2019.

Relativamente às entidades previstas no nº 2 do Artº 447º, nenhuma é titular ou transaccionou acções ou obrigações do Banif - Banco de Investimento ou de sociedades que com ele estejam em relação de domínio ou de grupo, durante o ano em referência.

Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal

Em 31 de Dezembro de 2010, possuía 13 acções do Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A.

Relativamente às entidades previstas no nº 2 do Artº 447º, nenhuma é titular ou transaccionou acções ou obrigações do Banif - Banco de Investimento ou de sociedades que com ele estejam em relação de domínio ou de grupo, durante o ano em referência.

Dr. Carlos Eduardo Pais e Jorge

Em 31 de Dezembro de 2010, não era titular, nem possuiu durante o ano de 2010, quaisquer acções ou obrigações do Banif - Banco de Investimento, ou de qualquer sociedade com a qual esta esteja em relação de domínio ou de grupo.

Relativamente às entidades previstas no nº 2 do Artº 447º, nenhuma é titular ou transaccionou acções ou obrigações do Banif - Banco de Investimento ou de sociedades que com ele estejam em relação de domínio ou de grupo, durante o ano em referência.

Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira

Em 31 de Dezembro de 2010 era titular de 1 acção do Banif - Banco de Investimento (Brasil) e de 1 acção da Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A (ambas acções preferenciais sem direito a voto).

Relativamente às entidades previstas no nº 2 do Artº 447º, nenhuma é titular ou transaccionou acções ou obrigações do Banif - Banco de Investimento ou de sociedades que com ele estejam em relação de domínio ou de grupo, durante o ano em referência.

Dr. Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos

Em 31 de Dezembro de 2010, era titular de 50.000 obrigações do Banif - Banco de Investimento (Brasil).

Não possuiu durante o ano de 2010, nem transaccionou nesse ano, quaisquer outras acções ou outros valores mobiliários de qualquer empresa integrada no Grupo Banif.

Relativamente às entidades previstas no nº 2 do Artº 447º, nenhuma é titular ou transaccionou acções ou obrigações do Banif - Banco de Investimento ou de sociedades que com ele estejam em relação de domínio ou de grupo, durante o ano em referência.

Dr. João Manuel Mora de Ibérico Nogueira

Em 31 de Dezembro de 2010, a sociedade Iberparticipa, S.C.P.S., S.A., por si controlada, era titular de 1.820.000 acções da Banif S.C.P.S., S.A., de 1.820.000 Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis Banif SCPS SA e de 2.638 obrigações de caixa subordinadas “Banco Mais 2004/2011” com o valor nominal de € 50,00.

Não transaccionou, a título pessoal, acções ou obrigações do Banif - Banco de Investimento ou de sociedades que com ele estejam em relação de domínio ou de grupo, durante o ano em referência.

Dr. Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme

Em 31 de Dezembro de 2010, não era titular, nem possuiu durante o ano de 2010, quaisquer acções ou obrigações da Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., ou de qualquer sociedade com a qual esta esteja em relação de domínio ou de grupo.

Relativamente às entidades previstas no nº 2 do Artº 447º, nenhuma é titular ou transaccionou acções ou obrigações do Banif - Banco de Investimento ou de sociedades que com ele estejam em relação de domínio ou de grupo, durante o ano em referência.

CONSELHO FISCAL

Dr. Fernando Mário Teixeira de Almeida

Em 31 de Dezembro de 2010 era titular, a título individual, de 213.847 acções da Banif S.C.P.S., S.A., tendo efectuado durante 2010 as seguintes transacções:

- Em 03 de Maio de 2010 adquiriu 10.000 acções da Banif S.C.P.S., S.A., ao preço unitário de € 0,93; Em 05 de Maio de 2010 adquiriu 10.000 acções da Banif S.C.P.S., S.A., ao preço unitário de € 0,87 (atribuição por rateio).
- Em 31 de Dezembro de 2010 em nome da sociedade familiar Quinta de Sourinho – Agricultura e Turismo, Lda., era titular de 220.238 acções da Banif S.C.P.S., S.A, não tendo efectuado qualquer operação em 2010.

Dr. José Luís Pereira de Macedo

Em 31 de Dezembro de 2010 não era titular, nem possuiu durante o ano de 2010, quaisquer acções ou obrigações do Banif - Banco de Investimento, ou de qualquer sociedade com a qual este esteja em relação de domínio ou de grupo.

Sr. Rui Manuel Braga de Almeida

Em 31 de Dezembro de 2010 era titular de 2.468 acções da Banif S.C.P.S., S.A., tendo efectuado durante 2010 a seguinte transacção:

- Em 21 de Dezembro de 2010 adquiriu 308 acções da Banif S.C.P.S., S.A., ao preço unitário de € 1,00 por subscrição na Reserva de Preferência aquando do aumento de capital daquela sociedade.

7.2 INFORMAÇÃO SOBRE AS ACÇÕES E OBRIGAÇÕES DE SOCIEDADES DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO TRANSACCIONADAS E/OU DETIDAS DURANTE O EXERCÍCIO, POR SOCIEDADES DO MESMO GRUPO:

Informação sobre as acções e obrigações de sociedades do Banif - Grupo Financeiro transaccionadas e/ou detidas durante o exercício, por sociedades do mesmo Grupo:

BANIF - SCPS, S.A.		MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2010	
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	
Acções Banif Mais, SGPS, SA					17 500 000	216 741 739,51	
Acções Banif - Investimentos, SGPS, SA					1 998 000	9 968 963,20	
Acções Banif Comercial, SGPS, SA					47 488 000	239 324 646,71	
Acções Banif - Imobiliária, SA					150 000	985 375,25	
Acções Rentipar Seguros, SGPS, SA	Aumento do Capital Social	03-03-10	4 706 878				
	Aquisição ao Banif, SA	31-03-10	3 814 651				
					12 930 529	72 243 800,49	
Acções Banco Caboverdiano de Negócios, SA					465 182	5 129 647,00	
Acções Banif Bank Malta PLC					17 999 999	17 999 999,60	
Acções Banca Pueyo, SA					9 996 000	49 363 497,59	
Acções Bankpime					25 169 037	13 970 000,00	
Banif Holding (Malta) PLC					1 998	1 998,00	
Acções Banieuropa, SL					100 000	100 000,00	
Acções Imobiliária Vegas Altas					669	35 397 652,20	

Banif Comercial, SCPS, SA		MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2010	
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	
Acções Banif Co					20 000 000	19 651 707,22	
Acções Banif – Banco Internacional do Funchal, SA	Aumento do Capital Social do Banif, SA	29-12-10	42 800 000	214 000 000,00	156 000 000	775 338 574,25	
Acções Banif (Açores) SGPS, SA					4 016 983	20 735 497,00	
Acções Banif Rent					60 000	500 000,00	
Acções Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA	Aumento do Capital Social do Banif (Brasil), SA	25-06-10	20 145 417	5 232 699,21	206 645 441	57 726 740,18	
Acções Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA	Aumento do Capital Social do Banif (Brasil), SA	25-06-10	3 602 907	935 754,42	40 534 391	10 323 171,62	
Acções Banif International Bank, Ltd					25 000	25 000,00	
Acção Banif Bank Malta PLC					1	0,40	

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA		MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2010	
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	
Papel Comercial:							
Banif CO 42ª Emissão	Saída	26-02-2010	5 000 000	5 000 000,00			
Banif CO 44ª Emissão	Entrada	26-05-2010	20 000 000	20 000 000,00			
Banif CO 44ª Emissão	Saída	26-08-2010	20 000 000	20 000 000,00			
Banif CO 45ª Emissão	Entrada	26-08-2010	20 000 000	20 000 000,00			
Banif CO 45ª Emissão	Saída	26-11-2010	20 000 000	20 000 000,00	0	0,00	
Acções Preferenciais:							
Acções Pref Banif Finance FLT PRP	Entrada	06-09-2010	93 000	88 350,00			
	Entrada	20-10-2010	223 000	217 158,50			
	Entrada	25-10-2010	4 000	4 000,00			
	Entrada	27-10-2010	27 000	25 650,00	604 000	586 898,95	
Obrigações Banif Finance FLT DEZ 14	Entrada	20-10-2010	500 000	497 527,50			
Obrigações Banif Finance Sub DEZ 19	Entrada	29-09-2010	92 000	69 000,00			
Obrigações Banif Fin. 5% NOV 13 USD	Entrada	23-11-2010	3 071 000	3 071 000,00 USD			
	Saída	24-11-2010	304 000	304 000,00 USD			
	Entrada	24-11-2010	250 000	250 000,00 USD			
	Saída	02-12-2010	153 000	153 000,00 USD			
	Saída	03-12-2010	100 000	100 000,00 USD			
	Saída	07-12-2010	769 000	769 000,00 USD			
	Saída	16-12-2010	200 000	200 000,00 USD			
	Saída	21-12-2010	1 128 000	1 128 000,00 USD			
	Saída	30-12-2010	400 000	400 000,00 USD			
		Entrada	31-12-2010	9 196 000	9 243 257,22 USD	9 463 000	9 511 629,30 USD
Obrigações Banif Fin. 6% NOV 13	Entrada	23-11-2010	2 176 000	2 176 000,00			
	Saída	24-11-2010	260 000	260 000			
	Saída	24-11-2010	472 000	472 000			
	Saída	25-11-2010	120 000	120 000			
	Saída	30-11-2010	187 000	187 000			
	Saída	06-12-2010	55 000	55 000			
	Saída	07-12-2010	501 000	501 000			
	Saída	13-12-2010	250 000	250 000			
	Saída	20-12-2010	280 000	280 000			
		Entrada	31-12-2010	7 359 000	7 404 380,00	7 410 000	7 455 703,50
Obrigações Banif CY ASF OUT 2010	Saída	28-10-2010	20 000	20 000,00	0		
Obrigações Residentes:							
Obrigações Banif Leasing							
Obrigações INV.TX VR 2016							
Obrigações Rentipar 2008/2012	Entrada	11-06-2010	160.000	160.000,00			
Obrigações Açoreana TX VR DEZ 17	Entrada	06-05-2010	40.000.000	40.000.000,00			
	Saída	06-05-2010	1.500.000	15.000.000			
	Saída	11-05-2010	5.000.000	5.000.000			
	Saída	18-05-2010	9.000.000	9.000.000			
Rentipar Seguros 2015	Entrada	31-12-2010	5.000.000	5.036.284,72	29 500 000	24 681 027,78	

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA		MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2010	
VALORES MOBILIÁRIOS		OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Obrigações Banif SCPS 2008/2011		Entrada	06-01-2010	7.000	6.755,00		
		Entrada	07-01-2010	10.000	9.650,00		
		Entrada	11-01-2010	7.000	6.755,00		
		Entrada	15-01-2010	117.000	112.905,00		
		Entrada	21-01-2010	73.000	70.445,00		
		Entrada	22-01-2010	4.000	3.860,00		
		Entrada	25-01-2010	52.000	50.180,00		
		Entrada	29-01-2010	19.000	18.335,00		
		Entrada	02-02-2010	1.000	965,00		
		Saída	03-02-2010	290.000	281.300,00		
		Entrada	17-02-2010	5.000	4.825,00		
		Entrada	15-03-2010	5.000	4.825,00		
		Entrada	21-04-2010	74.000	71.410,00		
		Entrada	24-05-2010	1.000	965,00		
		Entrada	24-05-2010	2.000	1.930,00		
		Entrada	02-06-2010	6.000	5.790,00		
		Entrada	23-06-2010	74.000	71.410,00		
		Entrada	08-07-2010	4.000	3.860,00		
		Entrada	16-07-2010	10.000	9.650,00		
		Entrada	22-07-2010	10.000	9.650,00		
		Entrada	05-08-2010	27.000	26.055,00		
		Entrada	11-08-2010	1.000	965,00		
		Entrada	12-08-2010	19.000	18.335,00		
		Entrada	13-08-2010	21.000	20.265,00		
		Entrada	23-08-2010	7.000	6.755,00		
		Entrada	25-08-2010	7.000	6.755,00		
		Entrada	25-08-2010	558.000	538.470,00		
		Entrada	02-09-2010	3.000	3.895,00		
		Entrada	03-09-2010	7.000	6.755,00		
		Entrada	20-09-2010	44.000	42.460,00		
		Entrada	21-09-2010	15.000	14.475,00		
		Entrada	01-10-2010	2.000	1.930,00		
		Entrada	19-10-2010	7.000	6.755,00		
		Entrada	25-10-2010	10.000	9.650,00		
		Entrada	04-11-2010	10.000	9.650,00		
		Entrada	07-12-2010	3.000	2.895,00	933.000	940.915,99
Obrigações EMT 2005/2010		Saída	30-09-2010	382.000	382.000,00	0	0,00
Fundos Residentes Abertos:							
Infrainvest FEIA		Entrada	29-12-2010	980	94.979,05	60.980	5.666.408,18
Fundos Residentes Fechados:							
Fundo de Capital de Risco Capven						150	401.566,29
Banif Renda Habitação						10.000	10.046.453,00
Banif Imogest		Entrada	29-12-2010	1 788 535	67 150 188,87	1.788.535	67.943.225,29
Banif Gestão Imobiliária						25.000	23.249.245,00

Banif (Açores), SCPS, SA	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2010	
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Obrigações Açoreana TX VR DEZ17					950.000	950 000,00
Obrigações TRADE INV FLT2007/10	Reembolso Final	30-07-2010	6 374 000	6.136.877,63	0	0,00
Obrigações Rentipar Seguros 2010/2015	Aquisição	18-05-2010	9 000	9.000.000,00		
	Venda	31-12-2010	5 000	5.000.000,00	4.000	4 000 000,00
Obrigações Banif 08/18 CX SUB					546.000	546 000,00
Investador SCPS, SA					1.183.900	9 376 488,00
Habiprede, SA					5.000	1 250 000,00

CSA - Companhia de Seguros Açoreana, SA	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2010	
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Obrigações BANIF BI 07/49 TV 28/05/2049 CALL 2017					200.000,00	160.808,57
Obrigações BANIF 09/19 TV 30/06/2019					5.000.000,00	4.530.814,09
Obrigações BANIF 09/49 TF/TV 6,25% 30/12/2049 CALL 2014					17.500.000,00	17.685.605,98
Obrigações BCA 06/16 TV 23/10/2016 CALL 2011					1.800.000,00	1.783.981,91
Acções BANIF ACOR PENSOES SCFP					108.000,00	1.107.193,81
Acções Preferenc. BANIF FINANCE 08/49 TV 31/12/2049 CALL 2018					25.000.000,00	25.000.000,00
UP BANIF ACÇÕES PORTUGAL					359.721,00	1.503.885,57
UP BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND – FCR	Compra	30-06-2010	2.280,00	22.800.000,00	2.400,00	22.505.662,80
UP BANIF EURO ACÇÕES	Compra	06-08-2010	977.988,00	1.834.998,98	1.603.873,00	2.972.847,05
UP BANIF EURO CORPORATE	Compra	29-12-2010	9.764,00	40.998,06		
UP BANIF EURO CORPORATE	Compra	29-12-2010	2.381,00	9.997,58		
UP BANIF EURO CORPORATE	Compra	29-12-2010	952,00	3.997,54	13.097,00	55.205,89
UP BANIF BANIF IBERIA	Compra	06-08-2010	177.185,00	917.995,49	177.185,00	896.272,61
UP BANIF EURO OBRIGAÇÕES TAXA FIXA	Venda	21-10-2010	6.000,00	39.579,60		
UP BANIF EURO OBRIGAÇÕES TAXA FIXA	Venda	21-12-2010	35.530,00	221.735,62		
UP BANIF IMOCEST					257.879,00	9.796.359,03
UP BANIF IMOPREDIAL					5.504,00	41.331,18

Banif Investimentos, SCPS, SA	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2010	
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Quota Espaço Dez					1	1.358,39
Acções Banif – Banco de Investimento, SA					11.000.000	56.878.624,84
Acções Banif Comercial, SCPS, SA					8.512.000	50.220.800,00
Acções Banif (Cayman), Ltd					26.000.000	19.638.078,13
Acções Banif Brasil, Ltda					120.000	54.110,11
Acções Banif Securities Holding, Ltd					2.108	1.475.826,97
Acções Banif International Bank, Ltd					24.975.000	24.975.000,00
Acções Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	Aumento do Capital Social do BBI Brasil	25-06-10	22.412.344	11.250.000,00 BRL	187.084.575	27.006.210,89
Acções Banif International Holdings	Aquisição de participação social	31-12-10	15.008.874	15.008.874,15 USD	15.008.874	11.232.505,73

Banif Açor Pensões, SA		MOVIMENTOS				QUANTIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/2010
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR		
Banif - Banco de Investimento 2007-2049						250 000,00

Banif International Asset Management		MOVIMENTOS				QUANTIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/2011
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR		
Acções Banif Multifund, Ltd						100 USD

Numberone, SCPS, SA		MOVIMENTOS				QUANTIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/2011
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR		
Acções Banif Finance, Ltd.	Aumento capital social	31/12/09			99.000 / 74.090,70 EUR	

Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd	MOVIMENTOS				VALOR	MOEDA
VALORES MOBILIÁRIOS	POSICÃO 31/12/2010	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE		
Obrigações BANIF SFE USD MULT ACT 2005/2010 PTBAFIXE0001	0,00	Reembolso Final	26-02-10	3.115.000,00	3.115.000,00	USD
Obrigações BANIF 08/18 CX SUB PTBAFOXEX0003	507.000,00					EUR
Obrigações CX BCA 2007/2017 PTBCAIXE0004	612.800,00					EUR
Obrigações BANIF 01/11 CX SUB PTBAFCXE0003	8.720.000,00					EUR
Obrigações CX BCA 2007/2017 PTBCAFXE0007	1.488.250,00					EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ14 XS0208463306	650.000,00	Compra –OFB	29-01-10	400.000,00	360.000,00	EUR
		Compra –OFB	31-03-10	20.000,00	18.000,00	EUR
		Compra –OFB	30-04-10	50.000,00	44.000,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ2015 XS0239804445	6.410.000,00	Compra - OFB	31-03-10	30.000,00	25.950,00	EUR
		Compra - OFB	30-04-10	240.000,00	199.200,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT NOV10 XS0273479914	0,00	Compra-OFB	30-06-10	28.018.000,00	28.018.000,00	EUR
		Reembolso	05-11-10	28.018.000,00	28.018.000,00	EUR
		Final				
Obrigações BANIF FIN SUB PERP XS0280064204	0,00	Compra - OFB	28-01-10	90.000,00	63.000,00	EUR
		Compra - OFB	30-03-10	5.600.000,00	3.920.000,00	EUR
		Venda - OFB	31-08-10	5.690.000,00	3.840.750,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ16 XS0280064469	0,00	Compra - OFB	26-02-10	3.000.000,00	2.400.000,00	EUR
		Compra - OFB	30-04-10	5.000.000,00	4.100.000,00	EUR
		Compra - OFB	25-08-10	18.400.000,00	13.064.000,00	EUR
		Venda - OFB	31-08-10	26.400.000,00	19.536.000,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT PRP XS0337503154	3.661.000,000	Compra - OFB	18-05-10	100.000,00	70.000,00	EUR
Obrigações BANIF FIN 2009 (USD) XS0433827994	683.000,00					USD
Obrigações BANIF FIN 2009 (EUR) XS0433827994	5.735.000,00					EUR
Obrigações BANIF FIN SUB 3% DEZ19 XS0476077366	0,00	Venda – OFB	19-01-10	79.000,00	59.250,00	EUR
		Venda – OFB	20-01-10	1.330.000,00	997.500,00	EUR
		Venda – OFB	21-01-10	400.000,00	300.000,00	EUR
		Venda – OFB	29-01-10	10.000,00	7.500,00	EUR
		Venda – OFB	17-02-10	100.000,00	75.000,00	EUR
		Venda – OFB	18-05-10	92.000,00	69.000,00	EUR
		Venda – OFB	28-05-10	1.000.000,00	750.000,00	EUR
		Venda – OFB	31-12-10	88.853.000,00	68.638.942,50	EUR

Banif International Bank, Ltd (Bahamas)		MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2010	
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	
Obrigações BANIF FIN SUB DEZ14	Compra	02-11-10	274.000	246.600,00			
XS0208463306	Compra	13-12-10	800.000	540.000,00			
	Venda	31-12-10	800.000	540.000,00	274.000	246.600,00	
Obrigações BANIF FIN SUB 3% DEZ19	Compra	31-12-10	88.853.000	68.638.942,50	88.853.000	68.638.942,50	
XS0476077366							
Obrigações BANIF FIN SUB PERP	Compra	13-12-10	8.160.000	4.630.800,00			
XS0280064204	Venda	31-12-10	8.160.000	4.630.800,00	0	0,00	
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ 16	Compra	13-12-10	500.000	317.500,00			
XS0280064469	Venda	31-12-10	500.000	317.500,00	0	0,00	

Banif Holding (Malta) PLC		MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2010	
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	
Acções Banif Investimentos, SCPS, Prefs./VOTO					2 000	10.000,00	

Banif Bank Malta PLC		MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2010	
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	
Obrigações Banif SCPS 2008/2011							
PTBNFLOE0002	Compra	03-02-10	290.000	281.300,00	920.000		
OBRIGAÇÕES BANIF FIN 6% NOV 13	Transfer.	22-02-10	3.000.000	0,00			
XS0273479914	Reembolso	03-11-10	3.000.000	3.000.000,00			
	Final						
Obrigações BANIF FIN 6% NOV 13	Subscrição	10-12-10	10.000.000	10.028.330,00			
XS0568463367	Venda	20-12-10	50.000	50.000,00			
	Venda	22-12-10	545.000	545.000,00			
	Venda	23-12-10	936.000	936.000,00			
	Venda	27-12-10	404.000	404.000,00			
	Venda	28-12-10	112.000	112.000,00			
		28-12-10	350.000	350.000,00			
		29-12-10	194.000	194.000,00			
		30-12-10	50.000	50.000,00	7.359.000		
Obrigações BANIF FIN 5% NOV13 USD	Subscrição	10-12-10	10.000.000	10.023.610,00			
XS0568466030	Venda	21-12-10	208.000	208.000,00			
	Venda	22-12-10	184.000	184.000,00			
	Venda	23-12-10	196.000	196.000,00			
	Venda	28-12-10	216.000	216.000,00	9.196.000		

Banif Finance Ltd	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2010	
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Obrigações Banif Float 30 DEZ 2015					9.390	9.390.000,00
Obrigações Banif Float 30 DEZ 2015					2.736	2.257.200,00
Obrigações Banif sfe 09 FIT PRP					10.000	10.000.000,00
Obrigações BIB 6,5% PERP					10.000	10.000.000,00

Banif Mais SCPS, SA	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2010	
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Acções Banco Mais, SA					100.000.000	100.000.000,00
Acções Tecnocrédico ALD – Aluguer de Automóveis, SA					200.000	1.000.000,00
Quotas Margem – Mediação de Seguros, Lda.					3	6.234,97
Acções Banco Pecúnia, SA	Venda	10-02-10	577.256	38,700,000 RS	0	0,00
Acções TCC Investmentsb Luxembourg SARL					100	12.500,00
Obrigações de Caixa Subordinadas com Juro Suplementar Banco Mais 2004 / 2011					2	100,00

Banco Mais, SA	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2010	
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Acções Banif Plus Bank Zártkoruen Mukodo Reszvenytársaság						3.000.000.000
Obrigações BMORE 3 Class D	Amortização	26-03-10	28.350.000	28.350.000,00	1.500.000	HUF
	Parcial	22-02-10	1.104.812,37	1.104.812,37	0	0
Obrigações BMORE 4 Class E	Amortização	20-05-10	959.114,22	959.114,22		
	Parcial	20-08-10	790.992,68	790.992,68		
	Parcial	22-11-10	667.458,05	667.458,05	2.391.267,08	2.391.267,08
	Parcial					
Obrigações BMORE 5 Class B					41.250.000	41.250.000,00
Obrigações Atlantres Finance 3 Class C	Compra	29-07-10	1	6.125.173,00	1	6.125.173,00
Obrigações Rentipar Seguros SCPS, SA 2010/2015	Compra	31-12-10	100	5.000.000,00	100	5.000.000,00

TCC Investments Luxembourg, SARL	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2010	
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Obrigações BMORE 4 Class D5					80	4.000.000,00
Obrigações BMORE 4 Classe E	Amortização Parcial	22-02-10	473.491,02	473.491,02		
	Amortização Parcial	20-05-10	411.048,95	411.048,95		
	Amortização Parcial	20-08-10	338.996,86	338.996,86		
	Amortização Parcial	22-11-10	286.053,45	286.053,45	1.024.828,75	1.024.828,75
Obrigações BMORE 5 Class C					2.750.000	2.750.000,00

Banif - Banco de Investimento, SA	MOVIMENTOS				QUANTIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/10
VALORES MOBILIÁRIOS	TIPO DE TRANSACÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	
Banif Gestão de Activos, SA					400.000
Banif Açor Pensões, SA					189.000
Banif Capital, SA	Compra	22-Jun-10	30.000	150.000	150.000
Centro Venture					382.500
Camma STC, SA					250.000
Banif International Asset Management					USD 50.000
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	4-Fev-10	2.500	2.950	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	5-Fev-10	2.500	2.775	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	5-Fev-10	2.500	2.700	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	11-Fev-10	100.000	115.000	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	11-Fev-10	50.000	57.500	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	12-Fev-10	284	327	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	15-Fev-10	50.000	57.500	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Mar-10	2.800	3.220	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	23-Mar-10	10.000	11.500	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	30-Mar-10	2.500	2.850	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	1-Abr-10	2.500	2.800	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	9-Abr-10	3.250	3.705	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	9-Abr-10	962	1.097	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	9-Abr-10	600	684	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	9-Abr-10	172	196	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	27-Abr-10	2.500	2.525	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	27-Abr-10	2.362	2.386	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	27-Abr-10	100	101	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	27-Abr-10	38	38	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	28-Abr-10	1.421	1.378	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	28-Abr-10	3.579	3.472	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	28-Abr-10	1.000	960	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	28-Abr-10	1.000	960	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	28-Abr-10	3.000	2.880	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	30-Abr-10	5.000	4.950	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	5-Mai-10	3.000	2.580	

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Banif - Banco de Investimento, SA	MOVIMENTOS				QUANTIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/10
	VALORES MOBILIÁRIOS	TIPO DE TRANSACÇÃO	DATA	QUANTIDADE	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	6-Mai-10	3.000	2.430	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	10-Mai-10	3.000	2.700	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	10-Mai-10	3.000	2.730	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	25-Mai-10	794	643	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	25-Mai-10	161	130	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	25-Mai-10	71	58	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	25-Mai-10	241	195	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	25-Mai-10	1.733	1.404	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	2-Ago-10	500	455	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	2-Ago-10	4.500	4.095	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	3-Ago-10	5.000	5.000	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	10-Ago-10	5.000	4.550	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	19-Ago-10	300	267	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	19-Ago-10	2.000	1.780	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	19-Ago-10	2.700	2.403	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	1.000	860	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	500	430	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	31	27	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	126	108	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	157	135	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	94	81	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	47	40	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	24	21	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	12	10	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	316	272	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	101	87	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	92	79	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	24-Ago-10	2.500	2.125	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	24-Ago-10	1.256	1.068	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	24-Ago-10	744	632	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	25-Ago-10	2.500	2.050	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Ago-10	5.000	4.250	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Ago-10	2.000	1.700	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Ago-10	2.500	2.125	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Ago-10	11.000	9.350	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Ago-10	500	425	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	3-Set-10	2.567	2.413	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	3-Set-10	2.433	2.287	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	7-Set-10	636	591	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	7-Set-10	7.864	7.314	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	8-Set-10	149	139	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	8-Set-10	4.851	4.511	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	9-Set-10	2.410	2.217	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	9-Set-10	1.273	1.171	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	9-Set-10	1.317	1.212	

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Banif - Banco de Investimento, SA	MOVIMENTOS				QUANTIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/10
	VALORES MOBILIÁRIOS	TIPO DE TRANSACÇÃO	DATA	QUANTIDADE	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	10-Set-10	4.189	3.938	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	10-Set-10	811	762	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	13-Set-10	4.209	4.041	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	13-Set-10	791	759	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	13-Set-10	1.942	1.923	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	13-Set-10	600	594	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	13-Set-10	2.458	2.433	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	13-Set-10	5.000	4.900	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	13-Set-10	5.000	4.950	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	13-Set-10	5.000	4.900	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	13-Set-10	2.500	2.450	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	14-Set-10	10.000	9.700	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	14-Set-10	10.000	9.900	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	17-Set-10	5.000	5.150	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	17-Set-10	2.500	2.550	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	17-Set-10	2.500	2.525	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	20-Set-10	2.000	2.000	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	20-Set-10	5.000	4.850	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	20-Set-10	3.000	2.910	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	20-Set-10	2.000	1.940	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	20-Set-10	500	485	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	20-Set-10	2.500	2.400	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	20-Set-10	2.500	2.375	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	20-Set-10	40.000	38.000	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	20-Set-10	2.500	2.350	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	22-Set-10	5.000	4.850	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	22-Set-10	5.000	4.900	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	23-Set-10	4.000	3.960	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	23-Set-10	814	806	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	23-Set-10	7.000	6.930	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	23-Set-10	686	672	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	23-Set-10	10.000	9.900	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	23-Set-10	814	814	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	23-Set-10	9.186	9.186	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Set-10	3.000	2.940	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Set-10	9.500	9.310	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	23-Set-10	5.000	4.950	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Set-10	746	746	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Set-10	504	504	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Set-10	3.250	3.250	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Set-10	3.000	3.000	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	29-Set-10	5.000	5.200	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	29-Set-10	1.518	1.548	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	29-Set-10	3.000	3.060	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	29-Set-10	480	490	

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Banif - Banco de Investimento, SA	MOVIMENTOS				QUANTIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/10
	VALORES MOBILIÁRIOS	TIPO DE TRANSACÇÃO	DATA	QUANTIDADE	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	29-Set-10	2	2	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	30-Set-10	2.190	2.212	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	30-Set-10	4.455	4.500	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	30-Set-10	3.355	3.389	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	1-Out-10	10.000	10.300	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	5-Out-10	10.000	10.500	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	6-Out-10	5.000	5.350	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	6-Out-10	2.500	2.675	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	6-Out-10	2.500	2.675	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	8-Out-10	5.000	5.500	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	8-Out-10	10.000	11.100	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	8-Out-10	2.500	2.800	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	8-Out-10	5.000	5.600	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	8-Out-10	2.437	2.778	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	8-Out-10	2.437	2.778	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	8-Out-10	126	144	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	11-Out-10	375	450	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	11-Out-10	1.261	1.513	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	11-Out-10	3.860	4.632	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	11-Out-10	640	768	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	11-Out-10	4.162	4.870	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	11-Out-10	838	980	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	11-Out-10	500	600	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	11-Out-10	3.364	4.037	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	14-Out-10	1.093	1.279	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	14-Out-10	1.407	1.646	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	25-Out-10	2.500	2.775	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	26-Out-10	500	525	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	26-Out-10	2.000	2.100	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Out-10	594	624	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Out-10	1.467	1.540	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Out-10	5.533	5.810	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Out-10	1.000	1.050	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Out-10	3.467	3.640	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Out-10	5.000	5.250	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	27-Out-10	2.939	3.086	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	28-Out-10	1.146	1.203	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	28-Out-10	1.354	1.422	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	2-Nov-10	103	108	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	2-Nov-10	2.397	2.517	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	2-Nov-10	1.000	1.040	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	2-Nov-10	1.500	1.560	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	10-Nov-10	2.134	2.049	
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	10-Nov-10	366	351	
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	17-Nov-10	2.500	2.475	

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Banif - Banco de Investimento, SA		MOVIMENTOS				QUANTIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/10
VALORES MOBILIÁRIOS	TIPO DE TRANSAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR		
Acções Banif SCPS, SA	Alienação	15-Dez-10	2.500	2.450		
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	23-Dez-10	2.500	2.275		
Acções Banif SCPS, SA	Aquisição	31-Dez-10	2.500	2.175	10.000	
Banif 2005 /2010 Eur Multiactivos	Reembolso	26-Fev-10	509.000	509.000		
Banif 2005 /2010 Eur Multiactivos	Reembolso	26-Fev-10	1.750.000	1.750.000	0	
Banif - Banco de Investimento 2007-2049	Venda	1-Abr-10	2.805.000	2.816.220		
Banif - Banco de Investimento 2007-2049	Compra	1-Abr-10	2.805.000	2.816.220		
Banif - Banco de Investimento 2007-2049	Compra	30-Abr-10	2.805.000	2.806.122		
Banif - Banco de Investimento 2007-2049	Venda	30-Abr-10	2.805.000	2.806.122		
Banif - Banco de Investimento 2007-2049	Compra	30-Abr-10	2.805.000	2.806.403		
Banif - Banco de Investimento 2007-2049	Venda	3-Mai-10	2.805.000	2.806.403		
Banif - Banco de Investimento 2007-2049	Compra	28-Mai-10	1.000.000	800.000		
Banif - Banco de Investimento 2007-2049	Compra	31-Mai-10	3.805.000	3.785.975		
Banif - Banco de Investimento 2007-2049	Venda	31-Mai-10	3.805.000	3.785.975		
Banif - Banco de Investimento 2007-2049	Venda	1-Jun-10	3.805.000	3.786.356		
Banif - Banco de Investimento 2007-2049	Compra	1-Jun-10	3.805.000	3.786.356		
Banif - Banco de Investimento 2007-2049	Compra	14-Jun-10	10.000	8.000		
Banif - Banco de Investimento 2007-2049	Compra	24-Jun-10	10.000	8.000		
Banif - Banco de Investimento 2007-2049	Venda	24-Jun-10	3.825.000	3.802.352		
Banif - Banco de Investimento 2007-2049	Compra	24-Jun-10	3.825.000	3.802.352		
Banif - Banco de Investimento 2007-2049	Compra	5-Jul-10	3.825.000	3.802.352		
Banif - Banco de Investimento 2007-2049	Venda	5-Jul-10	3.825.000	3.802.352		
Banif - Banco de Investimento 2007-2049	Venda	23-Jul-10	3.825.000	3.786.750		
Banif - Banco de Investimento 2007-2049	Compra	26-Jul-10	3.825.000	3.786.750	0	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Compra	18-Mar-10	125.000	123.138		
Banif Finance Cayman 2006-2010	Venda	18-Mar-10	125.000	123.125		
Banif Finance Cayman 2006-2010	Compra	28-Out-10	1.000.000	999.500		
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	12.000	12.000		
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	1.093.000	1.093.000		
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	605.000	605.000		
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	174.000	174.000		
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	10.000	10.000		
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	6.000	6.000		
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	207.000	207.000		
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	126.000	126.000		
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	225.000	225.000		
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	2.000	2.000		
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	100.000	100.000		
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	525.000	525.000		
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	8.000	8.000	0	
Banif Finance 2006-2016	Compra	19-Fev-10	3.000.000	2.250.000		
Banif Finance 2006-2016	Venda	26-Fev-10	3.000.000	2.400.000		
Banif Finance 2006-2016	Compra	29-Abr-10	5.000.000	4.000.000		
Banif Finance 2006-2016	Venda	30-Abr-10	5.000.000	4.100.000		
Banif Finance 2006-2016	Compra	20-Ago-10	18.400.000	13.064.000		

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Banif - Banco de Investimento, SA		MOVIMENTOS				QUANTIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/10
VALORES MOBILIÁRIOS	TIPO DE TRANSAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR		
Banif Finance 2006-2016	Venda	25-Ago-10	18.400.000	13.064.000		
Banif Finance 2006-2016	Compra	8-Dez-10	500.000	315.000		
Banif Finance 2006-2016	Venda	13-Dez-10	500.000	317.500	0	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	18-Jan-10	400.000	354.200		
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	29-Jan-10	400.000	360.000		
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	12-Mar-10	20.000	17.600		
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	31-Mar-10	20.000	18.000		
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	21-Abr-10	50.000	44.000		
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	30-Abr-10	50.000	44.000		
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	8-Dez-10	800.000	536.000		
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	13-Dez-10	800.000	540.000		
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	15-Dez-10	1.473.000	994.275		
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	20-Dez-10	750.000	510.000		
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	23-Dez-10	2.000.000	1.300.000		
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	30-Dez-10	4.223.000	2.821.809	0	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	16-Nov-10	66.000	31.680		
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	16-Dez-10	154.000	77.000		
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	16-Dez-10	284.000	142.000		
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	20-Dez-10	2.050.000	1.096.750		
Banif Finance Cayman 2004-2049	Venda	30-Dez-10	2.754.000	1.450.532		
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	29-Dez-10	200.000	100.000	0	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	19-Jan-10	90.000	63.000		
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	28-Jan-10	90.000	63.000		
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	30-Mar-10	5.600.000	3.808.000		
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	30-Mar-10	5.600.000	3.920.000		
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	17-Set-10	100.000	48.000		
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	11-Out-10	50.000	24.000		
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	19-Out-10	50.000	24.000		
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	17-Nov-10	30.000	14.400		
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	13-Dez-10	30.000	16.941		
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	13-Dez-10	8.160.000	4.630.800		
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	13-Dez-10	7.900.000	4.461.106		
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	22-Dez-10	1.255.000	709.075		
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	30-Dez-10	1.765.000	1.006.050		
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	30-Dez-10	510.000	288.150	0	
Banif SA 2005-2010	Compra	12-Mar-10	30.000	25.650		
Banif SA 2005-2010	Venda	31-Mar-10	30.000	25.950		
Banif SA 2005-2010	Compra	21-Abr-10	40.000	34.000		
Banif SA 2005-2010	Compra	27-Abr-10	200.000	160.000		
Banif SA 2005-2010	Venda	30-Abr-10	240.000	199.200		
Banif SA 2005-2010	Compra	15-Dez-10	1.100.000	737.000		
Banif SA 2005-2010	Compra	15-Dez-10	2.576.000	1.687.280		
Banif SA 2005-2010	Compra	20-Dez-10	4.000.000	2.680.000		
Banif SA 2005-2010	Compra	23-Dez-10	60.000	40.200		
Banif SA 2005-2010	Venda	30-Dez-10	7.736.000	5.183.120	0	

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Banif - Banco de Investimento, SA VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				QUANTIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/10
	TIPO DE TRANSAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	7-Jan-10	151.500	149.985	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	7-Jan-10	151.500	149.985	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	21.000	20.877	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	20.500	20.442	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	82.000	81.911	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	7.000	6.985	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	99.500	99.404	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	14.000	13.917	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	85.500	85.407	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	25.500	25.402	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	79.000	78.857	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	18.000	17.881	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	80.000	79.902	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	109.000	108.472	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	41.000	40.912	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	291.000	290.605	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	259.000	258.024	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	520.000	517.832	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	102.500	102.382	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	101.000	100.858	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	87.000	86.691	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	209.000	208.035	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	109.000	108.472	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	520.000	517.832	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	156.000	155.318	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	36.000	35.854	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	209.000	208.035	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	107.500	106.986	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	308.000	307.165	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	101.000	100.858	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	35.000	34.841	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	37.500	37.338	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	52.500	52.189	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	105.000	104.858	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	51.500	51.306	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	51.000	50.945	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	20.000	19.867	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	67.500	67.164	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	50.000	49.668	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	12.500	12.455	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	52.500	52.189	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	67.500	67.164	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	156.000	155.318	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	52.500	52.189	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	35.000	34.841	

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Banif - Banco de Investimento, SA		MOVIMENTOS				QUANTIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/10
VALORES MOBILIÁRIOS	TIPO DE TRANSACÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	87.000	86.691		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	52.500	52.189		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	105.000	104.858		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	51.500	51.306		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	107.500	106.986		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	20.000	19.867		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	80.000	79.902		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	254.500	253.979		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	52.500	52.235		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	52.500	52.235		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	51.000	50.945		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	55.000	54.771		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	50.000	49.668		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	42.000	41.751		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	29.000	28.948		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	38.000	37.775		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	23.000	22.864		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	110.000	109.541		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	44.000	43.739		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	308.000	307.165		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	90.500	90.053		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	205.000	204.468		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	52.000	51.758		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	158.000	157.705		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	82.500	82.363		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	179.500	178.474		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	104.000	103.557		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	8.000	7.960		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	209.000	208.003		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	36.000	35.854		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	25.000	24.953		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	204.000	203.471		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	205.000	204.423		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	303.000	302.593		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	186.000	185.238		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	197.500	196.513		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	50.500	50.398		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	432.000	429.248		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	97.500	97.283		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	47.500	47.378		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	204.000	203.471		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	101.500	101.304		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	204.000	203.471		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	175.500	174.558		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	36.500	36.318		

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Banif - Banco de Investimento, SA	MOVIMENTOS				QUANTIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/10
VALORES MOBILIÁRIOS	TIPO DE TRANSAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	23.500	23.374	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	101.500	101.304	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	426.000	423.243	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	110.500	110.376	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	153.500	153.068	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	97.500	97.283	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	18.000	17.881	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	107.500	107.223	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	47.500	47.378	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	41.000	40.891	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	147.000	146.831	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	50.000	49.668	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	197.500	196.513	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	110.500	110.376	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	432.000	429.248	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	426.000	423.243	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	153.500	153.068	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	204.000	203.471	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	204.000	203.471	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	204.000	203.471	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	175.500	174.558	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	36.500	36.318	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	23.500	23.374	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	41.000	40.891	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	50.500	50.398	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	158.000	157.705	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	42.000	41.751	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	107.500	107.223	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	38.000	37.775	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	23.000	22.864	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	110.000	109.541	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	44.000	43.739	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	25.000	24.953	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	90.500	90.053	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	147.000	146.831	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	52.000	51.758	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	50.000	49.668	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	82.500	82.363	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	179.500	178.474	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	104.000	103.557	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	8.000	7.960	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	209.000	208.003	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	37.500	37.338	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	85.500	85.407	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	21.000	20.877	

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Banif - Banco de Investimento, SA		MOVIMENTOS				QUANTIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/10
VALORES MOBILIÁRIOS	TIPO DE TRANSACÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	55.000	54.771		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	20.500	20.442		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	52.000	51.782		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	291.000	290.605		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	52.000	51.782		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	29.000	28.948		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	79.000	78.857		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	205.000	204.468		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	82.000	81.911		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	99.500	99.404		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	14.000	13.917		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	25.500	25.402		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	41.000	40.912		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	259.000	258.024		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	254.500	253.979		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	7.000	6.985		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	102.500	102.382		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	12.500	12.455		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	50.000	50.000		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	50.000	50.000		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	20.500	20.500		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	155.500	155.500		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	75.500	75.500		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	56.000	56.000		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	40.500	40.500		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	8.862.500	8.862.500		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	6.000	6.000		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	303.000	303.000		
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	15.000	15.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	18-Jan-10	15.000	15.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	20-Jan-10	115.000	115.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	20-Jan-10	65.000	65.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	22-Jan-10	131.000	131.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	22-Jan-10	15.000	15.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	22-Jan-10	51.000	51.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	21-Jan-10	124.000	124.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	22-Jan-10	27.000	27.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	22-Jan-10	111.000	111.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	25-Jan-10	11.000	11.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	26-Jan-10	66.000	66.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	27-Jan-10	12.000	12.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	27-Jan-10	12.000	12.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	28-Jan-10	15.000	15.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	28-Jan-10	60.000	60.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	28-Jan-10	24.000	24.000		

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Banif - Banco de Investimento, SA		MOVIMENTOS				QUANTIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/10
VALORES MOBILIÁRIOS	TIPO DE TRANSACÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR		
Banif SA 2009-2019	Venda	29-Jan-10	13.000	13.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	29-Jan-10	6.000	6.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	29-Jan-10	30.000	30.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	1-Fev-10	13.000	13.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	1-Fev-10	53.000	53.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	1-Fev-10	26.000	26.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	4-Fev-10	4.000	4.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	18-Fev-10	25.000	25.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	19-Fev-10	141.000	141.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	23-Fev-10	20.000	20.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	2-Mar-10	5.000	5.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	3-Mar-10	50.000	50.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	12-Mar-10	4.000	4.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	16-Mar-10	1.000	1.000		
Banif SA 2009-2019	Venda	22-Mar-10	20.000	20.000	0	
Banif Cayman - Acções Sector Financeiro						
2008/2010	Compra	17-Fev-10	30.000	28.800		
Banif Cayman - Acções Sector Financeiro						
2008/2010	Compra	22-Abr-10	40.000	38.980		
Banif Cayman - Acções Sector Financeiro						
2008/2010	Reembolso	28-Out-10	210.000	210.000	0	
Banif SCPS 2009-2012	Venda	10-Fev-10	18.400.000	18.694.400		
Banif SCPS 2009-2012	Compra	11-Fev-10	18.400.000	18.699.920		
Banif SCPS 2009-2012	Venda	26-Mar-10	300.000	306.150		
Banif SCPS 2009-2012	Venda	30-Mar-10	1.000.000	1.021.160		
Banif SCPS 2009-2012	Compra	29-Abr-10	1.000.000	955.400		
Banif SCPS 2009-2012	Compra	30-Abr-10	10.000.000	9.880.000		
Banif SCPS 2009-2012	Compra	30-Abr-10	1.000.000	988.500		
Banif SCPS 2009-2012	Compra	30-Abr-10	1.000.000	974.800		
Banif SCPS 2009-2012	Compra	5-Mai-10	2.000.000	1.906.800		
Banif SCPS 2009-2012	Venda	6-Mai-10	20.000.000	19.550.000		
Banif SCPS 2009-2012	Compra	6-Mai-10	1.000.000	969.410		
Banif SCPS 2009-2012	Compra	6-Mai-10	2.000.000	1.926.000		
Banif SCPS 2009-2012	Compra	6-Mai-10	2.000.000	1.938.820		
Banif SCPS 2009-2012	Compra	4-Jun-10	20.000.000	19.550.000		
Banif SCPS 2009-2012	Compra	11-Nov-10	11.086.000	10.587.130	48.186.000	
Banif Finance 2009-2019	Venda	20-Jan-10	30.000	22.500		
Banif Finance 2009-2019	Compra	20-Jan-10	1.330.000	997.500		
Banif Finance 2009-2019	Venda	19-Jan-10	1.300.000	975.000		
Banif Finance 2009-2019	Compra	20-Jan-10	30.000	22.500		
Banif Finance 2009-2019	Compra	29-Jan-10	10.000	7.500		
Banif Finance 2009-2019	Venda	29-Jan-10	10.000	7.500		
Banif Finance 2009-2019	Compra	29-Jan-10	10.000	7.500		
Banif Finance 2009-2019	Venda	28-Mai-10	1.000.000	800.000		
Banif Finance 2009-2019	Compra	28-Mai-10	1.000.000	750.000		

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

Banif - Banco de Investimento, SA	MOVIMENTOS				QUANTIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/10
VALORES MOBILIÁRIOS	TIPO DE TRANSAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	
Banif Finance 2009-2019	Venda	13-Set-10	92.000	69.000	
Banif Finance 2009-2019	Compra	13-Set-10	92.000	69.000	
Banif Finance 2009-2019	Venda	13-Set-10	10.000	7.500	
Banif Finance 2009-2019	Compra	13-Set-10	10.000	7.500	
Banif Finance 2009-2019	Venda	13-Set-10	10.000	7.550	0
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	18-Jan-10	20.000	20.000	0
Banif SA 2008-2018	Compra	31-Dez-10	5.000	5.000	
Banif SA 2008-2018	Compra	31-Dez-10	5.000	5.000	10.000
Euro Invest Ltd Euro I 5 12/29/49	Venda	18-Jan-10	60.000	60.000	
Euro Invest Ltd Euro I 5 12/29/49	Compra	7-Mai-10	25.000	24.225	
Euro Invest Ltd Euro I 5 12/29/49	Compra	13-Ago-10	200.000	194.000	
Euro Invest Ltd Euro I 5 12/29/49	Venda	30-Ago-10	180.000	180.000	
Euro Invest Ltd Euro I 5 12/29/49	Compra	29-Dez-10	250.000	232.500	USD 296.000
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	19-Fev-10	2.000	1.934	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	12-Mar-10	55.000	53.350	
Trade Invest LTD Var 06/11	Venda	16-Mar-10	430.000	417.323	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	25-Mar-10	430.000	417.219	
Trade Invest LTD Var 06/11	Venda	26-Mar-10	430.000	417.219	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	15-Abr-10	15.000	14.550	
Trade Invest LTD Var 06/11	Venda	6-Mai-10	75.000	72.885	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	20-Mai-10	5.000	4.843	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	17-Jun-10	75.000	72.742	
Trade Invest LTD Var 06/11	Venda	17-Jun-10	75.000	72.742	
Trade Invest LTD Var 06/11	Venda	22-Jun-10	250.000	245.000	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	24-Jun-10	60.000	58.050	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	25-Jun-10	16.000	15.480	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	21-Jul-10	40.000	38.700	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	6-Ago-10	20.000	19.300	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	9-Ago-10	5.000	4.825	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	13-Ago-10	5.000	4.825	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	28-Out-10	25.000	24.250	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	28-Out-10	2.000	1.940	742.000

7.3. CARGOS SOCIAIS DESEMPENHADOS EM 31/12/10 PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NOUTRAS SOCIEDADES:

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos Presidente do Conselho de Administração

- Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.,
- Banif GO, Instituição Financeira de Crédito, SA,
- Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA
- Banif International Bank, Ltd.
- Banif – SCPS, SA (2)
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif – Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banco Mais, SA
- Companhia de Seguros Açoreana, SA
- Global – Companhia de Seguros, SA
- Global Vida – Companhia de Seguros de Vida, SA
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA (2)
- Banif Comercial, SCPS, SA
- Banif – Investimentos - SCPS, SA
- Banif International Holdings, Ltd. (Grand Cayman)

Presidente do Conselho de Supervisão

- Banif Plus Bank Co, Ltd. (anteriormente Bank Plus Bank Close Inc.) – Budapeste, Hungria

Presidente da Mesa da Assembleia Geral e membro da Comissão de Remunerações em representação da BANIF-SCPS, SA:

- BCN - BANCO CABOVERDIANO DE NEGÓCIOS, SA,

Membro da Comissão de Remunerações das seguintes sociedades, em representação do Banif – Banco Internacional do Funchal SA:

- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões SA
- Banif Gestão de Activos – SGFIM SA
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, SA

Funções desempenhadas actualmente noutras entidades:

- Presidente do Conselho de Administração do CENTAURUS REALTY GROUP – Investimentos Imobiliários, S.A.
- Conselheiro do CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL (CES), em representação da Associação Portuguesa de Bancos
- Membro do Conselho de Governadores do St. Dominic’s International School.

Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes
Presidente do Conselho de Administração

- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
- Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.
- Banif Multifund, Ltd.
- Banif International Asset Management, Ltd.
- Banif Securities, Inc.
- Banif Securities Holdings, Ltd.
- Econofinance, S.A.
- Banif Gestão de Ativos (Brasil), S.A.
- Inverpyme SCR de Regimen Comun, S.A.
- Banif Ecoprogresso Trading, S.A. - Beta Securitizadora SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Centro Venture – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A.
- Centauros Realty Group Investimentos Imobiliários S.A.
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.

Vogal do Conselho de Administração

- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- Banif S.G.P.S., S.A.
- Banif Investimentos – S.G.P.S., S.A.
- Banif Financial Services Inc.
- Fomentinvest – S.G.P.S., S.A.
- Banif Bank (Malta) PLC

Exercia, ainda, à data de 31 de Dezembro de 2010, em representação do Banif - Banco de Investimento S.A., as funções de Vogal da Direcção da Câmara de Comércio e Industria Luso – Brasileira.

Dr. Nuno José Roquette Teixeira
Vogal do Conselho de Administração

- Banif SCPS SA
- Banif – Banco Internacional do Funchal SA
- Banif Securities, Inc.
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.
- Banif – Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- Banieuropa Holding, S.L., Sociedade Unipessoal
- Banif Finance, Ltd.

Dr. José Paulo Baptista Fontes
Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Sociedade Ponta Oeste, S.A.

Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques
Presidente do Conselho de Administração

- GestArquipark - Sociedade Imobiliária, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- Aplicação Urbana XIII Investimento Imobiliário S.A.
- GCC Lisboa – Gestão de Centros Comerciais, S.A.
- Aplicação Urbana XIV – Investimento Imobiliário, S.A.

Vice-Presidente da Comissão Executiva e Vogal do Conselho de Administração

- Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A.
- Banif - Banco de Investimento, S.A.

Vogal do Conselho de Administração:

- Banif MultiFund, Ltd.
- Banif International Asset Management, Ltd.
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- Banif Gestão de Ativos (Brasil), S.A.
- Inverpyme SCR de Regimen Comum, S.A.

Exercia, ainda, à data de 31 de Dezembro de 2010, em nome próprio, as funções de Presidente da Associação Portuguesa de Analistas Financeiros.

Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal
Vogal do Conselho de Administração

- Centro Venture – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- Companhia das Quintas, S.G.P.S., S.A.
- Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A.

Dr. Carlos Eduardo Pais e Jorge
Vogal do Conselho de Administração

- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, SA
- Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.

- Banif Securities Inc.
- Banif Multifund, Ltd.
- Banif International Asset Management, Ltd.
- Banif Ecoprogresso Trading, S.A.
- Banif Securities Holdings Ltd
- GestArquipark - Sociedade Imobiliária, S.A

Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira
Vogal do Conselho de Administração

- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- Centro Venture – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- MC02 – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
- Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A.
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.
- Banif – Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- GED SUR Capital – SGECE, SA

Dr. Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos
Vogal do Conselho de Administração

- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
- Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos SA
- Banif Multifund, Ltd.
- Banif International Asset Management, Ltd.

Dr. João Manuel Mora de Ibérico Nogueira
Vogal do Conselho de Administração

- Banif Mais, S.G.P.S., S.A.
- Banif Mais, S.A.
- Tecnicrédito ALD – Aluguer de Automóveis, S.A.
- Bank Plus Bank Zartkoruen Mukodo Reszvenytarsasag
- TCC Investments Luxembourg, S.A.R.L.

Administrador - Único

- Iberparticipa, S.G.P.S., S.A.

Gerente

- Margem – Mediação de Seguros, Lda.

Dr. Carlos Alberto Ballesteros Amaral Firme
Vogal do Conselho de Administração

- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, SA
- Banif Securities Inc.

- Banif Ecoprogresso Trading, S.A.
- Bankpime SGIIC

CARGOS SOCIAIS DESEMPENHADOS EM 31/12/10 PELOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL NOUTRAS SOCIEDADES:

Dr. Fernando Mário Teixeira de Almeida **Presidente do Conselho Fiscal**

- Banif S.G.P.S., S.A.
- Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.
- Banif Comercial S.G.P.S., S.A.
- CSA - Companhia de Seguros Açoreana, S.A.

Dr. José Luís Pereira de Macedo **Vogal do Conselho de Administração**

- Empresa Madeirense de Tabacos, S.A.
- Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, S.A.
- Dismade – Distribuição da Madeira, S.A.
- Aviatlântico – Avicultura, S.A.
- Vitecaf – Fábrica de Rações da Madeira, S.A.
- Rama – Rações para Animais, S.A.

Rui Manuel Braga de Almeida **Vogal do Conselho Fiscal**

- Gamma – Sociedade Titularização de Créditos, S.A.
- Banif Co – Instituição Financeira de Crédito, S.A.
- CSA - Companhia de Seguros Açoreana, S.A. (Suplente)

Sérgio António do Rosário Vaz Monteiro **Vogal do Conselho Fiscal**

- Gamma – Sociedade Titularização de Créditos, S.A.

7.4 INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 3º DA LEI Nº 28/2009 DE 19 DE JUNHO

De acordo com a Lei nº 28/2009 de 19 de Junho, será submetida a aprovação, na próxima Assembleia Geral Ordinária da Sociedade, declaração anual sobre política de remuneração dos membros dos respectivos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos previstos naquele diploma.

Dando cumprimento ao disposto no Artigo 3º da referida Lei nº 28/2009, informa-se, de acordo com a política de remuneração aprovada na Assembleia Geral Anual de Accionistas da Sociedade realizada em 30/03/2010, que os membros do órgão de administração da sociedade Banif - Banco de Investimento, S.A., pelo exercício dos respectivos cargos, auferiram em 2010, remuneração com o valor agregado de 1.766.514,75€ e individual de:

€ 38.500,00 - Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos
€ 331,304,18 - Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes
€ 201.785,40 - Dr. Nuno José Roquette Teixeira
€ 72.500,00 - Dr. José Paulo Baptista Fontes
€ 195.459,18 - Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques
€ 184.459,18 - Dra. Maria da Conceição Rodrigues Leal
€ 184.459,18 - Dr. Carlos Eduardo Pais Jorge
€ 184.459,18 - Dr. Vasco Clara Pinto Ferreira
€ 184.459,18 - Dr. Alexandre J. Boa-Nova e Moreira dos Santos
€ 52.000,00 - Dr. João Manuel Mora de Ibérico Nogueira
€ 137.129,27- Dr. Carlos Alberto Ballesteros Amaral Firme

Em relação ao órgão de fiscalização da sociedade, constituído por um Conselho Fiscal, os respectivos membros auferiram, em 2010, remuneração, respeitante exclusivamente a senhas de presença, com o valor agregado de 69.600€ e individual de:

€ 57.600,00 - Dr. Fernando Mário Teixeira de Almeida
€ 6.000,00 - Dr. José Luís Pereira Macedo
€ 6.000,00 - Dr. Rui Manuel Braga de Almeida

Na Assembleia Geral Ordinária de 30 de Março de 2010, em conformidade com o disposto no artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, foi aprovada uma declaração sobre política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização, apresentada pela Comissão de Remunerações, com o seguinte teor:

Considerando:

1. que nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, a Comissão de Remunerações do Banif - Banco de Investimento SA deve submeter, anualmente, a aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos respectivos órgãos de administração e de fiscalização;

2. que a Comissão de Remunerações do Banif - Banco de Investimento SA tem, nos termos do art.º 29º dos Estatutos, competência para fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais da sociedade, sem prejuízo das recomendações das autoridades de supervisão e das directrizes transversais às sociedades do Banif – Grupo Financeiro;

3. que a Comissão de Remunerações exerce tal competência nos termos do mandato da Assembleia Geral;

A Comissão de Remunerações do Banif - Banco de Investimento SA submete a aprovação da Assembleia Geral a seguinte declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização:

1. A Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização do Banif - Banco de Investimento SA tem como objectivos:

- permitir, em permanência, ao Banco, tendo em conta o ambiente concorrencial em que opera, atrair, motivar e fidelizar quadros dirigentes de alto nível e que apresentem um elevado potencial;

- incentivar a consecução de objectivos de performance coincidentes com os interesses do Banco e dos seus accionistas, a curto, médio e longo prazo.

- estimular e recompensar os contributos individuais relevantes e a boa performance colectiva.

e visa estabelecer:

- Os níveis e a estrutura da remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização;

- Os mecanismos de alinhamento dos interesses dos membros dos órgãos sociais com os interesses societários;

2. O posicionamento competitivo dos níveis e da estrutura da remuneração deverá ser objecto de análise regular pela Comissão de Remunerações. Nesta análise, a Comissão de Remunerações tomará em consideração as práticas de remuneração das empresas em geral e as práticas de remuneração no sector financeiro e de outros Bancos portugueses que operem nos mercados doméstico e internacional.

Os níveis e a estrutura da remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização poderão ser revistos anualmente.

3. A Política de Remuneração do órgão de administração poderá ter como referência um conceito de Remuneração Global que compreende 3 elementos chave:

Uma Componente Fixa	A remuneração de base (salário base)
Uma Componente Variável	A remuneração de base (salário base)
Um mecanismo de alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade	Diferimento da componente variável
	Limitação da componente variável

4. A componente fixa da remuneração deverá constituir a parte mais significativa da Remuneração Global, estimando-se que possa representar, numa situação de cumprimento pleno dos objectivos delineados, cerca de 70% da remuneração dos membros do órgão de administração.

Por sua vez, a componente variável da remuneração, referida ao desempenho, deverá constituir a parte menor da Remuneração Global, estimando-se que possa representar, numa situação de cumprimento pleno dos objectivos delineados, cerca de 30% daquela, de acordo com as funções exercidas por cada membro no seio do órgão de administração.

5. A remuneração variável, a atribuir aos membros executivos do órgão de administração do Banco deverá ser fixada em valor percentual dos respectivos lucros líquidos individuais do exercício, que nunca poderá exceder 5 por cento destes.

6. Os membros executivos do órgão de administração que desempenhem funções executivas em outras sociedades do Grupo apenas serão remunerados pelo Banif - Banco de Investimento, SA, nos termos da política de remunerações nele em vigor, caso este seja a entidade onde as funções desempenhadas assumam maior relevo – “critério da relevância”. No entanto, estes elementos poderão ainda ser remunerados pelas outras sociedades do Grupo onde exerçam funções, nos casos em que os níveis e a complexidade das respectivas actividades, as práticas de mercado ou outras circunstâncias relevantes o justifiquem.

7. Na Remuneração Global dos membros do órgão de administração incluir-se-ão os montantes pagos a qualquer título ⁽¹⁾ por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.

8. A Remuneração Global acima referida poderá ser formalizada, relativamente a cada membro executivo do órgão de administração, num contrato que contempla, nomeadamente, o nível e a estrutura da remuneração (componentes fixa e variável); o respectivo termo e modalidades de rescisão, cláusulas de confidencialidade, não-concorrência e exclusividade e as limitações contratuais para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do membro do órgão de administração, bem como a sua relação com a componente variável da remuneração.

9. A remuneração de base (salário base) deverá remunerar os membros executivos do órgão de administração pelas responsabilidades inerentes às suas funções e pelas suas competências específicas. Esta remuneração base deverá ser fixada em conformidade com os níveis praticados no mercado para funções equivalentes e poderá ser objecto de revisão anual. Não existem mecanismos de ajustamento automático aos referidos níveis de mercado.

10. O prémio de desempenho (referido à performance anual) tem subjacente o objectivo de reconhecer e recompensar o contributo individual de cada membro executivo do órgão de administração, bem como a sua performance enquanto colectivo dirigente do Banco. Os montantes atribuídos a título de prémio de desempenho devem depender directamente do desempenho efectivo aferido a objectivos qualitativos e quantitativos pré-determinados. Estes objectivos devem ser determinados em função das estratégias delineadas (estratégia global do Grupo e estratégias específicas para o Banif - Banco de Investimento, SA).

O prémio de desempenho deve ser calculado em função dos seguintes critérios com ponderações tendencialmente idênticas, ajustadas às funções exercidas por cada membro no seio do órgão de administração do Banco:

um critério que pondere a performance do órgão de administração enquanto colectivo dirigente do Banco, baseado na consecução dos seus objectivos e dos objectivos do Grupo onde se insere objectivos comuns;

um critério baseado na consecução de objectivos individuais, específicos para cada membro do órgão de administração e atinentes às suas responsabilidades/ pelouros objectivos individuais;

A componente variável da remuneração – prémio de desempenho deverá consistir unicamente num montante em cash, uma vez que o Banif - Banco de Investimento SA não tem acções admitidas à negociação, e, por esta razão, não se considera adequada a implementação de planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções a membros do órgão de administração.

11. O alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade poderá ainda ser assegurado por mecanismos de diferimento e de limitação da componente variável da remuneração – prémio de desempenho.

⁽¹⁾ Incluem-se aqui os montantes pagos a título de contraprestação pela presença efectiva e pela participação em reuniões do Órgão de Administração – comumente conhecidos por senhas de presença.



A implementação destes mecanismos apenas deverá ser ponderada quando a componente variável da remuneração for considerada significativa e quando i) a materialidade dos riscos em curso associados aos objectivos comuns e individuais subjacentes à atribuição do prémio de desempenho e ii) a relevância dos riscos subjacentes às actividades desenvolvidas pelo Banco sob responsabilidade de cada membro executivo do órgão de administração, o justifiquem.

No momento presente, tendo em conta a expressão, materialmente pouco significativa, que as componentes de remuneração variável assumem na política remuneratória do Banco, bem como a significativa longevidade que tem vindo a caracterizar as relações que a generalidade dos membros do órgão de administração mantêm com a instituição, não se vislumbra necessidade de proceder ao diferimento, no todo ou em parte, para após o apuramento das contas dos exercícios correspondentes a todo o mandato, do pagamento da componente variável das suas remunerações.

Não obstante, caso o desempenho da sociedade venha a atingir níveis acima dos objectivos delineados e, em consequência, a componente variável venha a exceder os 30% da Remuneração Global, o pagamento do montante correspondente a tal excedente deverá ser diferido para após o apuramento das contas dos exercícios correspondentes a todo o mandato.

De igual modo, pelas razões apontadas, não se vislumbra necessidade de criação de mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da sociedade no último exercício apurado ou quando este seja expectável no exercício em curso.

12. A Política de Remuneração dos membros não executivos do órgão de administração

A remuneração dos membros vogais não executivos do órgão de administração será exclusivamente constituída por senhas de presença e/ou quantia fixa.

13. A Política de Remuneração dos membros do órgão de fiscalização

A fim de garantir a isenção e o rigor na acção fiscalizadora do Conselho Fiscal, a remuneração dos seus membros será estabelecida exclusivamente em função das respectivas presenças nas reuniões daquele órgão, não estando, por qualquer forma, dependente ou relacionada com os resultados da sociedade.”

7.5 INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ARTº 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS – ÍNDICE ANTERIOR PÁGINA 261

Dando cumprimento ao disposto no Artº 448º, nº 4, do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, à data de encerramento do Exercício a que se reporta o presente Relatório, eram as seguintes as entidades detentoras de participações qualificadas no capital social da Sociedade:

ENTIDADE	% CAPITAL SOCIAL
Banif Investimentos – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	100%

7.8 RECOMENDAÇÕES DO FSF E DO CEBS RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS

A informação que segue, relativa à transparência da informação e à valorização dos activos, consubstancia o cumprimento do disposto na Carta-Circular nº 46/08/DSBDR, de 15/7/2008, e Carta-Circular nº 97/2008/DSB, 3/12/2008, ambas do Banco de Portugal, sobre a “Adopção das recomendações do FSF e do CEBS relativas à transparência da informação e à valorização de activos”.

I. Modelo de Negócio

1. Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência).

O modelo de negócio do Grupo encontra-se descrito na parte “2. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELO Banif - Banco de Investimento EM 2010, SA E EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS EM 2010” do Relatório de Gestão. O BANIF, Banco de Investimento (BBI) manteve o seu papel nuclear na arquitectura do BANIF, Grupo Financeiro, desenvolvendo directamente as actividades de Mercado de Capitais (vendas, carteira própria, estruturação, securitização), Advisory & Structured finance, Corporate banking, Crédito e Private banking e indirectamente, através das suas participadas, as actividades de gestão de fundos de investimento (mobiliários, imobiliários e de pensões) e de capital de risco, mantendo o seu foco estratégico em Portugal, Espanha e Brasil.

2. Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados).

Posicionando-se, em Portugal, como instituição vocacionada para servir sobretudo os 2º e 3º “tiers” do tecido nacional e reforçando, em termos geográficos, um claro enfoque sobre o eixo Península Ibérica – Brasil, o Banif - Banco de Investimento continuará a centrar a sua actuação na satisfação das necessidades de clientes de vários segmentos - institucionais, “corporate” e “private” – através dos produtos e serviços criados nas suas fileiras especializadas: mercado de capitais, gestão de activos, incluindo a gestão de fundos de investimento e a gestão de fundos de pensões, “advisory services”, “corporate finance” e M&A, “Project & Leverage finance”, “venture capital” procurando a maximização de sinergias e potenciação de “cross-selling” entre áreas.

A estratégia do Banco, actualizada em face da situação financeira que entretanto eclodiu nos mercados - traduzida numa crise de valor e liquidez sem precedentes e num forte surto de “desalavancagem” financeira, e que agora se materializa numa recessão económica que se antevê forte e persistente - compreende um elemento de “dynamic rightsizing”, optimizando a capacidade instalada, e um elemento de focalização, almejando a geração de valor em circunstâncias particularmente difíceis em termos de liquidez e capital.

Não existindo um pipeline concreto de estruturação de novas operações para o Grupo Banif, o BBI permanecerá com a gestão das actuais, mas igualmente receptivo a novas oportunidades tanto no Grupo como fora do mesmo.

3. Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos).

As actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negocio encontra-se descrito na parte “2. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELO Banif - Banco de Investimento, SA E 2010 E EMPRESAS SUBSIDIARIAS EM 2010” do Relatório de Gestão

O Anexo às contas incluído neste Relatório aborda o tema da importância da contribuição das várias actividades nos seus pontos 4. (“Relato por Segmentos”).

4. Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir.

Na actividade de Asset Management os instrumentos utilizados por excelência são os fundos de investimento, habitualmente divididos nas sub-classes “Mobiliários”, “Imobiliários” e “Especiais”. Tratam-se de produtos regulamentados e supervisionados de perto pelas autoridades locais sob um ambiente de negócios com bastante informação sobre o posicionamento e quota de mercado dos diferentes “players”.

Nas actividades de “Capital Markets” importa dividir o universo nas suas várias partes: Renda Fixa & Vendas, Renda Variável, Research & Corretagem, Estruturação, Securitização. Na primeira merecem destaque as actividades de gestão de carteira de obrigações e outros instrumentos de dívida incluindo ABS e derivados. Na segunda focamo-nos presentemente na Corretagem e Research. Em relação à Estruturação temos a expectativa de manter um “pipeline” de trabalho razoável, apesar das condições do mercado, e na Securitização, como referimos atrás, existem objectivos concretos relacionados com a montagem e gestão de operações de titularização de carteiras do Grupo BANIF.

Os produtos da área de mercado de capitais incluem, na renda fixa, os chamados “produtos estruturados” que os novos standards de contabilidade permitem contabilizar em “Loans & Receivables”.

Os novos produtos e serviços são aprovados em sede multi-disciplinar pelo Comité de Novos Produtos do Banco.

5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida.

Os objectivos e envolvimento da instituição relativamente a cada actividade desenvolvida encontram-se descritos genericamente na parte “2. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELO Banif - Banco de Investimento, SA E EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS EM 2010” do Relatório de Gestão. A amplitude do envolvimento da instituição em termos de “Risk Weighted Assets” mostra preponderância no crédito e “fixed income” e nas participações de “equity” em fundos de investimento, reflectindo a actual alocação de capital do banco; em termos de recursos humanos e materiais assumem relevo as áreas de Mercado de Capitais e Asset Management,

II. Riscos e Gestão dos Riscos

6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados.

A natureza e amplitude dos riscos incorridos nas diversas actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados encontram-se pormenorizadamente descritos na nota “35. Riscos de Instrumentos Financeiros” do Anexo às Demonstrações Financeiras deste Relatório.

7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/ fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas.

A natureza e amplitude dos riscos incorridos nas diversas actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados encontram-se pormenorizadamente descritos na nota “35. Riscos de Instrumentos Financeiros” do Anexo às Demonstrações Financeiras deste Relatório.

III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos “write-downs” nos resultados.

Descrição apresentada no ponto seguinte.

9. Decomposição dos “write-downs”/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), colateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS).

No mapa seguinte são apresentados os valores registados em resultados (potenciais e realizados) e em reservas por tipo de produto definido, nomeadamente: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), colateralised debt obligations (CDO) e asset-backed securities (ABS), para os períodos em referência

	31/12/09			31/12/10		
TIPO PRODUTO	+/- Valia Potencial	+/- Valia Realizada	Reservas	+/- Valia Potencial	+/- Valia Realizada	Reservas
ABS	306 930	785 927	-817 268	1 023 318	566 554	-70 778
CDO	-466 350	0	54	16 015	-881 500	0
CLO	3 094 595	0	-636 098	1 897 716	0	-115 571
CMBS	-6 026	0	-263 978	16 375	138 445	-6 460
RMBS	-254 924	86 700	-373 916	269 738	219 000	1 298 740
TOTAL	2 674 224	872 627	-2 091 206	3 223 162	42 498	1 105 930

(valores em euros)

10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido.

As perdas no mercado americano de crédito hipotecário sub-prime foram o principal factor que despoletou a crise iniciada no Verão de 2007, a qual traduziu-se num acentuado alargamento dos spreads e redução generalizada da liquidez no mercado, com fortes perdas a fazerem-se sentir, em particular, nas estruturas complexas de activos. A aversão ao risco dos investidores cresceu substancialmente, manifestando-se numa enorme relutância em transaccionar todo o tipo de instrumentos estruturados - o mercado tornou-se ilíquido -, fazendo aumentar a pressão sobre os respectivos preços de mercado. O colapso da Lehman Brothers em Setembro de 2008 veio agravar ainda mais a situação, despoletando uma crise ímpar no sector financeiro, com particular impacto na vertente de liquidez, traduzindo-se num contínuo agravamento dos spreads de crédito e níveis históricos de aversão ao risco por parte dos investidores, com especial impacto

nos activos do sector financeiro e de maior complexidade, entre os quais, os produtos estruturados ou activos de securitização.

Ao nível do Banif - Banco de Investimento (BBI), um dos principais impactos resultantes da turbulência sofrida nos mercados financeiros adveio, desta forma, do risco de mercado inerente às exposições em produtos estruturados, reavaliados integralmente marked-to-market até à primeira metade de 2008, o que se reflectiu em fortes desvalorizações nesta classe de activos, com impacto negativo ao nível dos resultados e dos capitais próprios do banco.

Em 2009, assistiu-se de forma global a uma forte recuperação do mercado dos produtos estruturados, nomeadamente no segmento dos CDOs. Não obstante os quatro primeiros meses adormecidos, estes produtos registaram elevados volumes de transacção no mercado secundário no conjunto do ano, com uma queda acentuada dos spreads a partir de Maio. As taxas de default nos CLOs que vinha a aumentar continuamente desde 2008 até aos primeiros meses de 2009, registaram posteriormente uma redução gradual. Reflectindo um impressionante rally durante o ano, especialmente a partir da segunda metade, a maior parte de activos resultantes de securitizações ofereceu em 2009 um retorno muito superior ao investimento em obrigações Investment Grade.

2010 foi também um ano de recuperação transversal às várias classes de activos de securitização, quer em termos absolutos como relativos, embora com ritmos díspares entre os vários tipos de produtos. Nos ABS americanos de financiamento ao consumo, os mercados voltaram quase para os níveis pré-crise em termos de spreads e novas emissões, os preços dos RMBS registaram uma forte apreciação, e os CMBS, CLOs e ABS Europeus ocuparam uma posição intermédia em termos de performance. De uma forma global, a política acomodatória e copiosa em termos de injeção de liquidez por parte dos bancos centrais contribuiu para retornos positivos nos activos de risco, mas com os activos de securitização (asset-backed securities, em sentido lato) a registar uma performance superior em termos de retorno total, acima do crédito Investment Grade (IG) e mesmo High Yield (HY).

Numa análise do ano, verificou-se que a primeira metade pautou-se pela manutenção da tendência positiva iniciada em 2009, traduzida no estreitamento dos spreads dos produtos estruturados e correspondente aumento do preço. Esta melhoria de mercado foi também patente no crescimento da colocação de novas transacções, em investidores terceiros, por parte de emitentes internacionais, sendo que o montante emitido em Março de 2010 foi o mais alto verificado desde Dezembro de 2007. De acordo com o Banco Central Europeu (BCE), a recuperação sustentável deste mercado deverá implicar algumas alterações fundamentais em termos de transparência e simplicidade dos produtos, algo que começa já a verificar-se (in Financial Stability Review June 2010, BCE).

Os dados de mercado, nomeadamente o intervalo de spreads dos RMBS, apontam para uma maior diferenciação entre emitentes, revelando que a análise casuística do risco e do retorno de cada emissão é, cada vez mais, o factor decisivo em termos de investimento, em detrimento da performance geral do mercado. De notar, no entanto, que os spreads dos produtos estruturados, em particular dos RMBS, de alguns emitentes europeus apresentaram uma deterioração por via das preocupações dos investidores relacionadas com questões de dívida soberana, a partir do início de Maio.

Na classe dos CMBS, apesar dos spreads de certa forma elevados face ao movimento geral descendente do risco nos produtos estruturados, alguns índices do mercado de

crédito apresentavam em meados de Maio níveis pré colapso da Lehman, ao mesmo tempo que o mercado de CDOs apresentou também uma evolução positiva. Contudo, no que diz respeito ao mercado imobiliário com fins comerciais, apesar da maioria dos países da zona Euro ter registado algumas melhorias, é provável que os preços permaneçam abaixo dos níveis observados em anos anteriores por mais algum tempo, o que coloca alguns riscos nos créditos colateralizados por imóveis, entre os quais os CMBS (commercial mortgage-backed securities).

Na segunda metade do ano, os spreads dos ABS permaneceram a níveis constantes e bastante estáveis, excepto no que diz respeito ao estreitamento dos spreads nos CMBS, em contraste com a volatilidade observada nas obrigações de empresas e os mercados de CDS. Contudo, esta estabilidade é meramente um reflexo da reduzida liquidez e da inactividade do mercado secundário. Já no final do ano, os spreads dos RMBS em alguns países periféricos da zona euro com maiores desequilíbrios orçamentais permaneceram a níveis superiores aos atingidos após a falência da Lehman Brothers em Setembro de 2008.

Com efeito, o mercado de securitização permanece em baixa, reflectido nos níveis reduzidos de volumes de emissão no mercado de ABS, que caiu para o nível mais baixo desde 2003. A insuficiente transparência acerca da composição das pools de activos tem sido identificada como um dos impedimentos para uma recuperação sustentável dos mercados de securitização. Para resolver em parte esta questão, e considerando que o Eurosistema é um dos principais concedentes de crédito contra colaterais de ABS, o trabalho iniciado em Abril sobre o estabelecimento dos requisitos de informação deverá atenuar esta condicionante, sendo aplicável às novas emissões. Estes novos requisitos irão claramente aumentar a transparência neste mercado, contribuindo desta forma para melhores avaliações de risco e ajudando a restaurar a confiança nos mercados de ABS.

A boa conjuntura nesta classe de activos, possibilitou, uma vez mais, anular perdas dos anos anteriores, sendo que em 2010 houve uma reversão dos resultados potenciais na carteira de produtos estruturados do BBI, em particular das reservas, que passaram pela primeira vez para valores positivos desde a crise pós Lehman. Desta forma, a 31 de Dezembro de 2010, o Banco registava um saldo positivo em termos de mais-valias potenciais de €3,2 milhões, uma subida de 21% face ao ano anterior e as reservas passaram de €2 milhões negativos, em 2009, a €1,1 milhões positivos, em 2010. No que diz respeito a mais-valias realizadas o saldo foi positivo no ano (€42 mil), com os ganhos nos segmentos de ABS, CMBS e RMBS a mais do que compensaram as perdas nos CDOs.

11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência.

A comparação dos impactos entre períodos (relevantes) está apresentada no ponto 9 deste Anexo. As rubricas de balanço e demonstração de resultados nas quais se reflectiram os referidos impactos do período de turbulência são os seguintes:

10/12/31		
BALANÇO	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO SEM O IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	192 265	194 156
Total de Activo	1 322 666	1 324 557
Passivos por impostos correntes	2 646	3 147
Total de Passivo	1 261 697	1 262 198
Resultado do exercício	5 836	7 225
Total de Capital	60 969	62 358
Total de Passivo e Capital	1 322 666	1 324 557
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO SEM O IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA
Result. de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(2 793)	(902)
Produto bancário	28 512	30 403
Imposto Correntes	(2 992)	(3 493)
Resultado líquido do exercício	5 836	7 225

Montantes expressos em milhares de Euros

12. Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados. Informação apresentada no ponto 9 deste Anexo.

13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade.

O Banif - Banco de Investimento é um entidade não cotada.

14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado.

A 31 de Dezembro de 2010, a carteira de produtos estruturados do BBI, ascendia a €48,1 milhões, medida em termos de valor de mercado, reflectindo-se numa redução de 6% exposição em risco face ao ano anterior. Contudo, excluindo as posições de titularização do Grupo Banif, no valor de quase €10 milhões adquiridas em 2010, a redução efectiva de risco foi superior, traduzindo-se numa queda de 24% para €38,3 milhões.

Em paralelo, o valor nominal da carteira, excluindo securitizações do próprio Grupo Banif, registou uma queda de 25% de €58 para €43 milhões, decorrente, essencialmente, das amortizações e reembolsos verificados nas estruturas e, adicionalmente, da venda de alguns activos. A mitigar o risco existe uma compra de protecção (credit default swap) que corresponde a cerca de um terço do valor nominal da carteira de produtos estruturados, em que o risco de crédito é transferido para terceiros, e cujo montante outstanding ascende a cerca de €12 milhões – ver detalhes no ponto 17.

De referir que, tendo-se verificado que os produtos estruturados deixaram de ter um mercado activo, espelhado numa extrema falta de liquidez, e face às alterações à IAS 39 emitidas pelo IASB em Outubro de 2008 – “Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition” – o Banco procedeu à reclassificação da larga maioria dos produtos estruturados detidos para a carteira LaR (Loans and Receivables), considerando o objectivo de mantê-los em carteira a prazo (foreseeable future) e a qualidade creditícia dos mesmos, usufruindo de um tratamento contabilístico idêntico a uma carteira de crédito.

Desta forma, houve uma alteração significativa em termos dos impactos desta carteira, sendo que o Banco deixou de estar sujeito às variações de preço destes títulos, não sendo afectado em termos de risco de mercado, mas apenas em termos de risco de crédito, ou seja, na possibilidade de perdas devido a defaults dos títulos.

Fazendo uma análise à qualidade creditícia da carteira – ver ponto 18, verifica-se que, a 31 de Dezembro de 2010, quase 70% da carteira de produtos estruturados do BBI era Investment Grade, tendo em consideração o rating médio das três principais agências internacionais: Moody’s, S&P e Fitch. De referir que, de uma forma global, assistiu-se no semestre a uma tendência de downgrade nas várias classes de risco, entre as quais, se destaca a deterioração dos ratings dos soberanos, o que influenciou também os rating das securitizações, em particular dos RMBS. Em 2010, registou-se novamente uma redução efectiva da exposição do BBI a produtos estruturados, em virtude de alguns títulos que estavam em carteira terem chegado ao vencimento, em várias situações antecipadamente ao que estava previsto, com o reembolso dos mesmos pelo valor nominal (não ocorrência de eventos de crédito), reflectindo a qualidade creditícia da carteira.

Não obstante o tratamento contabilístico, a alocação de capital à carteira de produtos

estruturados do Banco tem sido realizada tendo por base os requisitos de capital prudenciais para cobertura de risco de crédito, específica para este tipo de activos, de acordo com as regras actuais de Basel II, o que constitui uma posição mais conservadora do que a alocação de capital tendo por base os requisitos de capital para cobertura do risco de mercado, e que se encontra em linha com as recomendações do FSF publicadas no relatório de Abril de 2008. Recentemente, em Junho de 2010, o Comité de Basileia anunciou alguns ajustamentos ao acordo de Basileia II, entre os quais, o tratamento das posições de securitização detidas na carteira de trading de forma similar ao das outras carteiras, ou seja, a adopção de uma tratamento uniforme de alocação de capital às posições de securitização. A adopção desta medida não terá impacto sobre a alocação de capital das posições detidas em carteira pelo BBI.

15. Divulgação do impacto que a evolução dos “spreads” associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto.

A presente informação está incluída na nota “36. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS” do ponto anexo às Demonstrações Financeiras.

IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições “vivas”. Detalhe do valor nominal (outstanding) e justo valor das posições “vivas” nos instrumentos acima identificados.

	31/12/09		31/12/10	
TIPO PRODUTO	Valor Mercado	Valor Nominal	Valor Mercado	Valor Nominal
ABS	17 146 400	18 242 761	7 357 714	7 633 620
CDO	2 506 700	5 000 000	1 372 215	2 000 000
CLO	16 493 817	20 927 405	18 576 044	23 000 000
CMBS	6 873 720	7 019 578	4 130 116	4 042 743
RMBS	8 108 490	8 761 610	16 668 762	17 478 616
GRAND TOTAL	51 129 127	59 951 353	48 104 850	54 154 978

(valores em euros)

17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes.

O quadro seguinte apresenta o detalhe do credit default swap em que se efectuou uma compra de protecção para alguns instrumentos que compõem a carteira em análise.

	31/12/09		31/12/10	
TIPO PRODUTO	CDS Outstanding	CDS +/-	Valia	
ABS	5 000 000	-912 434		
CDO	0	-149 955		
CLO	1 977 092	-65 341		
CMBS	0	-452 369		
RMBS	4 932 049	-3 217 958		
GRAND TOTAL	11 909 141	-4 798 057		

(valores em euros)

18. Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por:
Nível de senioridade das exposições/tranches detidas;
Nível da qualidade de crédito (e.g. ratings, vintages);
Áreas geográficas de origem;
Sector de actividade;
Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas);
Características do produto: e.g. ratings, peso/parcela de activos sub-prime associados, taxas de desconto, spreads, financiamento;
Características dos activos subjacentes: e.g. vintages, rácio “loan-to-value”, privilégios creditórios; vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.

A 31 de Dezembro de 2010, a exposição do BBI a produtos estruturados ascendia a cerca de €48,1 milhões em termos de valor de mercado, tendo ocorrido uma redução de exposição transversal às várias classes de securitização, mas com especial relevância nos ABS. Com efeito, a exposição a este segmento registou, pelo segundo ano consecutivo, uma queda significativa na sequência dos reembolsos ocorridos (cerca de €12,5 milhões em 2010), pelo que a exposição a valores de mercado passou de €17 para €7 milhões (-60%), reflectindo-se igualmente na diminuição do respectivo peso na carteira de produtos estruturados do BBI, de 34%, em 2009, para 15%, em 2010.

Também nos CMBS e CDO verificou-se uma redução de exposição efectiva, decorrente de reembolsos e vendas verificados, passando a assumir um peso de 9% e 3% no final do ano. Em consequência, as outras classes de activos: CLOs e RMBS registaram um aumento do peso relativo, representando respectivamente 39% e 35% da carteira, este último reflectindo igualmente as aquisições efectuadas em 2010 respeitantes a securitizações do Grupo Banif. Dentro do segmento de crédito hipotecário, as exposições a CMBS (commercial mortgage backed securities) e RMBS (residential mortgage backed securities) não compreendiam qualquer exposição a crédito sub-prime. Nos CDOs e CLOs (collateralised debt and loans obligations), a exposição a sub-prime é marginal.

Em termos de senioridade das posições detidas, por regra, o Banco investiu nas tranches mais seniores das operações. No final do ano, o BBI possuía apenas uma exposição correspondente a first loss position, com um valor de mercado de €1,4 milhões, com um peso de 3% na carteira.

No que diz respeito à qualidade de crédito, quase 70% da carteira total de produtos estruturados a 31 de Dezembro de 2010 era Investment Grade, sendo que mais do que 48% possuía rating superior ou igual a A- atribuído pelas principais agências de rating internacionais, Moody's, S&P e Fitch (valor médio das notações) – ver quadro 18.2. A assinalar que não existia na carteira do Banco nenhuma exposição abaixo de B- ou sem rating atribuído. Assistiu-se, no entanto, a um downgrade dos ratings médios dos produtos estruturados detidos em carteira face ao ano anterior, em linha com o movimento generalizado de descida das notações de crédito nos vários tipos de activos, com particular incidência na dívida soberana dos países europeus periféricos, mas também em virtude de alterações nas metodologias utilizadas para a avaliação destes instrumentos. Os activos subjacentes à carteira de produtos estruturados são todos de países Investment Grade, maioritariamente respeitantes a países da União Europeia, que representam um peso de 95%, sendo que a exposição a Portugal decorre dos títulos de securitização do Grupo Banif adquiridos pelo BBI. Os Estados Unidos têm um peso reduzido, de apenas 5%.

Todas as exposições foram adquiridas no mercado primário, à excepção das posições referentes às securitizações do Grupo Banif, como por exemplo a Azor Mortgage e Atlantes Mortgage, que são anuladas em termos de posição consolidada do Grupo Banif (é realizada a consolidação com as SPEs/ veículos de titularização), as quais no final do ano ascendiam quase a €10 milhões, representando um peso de 20% na carteira global de produtos estruturados do BBI.

Em termos de análise vintage, as posições foram adquiridas maioritariamente até 2005, não tendo existido qualquer nova aquisição após 2007, ano do despoletar da crise do sub-prime, à excepção de activos de securitização do próprio Grupo Banif. No que diz respeito à tranche mais antiga, relativa a 2003, a assinalar que cerca de €8 milhões de títulos de securitização de entidades terceiras foram reembolsados em 2010. Na carteira remanescente, em termos de decomposição por ano de aquisição, cerca de 57% é respeitante ao período 2004-2005, e cerca de 22% a 2006. Apenas 4% da carteira, correspondente um valor de mercado de €1,9 milhões, foi adquirida em 2007, já no culminar da bolha verificada nestes mercados.

A carteira de produtos estruturados apresenta um perfil de investimento de médio prazo, com a WAL média (weighted average life; vida média) nos 4,4 anos, a 31 de Dezembro de 2010, para a qual contribuí favoravelmente os segmentos de ABS e CMBS com prazos de vencimento dos títulos mais curtos (WAL média de 2,5 e 1,8 anos respectivamente). Com efeito, tem-se assistido a uma redução natural da carteira de produtos estruturados do Banco decorrente dos vencimentos dos títulos, que durante o ano excederam os €15 milhões, que foram parcialmente compensados pela aquisição dos RMBS de operações de securitização do Grupo Banif. Isto traduziu-se num aumento da vida média da carteira remanescente, em virtude do incremento do peso relativo das classes de activos com WAL superiores, como é o caso dos CLO e RMBS. A 31 de Dezembro de 2010, cerca de 1,2% da carteira possuía uma vida média residual estimada inferior a um ano, e cerca de 10% com um prazo entre 1 e 2 anos.

18.1 - REPARTIÇÃO DA CARTEIRA POR TIPO / SECTOR

TIPO PRODUTO	Tipo de Transacção	31/12/09	31/12/10
ABS	REEMBOLSO	21 017 178	12 500 000
CDO	VENDA		685 000
CMBS	REEMBOLSO		2 766 047
RMBS	COMPRA		9 577 533
	REEMBOLSO	1 500 000	
	VENDA		1 780 000

(valores em euros)

18.2 - REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR RATING DE EMISSÃO

RATINGS	ABS	CDO	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	PESO
AAA					9 823 931	9 823 931	20,4%
AA+				532 822	1 075 256	1 608 078	3,3%
AA-					1 361 666	1 361 666	2,8%
A+	2 997 485		2 362 373		3 626 848	3 626 848	7,5%
A			1 546 551			5 359 858	11,1%
A-	2 048 470					1 546 551	3,2%
BBB+	1 734 056			1 761 171	781 061	4 590 702	9,5%
BBB			3 744 917			1 734 056	3,6%
BBB-	6 780 011		7 653 841			3 744 917	7,8%
INVESTMENT GRADE	577 703	1 372 215	2 821 832	2 293 993	16 668 762	33 396 607	69,4%
BB+			6 997 416			4 771 750	9,9%
BB						6 997 416	14,5%
B			1 102 954	1 836 123		1 836 123	3,8%
B-	577 703	1 372 215	10 922 203			1 102 954	2,3%
NON INVESTMENT GRADE	7 357 714	1 372 215	18 576 044	1 836 123		14 708 243	30,6%
TOTAL				4 130 116	16 668 762	48 104 850	100,0%

Valores em Euros. Ratings médios das emissões atribuídos pelas agências Moody's, S&P e Fitch.

18.3 - REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR REGIÃO/ PAÍS DE ORIGEM

REGIÃO / PAÍS DE ORIGEM	ABS	CDO	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	PESO
ALEMANHA	1 734 056			1 761 171	2 593 252	6 088 479	12,7%
EUA			2 424 117			2 424 117	5,0%
EUROPA		1 372 215	16 151 927	532 822		18 056 964	37,5%
HOLANDA				1 836 123		1 836 123	3,8%
ITÁLIA	2 997 485					2 997 485	6,2%
PORTUGAL					9 823 931	9 823 931	20,4%
REINO UNIDO	2 048 470				4 251 579	6 300 049	13,1%
RÚSSIA	577 703					577 703	1,2%
TOTAL	7 357 714	1 372 215	18 576 044	4 130 116	16 668 762	48 104 850	100,0%

Valores em Euros.

18.4 - REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR VINTAGE

VINTAGE	ABS	CDO	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	PESO
2003					8 262 239	8 262 239	17,2%
2004	2 997 485	1 372 215	4 928 391	532 822	5 813 270	15 644 183	32,5%
2005	2 048 470		5 184 627	1 836 123	2 593 252	11 662 471	24,2%
2006	2 311 758		6 598 917	1 761 171		10 671 847	22,2%
2007			1 864 109			1 864 109	3,9%
TOTAL	7 357 714	1 372 215	18 576 044	4 130 116	16 668 762	48 104 850	100,0%

Valores em Euros.

18.5 – WAL MÉDIA E DISTRIBUIÇÃO POR BUCKETS

BUCKETS	< 6 MESES	6M A 1 ANO	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	>=5 anos	TOTAL	WAL Média (anos)
ABS	75 073	502 630	2 997 485	1 734 056	2 048 470	1 372 215	7 357 714	2,5
CDO						1 903 912	1 372 215	5,5
CLO					16 672 132		18 576 044	4,2
CMBS			1 836 123	2 293 993		7 331 266	4 130 116	1,8
RMBS				1 075 256	8 262 239	10 607 393	16 668 762	6,0
TOTAL	75 073	502 630	4 833 608	5 103 305	26 982 841	22,1%	48 104 850	4,4
PESO	0,2%	1,0%	10,0%	10,6%	56,1%		100,0%	

Valores em Euros. Weighted Average Life (WAL) das estruturas tendo por base informação disponibilizada nos investors' reports e Bloomberg.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (venda, “write-downs”, compras, etc.). Os movimentos ocorridos durante os períodos em referência foram os seguintes:

TIPO PRODUTO	Tipo de Transacção	31/12/09	31/12/10
ABS	REEMBOLSO	21 017 178	12 500 000
CDO	VENDA		685 000
CMBS	REEMBOLSO		2 766 047
RMBS	COMPRA		9 577 533
	REEMBOLSO	1 500 000	
	VENDA		1 780 000

(valores em euros)

20. Explicações acerca das exposições (incluindo “veículos” e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas. Não se verificavam exposições nesta situação.

21. Exposição a seguradoras de tipo “monoline” e qualidade dos activos segurados:
 Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de protecção de crédito adquirido;
 Justo valor das exposições “vivas”, bem como a respectiva protecção de crédito;
 Valor dos “write-downs” e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados;
 Decomposição das exposições por rating ou contraparte.
 Não se verificavam exposições nesta situação.

V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização

22. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico.

A política de classificação de instrumentos financeiros está descrita na nota “3.7 instrumentos financeiros” do ponto anexo às Demonstrações Financeiras.

23. Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros “veículos” e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência. Não se verificavam exposições nesta situação.

24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros:

Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor;

Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia);

Tratamento dos “day 1 profits” (incluindo informação quantitativa);

Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição).

Os critérios de determinação do justo valor de instrumentos financeiros e restante informação solicitada estão descritos na nota “3.7 instrumentos financeiros” do ponto anexo às Demonstrações Financeiras.

25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre:

Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas;

Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos);

Tipos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização;

Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e inputs chave);

Stress scenarios.

Informação incluída no ponto anterior.

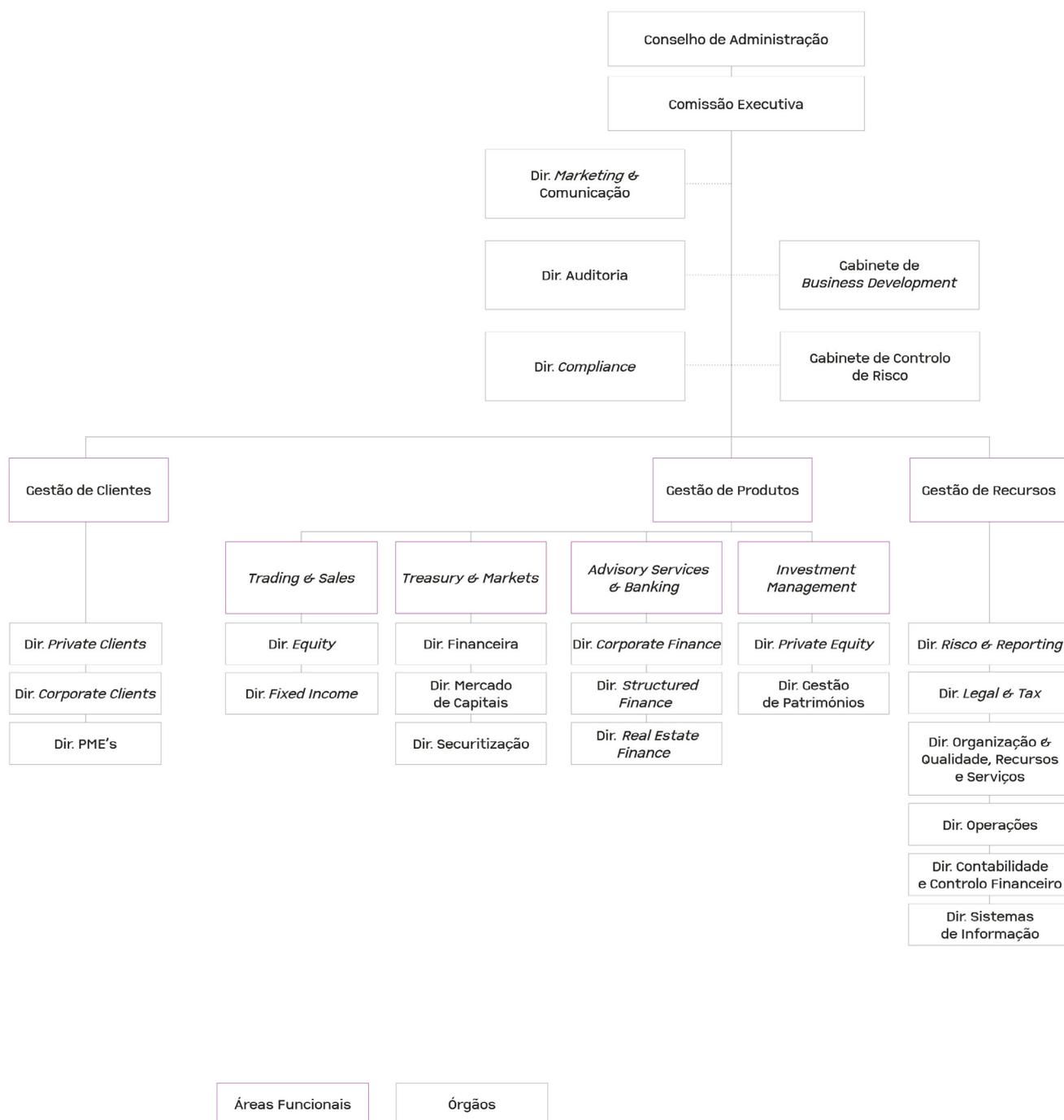
VI. Outros aspectos relevantes na divulgação

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

As políticas, princípios e procedimentos de divulgação de informação financeira encontram-se descritos no ponto “III.12. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar” da parte “VII RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE” do Relatório de Gestão e Contas da Banif SCPS, SA e Banif Grupo Financeiro Consolidado.

7.9 ORGANOGRAMA

ESTRUTURA ORGÂNICA DO BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.



7.10 DIRECÇÃO 31/12/2010*

DIRECTORES COORDENADORES

Armando José Vale Avelar Bandeira
Fátima Carlos Domingos Frazão
Jaquelina Maria de Almeida Rodrigues Miguens
Luis Filipe Saramago Carita
Manuel Jorge Raminhos Pereira
Miguel Salgado Valadão Vale
Nuno da Rocha Hermida Baeta Correia
Pedro Brandão Mello e Castro

DIRECTORES

Américo Jorge Pereira Abrantes
Ângela Maria Simões Cardoso Seabra Lourenço
António Alberto Cordo Monteiro
António Cohen Serra
António José de Caíres Andrade
António Manuel Couveia Ribeiro Henriques
António Maria Daun e Lorena Ribeiro Filipe
David Alberto Morais Sousa Ribeiro
Filipe Antunes de Paula Cardoso
Francisco Santos Marques Pires Marques
Helena Maria Ravara Carvalho Lima
Horácio António Moutinho da Cruz
João Maria Magalhães Felgas Cama Lourenço
João Nuno Alves Moreira e Menéres
José Carlos Vila Peixoto
José Fernando Resende Gomes
José Joaquim Paulino Afonso
Luis Fernão de Moura Torres Souto
Luís Filipe Ramos Ferreira de Couveia
Luís Magalhães Correia Leite
Luis Miguel Pereira Chaves
M.^a Cristina B. M. Vilhena de Freitas de Athayde
Maria Cristina Garcia Gil
Mário Alexandre Bagarrão Baptista
Marta Dourado Fonseca de Moura Rangel
Nuno Miguel Belchior Figueirinhas
Paulo Miguel Nogueira da Costa Boaventura
Ricardo Filipe Barata Couveia Pedrosa
Rui Joaquim Costa Vitório
Susana Helena Gomes de Figueiredo Ribeiro Reis
Teresa Maria Silva Martinho
Tiago dos Santos Matias

* Colaboradores efectivos do Banif - Banco de Investimento S.A. e Sociedades maioritariamente participadas

DIRECTORES ADJUNTOS

Ana Marisa da Silva Justino
Cláudia Alexandra Duarte Cardoso
Gabriela Alexandra Torres Pereira Ramos
João Nuno de Almeida Chaves
Jorge André Horta Guimarães
Jorge Manuel Macedo Lopes Carvalho
Luís Beltrão Coelho Tribuna
Marcelo Ferreira Chucre
Pedro Manuel Marreiros Cruz Dias Correia
Pedro Miguel Oliveira da Silva Lau
Rui da Silva Pires
Rui Manuel dos Santos Correia
Rui Manuel Sequeira Vieira

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas Individuais e Consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, apresentados pelo Conselho de Administração do Banif - Banco de Investimento, S.A.

O Conselho Fiscal no desempenho das suas funções obteve sempre do Conselho de Administração e dos Serviços do Banco, os esclarecimentos e a colaboração necessários para o cabal desempenho das nossas funções.

Os critérios valorimétricos utilizados encontram-se explicitados no Anexo às Contas e correspondem à correcta avaliação do património social.

Consideramos que o Relatório do Conselho de Administração explicita os negócios sociais desenvolvidos no exercício e a evolução previsível do Banco para o ano de 2011.

Tomamos conhecimento da Certificação Legal das Contas Individuais e Consolidadas, documento com que concordamos e que se dá aqui como integralmente reproduzido.

Assim e tendo analisado os documentos de prestação de contas e considerando que os mesmos exprimem a situação económica e financeira do Banif - Banco de Investimento, S.A. somos de parecer que aproveis:

1. O Relatório de Gestão, as Contas Individuais e Consolidadas e o respectivo Anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010; e
2. A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

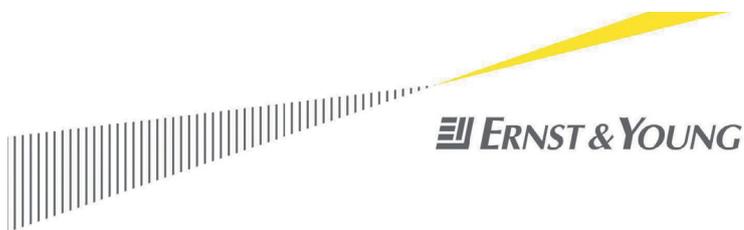
Lisboa, 23 de Março de 2011

O CONSELHO FISCAL

Fernando Mário Teixeira de Almeida - Presidente

Rui Manuel Braga de Almeida

José Luís Pereira de Macedo



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas Individuais

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banif – Banco de Investimento S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 1.322.666 milhares de Euros e um total de capital próprio de 60.969 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 5.836 milhares de Euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Rendimento Integral, a Demonstração de Variações em Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

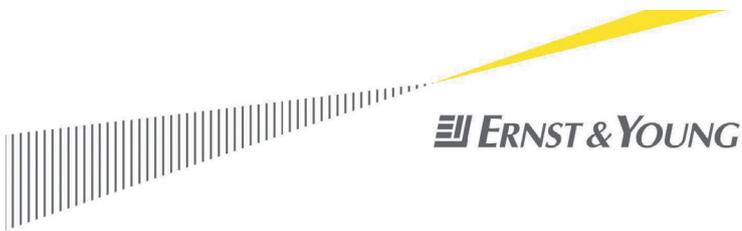
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banif- Banco de Investimento, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA'S) tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005.

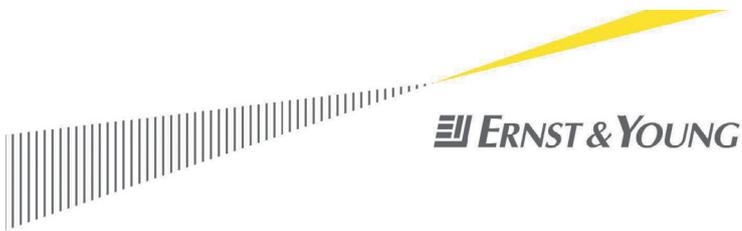
Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 23 de Março de 2011

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banif – Banco de Investimento S.A., as quais compreendem o Demonstração Consolidada do Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 1.339.229 milhares de Euros e um total de capital próprio de 75.290 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 8.182 milhares de Euros), a Demonstração Consolidada de Resultados, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada de Variações em Capital Próprio e a Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral das suas operações, as alterações consolidadas no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

- a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banif – Banco de Investimento, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as variações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 23 de Março de 2011

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)



NOTA AMBIENTAL RELATIVA À PRODUÇÃO DESTE RELATÓRIO

O Banif - Banco de Investimento S.A. está consciente sobre os consideráveis desafios causados pelas alterações climáticas a nível global e compromete-se a dar passos concretos que contribuam para uma melhor gestão de carbono.

Com o objectivo de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa relacionadas com as suas actividades, o Banif - Banco de Investimento S.A. neutralizou a “pegada carbónica” da totalidade do ciclo de vida do seu Relatório e Contas 2010.

A elaboração, a produção e a distribuição deste Relatório e Contas consumiram energia e materiais, os quais provocam um impacte ambiental. Por forma a neutralizar o impacte destas actividades sobre o planeta, o Banif - Banco de Investimento S.A. neutralizou 5 toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO₂e), através de créditos de carbono com os mais elevados padrões de qualidade internacionais.

O Relatório e Contas 2010 do Banif - Banco de Investimento S.A. é, assim, neutro em carbono.



